

TRABALHOS
DA
SOCIÉDADE
PORTUGUESA
DE
ANTHOPOLOGIA
E
ETNOLOGIA

II

1923-26



TRABALHOS

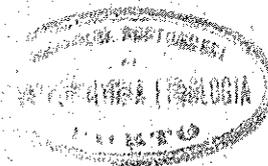
DA

Sociedade Portuguesa

DE

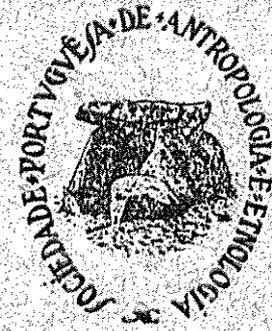
Antropologia e Etnologia

VOLUME II



PORTO — 1923 — 26

Séde da Sociedade: RUA DE SANTA CATARINA, 207-1.º



TRABALHOS

DA



Sociedade Portuguesa

DE

Antropologia e Etnologia

Vol. II — Fasc. I

Prof. A. A. Mendes Corrêa:

Novas discussões sobre a origem do homem.

Amandio Tavares:

Agenesia do grande e pequeno pectorais.

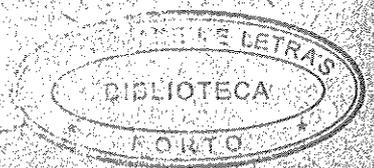
Constancio Mascarenhas:

A pátria do Buda.

PORTO — 1928

I. N. E.
BIBLIOTECA

3622



28128

3622

TRABALHOS

Sociedade Portuguesa

de Antropologia e Etnologia

Trabalhos da Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

NOVAS DISCUSSÕES SÔBRE A ORIGEM DO HOMEM ⁽¹⁾

POR

A. A. MENDES CORRÊA

Professor da Universidade do Pôrto

SUMÁRIO — Novos documentos e novas hipóteses sôbre a filogenia humana; a morte de dois neo-monogenistas ilustres. — Os sílices de Ipswich e o homem terciário; ainda os sílices portugueses de Ota. — Pretensas formas humanas do terciário antigo; a evolução orgânica, segundo Sergi; a falta de *intermediários*, argumento contra o próprio Sergi. — O poligenismo dêste antropólogo e a revisão de alguns fósseis de Primatas de Fayum; a classificação do *Proptio-pithecus*, do *Parapithecus* e do *Mesopithecus*; uma família extinta de Primatas, *Parapithecidae*. — O polifiletismo de Sera; hipóteses sôbre hipóteses; uma polémica entre dois antropólogos italianos; balanço dos factos do esqueleto dos membros inferiores apresentados por Sera; importância dêsses factos e enumeração doutros que se opõem às conclusões filéticas daquele autor; os índices da rótula, de alguns ossos do pé, etc.; o índice tibio-femural; hierarquia, convergência e evolução comum. — Um argumento decisivo sôbre a ilegitimidade lógica das conclusões filéticas baseadas nos *paralelismos* indicados por Sera; dois esqueletos humanos portugueses oferecendo diferenças *paralelas* às do Orango em relação ao Gibão; coincidências ou relações de caracteres ainda não determinadas.

Apenas quatorze dias antes da sua inesperada morte, Giuffrida-Ruggeri escrevia-me a propósito da descoberta de Broken-Hill, na Rodésia nordoriental, de que já não déramos notícia nos livros que, quási simultâneamente, pouco antes publicáramos ⁽²⁾:

⁽¹⁾ Comunicação feita em sessão de 12 de Dezembro de 1922.

⁽²⁾ V. Giuffrida-Ruggeri, *Su l'origine dell'Uomo*, Bologna, 1921; A. A. Mendes Corrêa, *Homo*, Coimbra, 1921.

«êstes livros envelhecem rapidamente». E Boule, comentando em *La Nature* (1) a mesma descoberta, recorda o que dizia no prefácio da sua obra magistral *Les Hommes Fossiles*: «Il est probable — et il faut l'espérer — qu'à peine publié mon livre sera en retard». É que, na realidade, no campo da Paleontologia humana as aquisições e as descobertas sucedem-se com vertiginosa rapidez. Assim eu o proclamava também no prefácio do *Homo*.

De facto, ainda não decorreu um ano sobre a publicação dêste livro, e já se impunha uma segunda edição para arquivar as descobertas de Broken-Hill e de Wadjak (esta já feita há muito, mas só recentemente trazida a público pelo seu autor, o bem conhecido descobridor do *Pithecanthropus*), os novos estudos sobre os sílices terciários de Ipswich, os trabalhos últimos de Sera e Sergi sobre a genealogia humana, etc.

Emquanto as condições materiais não permitem a publicação dessa nova edição, esboçarei aqui um rápido exame das mais recentes hipóteses sobre a filogenia humana.

A morte de Schwalbe e a de Giuffrida-Ruggeri constituíram sérias perdas para a Antropologia, que dêles tanto tinha a esperar ainda, e foram também um grave motivo de paragem, senão mesmo de recuo, no desenvolvimento e no êxito das doutrinas monogenistas, corrente de ideias em que ambos tinham primacial categoria, e em cuja defeza e propaganda tinham desempenhado um papel eminente. O campo ficou quasi exclusivamente entregue aos poligenistas, que não deixarão de erroneamente interpretar esse facto como uma vitória definitiva. Creio bem, porém, que as controvérsias se não farão de novo esperar por muito tempo e que os poligenistas reconhecerão que o momentâneo silêncio feito em torno dos seus trabalhos recentes não significava de modo algum assentimento.

(1) *La Nature*, Paris, Dezembro de 1921.

*
* * *

Na última reunião da secção de Preistória do Instituto Internacional de Antropologia (1), à qual, com meu pesar, não pude ir assistir, Capitan levantou mais uma vez a questão dos sílices terciários de Ipswich, Inglaterra, afirmando que, entre numerosos exemplares recolhidos por Red Moir, encontrou alguns que não tem dúvida em considerar como instrumentos autênticos. Os sílices provêm do *Red Crag*, sobretudo da sua parte inferior, e são porisso indiscutivelmente terciários. Aberta a discussão sobre o assunto, Breuil, que em 1920 visitara pela segunda vez aquelas estações, com Miles Burkitt, resumiu as conclusões do seu estudo até mais amplo informe. Segundo o ilustre arqueólogo francês, na base do *Crag* vermelho de Thorington Hall, Bramford, etc., (embora possam explicar-se alguns espécimes por acções naturais), surgem sílices com bolbos de percussão nítidos, com lascas repetidas e até retoques, que se parecem *absolutamente* com lascas de origem humana. Breuil rejeita os *rostrato-carinates*, mas aquêles não os recusa como verosímeis, porque não conhece nenhuma causa natural a que possa atribui-los. Alguns apresentam vestígios de fogo. Na parte superior do *Red Crag*, embora surjam mais causas de fractura mecânica natural, as lascas talhadas são bem definidas, apresentando retoques e bolbos de percussão; há núcleos, sílices queimados, refugos de talhe. «A existência dêste nível certo contribuiu para o levar a admitir o anterior». Segundo os geólogos franceses, o pleistoceno antigo sucede imediatamente ao *Red Crag*. Os ingleses colocam-no muito

(1) Cf. o extracto da sessão na *Revue Anthropologique*, Paris, 1922, p. 226 e seqs.

mais acima, ou seja acima do *Forest Bed* de Cromer. Ora neste nível a percussão humana já não pode ser posta em dúvida, assim como o não pode também ser nos níveis superiores.

Na mesma sessão, Courty ⁽¹⁾, estudando os depósitos terciários de Saint-Prest (Eure-et-Loir), já muito conhecidos, manifesta-se pela existência ali duma nítida indústria terciária.

Convém recordar que Breuil figurava entre os «eolítófos» ⁽²⁾. A sua recente atitude demonstra que as descobertas da região de Ipswich o abalaram fortemente, devendo, porém, notar-se que ele não classifica como *eolitos* os sílices que lhe parecem autênticos, mas como *sílices talhados*, o que não é bem a mesma coisa.

Com uma prudência digna de todo o aplauso, a secção preistórica do Instituto limitou-se a exprimir, entre os votos finais, um afirmando o «interêsse primordial que apresentam as investigações relativas à questão do homem terciário e à indústria presumida como tal».

Não desejo discutir aqui este assunto. Do exame, que há anos fiz, dos sílices de Ota, da nossa Extremadura, aos quais anda ligado o nome ilustre de Carlos Ribeiro, concluí que alguns tinham bolbos de percussão, mas nenhum tinha uma forma que pudesse ser considerada intencional, isto é, previamente estabelecida por uma inteligência humana ou análoga à humana ⁽³⁾. Documentos tão duvidosos não me pareciam, entretanto, dever ser regeitados *in limine*, pelo facto das causas naturais poderem dar origem a espécimes mais ou menos semelhantes, como a demonstração artificial de Mantes permitiu concluir. No entanto parecia-me e parece-me, mesmo depois do que fica escrito, que a

(1) *Ibid.*, p. 225.

(2) Hugo Obermaier, *El hombre fósil*, Madrid, 1916, p. 10.

(3) A. A. Mendes Corrêa, *Origins of the Portuguese*, «American Journal of Physical Anthropology», Washington, 1919, p. 118.

existência do homem terciário, perfeitamente provável, deve basear-se sobre argumentos menos discutíveis. A descoberta dum esqueleto humano, autenticamente terciário, viria dar outras garantias aos sílices de Ipswich.

A variada fauna de antropomorfos durante a era terciária, a descoberta, em Fayum, nos Montes Siwalik, e noutros pontos, de formas antropoides demonstrando uma evolução dos Primatas em sentidos múltiplos, torna perfeitamente crível que o homem tenha surgido na era terciária ⁽¹⁾. As descobertas de Ipswich e porventura outras análogas vêem em apoio dessa suposição. Mas pode dizer-se já que se encontraram documentos irrefutáveis da sua presença nos estratos terciários? Não me parece.

*

* *

... A não ser que, adoptando as hipóteses emitidas por Sergi num trabalho que acaba de ser publicado ⁽²⁾, consideremos como Hominídeos algumas formas descobertas por Schlosser em Fayum, Egito, em camadas indiscutivelmente terciárias.

Polifiletista duma orientação muito especial que se não compadece com as correntes opiniões transformistas ⁽³⁾, Sergi considera as formas vivas duma determinada fase geológica como descendendo separadamente doutras tantas formas distintas que existiram na fase geológica anterior e que, a seu turno, provêem doutros tantos grupos de eras anteriores, sem quaisquer relações

(1) *Ibid.*, *Homo*, op. cit., p. 306.

(2) G. Sergi, *Di una probabile forma umana primitiva del terziario antico*, extr. das «Atti della Società Italiana per il Progresso delle Scienze», Trieste, Outubro, 1921, Città di Castello, 1922.

(3) Cf. G. Sergi, *Come la paleontologia rivela l'origine e l'evoluzione animale e vegetale*, «Scientia», Bologna, 1921.

mútuas de directo parentesco, e sem que as transformações de cada grupo saíam fora dos limites do respectivo tipo. A Paleontologia, em vez de lhe revelar um encadeamento dos grupos biológicos uns com os outros, mostra-lhe antes que entre êsses grupos não há intermediários que permitam supor uma evolução das formas mais simples para as mais complexas, e apresenta-lhe logo, em abundância, desde os primeiros terrenos fossilíferos, formas elevadas ao lado de formas simples, o que anula, na sua opinião, qualquer hipótese de que os grupos sistemáticos da Biologia tenham um encadeamento genealógico correspondente ao seu grau de complexidade, como era suposição comum. Para êle, cada um dos grupos vegetais ou animais teria sido objecto duma criação separada por transformação directa da matéria viva elementar e amorfa.

É indiscutível que a Paleontologia nos faz aparecer brusca-mente no precâmbrico formas biológicas altamente diferenciadas e, pelo contrário, nos apresenta nessa data uma pequena quantidade de formas simples. Mas hoje está demonstrado que o metamorfismo é um dos maiores inimigos dos fósseis e que os materiais eruptivos ou estrato-cristalinos da crusta devem ter sepultado o sêgrêdo duma enorme parte da evolução biológica, dando-nos a Geologia, nas camadas sedimentares, apenas a história dum último ciclo da Terra e da Vida. Não é, de modo algum, desprovido de valor o argumento das dificuldades da fossilização para o maior número de seres e em grande número de circunstâncias, para explicar a raridade de organismos rudimentares nos primeiros terrênos fossilíferos, e igualmente a freqüência de lacunas nas cadeias genealógicas que a Paleontologia procura reconstituir.

Nem só as dificuldades de fossilização explicam a falta de muitos intermediários. Não é possível ainda apreciar até onde iriam as transformações bruscas, sem intermediários — as mutações. De quantos aparentes caprichos elas não seriam capazes?

Sergi argumenta com a aparição *instantânea* de grupos de espécies animais e vegetais. Quem quer que esteja familiarizado com o condicionalismo dos fenómenos de sedimentação, com as fácies, com as conseqüências estratigráficas das transgressões e regressões marítimas, com as bruscas diferenças litológicas dum nível para o seguinte, não extranha, por certo, a existência de saltos inopinados da flora e da fauna dum nível para as do nível imediatamente superior. O conhecimento dos estratos geológicos não é tão perfeito em tôda a superfície da terra que possa afirmar-se, sem receio de desmentido, que são conhecidos todos os níveis sucessivos dos vários sistemas e que não tenham mesmo desaparecido muitos documentos paleontológicos da transição entre os níveis já determinados.

O eminente sábio italiano passa uma esponja sôbre as múltiplas aquisições paleontológicas que estão em opposição à sua afirmativa de que não aparecem intermediários entre os tipos dos diferentes grupos biológicos. Esquece o significado genealógico que foi possível dar a algumas formas, como aos Cistídeos entre os Equinodermes, como às Aves com afinidades reptilianas, a muitos Reptis do secundário, às Cordaites e às Progimnospérmicas, etc. Esquece a existência de tipos *colectivos*, de caracteres comuns a muitos grupos hoje bem delimitados. Emfim, afirmando que os vários grupos biológicos, tanto unicelulares, como pluricelulares, surgiram separadamente, *ex abrupto*, duma vaga matéria viva amorfa, prefere aceitar que em várias eras da história da terra se repetiu o condicionalismo desconhecido que permitiu a transformação dessa matéria amorfa em formas bem definidas da Botânica ou da Zoologia, a tirar uma justa conclusão filogenética do facto de muitos grupos vivos não terem surgido senão numa determinada altura, num determinado nível. Assim, porque é que as Angiospérmicas surgem só depois das Pteridófitas e das Gimnospérmicas, numa fase adiantada da era secundária? Porque é

que a fauna dos Peixes surge por séries, numa diferenciação cronológica que corresponde em grande parte à sua diferenciação sistemática actual? Porque é que os Reptis surgem apenas no pérmico, mostrando evidentes ligações genealógicas com os Batráquios Stegocéfalos, etc. etc.?

O antropólogo italiano edifica uma doutrina sobre o que se ignora, não sobre o que se sabe. A sua hipótese da independência dos *phyla* é cômoda, porque diante da dificuldade de estabelecer o parentesco das formas vivas, êle responde, cruzando os braços: «Não se cansem a procurar, porque êsse parentesco é uma fábula. A paleontologia, a embriologia, a anatomia comparada, não revelaram nada, a tal respeito. Trata-se de tipos originariamente independentes». Imaginou então uma certa matéria viva, dotada do extraordinário poder de produzir dum jacto ora uma Amiba ora um Vertebrado... Só me parece singular que Sergi tendo argumentado com a falta de *intermediários* entre alguns grupos animais e vegetais, não houvesse reparado no abismo enorme, na imensa solução de continuidade que vai entre a substância viva amorfa, de que fala, e um organismo superior, como um Homem, por exemplo. Também não vejo bem o que é que se opõe a que no mesmo estrato geológico surjam formas ancestrais ao lado de formas delas derivadas. A gênese dum nível geológico corresponde a um tão largo lapso de tempo que dizer contemporaneidade geológica está longe de significar necessariamente a perfeita coexistência dos indivíduos no tempo. Mas, a não ser que se adopte a doutrina hologenética de Rosa, segundo a qual a formação de espécies novas envolve a extinção da espécie mãe, não é fácil conceber a razão que se opõe a que as formas ascendentes doutras vivam simultaneamente com as formas a que deram origem.

Sob uma aparente singeleza, a doutrina exposta envolve uma extrema complexidade. O fenómeno obscuro da origem da

vida, Sergi não o encara apenas para um pequeno número de organismos primordiais mais simples. Multiplica arbitrariamente as criações, fazendo surgir, a cada passo, duma ignorada substância coloidal, «formada nos mares», as mais diversas formas biológicas. Admirável plasticidade, a desta poligénica substância, de que nada, absolutamente nada, se sabe, mas que se proclama *indiscutível!* Nem uma só prova existe da formação *directa* dos tipos, mas o antropólogo italiano não hesita em a dar como um fenómeno quasi corrente, como quasi um facto de observação. E porquê? Porque a Paleontologia não pode ainda, e talvez mesmo jámais poderá dar os intermediários entre todos os grupos vegetais e animais. Não será exigir-lhe mais do que é legítimo exigir-se-lhe?

*

* *

Mas estas ideias de Sergi sobre a evolução orgânica e sobre a origem dos seres vivos, vieram a propósito dum seu muito recente trabalho em que êle procura os representantes fósseis dos Hominídios no terciário antigo, dentro do critério geral que acabo de expôr em breves palavras. «Todos os Primatas — escreve o ilustre professor — devem ter atravessado fases evolutivas várias antes de atingirem as formas a que chegaram, tanto as extintas como as vivas, as quais, de resto são muito visinhas entre si, parecendo não haver outras diferenças senão de espécies ou de gêneros, não de desenvolvimento». Assim como entre Antropoides de fases geológicas anteriores à actual e os das fases seguintes não há, dentro de cada grupo, senão pequenas diferenças específicas, e cada grupo actual deve ter um grupo que o represente distintamente na fase anterior, também os Hominídios devem ter resultado da transformação gradual de tipos anteriores de que constituem o complemento. Não deve

buscar-se essa origem em grupos diversos, como os Antropoides, ou em formas que, segundo Sergi, não são intermediários entre o Homem e aqueles, como o *Pithecanthropus* ou o *Sivapithecus*, possivelmente formas extintas sem descendência.

Reverendo o exame dos restos fósseis de Fayum, feito por Schlosser, Sergi julga encontrar os possíveis representantes dos *Hominidae* no terciário antigo, no *Propliopithecus*, no *Mæripithecus* e no *Parapithecus*.

Com êsses fósseis organisa uma nova família, que seria o princípio da família propriamente humana e que designa por *Eoanthropidae*, retirando a designação de *Eoanthropus* ao fóssil de Piltown. Essa família teria um género, novo, o *Eoanthropus*, com duas novas espécies:

Fam. EOANTHROPIDÆ Sergi

Eoanthropus hypotheticus (*Propliopithecus*, Schlosser)

Eoanthropus dubius (*Parapithecus*, *Mæripithecus*, Schlosser).

Esta reunião dos dois últimos tipos de Schlosser num só seria provisória.

Li com atenção a exposição em que Sergi funda o estabelecimento da feição humana dos três fósseis de Fayum. Não os conhecendo senão através de estampas e das descrições alheias, não tenho elementos para preferir definitivamente os pontos de vista de Sergi aos de Schlosser e outros autores que do assunto se ocuparam. Do *Propliopithecus* (o *Eoanthropus hypotheticus*, de Sergi) descobriu-se, como se sabe, uma mandíbula quási completa, faltando dos dentes os incisivos. Apesar de relativamente pequena — que, com Sergi, concordo não ser razão para eliminar em absoluto as suas afinidades humanas — essa mandíbula tem inegavelmente muitos caracteres humanos, como a

relativa pequenez dos caninos, a ausência do diastema entre êstes e os dentes visinhos, a forma da abertura mandibular (no entanto um pouco mais alongada do que a humana), etc. Mas tem várias diferenças, muitas das quais apontadas por Gregory e Sera, como a altura da apófise coronoide, os índices dos pre-molares, a posição antropóidica dos cúspides do segundo pre-molar, etc. A verdade é que, por exemplo, os seus índices, dados por Sera (1), de comprimento e de largura dos segundos pre-molares em relação aos primeiros molares, não sendo muito distantes dos humanos, são-no, porém, mais do que os de algumas formas de Antropoides. Deve-se notar que, na estampa de Sera que dá o grau de desenvolvimento da arcada dentária de alguns Antropoides e do Homem, para a frente, em relação ao ponto mediano mais baixo e mais posterior da sínfise, e a diversa convergência das duas séries post-caninas (2), o *Propliopithecus* aproxima-se mais do Homem do que qualquer outra forma: mas essa convergência é expressa por um ângulo de 34°, ao passo que no Homem é de 40°, e a posição da sínfise, embora seja mais anterior do que em qualquer outra das formas mencionadas, é ainda assim posterior á parte anterior da arcada dentária, ao passo que no Homem é anterior.

Parece-me que de tudo o que se sabe sobre o *Propliopithecus* é lícito apenas concluir que não se trata nem dum Platirrínio, nem dum Antropoide, nem dum Hominídeo, embora na sua morfologia haja afinidades mais ou menos estreitas com êsses diferentes grupos. A constituição duma família à parte, que contenha êsse espécime da fauna terciária, e demonstrativa duma evolução dos

(1) G. L. Sera, *La testimonianza dei fossili di Antropomorfi per la questione dell'origine dell'Uomo*. Extr. das «Atti della Società Italiana di Scienze Naturali», vol. LVI, Pavia, 1917, p. 72.

(2) *Ibid.*, p. 93.

Primatas em várias direcções, e tendo caracteres que permitem supô-lo uma forma ancestral de que teriam derivado várias linhas evolutivas, uma das quais seria possivelmente a humana, é perfeitamente aceitável, embora não possamos ainda excluir a hipótese de que êle figure na ascendência doutras formas (como por exemplo, o *Hylobates syndactylus*, como aventa Sera ⁽¹⁾), e menos provavelmente na do *Pliopithecus* como pretendia Schlosser) e embora não possamos seguir desde o oligoceno, através do mioceno e do plioceno, os seus desenvolvimentos ulteriores, que o teriam conduzido à forma humana.

Quanto ao *Parapithecus*, Sergi parece ter razão em impugnar a fórmula dentária 1,1,3,3 dada por Schlosser, que teria descrito como canino o incisivo lateral e como primeiro pre-molar o canino. Embora menos do que o *Propliopithecus*, a mandíbula incompleta sobre que Schlosser estabeleceu a forma *Parapithecus*, tem algumas tendências para a mandíbula humana, mas dela difere absolutamente em caracteres dentários que a Sergi parecem duma importância secundária, na posição extremamente recuada da sínfise, na forma e dimensões do ramo montante, na implantação fortemente oblíqua dos incisivos, etc. Basta olhar para a figura que o próprio autor fornece, para se extranhar que êle fundasse num tal documento uma «provável forma humana do terciário antigo». Não há razão, porém, para contestar dum modo absoluto a inclusão, feita por Sergi, do *Parapithecus* na mesma família de *Propliopithecus*. São realmente impressivas as diferenças que um e outro apresentam em relação aos Antropoides, que possivelmente dêles não descenderiam, se admitirmos, como Sergi, a impossibilidade dum canino reduzido, como o do Homem, aumentar para conduzir ao volumoso canino antropói-

(1) *Ibid.*, p. 116.

dico, que depois se reduziria de novo na evolução para o homem, e se aplicarmos idêntico raciocínio aos caracteres da arcada dentária e posição da sínfise, de que fizemos menção.

Do *Mæripithecus*, assente sôbre um pequeno fragmento mandibular com dois dentes molares apenas, fez Schlosser um novo género dos seus *Parapithecidae*: Sergi, pelo menos provisoriamente, identifica-o com o *Parapithecus*. Trata-se dum resto muito fragmentar para conclusões definitivas. O que é interessante é que o sábio italiano, em menos de meia página do seu trabalho ⁽¹⁾ regista, como estando nos limites das variações humanas, os caracteres que o embaraçaram para o estabelecimento da feição humana dêsses fósseis: a dupla raiz dos pre-molares, a forma quadrada dos molares e a sua estrutura tubercular, a forma baixa da mandíbula, em suma, os caracteres que, sobretudo no *Mæripithecus*, pareciam mais distantes do homem. Concordo plenamente em que nas mandíbulas humanas, por vezes na mesma mandíbula, as variações da morfologia dentária, sobretudo nos molares, são tais que as classificações se tornam difíceis. Mas isso só vem em apoio da tese de que é preciso ter a maior cautela nas conclusões sistemáticas e filéticas fundadas, exclusivamente ou principalmente, na morfologia dentária dos Primatas.

Se, provisoriamente se pode adoptar a classificação sistemática dos restos referidos do terciário antigo de Fayum numa só família, distinta das famílias actuais de Primatas, nem me parece que a designação de *Eoanthropidae*, escolhida por Sergi, seja a mais adequada (não simpatizo com uma nomenclatura fundada em vagas conjecturas filéticas que estão longe de se poderem considerar demonstradas), nem julgo que haja fundamento bastante para relinir os três géneros de Schlosser num só género,

(1) G. Sergi, *Di una probabile forma*, etc., op. cit., p. 13.

sendo isso, quando muito, admissível para o *Parapithecus* e *Maripithecus*. Porque não será preferível deixar, para os três tipos fósseis, a designação de *Parapithecidae*, estabelecida por Schlosser para dois dêles? E, embora a designação de *Propliopithecus* não pareça feliz, não se opõem os usos nomenclaturais a que a conservemos, constituindo dêste modo provisoriamente a família *Parapithecidae*:

Fam. PARAPITHECIDÆ (Schlosser), *nov.*

Propliopithecus, gen.

Parapithecus, gen. (*Parapithecus*, Schlosser, e *Maripithecus*, Schlosser).

Quanto a tratar-se de «prováveis formas humanas do terciário antigo» e a considerá-las élos distintos das cadeias genealógicas humanas dentro do critério polifiletista de Sergi, são meras fantasias dum alto espírito, que permanece invariavelmente fiel a uma hipótese forçadamente architectada sobre vagas e superficiais aparências de pormenores, e não sobre uma associação significativa de factos de evidente importância taxinómica e filética.

*

* *

Cumprindo o seu programa de enfeixar factos que elucidem o problema filético relativamente ao homem, Sera, que, em trabalhos anteriores, se tinha ocupado especialmente, sob um tal ponto de vista, dos caracteres dentários e faciais dos Primatas,

vem agora dar-nos os resultados dos seus estudos relativos aos membros inferiores (1).

Sera também é polifiletista, mas o seu polifiletismo não pretende abraçar a generalidade da evolução orgânica: restringe-se aos Primatas e particularmente ao homem; e não vai buscar directamente a uma substância coloidal amorfa, como faz Sergi, a origem de cada um dos seus *phyla* de Primatas.

Não pode negar-se interêsse aos seus trabalhos perseverantes e indiscutivelmente originais. A sua revisão dos restos dos Antropomorfos fósseis tem inegavelmente valor. A maior objecção que suscita, é a que lhe fez Boule, de exagerar simples variações individuais, convertendo-as facilmente em caracteres específicos (2). Um mesmo espírito de minúcia descritiva, que, realçando os seus méritos de observador, o leva, porém, a perder-se num labirinto de hipóteses e explicações parciais (aparentemente complicadas e obscuras, mas na realidade mais ou menos simplistas perante a complexidade suprema dos problemas da biomorfogénese), um mesmo espírito de minúcia descritiva, repito, existe nos seus estudos sobre a dentadura e sobre a face (3), como agora nos seus estudos dos membros inferiores.

Mas a leitura dos seus trabalhos dá-nos sobretudo a impressão de que Sera se propoz resolver duma assentada uma quantidade imensa de problemas, acastelando hipóteses sobre hipóteses. As origens da platicefalia e de outros factos craniomorfológicos,

(1) G. L. Sera, *Sul significato polifiletico delle differenze strutturali nell'arto inferiore di «Anthropoidea» (mihi)*, «Giornale per la Morfologia dell'Uomo e dei Primati», vol. III, 1921, Pavia, p. 83. Este trabalho é antecedido doutro da signora M. Clerici Allievi, sobre o mesmo assunto, fundado nos dados métricos de Bello y Rodriguez sobre a tibia e o fémur. A autora limita-se, porém, ao confronto dalguns destes dados entre si, deixando ao Prof. Sera o comentário dos seus resultados e a elaboração das conclusões filéticas.

(2) «L'Anthropologie», t. XXX, Paris, p. 162.

(3) Citados no meu livro *Homo*, pp. 39, 40, etc.

a odontogênese, as estratificações étnicas na América e noutros pontos, a platicnemia, a platimeria, a cronologia dos restos fósseis dos Primatas da América do Sul, a existência dum antigo continente Pacífico, a difícil discriminação entre caracteres adaptativos e caracteres indiferentes, e muitas outras questões da mais alta transcendência, encontram propostas de solução na obra de Sera (1). Rara a página que não contém uma hipótese. Ora, se a hipótese é um precioso instrumento científico, nem por isso o seu abuso deixa de apresentar sérios perigos. O imperfeito conhecimento de várias populações, com algumas das quais só recentemente se entrou em contacto, não autorisa largas especulações filéticas e antropogeográficas sobre elas. Em muitos assuntos a Antropologia está ainda na fase de colheita de materiais, na fase descritiva, que antecede necessariamente as interpretações. Também não é perfeito o conhecimento de alguns Primatas, assentando por vezes as observações sobre tão pequeno número de indivíduos, que não se pode fazer um juízo seguro da amplitude das variações individuais dentro de cada grupo. Muitos autores recentes confundem ainda nas suas descrições, como o próprio Sera diz, o Siamang com os Gibões em geral. É sobre materiais tão fragmentares e imperfeitos que podemos edificar as hipóteses?

Além disso a colheita de materiais, as observações dum órgão ou duma parte do corpo devem ser feitas sem a preocupação permanente e exclusiva de utilizar esses resultados para a demonstração de uma hipótese; a verdade é que nós não devemos a Sera, por exemplo, o estudo exaustivo do pé, da tibia ou do fémur nos Primatas e nas raças humanas, mas uma coordenação

(1) Esta encontra-se excelentemente resumida pelo autor numa sua recente brochura: *Riassunti delle pubblicazioni scientifiche del Prof. G. L. Sera (1909-1922)*, Pavia, 1922.

de elementos seus e de vários autores, que de qualquer modo entende poder utilizar no esclarecimento do problema filético. São muitos em número os factos reunidos por Sera, mas são pouquíssimos para a solução das questões que julga resolver.

No seu trabalho sobre os caracteres faciais, o distinto antropólogo italiano fundava sobre o exame de alguns desses caracteres no Homem e nos Primatas a classificação destes em seis grupos, reunindo cada grupo certas espécies de Primatas e um tipo humano (1). Sem fixar, nem o número de *hominaciones*, nem as relações genealógicas de todas essas formas umas com as outras, Sera concluía no entanto por exprimir a opinião de que não deveriam ter a mesma origem os tipos humanos incluídos em diferentes grupos, antes haveria mais estreitas relações filéticas entre os Primatas de cada um desses grupos e o tipo humano reunido a esses Primatas. Relativamente a alguns dos caracteres estudados, admitia que se pudesse invocar para a explicação da homogeneidade de cada grupo uma convergência adaptativa. Mas para outros caracteres, (como a proeminência do que chama rosto frontal, a largura interorbitária, a largura da apófise ascendente do frontal, a sua disposição relativamente ao plano sagital, a posição da fossa lacrimal, a disposição da órbita, a ausência ou presença do foramen zigomático-facial), a convergência seria menos provável, entendendo Sera que esse conjunto de caracteres lhe fornece base para o seu polifiletismo.

Combateu Giuffrida-Ruggeri vivamente as conclusões polifiléticas fundadas sobre tais elementos, que considerou oscilações insignificantes da região fronto-naso-lacrimal, algumas susceptíveis possivelmente de explicação por um mecanismo adaptativo, outras pela acção morfogenética da domesticidade, posta em evidência

(1) Cf. meu resumo no *Homo*, p. 39 e segs.

por Fischer. Infelizmente a polémica degenerou num pleito cheio de azedume, deixando o prematuro falecimento de Giuffrida dois artigos de Sera sem resposta, e tendo a contenda êsse termo brusco e inesperado.

Abstendo-me de entrar em conta com as palavras de mais violenta feição pessoal, dirigidas de parte a parte, não deixarei, porém, de registar que, nas suas réplicas às objecções de Giuffrida-Ruggeri, Sera acusava o seu crítico de não discutir a exactidão dos *factos* numerosos que êle acumulára, e se limitar a objecções de ordem geral, sem opôr outros factos áqueles (1).

Parece, à primeira vista, efectivamente que a mais forte objecção seria acumular um grande número de factos em contrário dos apresentados por Sera. Claro está que isso demandaria um estudo exaustivo das regiões esqueléticas às quais o polifiletista italiano consagrou os seus trabalhos. Mas, sem um tal estudo, estão inibidos todos os antropólogos de emitir um parecer sôbre os documentos apresentados e sôbre a legitimidade das hipóteses sôbre êles erigidas? De resto, se detalhes esqueléticos de discutível valor taxinómico e filético, conduzem ao polifiletismo, estão já ditos muitos caracteres de primeira ordem, morfológicos e funcionais, cuja associação e natureza falam eloqüentemente para a defeza da unidade original do grupo humano. As diferenças raciais não destroem o flagrante significado que tem caracteres comuns, como são sobretudo o desenvolvimento cerebral e a linguagem articulada, devendo salientar-se, como um dos mais poderosos argumentos, a fecundidade dos cruzamentos entre as raças humanas, fecundidade absolutamente incompreen-

(1) G. L. Sera, *Risposta al prof. V. Giuffrida-Ruggeri*, «Giorn. per la Morfologia, etc.» vol. III, Pavia, 1922, p. 182 e segs., e *A propósito del polifiletismo dei Primati*, no mesmo jornal, vol. IV, Pavia, 1922. As principais críticas de G. Ruggeri às hipóteses de Sera, figuram no seu livro *Su l'origine dell'Uomo*, já citado.

sível se entre um Chimpanzé e um Negro houvesse, como Sera pretende, relações genealógicas mais estreitas do que entre um Negro e um Europeu, por exemplo.

Porcerto, a êsses caracteres de primeira ordem, tão evidentes que nenhum naturalista, despido de preconceitos filéticos, hesita em dá-los como basilares sob o ponto de vista sistemático, considera Sera como resultado de meras convergências adaptativas, mascarando as feições específicas primitivas. Mas, perante as analogias fragmentares e de puro detalhe, que encontra nos seus grupos e que dificilmente conseguirá impôr aos taxinomistas como tendo grande valor sistemático, regeita em vários casos essa convergência, que possivelmente não seria, as mais das vezes, mais do que o resultado duma ligeira semelhança acidental, duma oscilação que se compreende tão bem entre as raças duma espécie, como se compreendem as variações individuais dentro duma raça.

Se é certo, que, em alguns dos casos, um carácter pouco aparente pode ser o índice revelador duma ligação filética que se não esperava e que estava mascarada por adaptações secundárias, não é menos certo que, nêsses casos como dum modo geral, a associação dos caracteres é uma regra fundamental da filogenia, da mesma maneira que da taxinomia. Não nos parece que o exame do sistema piloso, da conformação geral da cabeça, do tronco e dos membros, dos vários aparelhos da economia, possa conduzir qualquer naturalista familiarizado com a sistemática animal e sem qualquer ideia filética preconcebida, a aproximar um Japonês do Orangotango, afastando-o doutras raças humanas. O último trabalho de Sera sôbre o esqueleto dos membros inferiores friza que o Orangotango e as raças humanas estão relativamente a um grande número de caracteres longesquer de interferirem nos limites das variações respectivas. O Orangotango, exclusivamente arborícola, tem uma estrutura

importância das conclusões a que se pretende chegar. A forte torsão positiva do fémur de grupos étnicos pertencentes ao seu tipo Polinésio condu-lo, por exemplo, à asserção de que esse tipo humano não passou por um estágio semelhante ao dos actuais Antropomorfos, *mas resultou de uma forma hapaloide mais ou menos directamente*. Não é uma conclusão tão forçada como a de se ver qualquer analogia especial entre a torsão do fémur japonês que, como a das outras raças humanas, é, em média, positiva (11°,5, segundo Koganei) e a do Orangotango que é negativa em média, devendo ainda notar-se que a amplitude das variações é muito grande? O que se pode concluir de facto de ser japonês o único caso de torsão tibial negativa encontrado em 2096 tíbias humanas? Não é casual, diz Sera. Pois, a nosso ver, não pode ser senão casual, desde que tôdas as outras tíbias japonesas têm uma torsão positiva.

Os caracteres específicos orangoides que Sera diz encontram-se no seu segundo tipo humano, o mongólico, podem repartir-se, segundo aquele autor, em duas categorias: caracteres originados na adaptação arbórea tão acentuada no Orango (forma de prisma triangular do segundo cuneiforme dos Japoneses, inclinação da apófise posterior do calcâneo para baixo, e outras estruturas, que, *originadas na adaptação arbórea, se revelaram depois utilíssimas na estação erecta*); caracteres específicos do Orango independentes da adaptação arbórea (talvez a forma cilíndrica, regular, do metatarso). Sera duvida de que haja efectivamente caracteres desta segunda categoria, caracteres indiferentes, e diz que é difícil encontrar exemplos dessa ordem para o Orangotango. Depois reconhece que o somatismo do Orango, *acentuado em relação aos outros Antropoides e resultante das suas condições de adaptação, não pode ser específico para o ramo humano relativo*. Mas não hesita em indicar nos Japoneses caracteres possivelmente demonstrativos, a seu ver, duma adaptação *atenuada* orangóide; o

prolongamento para baixo póstero-mediano do astragalo, a forte inclinação, de dentro para fóra e de cima para baixo, dos dois primeiros cuneiformes, o espigão inferior agudo do segundo cuneiforme, a apófise piramidal longa e estreita do cuboide, os metatarsianos cilíndricos e direitos; na tíbia, a pequenez dos diâmetros da diáfise, que indicam a redução do osso, e sobretudo do ântero-posterior, a posição extremamente recuada da crista interóssea, a grande curteza do osso; no fémur, a pequenez dos diâmetros da diáfise, especialmente o sagital, a forma estreita no alto da secção do colo. Estes caracteres, unidos a outros atenuados de adaptação trepadora, tornam para Sera muito provável a hipótese de que o tipo humano a que pertence o Japonês, provenha duma forma já muito diferenciada no sentido da evolução característica do Orangotango. A ausência de tal caracterisação noutros grupos, que, pelo contrário, têm, a seu ver, paralelismos com outras formas de Primatas, permite-lhe concluir que se trata de raças humanas doutras origens animais. Analisa as proporções relativas do tronco e dos membros, e para isso não utiliza o índice esquelético, que, considera defeituoso, nem as proporções de Mollison, em que o comprimento anterior total do tronco é o termo das comparações centésimais: obtém um novo índice tomando as proporções dos membros em relação a um módulo de redução determinado para cada grupo pela razão entre o índice da posição do umbigo nêsse grupo e o mesmo índice numa forma primitiva, num padrão, para que escolhe o *Hapale*. Encontra aí um novo paralelismo entre as diferenças do Orango para o Gibão, duma parte, e as dos Japoneses para os Negros, doutra parte. O que é extranho é que depois de ter feito sofrer tantas transformações numéricas aos dados de Mollison, os grandes Antropoides surgem-lhe ainda completamente fóra dos limites das variações nas raças humanas, e o Orango tem, por exemplo, o índice transformado de 83,2, mais baixo cerca

de 30 unidades do que o mais baixo índice humano, que diz ser o dos Mongois, com os quais, aliás, pretende aparentar aquêlê Antropoide. Ora esta fortíssima divergência numérica compreender-se-ia se se tratasse de medidas absolutas ou de relações simples, mas, tratando-se de relações numéricas corrigidas no sentido de se eliminarem os factores que poderiam mascarar as afinidades reais, confessemos que não são brilhantes os resultados obtidos...

Não é preciso já acentuar quanto deve ser reduzida a importância de alguns pormenores morfológicos que o autor italiano regista nos ossos do pé como tendo uma significação distintiva: é possível que alguns dêesses caracteres não sejam exclusivos dos indivíduos dos grupos a que os outorga, e não sei como Sera ha-de explicar, por exemplo, a existência de alguns dêesses, em indivíduos dos outros grupos. Salientarei apenas que é preciso não esquecer que no mesmo indivíduo alguns ossos do pé apresentam por vezes falta de harmonia perfeita entre as suas facetas articulares e as dos ossos correspondentes (1), e até há diferenças de estrutura — pequenas, sem dúvida, mas apreciáveis à inspecção — dum lado para o outro, nos pés do mesmo indivíduo.

Os números são, na verdade, os mais fortes adversários das conclusões do ilustre professor de Pavia. Já vimos o que se dá com os ângulos de torsão da tíbia e do fémur, que colocam todo o grupo humano bem áparte de alguns Antropoides com os quais se pretendem ligar genealógicamente apenas algumas raças. Já vimos o que se dá com as proporções relativas do tronco e dos membros. Em muitos índices e proporções nem sequer há interferência numérica entre o Homem e êesses Antropoides; trata-se de grupos taxinómicos gravitando em órbitas bem distintas. Por

(1) A. Hrdlicka, *Physical Anthropology of the Lenape or Delawares and of the Eastern Indians in general*, Washington, 1916, p. 98.

outro lado, sendo exacto o polifiletismo, deviam existir fundas soluções de continuidade, hiatos amplos, no campo das variações raciais, mas raros são os índices cujas médias nas diferentes raças se não dispõem numa escala de gradações aproximadas, de modo algum bruscas como seria de esperar se houvesse tão grandes diferenças nas respectivas origens.

Mas há vários números que vêem em franca opposição aos resultados do antropólogo italiano, além dos que já mencionámos. No seu laconismo formal, os índices da rótula, alguns índices do astragalo e calcâneo, o comprimento do pé, o índice tibio-femural, etc., mostram as diferenças no sentido oposto ao indicado por Sera. Ao índice tibio-femural se refere o próprio Sera, procurando, como veremos, encontrar uma explicação da desharmonia com as suas conclusões. Relativamente à rótula — osso sobre o qual não recadem as análises do antropólogo italiano, se bem que, apesar-da sua variabilidade e das suas obscuras condições de desenvolvimento, nada indica a sua eliminação para os confrontos — os dados de Bertha Devriese (1) são bem concludentes em sentido desfavorável à tese seriana:

	Índice da altura	Índice de largura
Orangótango	43,5	38,5
Hylobates	50,5	53
Japoneses	57,5	55
Negros	48	53

O mesmo sucede com o *Sustentaculum Index* do calcâneo, se bem que a diferença, relativamente a êste índice, entre Japoneses

(1) Cf. em: R. Martin, *Lehrbuch der Anthropologie*, Jena, 1914, p. 1039.

e Negros seja muito pequena ⁽¹⁾. Mais patentes são os elementos fornecidos por Volkow, Adachi e Reicher, em relação ao índice de altura-comprimento do calcâneo ⁽²⁾:

Orangotango . . .	40,5 (seg. Volkow) — 45,4 (seg. Reicher)
Hylobates . . .	47,7 (» ») — 52,2 (» »)
Japoneses . . .	52,1 (seg. Adachi)
Negros . . .	46,4 (seg. Volkow)

Ao passo que a média do Orango é mais baixa do que a do Gibão, a dos Japoneses é mais alta do que a dos Negros. O mesmo facto se dá com o índice de altura-comprimento do astragaló ⁽³⁾:

Orangotango . . .	46,5 (seg. Volkow)
Hylobates . . .	54,8 (» »)
Japoneses . . .	57,3
Negros . . .	50,1

Os dados de Poniatowski confirmam o facto de o índice do Orango ser o mais baixo dos índices de Antropoides.

O que se há de concluir da existência de tais factos que contradizem evidentemente os apresentados por Sera em defeza da sua tese? Ele não deixa de proclamar que é necessário manejar os índices com tôdas as cautelas, dizendo que semelhança numérica pode encobrir dissemelhança morfológica substancial, e tratando de interpretar com mecanismos fisiológicos ou adaptativos as divergências que encontra. Assim, por exemplo,

⁽¹⁾ Martin, op. cit., p. 1058.

⁽²⁾ *Ibid.*, p. 1057.

⁽³⁾ *Ibid.*, p. 1053.

o contraste entre o alto valor do índice tíbio-femural do Orango e o baixo dos Japoneses, di-lo apenas aparente, pois a tibia seria em ambas as formas curtíssima ao passo que o fémur seria curto no Orango « como convém a uma forma arbórea » e comprido nos Japoneses, « como convém a uma forma de habitat terrestre ». Mas por que razão é que o fémur dos Japoneses não é também relativamente mais curto do que o de outras raças, que, segundo as concepções filéticas de Sera, estão mais afastadas do Orango?

Convém acentuar que as *descrições verbais* podem referir-se a diferenças vagas, ao passo que os *números* são, em geral, insofismáveis.

É ainda para notar que não só os caracteres estudados pelo autor italiano se referem exclusivamente ou quâsi exclusivamente ao esqueleto ou a uma parte do esqueleto, faltando confirmações noutros sistemas, mas também, sendo certo que a embriologia fornece notáveis esclarecimentos nos problemas filéticos, ela não é invocada para a comprovação das hipóteses em questão. Não sei também explicar a razão por que Sera, dizendo que faltavam, entre os Antropomorfos fósseis e vivos, termos de comparação para os seus 1.º, 3.º e 4.º tipos humanos ⁽¹⁾, hesitou em ir buscar êsses termos aos Catarrínios e Platirrinios dos mesmos grupos. Não só tornou flagrante as dificuldades do polifiletismo em encontrar os numerosos élos genealógicos dos seus vários *phyla* (dificuldades que já são enormes quanto ao *phylum* único do monofiletismo pre-humano), mas também não mostrou um método uniforme. Não serão antes essas *lacunas* a expressão de que alguns dêsses élos são pura conjectura de duvidosa realidade?

Justificando a pesquisa de paralelismos e não de confrontos directos entre cada Antropoide e um tipo humano correspondente,

⁽¹⁾ G. L. Sera, op. cit., p. 85.

Sera baseia o seu método no propósito de eliminar o «factor hierárquico comum a cada uma das séries», pelo estabelecimento desses paralelismos entre as diferenças dum Antropoide relativamente a outra e as dum tipo humano relativamente a outro. Ao mesmo tempo que põe reservas na admissão de caracteres indiferentes, isto é, não adaptativos, não hesita em pretender eliminar a caracterisação que diz «hierárquica» e que, dentro daquêlê critério, não será também mais do que a expressão de fases paralelas ou comuns dum evolução adaptativa. Não serão antes, afinal, o habitat terrestre, a atitude erecta, em suma as adaptações comuns dos grupos humanos os sinais da evolução dum unidade morfológica inicial? Não serão os paralelismos sobre que Sera erige a sua doutrina, meras coincidências de formas colaterais e não soluções de continuidade do agrupamento humano reveladoras de genealogias diversas, que a comum dignidade hierárquica das formas humanas é a primeira a tornar problemáticas?

Essas coincidências não são difíceis de supôr, dada a amplitude das variações individuais e raciais. Elas respondem à pergunta que Sera põe aos monofiletistas: como explicar, admitindo unidade de origem, os paralelismos que êle encontrou? Pelo menos respondem provisoriamente, enquanto adaptações secundárias ou equilíbrios internos de conseqüências morfogenéticas especiais não puderem ser invocados com amplo fundamento.

*

* *

Nenhuma lógica formal autorisa a concluir dos paralelismos postos por Sera, relações filéticas averiguadas entre um componente de um dos binários e o correspondente do outro binário. Nem êsse paralelismo é perfeito e acentuado, nem no raciocínio

feito há vestígios dum silogismo inatacável. Imagine-se se alguém se lembrava de extrair das variações individuais, tão amplas dentro dum raça, conclusões filéticas análogas. Não seria difícil encontrar num indivíduo dum raça diferenças relativamente a outro, paralelas a diferenças entre duas formas animais determinadas. Seria legítimo concluir as relações filéticas *verticais*?

Utilizando os registos das minhas observações sobre que tenho elaborado o meu estudo de *Osteometria Portuguesa* ⁽¹⁾, não me foi difícil encontrar dois esqueletos *portugueses* cujos ossos dos membros inferiores diferissem entre si, relativamente à grande maioria dos caracteres sobre que incidiu o meu exame, num sentido *paralelo* ao das correspondentes diferenças entre o Orangotango e o Gibão, utilizadas por Sera na comparação entre Japoneses e Negros.

O autor italiano regista entre os caracteres que distinguem o Orango do Hylobates e simultâneamente — quâsi todos — os Japoneses e os Negros, os seguintes, que já antes mencionámos com poucas excepções mas que convém recordar: Fémur — menores diâmetros da diáfise, sobretudo o sagital, índice de robustez maior (os Japoneses neste ponto diferem do Orango, pois têm êste índice baixo em relação aos Negros), índices pilástrico e platimérico menores, índice de robustez da cabeça maior, torsão menor; tibia — diâmetros da diáfise menores sobretudo o ântero-posterior, índice de platicnemia mais alto (os negros de alta estatura têm êste índice alto como o dos Japoneses), tibia mais curta, torsão menor; índice túbio-femural mais alto (nos Japoneses relativamente baixo). Quere dizer, de 11 caracte-

(1) Já publicadas as partes relativas à *Coluna vertebral*, *Cintura escapular* e *Cintura pélvica* («Anais da Academia Politécnica do Porto», Coimbra, 1918, 1919 e 1920). Está em via de publicação a parte relativa aos ossos do braço e antebraço, e quâsi concluída a última parte, que se referirá ao esqueleto apendicular do membro inferior.

res que distinguem o Orango do *Hylobates*, 9 correspondem a diferenças no mesmo sentido dos Japoneses relativamente aos Negros.

Pois entre os esqueletos *portugueses*, que na colecção osteológica do Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Pôrto, têm respectivamente os números 37 e 13 e que pertenceram, o primeiro a um individuo masculino, de 60 anos, e o segundo a outro individuo do mesmo sexo, de 42 anos, encontram-se, das onze diferenças mencionadas entre o Orango e o *Hylobates*, nada menos de dez, num paralelismo análogo áquêle que Sera constatou em menor grau entre Japoneses e os Negros, e lhe serviu para apoiar conclusões genealógicas:

	37, ♂	13, ♂
Femur: diâmetro sagital da diáfise	28 ^{mm}	25 ^{mm}
índice de robustez	23,1	20,9
» pilástrico	100,0	124,0
» platimérico	75,4	94,9
» de robustez da cabeça	22,2	20,6
ângulo de torsão	— 7°	14°
Tibia: comprimento	323 ^{mm}	352 ^{mm}
diâmetro ântero-posterior da diáfise	29,5 ^{mm}	31 ^{mm}
índice de platicnemia (no meio)	83,1	67,1
ângulo de torsão	23°	28°
Índice tibio-femural	81,2	80,7

É curioso que nos índices da rótula e de altura-comprimento do calcâneo, não há nestes dois esqueletos paralelismo com as diferenças entre o Orango e *Hylobates*, como também sucede com os Japoneses e Negros. O índice de altura-comprimento do astragalo, êsse mostra paralelismo, pois no 37 é de 59,4 e no 13 61,5, mas a diferença é muito pequena.

Confesso que não foi sem surpresa que, tendo partido para

a escolha dos dois esqueletos (entre as dezenas dêles, identificados, existentes no Museu da minha direcção), de dois ou três caracteres apenas, como o comprimento da tíbia e os índices pilástrico e platimérico do fémur, fui nêles encontrando sucessivamente para os vários caracteres, as diferenças paralelas, do género das postas em evidência por Sera. Mera *coincidência fortuita*, resultante do acaso das múltiplas combinações individuais, ou mesmo *correlações de caracteres* ainda não determinadas? Qualquer destas hipóteses é admissível. A que sem hesitação excluo é a que a aplicação do raciocínio de Sera permitiria: a de que o Português número 37 tem filiação orangoide e o número 13 tem filiação hilobatoide. Quem pode pensar nisso sem sorrir?

Creio que esta minha constatação demonstra o valor do raciocínio do eminente antropólogo italiano, tornando flagrante a sua falta de legitimidade lógica. A verdade é que, se de facto houvesse filiação especial dos Japoneses no Orango ou numa forma afim dêste Antropoide, a adaptação ao habitat terrestre não teria reduzido a tão vagas reminiscências, como são as mencionadas por Sera, os caracteres orangoides daquela população. Porque não sobreviveu, pelo menos, um nítido, franco, indiscutível caracter orangoide, que a adaptação terrestre não destruisse forçosamente?

É singular que o polifiletismo não reconheça quanto há de impressivo na semelhança estreita dos grupos humanos e os não separe em bloco dos outros Prímatas, concedendo áqueles sem reserva uma comum dignidade hierárquica, que é a expressão dum passado pre-humano comum. Estranho fenómeno, êsse duma evolução convergente que, segundo os polifiletistas, teria conduzido simultâneamente formas animais muito diferentes à unidade admirável da linguagem articulada, do cérebro e mentalidade humana — realizações complexas, exigindo um concurso de circunstâncias que na Natureza difficilmente surgiria mais duma vez!

AGENESIA DO GRANDE E PEQUENO PEITORAIS

POR

AMANDIO TAVARES

2.º Assistente do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto

Identidade — Graciano A. N., de 31 anos, solteiro, pintor, natural de Sama, provincia de Oviedo (Espanha).

Observação geral — G. A. N. é um individuo de compleição robusta, dotado de massas musculares notavelmente hipertrofiadas, apresentando um pequeno grau de emaciação adiposa, mais perceptível na face, e que êle faz depender das ligeiras perturbações originadas pelo padecimento que motivou a sua entrada no hospital.

Foi a 9 de Novembro de 1922 que êle deu ingresso no serviço da 2.ª Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Porto, onde tivemos ocasião de o examinar poucos dias depois. Fala com correcção e desembaraço o seu idioma e denota grande vivacidade e uma certa intelligência, prontificando-se, muito amável, a deixar-se examinar; nunca a mais leve sombra de aborrecimento lhe notamos durante os dias em que procedemos ao seu exame pormenorizado. Várias vezes tivemos ensejo de o encontrar pintando aguarelas, para o que mostra certa aptidão, prendendo a atenção dos companheiros de enfermaria com êste meio de «distrair as horas», como êle próprio dizia.

Vamos passar ao estudo mais minucioso do doente.

Cabeça— Na cabeça nota-se uma pronunciada saliência dos malares e das apófises zigomáticas e pequena acentuação das bossas frontais e parietais.

As regiões temporais são levemente escavadas e o íonion é apagado.

A fronte é pouco alta e inclina-se suavemente para diante, para vir terminar em baixo por arcadas supraciliares salientes, sobre as quais se desenham sobranceiras espessas e de côr castanho-escura, que não invadem o espaço habitualmente existente entre elas.

A implantação dos cabelos — castanho-escuros, lisos e relativamente abundantes — é limitada adiante por uma linha convexa.

Os olhos estão um pouco retraídos nas órbitas e tem a íris castanho-escura; cílios recurvados e pouco longos, mais raros nas pálpebras inferiores.

As orelhas, de lóbulo aderente em parte, tem um tamanho regular, nada oferecendo de particular a sua implantação.

Nariz de bôrdo livre levemente côncavo, e de base um pouco achatada; sulcos naso-genais e lábio-genais bastante vincados. Lábios pouco espessos, o inferior um tanto descaído, limitando o contôrno do orifício bucal, que é de dimensões regulares. A dentadura é completa, nada apresentando de singular a implantação e forma dos dentes; abóbada palatina de conformação normal.

Pescoço — As particularidades que o seu exame nos oferece a pouco se resumem: o triângulo supraclavicular esquerdo é mais profundo que o do lado oposto, notando-se a saliência mais pronunciada da massa muscular do esterno-cleido-mastoideu à direita. Do lado esquerdo, pelo contrário, é mais saliente o trapézio.

A meio da região da nuca existe uma pequena cicatriz linear branca e não recente.

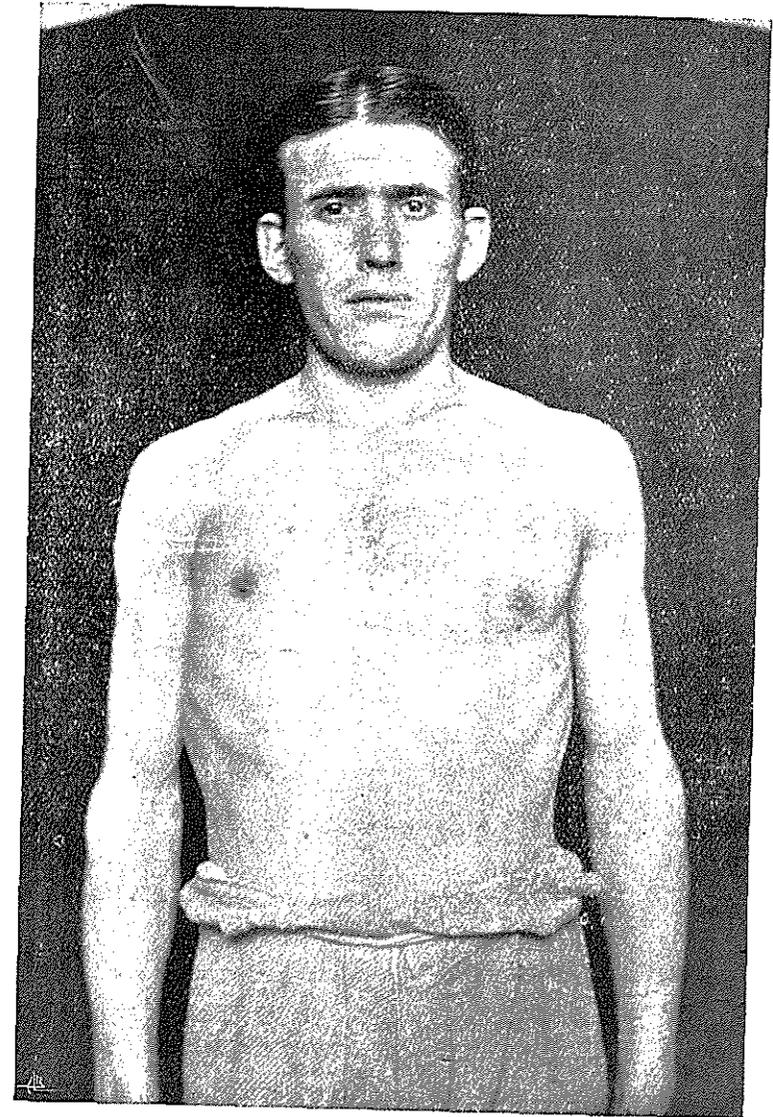


Fig. 1

AMANDIO TAVARES — Agenesia do grande e pequeno peitorais

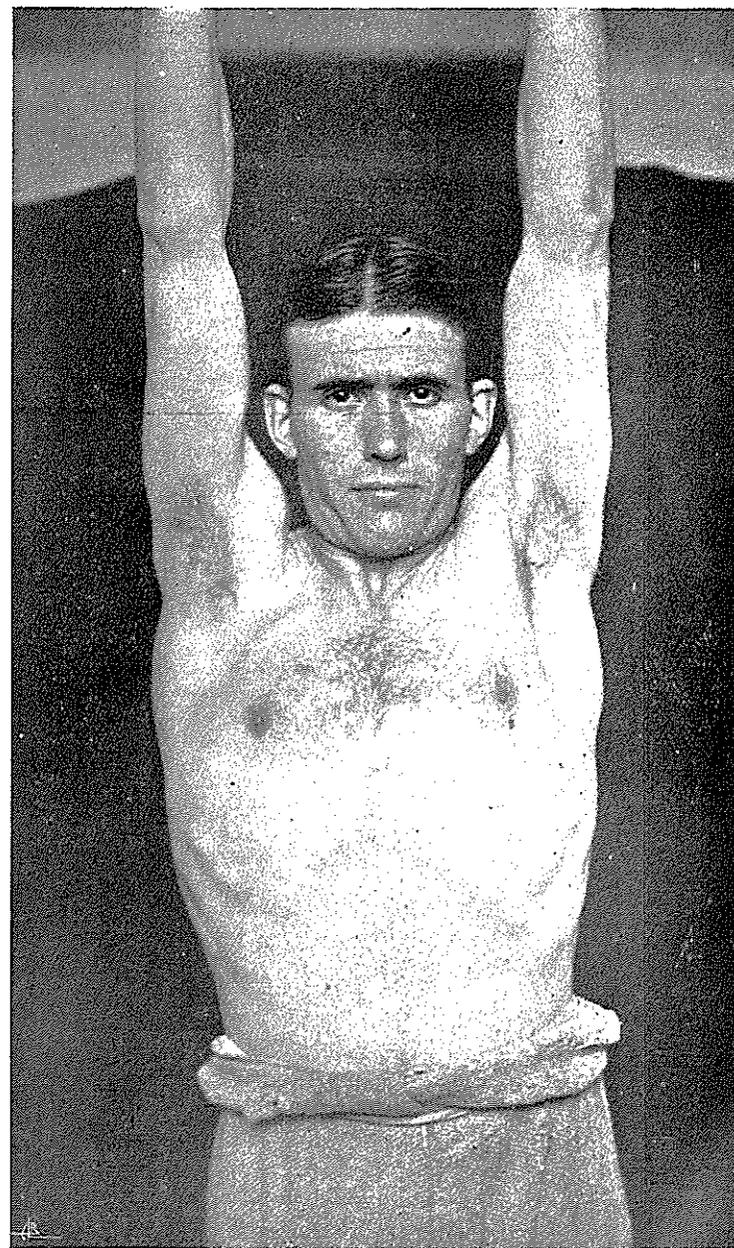


Fig. 2

AMÂNDIO TAVARES — Agenesia do grande e pequeno peitorais

Tórax — O que logo nos fere a atenção, observando o tórax pela face anterior, é a sua assimetria, já apreciável quando o doente tem os membros superiores pendentes ao longo do tronco (fig. 1), mas tornada mais visível quando êle os eleva (fig. 2); ao passo que a parte superior do hemitórax esquerdo se projecta em notável saliência, do lado direito existe antes uma depressão a substituir o relêvo que, normalmente, se ergue a formar a parede anterior da cavidade axilar. Os espaços intercostais e as costelas correspondentes desenhavam-se nitidamente dêste lado, notando-se ainda que o mamilo está mais superior e internamente colocado que o do lado oposto.

Ao contrário do que se verifica para a parte superior, a parte inferior do hemitórax direito é mais saliente que a correspondente no hemitórax esquerdo. Um pouco para cima e para dentro do mamilo esquerdo há uma tatuagem representando uma âncora.

Olhando o tórax pela face posterior, impressiona-nos desde logo a saliência mais pronunciada que o hemitórax direito forma na parte inferior, com maior desenvolvimento das massas musculares da região.

Abdómen — A observação nada revela digno de nota.

Membros superiores — O ombro direito desce mais que o esquerdo, sendo êste desnivelamento bastante sensível. Na face externa do braço direito há duas pequenas cicatrizes de vacina, e na parte média da face anterior do antebraço esquerdo uma nova tatuagem com a forma duma estrela de oito raios.

Membros inferiores — No limite superior da região ínguino-crural do membro direito, e ocupando uma boa parte da prega inguinal, apresenta uma tumefacção ovoide, ao nível da qual a pele é vermelha e luzidia.

Órgãos genitais externos— No sulco bálano-prepucial, junto ao freio, destaca-se uma pequena cicatriz arroxeadada, de direcção um pouco oblíqua de cima para baixo e da direita para a esquerda.

Elementos fornecidos pela palpação e mensuração— A clavícula, tanto dum lado como do outro, palpa-se bem em toda a sua extensão, sòmente o bôrdo anterior é mais fácilmente explorável à direita, em virtude da ausência de inserções musculares nesse bôrdo, desde a articulação esterno-costoclavicular até 60^{mm} de distância desta última; nesta altura apresenta um notável espessamento e projecta-se sob a forma duma tuberosidade bastante saliente, que se continua com a superfície rugosa da face inferior do osso. Junto dessa tuberosidade começa a inserção dum espesso feixe muscular em forma de triângulo, que mede 35^{mm} ao nível da base inserida na clavícula, dirigindo-se obliquamente para baixo e para fora, transpondo o espaço que separa a clavícula do húmero e encostando-se ao bôrdo anterior do deltoide até 155^{mm} de distância da sua inserção da clavícula, para se introduzir por debaixo daquele músculo, com o qual parece fusionar-se (fig. 3).

Pela flexão do antebraço sôbre o braço, com pequena adução dêste e leve projecção do cotovêlo, o referido feixe muscular desenha-se muito melhor, exagerando-se a saliência que êle forma.

Do lado oposto esboça-se um relevo muscular com posição e direcção idênticas, mas menos desenvolvido, fusionando-se dentro em pouco com os elementos musculares do grande peitoral e, principalmente, do deltoide, de forma a não podermos segui-lo.

A distância que separa o feixe em questão da porção clavicular do deltoide é de 28^{mm} ao nível da clavícula. As três porções dêste último músculo estão nitidamente separadas na origem e distinguem-se bem pela palpação, devendo notar-se que a inserção

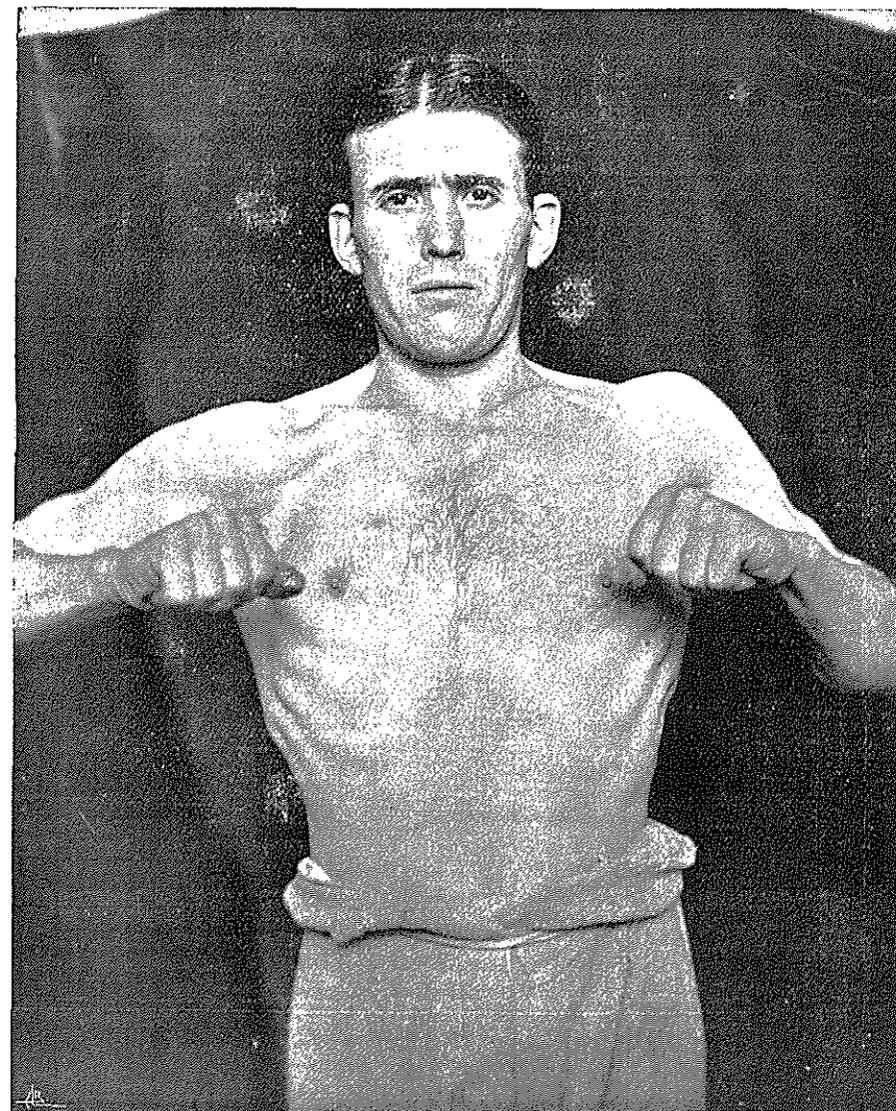


Fig. 3

AMANDIO TAVARES — Agenesia do grande e pequeno peitorais

clavicular é mais extensa que a do músculo esquerdo. A clavícula, no ponto em que se insere o referido feixe, mede 31^{mm} de espessura.

A apófise coracoidea palpa-se muito bem ao nível da depressão existente na parte superior do espaço que separa os feixes claviculares do deltoide daquele feixe; permitindo ainda a palpação perceber nitidamente: o tendão comum da curta porção do bicípite e do córaco-braquial, que dela parte, assim como reconhecer as dez primeiras costelas, as cartilagens correspondentes e os músculos sub-clávio, grande dorsal e grande dentado.

Na zona correspondente à posição habitual do grande e pequeno peitorais, apenas se distingue o feixe muscular descrito e cuja significação adiante discutiremos.

Estando o braço afastado do tronco, convidamos o doente a levá-lo para a posição descritiva. Opondo-nos ao abaixamento, não se nota a saliência habitualmente formada pelo bôrdô do pequeno peitoral. Êste facto veio confirmar a suspeita da falta daquele músculo, desde logo despertada pela simples palpação.

A artéria axilar também se palpa com nitidez desde pouco depois da sua origem e numa grande extensão, mas não nos é possível individualizar exactamente os cordões nervosos que a rodeiam, embora sejam perceptíveis.

O mamilo direito corresponde à 4.^a costela e dista 7^{cm} da linha esternal do mesmo lado, sendo de 11^{cm} a distância que separa o mamilo esquerdo, o qual assenta sôbre o 4.^o espaço da linha esternal correspondente.

A tumefacção ovoide existente junto da prega inguinal direita, e a que fizemos referência a propósito do exame dos membros inferiores, mede 8^{cm} de comprimento por 2^{cm} de largura.

A palpação revela um leve aumento da temperatura local e flutuação, despertando vivas dores ao doente.

Movimentos — Tratando-se duma disposição anómala que interessa a musculatura do tórax e caracterizada pela ausência de dois músculos, um dos quais desempenha tão importante papel na motricidade do membro superior, impõe-se o estudo dos movimentos dêste membro, para avaliarmos o grau das perturbações que aquela ausência pode ter acarretado. Verificamos que todos os movimentos activos e passivos são realisáveis e com excursões sensivelmente iguais às do membro superior esquerdo. É o movimento de adução aquele que mais particularidades nos oferece, o que não é de estranhar, dada a acção preponderante exercida pelo grande peitoral, que neste caso falta, para a realização dêsse movimento: Praticando a manobra que acima indicamos para o reconhecimento da presença ou ausência do pequeno peitoral — isto é, convidando o doente a levar o braço, prèviamente desviado, ao contacto do tronco e opondo-nos ao movimento — notamos que a adução é efectuada sobretudo pelos músculos grande dorsal e grande e pequeno redondos, auxiliados pelo feixe descrito, ao mesmo tempo que o ombro se projecta solicitado pela acção conjunta dele e dos feixes vizinhos do deltoide. O movimento de abdução é realizado à custa dêste músculo e para a retropulsão interveem os músculos que o realizam normalmente.

Cirtometria — Para tornar mais salientes as diferenças de conformação dos dois hemitórax, apreciáveis nas fig. 1 a 3, acrescentamos os seguintes esquemas (fig. 4), que representam, em escala reduzida, os esquemas perimétricos tirados com o auxilio do cirtómetro de Woillez. No esquema 1, correspondente ao perímetro do fundo da cavidade axilar, é notável a depressão da parte anterior do hemitórax direito; o esquema 3 traduz bem a saliência mais pronunciada da parte inferior do mesmo hemitórax, determinada pela hipertrofia das massas musculares da região e maior

abaülamento das partes ósseas, em relação com o predomínio do tipo respiratório costal inferior dêste lado.

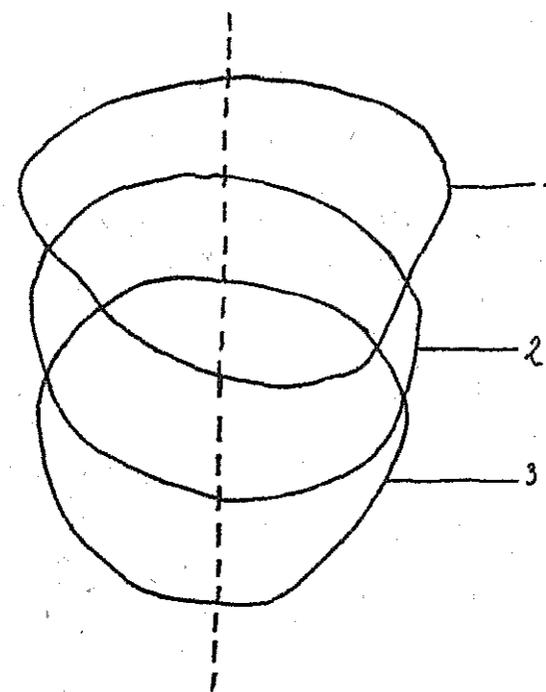


Fig. 4

Aparelho digestivo — Leve obstipação habitual. O fígado excede um pouco o rebordo costal na linha mamilar.

Aparelho respiratório — Número de movimentos respiratórios 18. A amplitude dêstes movimentos é maior do lado esquerdo ao nível da parte superior, maior do lado direito ao nível das últimas costelas e espaços intercostais correspondentes. O tipo de respiração costal inferior é predominante dêste lado.

Procedendo à medição dos perímetros torácicos encontramos os seguintes valores:

QUADRO DOS SEMI-PERÍMETROS TORÁCICOS

	Altura da cavidade axilar	Altura do mamilo	Altura do apêndice xifoideu
Inspiração normal	direita . .	47	49
	esquerda . .	47	45,5
Inspiração máxima	direita . .	49	50
	esquerda . .	48	49,5
Expiração normal	direita . .	46,5	48
	esquerda . .	46,5	44,5
Expiração máxima	direita . .	46,5	47,5
	esquerda . .	46	44

Aparelho circulatório — O choque da ponta faz-se no lugar habitual. Ruídos cardíacos normais e pulso sensivelmente normal nos seus caracteres. Frequência, 78 pulsações por minuto. As tensões medidas ao Pachon no pulso radial teem os seguintes valores: Tensão máxima 15; tensão mínima 7.

Aparelho urinário — A sua observação nada nos apresenta digno de nota.

Sistema nervoso — Não há alterações que mereçam ser registadas.

Sistema muscular — Exceptuando a disposição referida, nada mais se nota digno de menção. A força de pressão ao dinamómetro é considerável e está em relação com a notável hipertrofia do seu sistema muscular, oferecendo a curiosidade de ser maior do lado em que se verifica a ausência de peitorais. Mão direita 135 quilogramas; mão esquerda 128 quilogramas.

Sistema linfático — Palpam-se pequenos gânglios inguinais duros e móveis junto da adenite supurada.

Antecedentes pessoais — A anomalia muscular que acima fica descrita não passou despercebida nem ao doente nem às pessoas de sua família. Recorda-se de, em criança, seus pais se referirem a ela, dizendo que êle tinha «um peito mais alto do que o outro». Certo é, porém, que esta constatação resultava exclusivamente da assimetria torácica por ela determinada e não de quaisquer perturbações que, porventura, pudesse acarretar ao regular funcionamento do membro superior, perturbações essas que nunca se fizeram notar. Realizava, como vimos que hoje realiza, com o membro direito os mesmos movimentos e esforços que com o esquerdo e de tal sorte que nunca o trabalho fatigou mais um do que o outro. Chegado à idade militar foi inspeccionado por uma junta de recrutamento; a despeito de os membros da junta terem dado conta da existência da assimetria torácica—tendo sido, segundo refere, o desnivelamento dos ombros que lhes prendeu a atenção—foi apurado para o serviço activo, indo servir num regimento de artilharia. Como soldado desta arma fez parte duma expedição militar a Marrocos, demorando-se em Melila cerca de três anos. Assegura-nos que também durante o tempo do serviço militar nunca percebeu qualquer perturbação da motilidade do membro superior direito, mesmo nos trabalhos mais pesados. Fez parte dum club desportivo em Bilbao, praticando largamente

o foot-ball e entregando-se a exercícios ginásticos variados, que contribuíram para levar o seu sistema muscular ao desenvolvimento que hoje apresenta. Diz-nos que teve sempre o cuidado de resguardar, tanto quanto lhe era possível, o hemitórax direito, por «sentir o pulmão logo por debaixo da pele». Não se recorda de ter estado doente, a não ser agora, que foi obrigado a internar-se no hospital por motivo da adenite de que sofre e cuja história se limita à história banal das adenites desta natureza: A seguir a um coito suspeito apareceu-lhe no sulco bálabano-prepucial, junto ao freio, e no ponto hoje marcado pela cicatriz já descrita, uma pequena ulceração que supurava e era dolorosa. Pouco tempo depois apareceu-lhe junto da prega inguinal uma tumefacção, a princípio pequena, mas que pouco a pouco foi aumentando até atingir as dimensões que hoje apresenta, já com flutuação. Trata-se duma adenite consecutiva a um cancro mole e que, como se vê, nada oferece de particular.

Antecedentes hereditários — Ficou órfão desde muito novo, mas sabe que os pais, falecidos aí por 1898, vitimados pela varíola, foram sempre saudáveis. Por essa altura faleceu também um seu irmão com a mesma doença; dos seis filhos que ficaram, morreu outro dum desastre ocorrido numa mina e os restantes são todos saudáveis, nenhum apresentando, que lhe conste, qualquer disposição anómala do seu sistema muscular. Na patologia dos antecedentes não se apura nenhuma doença nervosa e também não tem havido, que ele saiba, casamentos consanguíneos.

Boletim antropométrico

Cabeça

Diâmetro antero-posterior máximo	189 mil.
» » » metópico-occipital	186 »
» transverso máximo	149 »
» frontal mínimo	115 »
» bi-auricular	142 »
» vertical supra-auricular	169 »
Curva horisontal total	560 »
» supra-auricular (pelo vertex)	360 »
» » » (» bregma)	356 »
Diâmetro bi-mastoideo máximo	133 »
» bi-zigomático	142 »
» bi-goniaco	103 »
Distância do ófrion ao limite anterior da implantação dos cabelos	48 »
» » » ao ponto nasal	14 »
Altura do nariz	60 »
Largura do nariz	32 »
» máxima na abertura das fossas nasais	22 »
Distância ófrion-alveolar	37 »
» sub-naso-alveolar	19 »
» naso-alveolar	79 »
» naso-bucal	81 »
» do ófrion ao mento	143 »
» mento-nasal	129 »
» do ponto subnasal ao mento	71 »
» mento-goníaca { direita	92 »
» esquerda	90 »
Altura total da face	182 »
» da base do nariz	25 »
Largura inter-ocular	28 »
» bi-ocular externa	108 »
» bipalpebral interna	31 »
» bipalpebral externa	34 »
» da órbita	42 »
Altura da órbita	34 »
Largura da fenda bucal	56 »
Altura do lábio superior	19 »
» » lábio inferior	17 »
» da mucosa bilabial	13 »
Distância da prega sublabial inferior à ponta do mento	40 »
Largura do incisivo superior médio { direito	9 »
» esquerdo	8 »

Largura do incisivo superior lateral	{ direito	6 mil.
	{ esquerdo	7 »
» » incisivo inferior médio	{ direito	4 »
	{ esquerdo	3 »
» » incisivo inferior lateral	{ direito	4 »
	{ esquerdo	5 »
Comprimento máximo da orelha		66 »
» da orelha cartilaginosa		56 »
Largura da orelha		39 »
Ângulo facial		66.º

Índices

Índice cefalométrico	78,7
» facial total	95,9
» facial superior (relativo a dist. ófrio-alveolar)	61,2
» facial superior (» » » naso-alveolar)	55,6
» orbitário	80,9
» nasal	53,3

Alturas acima do solo

Do vertex	1670 mil.
» canal auditivo	1531 »
» mento	1434 »
» acromion direito (bôrdo superior e externo)	1374 »
» » esquerdo	1384 »
Da fúrcula esternal (ponto de maior declive)	1365 »
Do mamilo direito	1246 »
» » esquerdo	1236 »
» umbigo	1008 »
» bôrdo superior do púbis	865 »
Da espinha ilíaca ântero-superior direita	940 »
» » » » esquerda	920 »
Do bôrdo superior do grande trocanter direito	870 »
» » » » esquerdo	870 »

Tronco

Circunferência do pescoço (mínima)	370 mil.
Comprimento do esterno (desde a fúrcula ao apêndice xifoideu)	185 »
Altura do apêndice	38 »
Distância bi-acromial	341 »
» bi-mamilar	225 »
» entre as espinhas ilíacas ântero-superiores	270 »
Circunferência do abdomen à altura do umbigo	780 »

Membro superior

Grau de envergadura	1980 mil.
Comprimento do braço direito (desde a acromion à interlinha articular humero-radial)	340 »
Comprimento do braço esquerdo	340 »
» » antebraço direito (desde a interlinha articular humero-radial até à extremidade da apófise estiloideia do rádio)	250 »
Comprimento do antebraço esquerdo	250 »
Circunferência do braço direito ao nível do fundo da axila	302 »
» » » esquerdo	283 »
» » » direito (logo abaixo do deltoide)	278 »
» » » esquerdo	272 »
» máxima do antebraço direito (ao nível do terço superior)	262 »
Circunferência máxima do antebraço esquerdo	264 »
» mínima » » direito (logo acima das apófises estiloideias)	170 »
Circunferência mínima do antebraço esquerdo	170 »
Comprimento da mão direita (à extremidade distal do médio)	200 »
» » » esquerda	200 »
Relação centesimal entre o comprimento do braço e a altura total do indivíduo	20,3
Relação centesimal entre o comprimento do antebraço e a altura total	14,9

Membro inferior

Circunferência máxima da coxa	498 mil.
» mínima » » (acima do joelho)	352 »
» máxima » perna	342 »
» mínima » » (acima dos maléolos)	220 »
» máxima do pé (ao nível da região metatarsica)	250 »
Comprimento da coxa	398 »
» perna	375 »
» total do pé	264 »
Relação centesimal entre o comprimento da coxa e a altura total do indivíduo	23,8
Relação centesimal entre o comprimento da perna e a altura total	22,4
» » » » do membro inferior e a altura total	46,2
Peso	66 kl.
(Antes da aquisição do cancro mole e do internamento no hospital, acusava o peso de 77,5 kl.).	

Conclusão — É mesocéfalo, leptoprósopo, microsémico, mesocônquico e platirrínio.

*
* *
*

Pondo de parte o padecimento que motivou a entrada de G. A. N. no hospital e que, no ponto de vista que nos interessa, nada de particular nos oferece, detenhamo-nos um pouco na apreciação dos defeitos referidos na sua musculatura, os quais acarretam a notável assimetria torácica percebida mesmo pelo exame mais superficial.

Vejamos, em primeiro lugar, a qual dos músculos — grande peitoral ou deltoide — devemos ligar o feixe muscular a que fizemos larga referência. Atendendo à situação que êle ocupa e às suas relações estreitas com o deltoide, parece fora de dúvida que deve ser considerado como um feixe dêste músculo destacado da sua massa, ao nível da inserção superior, mas unindo-se-lhe dentro em pouco para o seguir até à inserção no húmero, perto do qual parece dar-se a fusão.

Por outro lado, tendo em conta a separação que, por vezes, existe entre as diversas porções do grande peitoral, poderíamos pensar que aquele feixe representasse a porção clavicular, a única existente, daquele músculo; porém, a inserção na clavícula afigura-se-nos demasiadamente desviada para fora para pertencer ao grande peitoral, o que junto às razões acima expostas concorre para pormos de lado essa possibilidade, acabando por considerar o feixe em questão como fazendo parte do deltoide, do qual constitue uma porção errática.

Sendo assim, estamos em face duma ausência completa dos peitorais direitos, que somos levados a classificar de congénita por várias razões, entre elas a de ter sido denunciada desde muito cedo e a de não encontrarmos facto algum na história do doente

que possa servir para justificar a ideia duma atrofia; esta, a ter-se dado, não passaria por certo despercebida ao indivíduo nem às pessoas de familia, em virtude das perturbações de motilidade que necessariamente acarretaria.

Além disto, a hipertrofia compensadora dos músculos, que nós vimos, no estudo dos movimentos, suprirem pela sua acção orientada neste novo sentido a falta do grande peitoral, principalmente, deve ter-se estabelecido desde longa data, tais são a perfeição com que os movimentos se realizam e as pronunciadas alterações trazidas à conformação do hemitórax direito. Trata-se, pois, dum curioso fenómeno de adaptação, atestada ainda pelo desnivelamento de certos pontos do esqueleto, em especial dos acrómions e das espinhas ilíacas ântero-superiores. Todas estas modificações se realizaram por forma a não produzirem quaisquer perturbações que as fizessem tornar apreciadas pelo indivíduo, sendo de presumir que outro tanto não sucederia se a ausência sobreviesse, como consequência duma atrofia, na idade em que o doente já pudes e ter consciência delas.

Acresce ainda a circunstância, a que ligamos grande valor, do desnivelamento dos mamilos, dos quais o direito sobe mais que o esquerdo: é permitido pensar que, se a ausência fôsse consecutiva a uma atrofia e não congénita, nós veríamos o mamilo direito antes abaixado, como resultado do desaparecimento da camada muscular subjacente aos tegumentos ou, quando muito, situado ao mesmo nível do esquerdo, se a atrofia da pele se fizesse por igual.

A causa determinante desta falta de desenvolvimento é que não é fácil apreendê-la, tendo resultado inútil a pesquisa de dados relativos a esta parte, pois não apuramos facto algum, nem no exame do doente nem nos antecedentes, que possa lançar um pouco de luz sôbre este ponto.

*
* *
*

Não é vulgar a ausência congénita dos músculos peitorais. Vejamos quais os casos que encontramos registados na literatura da especialidade.

Hyrtl (1) observou um caso de atrofia congénita do grande peitoral direito, bem como do pequeno peitoral.

Cruveilhier (2) viu uma mulher idosa a que faltavam as inserções claviculares do grande peitoral direito; observou outro caso em que o deltoide tinha *absorvido em seu proveito* todas as inserções claviculares daquele músculo.

Deshayes (3) viu um indivíduo de 50 anos, malhador de trigo, com agenesia do grande peitoral esquerdo. Esse homem sofria dum carcinoma gástrico e era extremamente magro. O seu braço esquerdo possuía todos os movimentos, sendo a adução feita pelos feixes anteriores do deltoide.

Turner (4) refere-se aos seguintes casos: Tweedy descreveu um exemplar de ausência da porção torácica do grande peitoral e de todo o pequeno peitoral; Yeo relatou outra observação de ausência do grande peitoral esquerdo e éle próprio dissecou um cadáver que, à direita, apresentava o grande peitoral com um hiato correspondente à falta de algumas fibras que deviam nascer na segunda cartilagem costal e parte correspondente do esterno.

Testut (5) analisou sumariamente 24 casos de ausência total ou parcial daquele músculo, sendo uma das observações pessoal; o caso de Testut era uma simples separação do grande peitoral em dois feixes, entre os quais havia uma brecha transversal de 2,5^{cm} de largura. Alguns dos exemplares citados por aquele anatómico deviam ser casos de atrofia patológica e não de ausência congénita.

Le Double (6) cita vários casos, colhidos na literatura anatómica, de ausência uni- ou bilateral do grande e pequeno peitorais. Refere-se à agenesia de alguns feixes do grande peitoral, vulgar nos monstros anencéfalos. Segundo Le Double, o Orango e mais alguns macacos não possuem a porção clavicular do grande peitoral e em outros macacos é a porção condro-esternal que não existe.

Bryce (7) descreveu um exemplar em que havia ausência de grande parte da porção esternal do grande peitoral direito.

Mori (8) publicou a observação dum rapaz de 23 anos, em que não havia grande peitoral esquerdo; e Souques (9) relatou um caso de ausência congénita da porção esterno-costal do grande peitoral direito dum rapaz de 20 anos.

Griffith (10) apresentou um exemplar com ausência completa da porção esternal e uma pequena parte da porção clavicular do grande peitoral direito dum indivíduo vivo do sexo masculino. O trabalho é ilustrado com duas gravuras, donde pode deduzir-se a possível existência do músculo chondro-epitrochlearis neste indivíduo; a anomalia era congénita, não causava quaisquer inconvenientes e o seu possuidor nascera dum parto gemelar.

Sorrel, Bourdier & Bertaux (11) publicaram duas observações muito documentadas, ambas colhidas no vivo. A primeira refere-se a um rapaz de 20 anos, com ausência da porção esterno-costal inferior do grande peitoral esquerdo, bem como do pequeno peitoral desse lado, onde havia um mamilo supranumerário. O segundo caso era também um indivíduo do sexo masculino, de 13 anos de idade, com agenesia das porções esterno-costais do grande peitoral direito e do pequeno peitoral.

Appert & Vallery-Radot (12) apresentaram em 18-1-921 à Sociedade de Pediatria de Paris uma rapariga, cujo mamilo direito era metade menor que o esquerdo e situado mais acima. Falta-

vam os feixes esterno-costais do grande peitoral, bem como o pequeno peitoral.

Moreau (13) estudou um exemplar de ausência congênita dos dois grandes peitorais num rapaz de 20 anos.

O sr. dr. Luís Guerreiro (14), assistente do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa, publicou recentemente a observação muito completa dum caso de ausência, certamente congênita, de grande peitoral, pequeno peitoral e sub-clávio esquerdos. Tratava-se dum ferreiro de 19 anos, natural de Alemquer. Como o indivíduo que estudei é espanhol, a observação do sr. dr. Guerreiro é, até agora, o único caso português registado na literatura anatómica.

O desnivelamento dos mamilos, que no seu caso também existia, explica-o por um leve repuxamento da pele observado durante o período embrionário, em consequência da falta de desenvolvimento dos músculos que ela se destinava a revestir.

Como se vê, quasi todos os casos observados de agenesia dos peitorais são do sexo masculino.

O sr. prof. J. Pires de Lima (15) trata largamente da questão da agenesia parcial do grande peitoral nos monstros anencéfalos, apresentando um resumo das observações de outros casos de anomalias do grande peitoral registadas em Portugal.

Cumpro o dever de manifestar o meu profundo reconhecimento ao sr. prof. J. A. Pires de Lima, a quem êste modesto trabalho deve o interesse que possa merecer, pelos valiosos ensinamentos que me prestou para a sua elaboração.

Ao sr. dr. Constâncio Mascarenhas agradeço a colaboração que me prestou, procedendo às mensurações antropométricas do meu exemplar; e ao sr. dr. Pedro Vitorino os meus agradecimentos pelas fotografias que ilustram este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- (1) HYRTL — Manuale di Anatomia topografica — trad. italiana di Buonomo, I. Napoli, 1870.
 - (2) CRUVEILHIER — Traité d'Anatomie descriptive, 5.^{me} éd. Paris, 1871.
 - (3) DESHAYES — Absence congénitale des deux pectoraux gauches. (*Bull. de la Soc. Anatomique de Paris*, 1873).
 - (4) TURNER — Report on the progress of Anatomy. (*Journal of Anatomy and Physiology*, 1873).
 - (5) TESTUT — Les anomalies musculaires chez l'Homme. Paris, 1884.
 - (6) LE DOUBLE — Traité des variations du système musculaire de l'Homme, I. Paris, 1897.
 - (7) BRYCE — Note on a group of varieties of the pectoral sheet of muscle. (*Journal of Anatomy and Physiology*, London, 1900).
 - (8) MORI — Mancanza del muscolo grande pettorale. (*Monitore Zoologico Italiano*, 1902).
 - (9) SOUQUES — Absence congénitale des muscles grand et petit pectoral. (*Nouvelle Iconographie de la Salpêtrière*, 1902).
 - (10) GRIFFITH — Note on a case of muscular abnormality observed during life. (*Journal of Anatomy and Physiology*, 1902).
 - (11) SORREL, BORDIER & BERTAUX — Deux cas d'absence congénitale unilatérale partielle du grand pectoral et totale du petit pectoral. (*Bull. et Mémoires de la Société Anatomique de Paris*, 4-XII-1920).
 - (12) APPERT & VALLERY-RADOT — Atrophie pectoro-mammaire et brachydactylie. (*Ref. in La Presse Médicale*, 29-1-1921).
 - (13) MOREAU — Absence congénitale des grands pectoraux. (*Idem*, 9-11-1921).
 - (14) LUÍS GUERREIRO — Uma observação anátomo-clínica. (*Arquivo de Anatomia e Antropologia*, vol. V, n.º 3, Lisboa, 1921).
 - (15) J. A. PIRES DE LIMA — Le muscle présternal et la morphologie du grand pectoral chez les monstres tératencéphaliens. (*Comptes Rendus des Séances de la Société de Biologie de Paris*, 1923, p. 312).
- Musculus sternalis and the morphology of the pectoralis major in teratoccephalous monsters. (*Archives Portugaises des Sciences Biologiques*, 1, 2).

A PÁTRIA DO BUDA ⁽¹⁾

por

CONSTANCIO MASCARENHAS

SENHOR PRESIDENTE:
MEUS SENHORES:

Não será de todo fora de propósito que eu vos explique a razão porque me encontro aqui.

Tendo resolvido fazer um trabalho sobre alguns crânios da Índia-Portuguesa, existentes na Faculdade de Medicina, o sr. prof. dr. Pires de Lima, depois de os ter posto amavelmente à minha disposição, manifestou-me um dia o desejo de que eu fizesse uma *conferência* sobre as coisas da Índia, na Sociedade a que tenho a honra de pertencer.

Ora o prof. Pires de Lima tem sido para mim de uma amabilidade e de uma gentileza que todos lhe conhecem e que lhe são peculiares. A cativante Ihanesa do seu trato, a bondade inata do seu coração, o seu carinho quasi paternal, fizeram atenuar, suavisar, esquecer — oh! quantas vezes, quantas! — horas amargas de nostalgia intensa e profunda, contingência de uma vida de *exílio*... embora voluntário. É porisso que um desejo de s. ex.^a é para mim

(1) Comunicação feita em sessão de 4 de Maio de 1923.

uma imposição; é porisso que aqui estou, deixando o meu habitual retraimento quasi fisiológico, abandonando a paz e a doçura do silêncio e do recolhimento — silêncio e recolhimento que me fazem experimentar a volúpia de sentir-me ninguém.

*
* *

Que direi dessa Índia, cuja civilização causou a admiração e o entusiasmo de Michelet; dessa Índia que outrora foi grande e poderosa, e em que as lutas intestinas, provocadas pela ambição de uns e pelo despeito de outros, causaram a derrocada da sua grandeza e a ruína do seu esplendor; dessa Índia que é como um resumo de todas as fases da História — um quadro vivo da lenta evolução que conduziu as primeiras tribus humanas de barbarie primitiva à civilização moderna?! A Índia pode ser considerada — escreve Gustave le Bon — *comme une vaste mosaïque composée de peuples les plus divers, depuis le sauvage le plus primitif jusqu'à l'homme civilisé, en passant par toutes les phases intermédiaires.*

A reconstituição exacta do seu passado milenário é tarefa inglória, porque é impossível. O seu passado brumoso é muito vagamente revelado pelos seus livros religiosos, os Vedas, que nos dão a seu respeito o mesmo conhecimento que as tradições refinadas por Platão acerca dessa Atlântida desaparecida por um cataclismo geológico. A Índia não tem história. Mas isso não impede de evocarmos factos conhecidos, de os reportarmos às épocas em que elles se deram, de os relacionarmos uns com os outros, estabelecendo uma possível continuidade que é a base fundamental de toda a História. A filiação precisa e o rigor cronológico podem ser dispensados, porque as afirmações da História não são absolutamente seguras e, portanto, infalíveis. É histórico o milagre de Ourique. E o milagre de Marne é histórico também...

MEUS SENHORES:

Em tempos muito remotos, cuja data precisa se ignora, a parte setentrional da Índia sofreu a invasão ariana. Este povo, cujas características étnicas eram consideravelmente diferentes das da população autoctone da Índia, estabeleceu-se na região ocupada, vivendo em agrupamentos de character restritivo (talvez por uma repulsão natural, instintiva, quasi orgânica), formando clans e tribus, características da civilização ariana — células primordiais da organização social moderna. Anos depois uma segunda incursão ariana se fez para o interior da península, não pela via habitual do noroeste, mas passando por Gilgit e Chitral. As difficuldades de trânsito obrigaram os invasores a reduzir consideravelmente o número de mulheres que consigo levavam, forçando-os a cruzarem-se com mulheres indígenas de raça drávida, de *couleur foncée*, originando assim o grupo ário-drávida.

Com o decorrer do tempo os arianos não deixaram de sentir os efeitos prejudiciais d'este cruzamento feito em grande escala; e prevendo o perigo de se verem totalmente absorvidos pela população aborigene, como medida repressiva estabeleceram o regime de castas, unicamente baseado na restrição de cruzamento com restrição de ocupação ou de profissão, satisfazendo a lei biológica da conservação da espécie e a lei económica da divisão de trabalho. *It is impossible to suppose that the Aryans of the Punjab and the upper Gangetic valley could have allowed their blood to mix with the lower Dravidian race to any large extent* — escreve Vaidya.

Foi assim que nasceram as quatro primeiras castas: *brâmane* (sacerdote), *chatria* (militar), *váixia* (industrial) e *sudra* (serviçal), sendo somente a casta brâmane um agregado social endogâmico, e às quais Manú, no seu código Dharma-Sastra, atribuiu uma origem divina, fazendo-as proceder de diferentes partes anatómicas

de Brahma, o Sêr Supremo, que as criara para a propagação do género humano: da sua bôca nasceu o *brâmane*, do seu braço o *châtria*, da sua côxa o *vâixia*, e do seu pé o *sudra*. Estas primeiras quatro castas desenvolveram-se e diferenciaram-se por uma forma tão espantosa e insólita que, cada nova seita e cada profissão, formava uma casta nova, em conformidade com a lei sociológica da passagem do homogénio ao heterogénio, formulada por Spencer. E o regime de castas, por causa da sua origem mitogénica, radicou cada vez mais no supersticioso espírito indiano, a tal ponto que, à restrição de casamento e à restrição de ocupação, se acrescentou a restrição de alimentos, classificando-os de puros e impuros. Lê-se nas leis de Manú a respeito da restrição de casamento: «o brâmane que não desposar uma mulher da sua classe e tiver relações com uma sudra, será condenado às chamas do inferno; e se tiver filhos dela perderá a sua qualidade de brâmane. A respeito da restrição de ocupação ordena o seguinte: para a conservação de criação, o Sêr soberanamente glorioso, marcou misteres diferentes àqueles que produzira da sua bôca, do seu braço, da sua côxa, e do seu pé. Confiou ao brâmane o estudo e o ensino dos Vedas, a prática do sacrifício, a direcção dos sacrificios oferecidos por outrem, o direito de dar e receber esmolas. Impoz ao *châtria* o dever de proteger o povo, de ser caritativo, de oferecer os sacrificios, de ler os livros sagrados, e de não se entregar aos prazeres. Cuidar do gado, dar esmola, oferecer os sacrificios, estudar os livros sagrados, comerciar, e cultivar os campos, são as funções marcadas ao *vâixia*. Mas o soberano Mestre impoz ao *sudra* somente o ofício de servir as classes precedentes. A respeito da restrição de alimentos preceitua o seguinte: todo o alimento que não esteja alterado, e mesmo que tenha sido preparado na véspera, pode ser engulido se se lhe deita um pouco de azeite. E aquele que todos os dias se alimenta de carne, que é permitido comer, não comete pecado, porque Brahma criou

certos seres animados para serem devorados, e outros para os devorar».

Vê-se claramente, pela transcrição de alguns preceitos de Manú, que um exagerado espírito religioso preside a todos os actos da vida hindú—domina a sua vida inteira. O trabalho, a alimentação, o asseio, o sono, etc., são actos religiosos. A sua vida é uma liturgia. Pois diz muito bem Oliveira Martins: «À maneira que a imaginação cava na seara dos mitos profundando a expressão deles, trazendo a religião do mundo externo para o interno, dando às práticas um carácter místico e ao fetichismo já remoto uma significação simbólica; à maneira que o homem progride na evolução espontânea dos problemas transcendentales, cresce-lhe no espírito a alucinação divina».

O regime de castas, base da vida social indú, separando tão profundamente e por uma forma irreductível os diversos grupos de uma mesma raça, impede a fusão de todos os diversos povos que aí habitam, reduzindo-os a uma unidade étnica—condição essencial da unidade nacional. E se não há verdadeiramente uma nacionalidade indú, no justo sentido desta palavra, é porque os diversos povos que habitam na Índia são como estrangeiros uns para os outros. A verdadeira pátria de um indú é a sua casta, onde êle se sente aprisionado em uma complicada rêde de tradições e de costumes, que a hereditariedade tornou muito estável para que não possa jamais sair dali com facilidade. A origem divina que se lhe atribuiu, escravisa o seu espírito essencialmente religioso, prende-o a êsse preconceito—dominando-o, subjugando-o, tiranizando-o! Pois é pelo místico, pelo sobrenatural, pelo inverosímil, que mais facilmente se atua no espírito das multidões, despertando nelas uma credulidade infinita, ilimitada. O seu raciocínio muito rudimentar e superficial, não podendo entregar-se às nobres funções da crítica, leva-as a viverem em um permanente estado de inconsciência—a pavorosa inconsciên-

cia colectiva. Desde êsse momento tudo lhes parece razoável, tudo lhes parece aceitável: do mais indigesto absurdo até o mais autoritário dogma. A sua sensibilidade nada afeita às mais delicadas emoções reclama uma emoção violenta — o sobrenatural. « *Le charme qui touche le plus les âmes est le charme du mystère* » — diz Anatole France.

O sistema de castas, devido ao misticismo de que se revestiu, perdura ainda hoje na vida social indiana. As lendas que a tradição recolheu, em que há diálogos de serpentes transformadas em homens — oh! fantasia! — e homens transformados em serpentes, revela-nos muito nitidamente como o sistema de castas se infiltra na alma popular, atuando pelo sobrenatural que aterra e esmaga o espírito supersticioso e timorato, como é o espírito das multidões. « *La mentalité mystique* — escreve G. Le Bon — *se révèle par l'attribution à un être, à un objet déterminé ou à une puissance ignorée, d'un pouvoir magique indépendant de toute action rationnelle* ».

A lenda de Nahusha-Saptarshi, que vem descrita no Mahabharata, deixa-nos ver a forma como era encarado o problema de castas na infância da mentalidade indiana. Nahusha — diz a lenda — vendo-se obrigado a transformar-se em serpente para se furtar à perseguição dos brâmanes, permaneceu sob esta forma durante muito tempo, até que um dia foi encontrado por Yudhishtira no momento em que pretendia saltar contra o irmão dêste, Bhima. « Responda às minhas perguntas em termos muito precisos — disse Nahusha a Yudhishtira — ou de contrário matarei o seu irmão. Pergunte-me o que quizer, oh! grande serpente! — disse Yudhishtira — que eu responder-lhe hei de minha melhor vontade. O que vem a ser um brâmane? — inquiriu Nahusha. E Yudhishtira respondeu: é todo aquele que é dotado de probidade, liberalidade, gratidão, sã conduta, bons sentimentos, vida austera e piedade. Nahusha objectou: que sucederá se um sudra possuir todas essas qualidades? Yudhishtira explicou: se essas qualidades existirem

em um sudra e não existirem em um brâmane, é porque o tal sudra não é sudra e o tal brâmane não é brâmane. Pois, oh! grande serpente! a pessoa que possuir essas qualidades será um brâmane e aquela que as não possuir será um sudra. Porém Nahusha replicou: Oh! rei! se você pensa que a conduta de uma pessoa faz dela um brâmane, o facto de uma pessoa pertencer a uma casta não tem valor nenhum se as acções dessa pessoa não levarem a filiá-la na sua respectiva casta. Mas Yudhishtira esclareceu: a casta, em face das espécies gerais do género humano, é até ao presente indistinguível, por causa do grande entrecruzamento das raças. Homens de todas as castas tiveram filhos de mulheres pertencentes a todas as castas, indistintamente. Todos os homens apenas têm os seus traços comuns na linguagem, na vida sexual, no nascimento e na morte. E no verso *yeyajamahé* dos Vedas está escrito o seguinte: todo aquele que tiver tido um conhecimento aprofundado da essência das coisas, acredita que a boa conduta vale tudo na vida de um homem. « *Castes are useless if suitable conduct does not exist; for the intermixture of races has been very great indeed* », na versão inglesa de Vaidya.

Não é menos interessante também a lenda da família do Maharajá de Chutia Nagpur, que Sir Herbert Risley descreve no seu livro *The People of India*, e que nos mostra a forma como o sistema de castas, longe de se basear em diferenças étnicas ou em diferenças de educação que estabelece as classes sociais, apenas se deixava influenciar pelo maravilhoso, baseando-se essencialmente no absurdo.

Conta a lenda que o rei de Nagas ou serpentes tomou a forma humana e desposou uma linda donzela brâmane de Benares. A sua transformação, porém, não foi de todo completa, porque não conseguiu disfarçar a sua língua bipartida e sua respiração sibilina. Mas, com o intuito de ocultar à sua esposa esta particularidade pouco agradável, dormia sempre de costas voltadas para ela. Esta

precaução, longe de o beneficiar, despertou nela a suspeita de que procurava ocultar-lhe qualquer coisa, e aumentar a sua curiosidade. Entretanto êle havia-lhe proposto uma peregrinação para o templo de Jagannâth, em Orissa. Partiram em direcção a esse templo, seguindo o caminho directo, através das montanhas e florestas de Chutia Nagpur, e quando se aproximavam dos arredores da actual estação de Ranchi, a sua esposa sentiu as dores de parto. A sua curiosidade sempre crescente levou-a a dirigir-lhe uma série de perguntas, até que por fim êle viu-se forçado a declarar-lhe que era na verdade o Takshak Raja, o rei das serpentes. No mesmo instante êle transformou-se em uma gigantesca cobra e, tomando uma atitude conveniente, protegeu contra os raios solares do meio dia o filho que a sua esposa dera à luz, tendo ela morrido em seguida. Enquanto a serpente se conservava naquela atitude, alguns lenhadores da tribu Munda, que por ali passavam, tendo encontrado a criança em tão estranhas circunstâncias, e julgando que ela estava destinada, por este facto, para um grande e brilhante futuro, resolveram adoptá-la para chefe da sua tribu. Tal é a lenda da família do Maharajá de Chutia Nagpur, que, desde essa data, ficou pertencendo à família dos Rajputs — uma tribu guerreira acantonada nas proximidades do Dékan, na opinião de J. de Marlès.

« Como a água que sempre invade os baixios — diz Oliveira Martins — a superstição insinua-se nas almas desesperadas, enchendo-as de loucuras e terrores ». E estas duas lendas mostram-nos como a superstição influiu poderosamente no desenvolvimento ulterior das castas indianas. A sua multiplicação não obedeceu a nenhum critério étnico ou de afinidades psicológicas ou afinidades espirituais de Goethe, para as separar em agregados sociais endogâmicos, completamente fechados e privativos; nem tão pouco foi a continuação da selecção de aptidões individuais, que parece ter presidido originariamente à sua formação, estabelecendo o regime

de divisão do trabalho. As suas variedades ou subcastas são tão numerosas e múltiplas, que é quasi impossivel investigar com justeza e afirmar com precisão quais teriam sido as causas ou as condições que as determinaram. Parece todavia ter influido na sua formação o critério de que os *out-castes* (sem casta) eram creaturas abjectas, excluidas de toda a categoria social, como o eram os *ilotas* na Grécia, qualquer coisa de mesquinho com forma humana — a triste humanização do ignóbil. Porque há diversas tribus da Índia que, sob a influência da ortodoxia indú, adquiriram o mesmo modo de vida social, adoptando o regime de castas. São as tribus Ahír, Dom e Dosád, das Províncias Unidas de Bihar; são as tribus Gūjar, Jāt, Meo e Rajput de Rajputana e Punjab; são as tribus Koli, Mahār e Marātha, de Bombaim; são as tribus Bagdi, Bāuri, Chandāl e Kaibartha, de Bengala; e são as tribus Nāyar, Vellāla, Paraiyan e Pariah, de Madrasta.

Outras há que têm o tipo de casta correspondente às suas funções, e são tantas as castas quantos os misteres: são Brahmans os padres; Chamār e Mochis os sapateiros e alpercateiros; Chuhras, Bhangis e Doms os varredores; Dosāds os guardas nocturnos; Goālas os vendedores de leite; Kaibarthas e Kewats os pescadores e agricultores; Koiri e Kāchhi os jardineiros; e Kumbārs os oleiros. Outras ainda que são as castas que usam o nome de um animal, de uma árvore, de uma planta, ou de qualquer outro objecto natural ou artificial, e que lhes impõe a obrigação de os venerar: são as castas que formam o grupo totemista.

Há também outras castas que tiveram a sua origem na diversidade de seitas religiosas; e na parte cristianizada da península, a despeito da doutrina igualitária dessa religião, subsiste ainda o sistema de castas, primitivamente reconhecido e tolerado pelos missionários portugueses, porque os neo-convertidos não aceitavam o regime de igualdade social das comunidades cristãs. E a população cristã da Índia-Portuguesa acha-se dividida, ainda hoje,

em seguintes castas: bramâns os brâmanes; chardos os châtrias; sudirs os sudras; rendérs os lavradores de coqueiros; gavids ou gandós os salineiros; modvals os lavadeiros; sidis os operários e kumbars os oleiros.

São assim as convicções colectivas: profundas, inabaláveis, irrevogáveis. E a História revela-nos qual era o poder de convicção que os povos acalentaram durante longo tempo, acreditando na origem divina, que se atribuía aos reis, e na infalibilidade pápal, piedosamente envenenada pela incestuosa Lucrecia Bórgia! É porque as multidões se deixam facilmente influenciar pelas concepções místicas e sentimentais, deixando-se apenas governar pelas fórmulas puramente convencionais, derivadas dessas concepções — fórmulas que pretendem regular todos os actos da vida humana. E a sociedade não perdoa a quem se desvia dessas fórmulas convencionais, falsas, mentirosas. E a sociedade indú não perdôa a quem não guarda religiosamente o espírito tradicional das castas. E o regime de castas, tal como êle actualmente vigora, não é mais do que uma *mentira convencional* da civilização indiana, como diria Max Nordau.

Estas castas mantêm-se ainda hoje, e durarão sempre que na alma colectiva permanecer a convicção de que foram determinadas por vontade divina. E ao regime de castas nada falta para que se nos apresente sob a feição de um mito. A prodigiosa e fecunda imaginação oriental reveste-o de fantásticas lendas, a que não falta o colorido e o variegado matiz dos países tropicais, afim de que mais profundamente possa arraigar-se no fanático espírito indú. A própria natureza auxilia a sua elaboração: as suas florestas densíssimas, obscuras selvas dantescas, onde a ramagem ceradamente entrelaçada das suas árvores impede a penetração do mais ténue raio de sol, e onde um leve sopro de brisa sacode a folhagem em uma toada triste e lúgubre; onde o tigre com os seus rugidos espalha o terror e o mêdo; onde a serpente desliza,

fraiçoeiramente, silvando, assobiando; ali, onde apenas se sente a gelada frieza da morte, o homem, pelo instinto natural de conservação do indivíduo, visionou Deus — a representação simbólica da Eternidade! E o admirável poeta de *La légende des siècles* dissera-o em versos adoráveis:

Qu'est la religion? L'abîme et ses fumées,
Les simulacres noirs flottant sous les ramées
De bois insidieux,
La contemplation de l'ombre, les passages
De la nue au-dessus du front pensif des sages
Ont crée tous vos dieux.

*
* *

MEUS SENHORES:

Os deuses do Panteon indiano, de uma infinidade numérica e mais ou menos relacionados uns com os outros, são todos procedentes de um mesmo principio: o de reconhecimento ou o de terror de uma acção boa ou má — puras encarnações de sentimentos humanos, *confus et melangés*, como dizia Benjamin Constant.

São duas as divindades principais: Indra, o firmamento e Agni, o fogo. As divindades secundárias, entre as quais se contam os mundos planetários, são, além das mais, Suria (sol), Vayu (ar), Varuna (água), Soma (lua) e Aditya (terra). A função principal da divindade Indra era a de fazer cair a chuva sôbre a terra e a de lutar contra o demónio Vritra, que se opunha a isso. Os Maruts (ventos) auxiliavam Indra; e com o fim de animarem Indra e Maruts para o desempenho da sua importante missão, oferecia-se o Soma para lhes aumentar a força e a bravura. A divindade Agni era a medianeira entre os homens e os deuses. Era ela quem

lhes transmitia os sacrifícios que tivessem sido oferecidos, pois já a esse tempo se acreditava na imortalidade dos deuses e na imortalidade da alma — e essa imortalidade não era absoluta. Os deuses e a alma humana, sendo materiais, tendiam para a finalidade; e a alma dos homens podia atingir ainda a imortalidade dos deuses. Os deuses, como os homens, sentiam as mesmas paixões, as mesmas explosões de cólera, e era para as acalmar que se ofereciam os sacrifícios. Mas o culto era doméstico — e não havia templos nem lugares sagrados. E esse culto não revestia a forma patriarcal, porque não era o chefe de família que presidia às orações e às práticas do ritual — porém os padres, cantando hinos.

A essa primeira fase religiosa, caracterizada pela simplicidade do ritual e pelo número de divindades relativamente pequeno, seguiu o período de delírio religioso, em que os deuses principais dos Vedas foram relegados para o segundo plano, dando lugar ao culto afervorado de divindades, que no período anterior tinham sido mais ou menos olvidadas, como Brahma, Vishnú e Siva, o *trimurty* ou a trindade indiana, representando o triplo poder — criador, conservador e destruidor — da natureza. Ao mesmo tempo criaram-se também outras divindades. E cada uma das paixões humanas tinha uma divindade que a representava. « *Le génie indien* — escreve Prévost — *si profondément idolâtre qu'il incarnait l'Abstraction, a figuré chacune de ses passions, que les drames expriment, par une couleur spéciale vouée à un Dieu. L'amour consacré à Vichnou est d'un bleu foncé; la gaité est blanche et c'est Rama qui préside à ces jeux; la tendresse est rose et elle échoit à Rourda; la fureur est rouge et appartient à Sakra; l'héroïsme, gris, à Varouna; la terreur, noire, à Yama; le dégoût, bleu-pâle, à Mahakala; l'étonnement, jaune, à Brahma.*

À segunda pessoa do *trimurty* cabia regular o governo da terra. E Vishnú aparecia entre os homens, por meio de *avatars* ou

encarnações, para castigar os delinquentes, pessoalmente, por suas próprias mãos. Na primeira encarnação ou *matsya avatar*, Vishnú desceu às profundezas do mar, sob a forma de um enorme peixe, para reaver os Vedas, que o gigante Sancassur tinha roubado ao Brahma. Na segunda encarnação ou *curma avatar*, aparece transformado em uma enorme tartaruga e, metendo-se na água, sustentou a terra sôbre o seu dórso, para a salvar do eminente perigo de um dilúvio. Na terceira encarnação, *varah avatar*, tomando a forma de um javali, derrubou o gigante Hiraneakxa, que oprimia os povos com o seu terrível poderio. Na quarta encarnação, *naraxium avatar*, aparece transformado em homem-leão para vencer o gigante Hiraneacassiopa, a quem os deuses tinham concedido o invulgar privilégio de só poder ser morto de um modo especial, impraticável pelos homens, e que se enchera de vaidade com esse privilégio, pois, julgando-se imortal, fazia-se temer e obedecer no seu reino, exigindo que o adorassem como a um Deus. Na quinta encarnação, *vamana avatar*, aparece sob a forma de um brâmane pigmeu, para castigar o desmedido orgulho do rei Bally, arremessando-o ao mar. Na sexta encarnação, *purisseramo avatar*, aparece sob forma humana para castigar o imperador Soasarjum, que havia mandado matar muitos dos seus vassallos. Na sétima encarnação, *Rama avatar*, aparece transformado em homem, denominando-se Rama, para vencer o gigante Ravona, rei de Lancá, que se fazia adorar como Deus; e este *avatar* é o tema do célebre poema Ramayana. Na oitava encarnação, *Krisna avatar*, aparece Vishnú feito homem, e com o nome de Krisna distingue-se durante a sua vida pelo valor e beneficência, castigando os soberbos e os poderosos, protegendo os humildes, e prégando a mais perfeita doutrina. Mas tendo prevalecido o poderio dos seus inimigos, foi amarrado a uma árvore, e trespassado por setas, predizendo antes de expirar os males que sobreviriam à humanidade na *Kaly-yuga*, que começaria trinta e seis anos depois do seu passamento. Este

avatar é objecto do grande poema heroico, o Mahabharata, do qual Krisna é o verdadeiro e principal herói.

Estas encarnações ou *avatars*, que lembram a criação do Génesis pela evolução progressiva da escala zoológica, são as sucessivas transformações por meio das quais Vishnú frequentemente intervem em negócios terrenos, ora para livrar os homens do jugo tirânico dos reis déspotas, ora para derrubar e vencer os que tinham a inofensiva presunção de se julgarem invencíveis. O seu espírito frívolo e irrequieto confunde-se com o de Iahvé israelita, de quem dizia Renan: *«ce dieu capricieux est le favoritisme même; sa fidélité est toute matérielle; il est à cheval sur son droit jusqu'à l'absurde. Il se monte contre les gens sans qu'on sache pourquoi. C'est une créature de l'esprit le plus borné»*.

Mas cinco séculos antes de Cristo, na cidade de Kapilavastu, ao sul de Népal, nasceu Buda, o Iluminado. O seu verdadeiro nome era Sidharta Gautama, e Çakya-Muni o sobrenome. Seu pai Sudhodana, receiando que as tendências do príncipe o levassem para a vida ascética ou contemplativa, obrigou-o a casar com uma joven princeza, cuja beleza encantava toda a gente — *ravissait tous les regards, conquérirait tous les cœurs*. A meditação, porém, foi sempre a paixão predilecta da sua alma terna e carinhosa. Era grande a sua bondade para os pequeninos e para os oprimidos. E ao cabo de doze anos de vida da cõrte, pensou nas vaidades humanas e, impressionado com o infortúnio alheio, buscou a solidão para sonhar a regeneração do mundo, e para ver se pelo menos lá encontraria essa alegria íntima que lhe faltava.

Diz-nos a lenda, que Buda, tendo saído uma vez do palácio pela porta do Oriente, encontrou no seu caminho um homem velho, decrépito, macilento, com as veias flexuosas e salientes, os dentes caídos, o corpo coberto de rugas, todo vergado, curvado, apoiado a um bastão, os membros trémulos, esgotado de forças, articulando com dificuldade palavras imperceptíveis; e Buda pensou

na creatura fraca e ignorante, orgulhosa da sua juventude, que será fanada, quando a velhice chegar. De outra vez, tendo saído do palácio pela porta do Sul, viu no seu caminho um homem doente, emagrecido, ardendo em febre, respirando com grande dificuldade, e sem guarida e sem asilo; e Buda perguntou: quem será o homem que, depois de ter visto o que vale a falta de saúde, possa ainda desejar a alegria e o prazer? Uma outra vez ainda, tendo saído do palácio pela porta do Ocidente, viu o cadáver de um homem, cercado de seus parentes que, desfeitos em pranto, lamentavam, carpiam a mágua do passamento de quem deixara êste mundo para não mais voltar; e Buda exclamou: maldita a juventude que a velhice estraga! maldita a saúde que as doenças arruinam! maldita a vida que se não vive por muito tempo! E abandonando o palácio de seu pai, renunciando aos prazeres da vida da cõrte, Çakya-Muni vestiu a cabaia amarela de penitente, e procurou a solidão onde meditou durante seis anos. Veio depois ao seio das multidões, para prègar a sua doutrina, que consistia, essencialmente, em cada um procurar abafar em si as paixões, garrotar os desejos — causa da desventura e origem da dor. E só por uma sã conduta, pela meditação, pelo ascetismo e pela humildade, se poderia atingir êsse estado sublime de repouso eterno e de apatia incessante — o *Nirvãna!*

A lenda do Buda não é sem analogia com a narrativa dos Evangelhos. Buda nasceu de uma virgem, da mesma forma como Cristo; e o seu nascimento tinha sido préviamente anunciado por um acontecimento milagroso. Êle pertencia a uma familia real como Jesus à de David; porém, a juventude dos dois reformadores não se passou da mesma forma: Buda foi educado como príncipe herdeiro de um trono, enquanto Cristo trabalhou com José, o carpinteiro. O jejum de Jesus no deserto, apoz o qual êle foi três vezes tentado pelo espírito do mal, o jejum e a tripla tentação de Çakia-Muni na solidão do bosque, assemelham-se extraor-

dinariamente pelas circunstâncias de que se revestiram. A aventura do Buda com uma pobre mulher, a quem pediu que lhe desse de beber, lembra a conhecida entrevista de Cristo com a Samaritana, e as palavras que lhe dirigiu.

Mas Deus não era o princípio nem o objecto da doutrina búdica — e ao panteísmo bramânico sucedeu o ateísmo. « *Le bouddhisme n'est presque pas une religion; il n'a ni cosmogonie, ni dieux, ni culte à proprement parler. C'est une morale, et la plus belle de toutes; c'est une philosophie qui s'accorde avec les spéculations les plus hardies de l'esprit moderne* » — diz Anatole France.

O budismo não foi uma religião nova. Foi simplesmente uma fase do bramanismo, diferindo dele apenas pelo seu sistema de moral. A sua filosofia procura resolver o problema da felicidade humana pelo desinteresse, pelo sacrifício, pela abnegação e renúncia, aconselhando a prática da virtude e do bem, sem a vã promessa do «reino do céu», sem a emulação dos seus discípulos, dos seus sectários. É dessa filosofia que deriva a *Teoria da vontade*, de Schopenhauer, que guardava um Buda de ouro no seu quarto de dormir. E como o budismo não passava de um sistema de moral, sem divindades novas que mitigassem na alma das multidões a saúde das divindades bramânicas, não tardou que fosse a pouco e pouco abandonado, esquecido — e depois perseguido pelo bramanismo hibernado, que resurgia mais ampliado e avigorado. E é esse o neo-bramanismo que ainda hoje persiste.

Mas não foram as facções religiosas que enfraqueceram, por constantes dissensões, a força e o poderio que resultam da unidade. Foram também as lutas intestinas, as guerras civis, provocadas pela ambição desmedida de vários dos seus reinantes. Foram ainda as invasões estrangeiras — Árabes, Aígans, Turcos e Mogois — que fizeram perder a independência e se apoderaram do trono por repetidas *réprises*.

Pelos meados do último século antes de Cristo reinou Vicra-

maditya até o princípio da era vulgar. Desde esse reinado até o de Bardéo, que restabeleceu o antigo império mais de 300 anos depois, os anais indús não esclarecem absolutamente nada. Bardéo fixou a residência em Canvuje, actual cidade de Oude, e os seus sucessores conservaram a coroa até os fins do 4.º século, tendo os grandes do reino proclamado Randeo seu imperador, que governou durante longos anos. Depois da sua morte reinou a mais perfeita anarquia, até que, pelos meados do 6.º século, dois rajás, Anindeo e Maldeo, dividiram entre si amigavelmente o poder e o império, restabelecendo a paz e a ordem.

Pelos fins do 10.º século, Soubouctagi, rei de Gazna, invadiu a província de Punjab e assinou a paz com o rajá Jeypal, que reinava em Lahore; e, por este se recusar a cumprir as condições impostas, Soubouctagi voltou novamente. Os rajás de Delhy, de Adjemir, de Callingar e de Canouje, correram em auxílio de Jeypal; mas Soubouctagi venceu a batalha. Mahmoud, sucessor de Soubouctagi, resolveu empreender a conquista do Indústão; e pelos fins do ano 1000 Mahmoud marchou em direcção a Lahore, venceu e prendeu Jeypal, a quem impoz pesados tributos. Pouco tempo decorrido, as suas tropas conquistaram Moultan; e em 1010 apoderou-se da cidade de Tanasar, onde havia sido erigido o templo de Joug-Soum (a lua), que tinha mais de mil ídolos cravejados de pedras preciosas. Poucos dias depois capitulou Delhy; e em 1013 avançou pelo Tibet, conquistou Caschmir, e seguiu para Canouje, que era ao tempo a metrópole da Índia, e que não lhe ofereceu resistência alguma. Assenhoreou-se de Mattoura, célebre na Índia, por ter sido o berço de Krisna, e em 1024 empreendeu a conquista de Guzzerate, marchou atravez de Moultan e Adjemir, e apoderou-se do templo de Jaggernaut, onde mandou quebrar o ídolo principal, tendo encontrado dentro dele uma grande quantidade de diamantes, rubis, pérolas e outras pedras preciosas, que foram enviadas a Meca, Medina e Gazna,

para serem embutidos nas soleiras das portas dessas tres cidades. Morreu no ano 1030, depois de ter indicado para sucessor o seu filho Mohamed, que a poucos dias do seu reinado foi vencido e encarcerado pelo seu irmão Massoud, que se apoderou do trono.

Quando Massoud marchava para a conquista da Índia, foi preso pelos seus homens de armas, que proclamaram rei o seu irmão Mohamed, o qual, em vista da sua grande debilidade física, declinou as responsabilidades do govêrno no seu filho Ahmed, cujo primeiro acto de govêrno foi o de assassinar por mãos próprias o seu tio Massoud, provocando uma geral indignação e despertando o ódio do seu primo Modoud, filho da vítima. Modoud venceu Ahmed e supliciou-o; dominou a revolta dos rajás, que pretendiam sacudir o jugo muçulmano, e morreu ao cabo de nove anos de reinado, em 1049. Os seus sucessores nada fizeram de notável, quando, em 1118, estando Byran no trono, se deu a revolta de Lahore, tendo a apoiá-la o príncipe Mohamed de Gaur. Byran ficou vencido e morreu de desgosto, tendo-lhe seguido no reinado o seu filho Cosrou, que morreu passados sete anos de govêrno, deixando por sucessor um seu filho também chamado Cosrou, com quem findou a dinastia gagnevida em 1184, dando início à dinastia gaurida, com a invasão afgã.

Em 1191 Mohamed encarregou o seu vizir Coultoub de fazer a conquista de Guzzerate; e em 1197 empreendeu novas conquistas e apoderou-se de Delhy, para onde transferiu a sede do govêrno. Mohamed morreu em 1205, deixando por sucessor Mahmoud, príncipe fraco e pusilânime, e durante cujo reinado os governadores das províncias conquistadas proclamaram a sua independência, lutando uns contra os outros; e Coultoub aproveitou a desordem para se proclamar imperador. Pouco tempo, porém, durou o seu reinado; e o seu filho, que lhe herdara o trono, foi vencido pelo chefe rebelde Altoumsh que, apoderando-se da coroa, conquistou a provincia de Bengala, Outch nas margens

do Sindh, Sewalic e Malwa, e destruiu o célebre templo de Mahakali, que os indús tinham construido pouco depois da devastação do templo de Sumnaut.

Após a sua morte subiu ao trono seu filho Feroze, que foi logo deposto, e sua irmã Rézia foi proclamada imperatriz. Mas, como ela tivesse resolvido casar com um chefe que se havia revoltado contra a sua autoridade, foi substituida pelo seu irmão Nadir-ud-Din ou Mahmoud II, que logo nos primeiros tempos do seu reinado teve que repelir a incursão de um aguerrido bando de tártaros, denominados mongois ou mogois, que tinham penetrado em Bengala, pelas fronteiras de Tibet. Morreu em 1265, sem deixar sucessão masculina, e seu vizir Balim, tendo sido proclamado imperador, também teve que repelir uma segunda incursão mogol em 1269.

Balim, vendo que se aproximava o seu fim, indicou para sucessor o seu neto Kei-Kosrou, filho do príncipe Mohamed, morto na batalha contra os mogois. Kei-Kosrou foi deposto nos primeiros anos do seu reinado, e os *omrahs* (pessoas escolhidas pelo imperador para membros do conselho imperial) proclamaram Kei-Kobad, filho do príncipe Kera, governador de Bengala, que escolheu para seu vizir Malleck-Feroze, chefe da tribu afgã de Chilligi, o qual, pretendendo alçar-se ao trono, mandou assassinar o imperador Kei-Kobad e o seu filho. Assim acabou a dinastia gaurida, e Feroze, apoderando-se do trono, repeliu uma nova incursão mogol, tendo-lhe sido favorável a vitória. Porém, em 1295, o seu sobrinho e genro Alla-oul-Dien, ambicionando a coroa, assassinou Feroze, auxiliado pelos sicários. E, feito imperador, reconquistou o reino de Guzzerate, morrendo em 1316, depois de ter repellido uma outra incursão mogol.

Pouco tempo depois, um poderoso e aguerrido bando de mogois, capitaneados por Timurleng ou Tamerlan, invadia a Índia pela provincia de Punjab. Não tendo encontrado quasi nenhuma

resistência na sua marcha triunfal, Tamerlan cercou Delhy, que se lhe rendeu facilmente. Foi então proclamado imperador, e durante o seu reinado teve que dominar muitas insurreições dos estados dependentes da coroa de Delhy. Após a morte de Tamerlan subiu ao trono Baber, um seu descendente, que nos primeiros tempos do seu governo dominou com feliz êxito uma revolta de Patans. Baber foi incontestavelmente um administrador justo e sagaz: foi clemente até a fraqueza, generoso até a prodigalidade, amigo e protector dos seus súbditos, de uma bravura quasi temerária, tenaz na adversidade, activo e previdente nas batalhas. E sentindo que a morte lhe vinha próxima, indicou para successor o seu filho Houmaïoun, que empreendeu a reconquista do Guzzerate e das províncias de Oude e de Bengala. Mas os seus adversários de raça afgã, chefiados por Shir-Kan, revoltaram-se contra a sua autoridade — e Houmaïoun foi vencido e expulso do trono de Delhy. Shir-Kan governou durante longos anos, e a principal acção do seu governo foi o problema de viação, que elle traçou e executou admiravelmente.

Entretanto Houmaïoun cuidava da educação do seu filho Akbar. E depois de se apoderar do reino de Caboul, atacou e derrotou os príncipes que disputavam a corôa de Delhy, retomou o seu trono e morreu em 1556, legando ao seu filho, ainda muito novo, os pesados encargos da coroa. Akbar, chegado à maioridade, empreendeu a conquista do Industão; e em 1573 submetia ao seu domínio o importante reino de Guzzerate, e mais tarde a província de Cashmire e a de Scind. Para completar a posse do Industão, Akbar lançou-se no Dékan e fez a conquista do reino de Ahmédnagar; e morreu em 1605, legando o trono ao seu filho Selim ou Jéhanghir.

Nos primeiros tempos do reinado de Jéhanghir desembarcou em Surrate o capitão inglês Hawkins, como enviado especial para a companhia das Índias. Hawkins solicitou uma audiência do impe-

rador, e Jéhanghir, encantado e vencido pelos delicados modos do official britânico, que era portador de uma carta do seu soberano Jacques I, atendeu as suas pretensões e aceitou as suas reclamações.

Nessa ocasião, muitas províncias do Dékan viviam na mais deplorável anarquia. E Jéhanghir, porque a falta de saúde lhe não permitia, encarregou os governadores de combater a anarquia e restabelecer a ordem. Em 1627, pela morte de Jéhanghir, o seu filho Shah-Jéhan apoderou-se do trono; e em 1635, depois de ter perseguido o induismo, e reconhecendo que essa perseguição era tão nociva quanto impolítica, resolveu conquistar o reino de Bijanagour, o célebre reino dos diamantes de Golconda, e reduzir à vassalagem da coroa imperial os estados do sul da Índia.

Os últimos anos do seu reinado decorriam pacíficos, quando o seu filho Aureng-Zeb, ambicionando a coroa, e vendo que a sucessão estava indicada para o seu irmão Darah, marchou para Delhy com um numeroso exército, e obrigou Darah a fugir perante a vitória dos insurrectos. Aureng-Zeb acampou às portas da cidade de Delhy, e mandou o seu filho Mohamed, acompanhado de uma escolhida guarda, para falar com o imperador Shah-Jéhan. Mohamed prendeu o avô e encarcerou-o, e Aureng-Zeb fez-se imperador. Durante o seu reinado reconquistou o reino de Golconda e submeteu ao seu poder os rajás de Carnatic, Maïssore e Tananjour. E depois de ter submetido à sua soberania quasi todo o Industão, Aureng-Zeb occupou-se de administração interna, fundou universidades, colégios e escolas. A morte de Aureng-Zeb marca o início da decadência do império mogol.

Durante este lapso de tempo a companhia inglesa da Índia florescia consideravelmente. A companhia que estava organizada para quinze anos de exploração, tinha primitivamente um governador e vinte e quatro directores. Pela cedência de Bombaim como dote da princesa Catarina, esposa de Carlos II, o comércio

de Surrate veio a ter mais uma sentinela na costa de Malabar, enquanto as possessões britânicas da costa de Coromandel, adquiriam grande importância pelo desenvolvimento das feitorias de Masulipatan e de Hugli. Porém, em face da crescente perda de autoridade do governo mogol, os Maratas resolveram restaurar o antigo império indiano e expulsar os estrangeiros que se tinham apoderado do trono de Delhy. Os ingleses, receiando o poder marata, apressaram-se em derrotar alguns exércitos vizinhos das suas feitorias, e apoderaram-se da fortaleza de Gwalior, e em pouco tempo assenhorearam-se de Bengala, de Bihar e de Orissa, na costa de Coromandel, de Surrate, de Bombaim e de Canará, na costa de Malabar e de algumas províncias situadas entre o Dékan e Maïssore.

Hyder-Ali, rajá de Maïssore, declarara guerra aos ingleses e ficara vencido. E após a derrota de Hyder-Ali, os ingleses empreenderam a conquista do resto da península, mandando avançar para Dékan um exército sob o comando do major-general Wellesley, que se apoderou de Ahmednagar e de Ahmednabad, derrotando o chefe marata Scindiâh; o coronel Murry foi encarregado da conquista do Guzzerate, enquanto Lake, comandante em chefe das tropas britânicas, dominava Punjab e o norte da Índia, e o coronel Campbelle submetia à autoridade britânica as províncias situadas entre o Dékan e Maïssore. E desde os princípios do século XIX o domínio inglês na Índia estendeu-se por quasi toda a península, de leste a oeste e de norte a sul.

*
* *
*

Mas em 1497 as caravelas portuguesas tinham partido de Restelo em demanda do Levante — *au fond de l'inconnu pour trouver du nouveau*, para me exprimir num verso de Beaudelaire. Vasco

da Gama, após onze meses de viagem, desembarcava em Calicut, para impor um tratado de comércio a Samorim, aliás Tamoury, soberano de Calicut, estado tributário de Viznagur, trazendo de regresso as mais preciosas mercadorias — trofeus de vitória para presentear o seu rei.

Estava descoberto o caminho marítimo para a Índia. Estava desvendado o *mistério* do Oriente! E D. Manuel, o venturoso soberano de Portugal, organizou novas expedições para empreendimentos maiores. É Pedro Álvares Cabral que, em 1500, desviando da sua rota chega às terras de Santa Cruz; e de regresso do Brasil segue em direcção ao Cabo da Boa Esperança, e, com o auxílio de hábeis pilotos, que lhe deu o rei de Melinde, chega a Calicut, onde funda a primeira feitoria portuguesa. É Afonso de Albuquerque, o conquistador de Gôa, Ormuz e Malaca. É D. Francisco de Almeida, o conquistador de Diu e o primeiro vice-rei da Índia. É D. João de Castro, é Duarte Pacheco, e tantos, tantos outros, heroicos e intemeratos fundadores do grande *empório oriental*, que a Pátria-reconhecida não olvida jamais. A dominação portuguesa estendia-se desde Colombo, na ilha de Ceylão, até Diu, à entrada do golfo de Cambaia. E Damão, Chaúl, Bassaim, Bombaim e Onore, estavam submetidas à sua soberania. Senhores da costa ocidental, procuraram estender o seu domínio até à outra costa; e atravessaram o estreito de Manará, famoso pela sua rica pesca de pérolas, passaram por Negapatnam, avançaram para Meliapur e chegaram para Masulipatan.

Não foi preciso mais de meio século para fundarem um império na Índia — mas bastou menos tempo ainda para o perderem. O reduzido número das tropas portuguesas não era suficiente para guardar e defender a grande extensão dos seus domínios, e as diversas feitorias, muito afastadas umas das outras, não podiam socorrer-se mutuamente. Os governadores dessas feitorias, só nominalmente dependiam dos governadores gerais, residentes em

Gôa; e, sob o falso pretexto de distância, julgavam-se dispensados de receber as suas ordens. Os governadores gerais, por seu turno, vendo que as suas funções cessavam ao cabo de três anos, ocupavam-se muito menos com os interesses do Estado do que com a sua própria fortuna; e, para que os outros não denunciassem a sua conduta perversa, fechavam os olhos a todos os abusos, toleravam que cada qual se enriquecesse, contanto que os deixassem enriquecer também — porque a sêde de ouro anuviara a visão da Pátria distante! E em vez de herois ficaram mercadores.

Enquanto na Índia se degradavam os caracteres, se poluíam as consciências e se afrontava a memória daqueles herois, Portugal submetia-se à dominação espanhola. D. Sebastião tinha partido para a batalha de Alcácer-Kibir — e pela primeira vez a espada portuguesa vergava, vencida perante o alfange sarraceno. Tinha sido a nevrose, alucinação ou loucura, que havia impellido o moço rei para a derrota da África? Nada disto. Tinha sido a voz do Passado; tinham sido as vozes cavas e tumulares dos seus maiores — fantasmas de Herois! — que se haviam erguido das suas sepulturas, para lhe segredarem ao ouvido a necessidade de empreendimentos novos, de empreendimentos maiores. E foi-lhe desfavorável a batalha? Que importa?! Abençoada derrota que soube unir, fundir todas as almas em uma só alma: a Alma Portuguesa, que, em uma fria e enevoada manhã de Dezembro de 1640, ouviu o grito de: *Vitória! Vitória!* reboando no côncavo dos vales, de quebrada em quebrada, dos cimos das serras, à vastidão dos mares! E a espada portuguesa mais uma vez rebrilhou — fulgiu ao sol da Glória!

*
* *

MEUS SENHORES:

São de Voltaire estas palavras: *Portez votre vue sur l'Orient, berceau de tous les arts, qui a tout donné à l'Occident.* E com efeito, em todos os ramos da actividade humana, revela-se manifestamente o valor intelectual do povo indiano.

Na época anterior à era vulgar aparecem os dois grandes poemas, o Mahabharata, em que se descreve a vida de Krishna, e a luta entre os Curus e Pandavas, descendentes de Bárata, filho de Xacuntalá, composto em quatrocentos mil versos, e atribuído a Viassa; e Ramayana, que descreve a expedição de Rama à cidade de Lancá, em Ceylão, para resgatar a sua esposa Sitá, raptada por Ravona, e cuja autoria se atribue a Valmiqui. Na estratégia são muito conhecidos os nomes de Poro ou Puru e de Chandragupta, a quem se refere Megasthenes, o representante grego na côrte de Pataliputra. O fabulário indiano no quinto século é representado por Panchatantra e Hitopadexa. Nas sciências matemáticas e astronómicas, Ariabata, no quinto século, sustenta a doutrina da rotação diurna da terra sobre o seu eixo, e só passados onze séculos Galileu apresentou a sua bem conhecida teoria; nesse mesmo século, Varahmihira, escreve o tratado denominado *Brihat Sanhita*, em que, além da astronomia própria-dita, aborda a questão das chuyás, ventos, terramotos, etc.; no sétimo século, Bramagupta escreve um grande tratado sobre astros e esferas; e Bhás-Kara-Achârya, no duodécimo século, enuncia o princípio e lança as bases do cálculo infinitesimal. Nas sciências médicas são notáveis os trabalhos de Châraca e de Suçruta, citados por Al-Razi e Ibn-Sinâ ou Avicena; e há vinte e

cinco séculos a medicina era professada nas universidades de Taxila, Nalanda, Vicramasila e Udandapur. No teatro é Calidassa, o imperecível autor de *Xacuntalá*. Na gramática é Panini que viveu quatro séculos antes de Cristo, e que subordinou a linguagem às suas quatro mil regras; é Iasca, o mais antigo comentador do Rig-Veda; é Amarasinha, que, no quinto século, organizou o seu primeiro dicionário da língua sânscrita. Na filosofia é Cápila, fundador do sistema sânquia, que admitia o espírito e a matéria eternos e indestrutíveis; é Patanjaly, fundador do joguismo, e é Gotama, o autor do silogismo indiano. No domínio da Arte, é a arquitectura, que sobreleva a todas outras manifestações do seu génio artístico. A arquitectura indiana não obedece somente a um molde ou a um estilo. Ela corresponde a todos os períodos do seu passado, a todas as fases da sua história — porque a sua arquitectura é a sua história em pedra!

E desta Índia, que é também o meu berço, eu direi, fazendo minhas as palavras de Tagore: *As the night keeps hidden in its gloom the petition for light, even thus in the depth of my unconsciousness rings the cry — I want thee, only thee.*

Tenho dito.

BIBLIOTECA

Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

Sociedade Portuguesa
de Antropologia e Etnologia

Porto — Imp. Portuguesa — Rua Formosa, 116



TRABALHOS

DA

Sociedade Portuguêsa

DE

Antropologia e Etnologia

VOL. II — FASC. II

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR:

Estudo antropológico e etnográfico da população
de S. Pedro (Mogadouro).

PORTO — 1924

I. N. E.
BIBLIOTECA
Portuguesa
622

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Director — *Prof. Dr. Mendes Corrêa*

ESTUDO ANTROPOLÓGICO E ETNOGRÁFICO
DA
POPULAÇÃO DE S. PEDRO (MOGADOURO)

POR

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR

Assistente de antropologia na Faculdade de Ciências do Porto

No ano lectivo de 1920-1921, em que frequentei a cadeira de Antropologia Geral na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, pensei em colher umas notas antropológicas e etnográficas como pequeno trabalho de investigação original.

A escolha recaiu sobre a povoação de S. Pedro, concelho de Mogadouro, por aí ter mais facilidade do que em qualquer outra parte, em conseguir indivíduos que se prestassem a ser medidos, assim como em obter as informações que me fôsem necessárias.

Foi sob as indicações e estímulos do meu prof. sr. dr. Mendes Corrêa, que a tal fui levado.

Sua ex.^a forneceu-me o material necessário à investigação que me propunha fazer, e, guiado pelos seus conselhos e orientado por tão querido Mestre, obtive as instruções indispensáveis para o conseguimento do meu objectivo.

Sem o seu tão proveitoso auxílio nada teria feito.

Não devo pois passar adiante sem deixar aqui assinalado o meu profundo reconhecimento e gratidão, acompanhados do maior respeito, ao sr. prof. dr. Mendes Corrêa.

*

* *

Foi nas férias da Páscoa do ano lectivo mencionado que comecei a recolher êstes apontamentos.

Nas férias seguintes consegui aumentar o número de observações antropométricas, assim como obter dados, quer directamente, quer por informação, para uns capítulos de etnografia.

É pequeno o número de casos sobre que assenta este trabalho: mas, em virtude da povoação ser pequena e de exíguo número de habitantes, poucos mais podiam ser os indivíduos a observar, principalmente do sexo masculino.

É de 47 o número de casos, sendo respectivamente 27 do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

Em ambas as séries há indivíduos com idade inferior a 20 anos. O número destes é de 8, sendo 5 na série feminina e 3 na masculina.

No plano do meu trabalho começarei pelo estudo do grau de nutrição, cor dos olhos, da pele e dos cabelos, perfil do nariz, dentadura e maior ou menor abundância de barba (entre os caracteres descritivos)—e dinamometria, estatura, índice esquelético, índice cefálico, índice nasal, índice anterior, índices verticais, índice facial, comprimento da mão, do palmo, largura da boca, relação centesimal entre a braça e a estatura e proporção da altura total da cabeça à estatura (entre os caracteres métricos).

A última parte será constituída por uns capítulos de etnografia, onde procurei reunir alguns factos e observações da vida moral e material dos transmontanos de S. Pedro.

*
* *
*

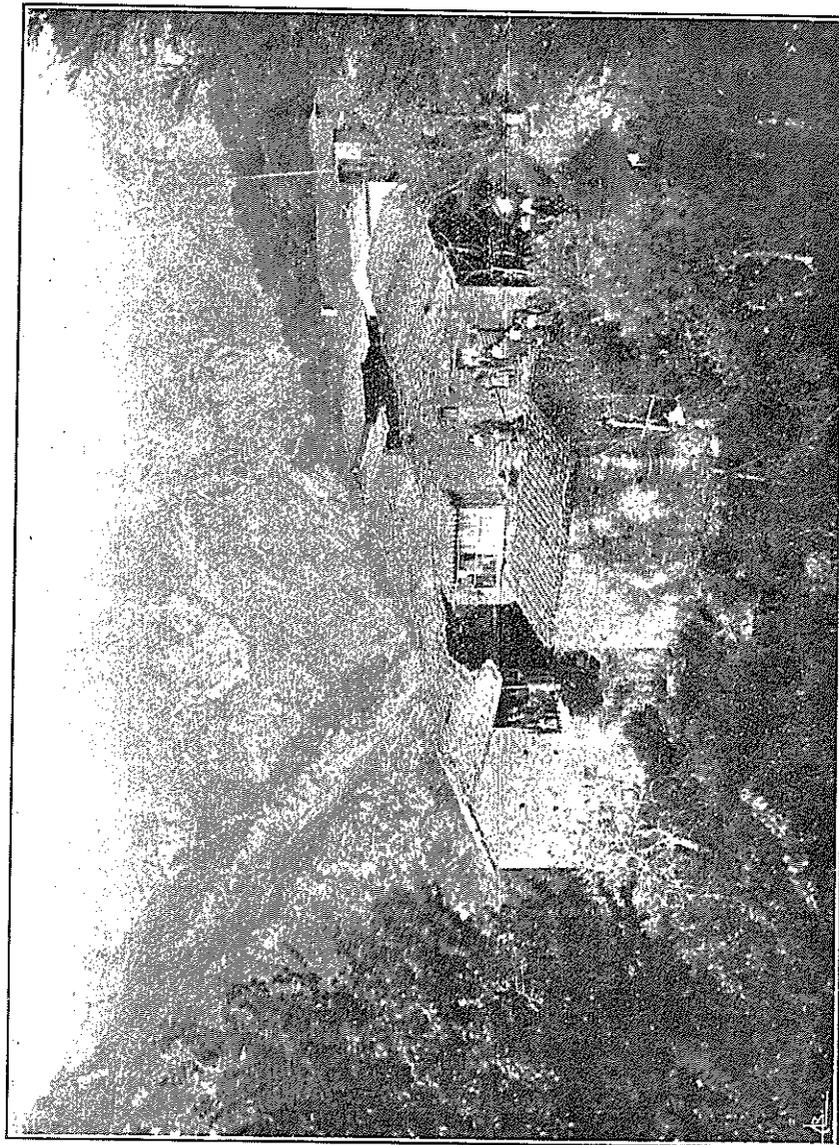
Este modesto trabalho apresentará, sem dúvida, muitos erros e deficiências.

Em minha defesa, porém, nada mais alego do que a falta de qualidades pessoais capazes de melhor produzir.

SANTOS JÚNIOR

EST. I

Estudo Antropológico e Etnográfico



Vista parcial da povoação

A região

A freguesia de S. Pedro, ou quinta de S. Pedro, como mais vulgarmente é denominada, pertence à freguesia de Meirinhos e está incluída no concelho de Mogadouro, um dos abrangidos pelo distrito de Bragança.

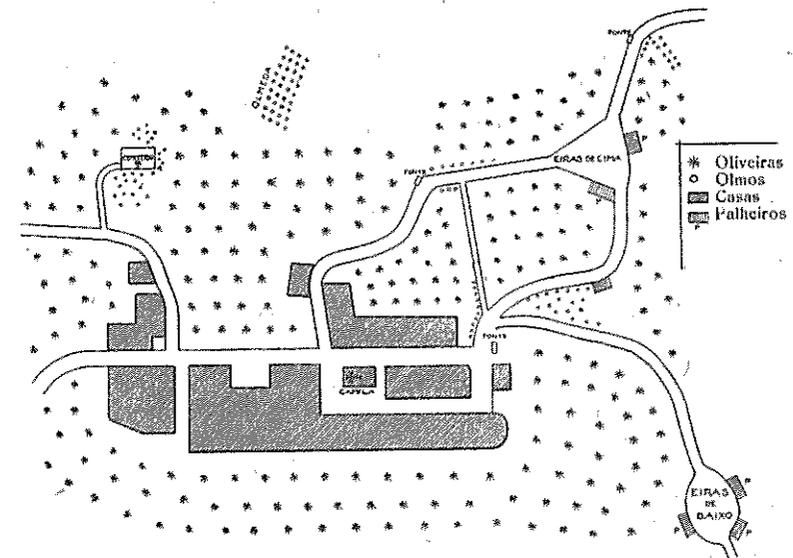


Fig. 1 — Topografia da povoação

A quinta de S. Pedro é limitada a norte pela ribeira que tem o nome da povoação, a sul pela ribeira da Cachoêda, a leste em parte pela ribeira de S. Pedro e em parte por uma linha arbitrária que se estende por sôbre um planalto coberto de campos de sementeira, e a oeste pelo rio Sabor.

O aspecto da região é soberbo de grandiosidade. As encostas que formam os vales fundos onde correm regatos de carácter torrencial, são muito íngremes e, em determinados pontos, cortadas quasi a prumo.

Algumas delas, as mais suaves, estão cobertas de velhas oliveiras e verdejantes amendoeiras; noutras cresce o centeio e o trigo, mas em muitas nada mais há do que estêvas (*Cistus ladaniferus*, Lin.), cornalheiras (*Pistaceae therebintus*, Lin.), sobreiros (*Quercus suber*, Lin.), arçã (*Lavandula stœches*, Lin.), e outras plantas rasteiras.

Nos vales erguem-se muito verdes os olmos esguios.

Lugares há em que ao aspecto da região pode caber a designação de « belo-horrível »; são precipícios cortados quasi a prumo com 50 e 60 metros de profundidade. Um dos maiores é o conhecido pelo nome de *pala da manta*: do planalto vai descendo o terreno suavemente, até que a certa altura se abre diante de nós um corte quasi a prumo com 60 metros ou mais de profundidade; a meio deste corte há uma espécie de varanda em toda a sua extensão, com uns 5 metros de largura, e noutros pontos com menos. É aí que passa o caminho que leva à povoação vizinha de Valverde.

Estes precipícios, em muitos pontos inacessíveis, são escolhidos pelas abetardas, bufos e outras aves de rapina, como local de construção dos seus ninhos.

Aí, como nas encostas próximas, há geralmente fragas, com pouca vegetação, e o seu aspecto é agreste e triste.

É este o carácter predominante da região; porém tal ar de tristeza e de solidão desaparece, à medida que nos aproximamos da povoação que é formada por umas trinta e tantas casinhas, pequenas e muito aconchegadas.

A povoação, já pelo seu conjunto tendo a meio a capelinha única que é caiada de branco, já por ser rodeada de verdejantes olmos e grande número de árvores de fruto, é mais alegre e tem um ar de paz confortante e ao mesmo tempo de garridice que nos enleva.

Clima

O clima da região tem os caracteres gerais do clima de Trás-os-Montes, que, como sabemos, é caracterizado por grande abundância de chuvas, grande elevação de temperatura no verão e um grande abaixamento no inverno, ou seja uma grande amplitude térmica anual.

Em S. Pedro, porém, estas variações são talvez ainda mais acentuadas, o que creio, não porque me tivesse servido do termómetro, mas pelo que ouvi da boca dos naturais, e pelo que directamente senti nas minhas estadas ali.

No inverno a temperatura desce por vezes até muito perto de zero, e mesmo abaixo. São frequentes as geadas, as chuvas e as nevadas.

A chuva chega a cair em tão grande abundância, que provoca prejuízos agrícolas e dá aos estreitos filetes de água que se vêem correr de verão no fundo dos vales, um carácter torrencial muito respeitável, porquanto a água chega a arrancar oliveiras que se encontram dentro do seu leito máximo e que são carregadas a grandes distâncias, chegando até ao rio, pelo qual são arrastadas.

Sucedem também haver grandes precipitações atmosféricas mesmo fora do inverno.

Há dois anos (1), no mês de Junho, e na véspera do dia de S. Pedro, padroeiro da povoação, choveu durante bastantes horas e com tanta violência que, às Olgas, na foz dum destes ribeiros de carácter torrencial que desagua no Sabor, se formou um cone de dejecção de tal ordem que ainda hoje se estende fora da água

(1) Estas notas foram colhidas em 1921.

quási até meio do rio, nesse ponto pouco fundo, mas com uns 30 ou 35 metros de largura.

Há uns anos, em virtude também da grande quantidade de chuva, houve um escorregamento duma pequena porção de terreno da encosta da margem do rio, sendo arrastadas uma oliveira e uma amendoeira. Pela situação das referidas árvores que não estranharam com a muda, pois não secaram, e pelo local que préviamente elas ocupavam do lado de cima do caminho, segundo me disse o dono das mesmas, estas devem ter descido uns 20 a 25 metros.

O rio Sabor, que foi denominado «o Nilo português», também nesta altura do seu percurso apresenta uma grande diferença entre o leito mínimo e o leito máximo.

Julgo ter sido em 1909, segundo me contaram, que as águas do Sabor arrasaram e soterraram completamente uma vinha da beira rio, não deixando de fora nem sequer as extremidades dos esteios que formavam os seus cordões ou bardos.

Nessa mesma ocasião fôram arrancadas e arrastadas pelas águas do rio grande número de oliveiras e outras árvores que cresciam nas suas margens.

A causa principal destas cheias julgo estar na grande inclinação das encostas que em muitos pontos fazem com a horizontal um ângulo superior a 45° e, portanto, a quási totalidade da água das chuvas, não tendo tempo de ser absorvida pela terra, vai aumentar o caudal, quer dos ribeiros torrenciais, quer do rio.

São freqüentes, como disse, as temperaturas baixas no inverno, assim como são vulgares grandes geadas que tornam a atmosfera frigidíssima.

Quando as geadas são acompanhadas de nevoeiros, produz-se o regêlo das gotas de água pendentes das fôlhas das árvores, formando-se lindos pingentes de gêlo. Êste fenómeno é na região denominado *sincêno*.

Os nevoeiros são também freqüentes, nem sempre muito densos, mas permanecendo cerrados dias e dias. Ainda em Dezembro do ano findo se formou um nevoeiro tão denso que durante 12 dias não deixou ver o sol.

As nevadas são também freqüentes, e é surpreendente o aspecto das encostas e árvores cobertas de flocos brancos semelhante algodão em ramá: parece que a natureza se vai casar, tôda vestida de branco, ao mesmo tempo que sôbre ela caiem flocos de neve como brancas pétalas.

Anos há em que neva várias vezes no mesmo inverno. A neve chega a atingir a espessura de 1 metro, e às vezes mais, levando 3 a 4 dias a derreter. Então é preciso os homens abrirem caminhos na neve para se ir buscar água à fonte. Nestas ocasiões os caçadores saiem a perseguir a caça pelas pègadas por ela deixadas sôbre a neve, e os rapazes divertem-se atirando com bolas de neve uns aos outros e *armando* grandes bonecos e bolas enormes que se conservam ainda durante muitos dias após o degêlo.

Quando a quantidade de neve é grande, chegam a partir-se alguns ramos de árvores onde ela por qualquer circunstância se acumulou em maior quantidade. Sucede isto quando a neve cai sem vento. Muitas vezes, embora caia em abundância, não *pega*, o que sucede quando a terra está húmida.

Quando a queda é acompanhada de vento norte, a temperatura baixa muito, chegando a ser insuportável para quem não está habituado a frios tão intensos: neste caso a neve acumula-se junto das paredes, dos sucacos, das fragas, etc., constituindo rampas mais ou menos inclinadas. Quando tal sucede, o povo refere-se-lhe na expressão — *neve cieira*.

Os ventos são geralmente moderados e raras vezes atingem um carácter tempestuoso.

No verão o tempo torna-se muito quente e abafadiço: a temperatura, ao sol, deve com certeza subir além de 35°.

Nesta mesma estação são freqüentes os dias de calma, dum calor verdadeiramente tropical.

À noite, pelo contrário, o tempo refresca quasi sempre um pouco e não é raro os habitantes dormirem na rua, ou então com portas e janelas escancaradas.

É nesta estação que há maior número de doenças. Muitos dos habitantes adoecem com as febres palustres ou sezões, e um grande número são atacados por carbúnculos.

Antropologia física

Grau de nutrição

Relativamente ao grau de nutrição, obtive os resultados seguintes:

Série ♂	N.º de casos	%
Gordos	5	18,5
Indiferentes	18	66,6
Magros	4	14,8

Série ♀	N.º de casos	%
Gordos	9	45
Indiferentes	7	35
Magros	4	20

Englobadas as duas séries, há um considerável predomínio do tipo médio ou indiferente. Na série feminina há predomínio do tipo gordo sobre o indiferente.

Porém, na série masculina, o tipo indiferente ou médio é que predomina nitidamente (66,6 %).

Comparando este resultado com o obtido pelo meu ex-discipulo José Branco, sobre 50 soldados de infantaria 13, todos do distrito de Vila Real, nota-se o seguinte:

	Vila Real (1)	S. Pedro
	%	%
Tipo gordo	12	18,5
Tipo médio ou indiferente	58	66,6
Tipo magro	30	14,8

Há, portanto, um maior predomínio do tipo médio em S. Pedro do que em Vila Real.

Na Beira Baixa (2) também a percentagem do tipo médio (48,36 %) é maior que qualquer das outras, pois a do tipo magro é de 40,97 % e a do gordo 10,92 %.

Côr da pele

Nas partes descobertas (rosto), era a seguinte:

Série ♂	N.º de casos	%
Morena { carregada	7	25,9
{ pálida	5	18,5
{ leve	13	48,1
Branco-rosada	2	7,4

} 92,5 %

Série ♀	N.º de casos	%
Morena { carregada	5	25
{ pálida	0	-
{ leve	7	35
Branco-rosada	8	40

} 60 %

(1) *Curso d'Antropologia—Trabalhos dos alunos*. Porto, 1923.

(2) Gonçalves Lopes, *Os Beirões*. Lisboa, 1900.

Em qualquer das séries há predomínio da côr morena sôbre a branco-rosada.

O sr. prof. dr. Mendes Corrêa, na sua *Contribuição para o estudo antropológico da população da Beira Alta*, diz a pág. 4: «Verifica-se que a côr branco-rosada da pele prevalece sôbre a côr morena, como no Minho, entre Ave e Vouga (1), e no litoral a sul de Aveiro (2). Êsse excesso, porém, é mais pequeno do que em tôdas essas regiões. Na Póvoa de Varzim, por exemplo, a percentagem para a pele morena é apenas de 22,7 %, sendo a pele branco-rosada representada por 77,3 %».

Em face disto é legítimo concluir que os habitantes de S. Pedro são muito morenos.

O meu antigo condiscípulo José Branco, nas conclusões do seu trabalho sôbre Vila Real, diz: «Predomina a côr branco-rosada nas partes cobertas, apresentando-se porém um tom moreno carregado nas partes descobertas».

Vê-se, pois, que os resultados obtidos em duas partes distantes da província de Trás-os-Montes são concordantes, e a discordância com os outros apontados derivará talvez de diferentes critérios de classificação.

Côr dos cabelos

Série ♂	N.º de casos	%
Escuros	26	96,2
Médios	1	3,7
Loiros	0	—
Ruivos	0	—

(1) Segundo observações de Fonseca Cardoso. (*O minhoto entre Cávado e Ancora*. Pôrto, 1899—*Castro Laboreiro*. Pôrto, 1906—*O poveiro*. Pôrto, 1908—*Antropologia portuguesa*, nas «Notas sôbre Portugal»).

(2) Segundo observações do sr. prof. dr. Mendes Corrêa. (*Os criminosos portugueses*, 2.ª edição. Coimbra, 1914).

SANTOS JÚNIOR

EST. II

Estudo Antropológico e Etnográfico



Fotografias de perfil

Série ♀	N.º de casos	%
Escuros	14	70
Médios	4	20
Loiros	2	10
Ruivos	0	-

É curioso notar na série masculina a ausência de loiros e ruivos. Analise-se o quadro que segue e em que se comparam os resultados das diferentes regiões quanto a estas duas côres:

Séries ♂	Beira Baixa (1)	Beira Alta (2)	Vila Real (3)	Minho (4)
	%	%	%	%
Loiros	6,2	1,9	10	4,5
Ruivos	-	-	-	1,9

Quanto aos cabelos escuros, o predomínio destes sôbre os médios é enorme, não sendo a percentagem daqueles excedida em nenhuma outra região, como se pode ver pelo quadro seguinte:

Côr dos cabelos	Entre Ave e Vouga	Minho	Beira Alta	Beira Baixa	Castro Laborciro	S. Pedro
Escuros	58,9 %	74,5 %	75,7 %	76,4 %	78,6 %	96,2 %

Comparando a percentagem por mim obtida, e que é de 96,2 %, com a obtida por José Branco em Vila Real, 90 %, é

(1) Gonçalves Lopes, *obr. cit.*

(2) Mendes Corrêa, *Contribuição para o estudo antropológico da população da Beira Alta*, in « Anais da Acad. Polítéc. do Pôrto ». Coimbra, 1915.

(3) José Branco, in « *Curso de Antropologia* », *obr. cit.*

(4) Fonseca Cardoso, *O minhoto de entre Cávado e Ancora*. Pôrto, 1899.

lícito concluir que a província de Trás-os-Montes deve ser aquela em que há maior frequência de cabelos escuros; porém, enquanto se não fizerem mais observações, nada de definitivo se pode concluir (1).

Côr dos olhos

Série ♂	N.º de casos	%
Escuros	4	14,8
Médios	17	62,9
Claros	6	22,2

Série ♀	N.º de casos	%
Escuros	9	45
Médios	5	25
Claros	6	30

Na série feminina há maior percentagem de indivíduos com olhos escuros.

Examinando a série masculina vê-se que a maioria dos transmontanos de S. Pedro tem os olhos de côres médias, isto é, verdes ou outras.

Por outro lado, os tons claros em S. Pedro não são raros; a sua frequência é maior do que em Vila Real e na Beira Alta, onde por sua vez é maior do que nas outras regiões com que estamos comparando os nossos resultados.

Como se sabe, aos olhos azuis, no tipo nórdico, correspondem cabelos loiros; ora, na série masculina, não encontrei cabelos loiros, e na mesma série apenas encontrei dois casos de olhos azuis.

(1) Os estudos publicados pelo sr. prof. Tamagnini, de Coimbra, referem-se a crianças das escolas primárias. Os expostos dizem respeito a adultos.

Séries ♂:

Regiões	Côr dos olhos		
	Escuros	Médios	Claros
S. Pedro	14,8	62,9	22,2
Vila Real	80	12	8
Beira Alta	62,3	21,7	16,0
Entre Cávado e Ancora	70,9	18,2	10,9
Beira Baixa	71,6	5,2	23,2

Por êste quadro se vê que é em S. Pedro que é maior a percentagem dos olhos de côr média, e das maiores a dos claros. Isto, porém, não está de acôrdo com a côr dos cabelos, pois à percentagem de 96,2 de cabelo escuro apenas correspondem 14,8 % de olhos escuros.

O sr. prof. dr. Mendes Corrêa diz, a pág. 5 do citado estudo sôbre a Beira Alta, que « é preciso admitir sempre um coeficiente pessoal na aplicação das nomenclaturas cromáticas », e para corrigir até certo ponto qualquer êrro de apreciação duma dada côr, aconselha a comparação entre as percentagens do tipo moreno e do tipo loiro, obtida, fazendo a semisoma das percentagens relativas aos olhos e aos cabelos.

N.º de observações	Regiões	Semisoma dos olhos e cabelos		Excesso do tipo moreno sobre o loiro	
		Escuros	Claros		
242	Beira Baixa	74,5	8,5	66,0	Gonçalves Lopes
110	Entre Cávado e Ancora	72,7	8,7	64,0	Fonseca Cardoso
50	Vila Real	72	9	63	José Branco
263	Beira Alta	69	8,9	60,1	Mendes Corrêa
21	Castro Laboreiro	61,5	7,0	54,5	Fonseca Cardoso
1:086	Entre Ave e Vouga	60,2	11,9	48,3	Fonseca Cardoso
27	S. Pedro (série ♂)	55,5	11,1	44,4	Santos Júnior
20	S. Pedro (série ♀)	57,5	20,0	37,5	Santos Júnior

Além disso, deve notar-se que as percentagens em S. Pedro são calculadas sobre um número de casos relativamente pequeno, cabendo, porém, acentuar que a pigmentação carregada da pele não tem um paralelo suficiente nas percentagens dos tons escuros dos cabelos e dos olhos.

Dentadura

Quanto à dentadura, os resultados são os seguintes:

Série ♂	N.º de casos	%
Boa	11	40,7
Mediana	10	37
Má	6	22,2

Série ♀	N.º de casos	%
Boa	9	45
Mediana	5	25
Má	6	30

Relativamente ao estado mais ou menos sadio da dentição, vê-se que a percentagem de bons dentes é a maior, comquanto a percentagem de más dentaduras seja também razoável (22,2 % nos homens e 30 % nas mulheres).

Na Beira Baixa, as percentagens obtidas pelo sr. A. Gonçalves Lopes, são:

Boa	61,1
Mediana	23,5
Má	15,4

Barba

Quanto à pilosidade no rosto, obtive os seguintes resultados:

	N.º de casos	%
Abundante	18	66,6
Rara	6	22,2
Nula	3	11,1

Êstes três casos de barba nula correspondem aos três indivíduos da série com idade inferior a 20 anos, dois com 18 anos e o terceiro com dezanove.

A barba é, como se vê, na sua maioria abundante, como na Beira Baixa em que, segundo Gonçalves Lopes, a percentagem para a barba abundante é de 59,74 %, para a barba rara de 38,13 %, e para a barba nula 2,1 %.

José Branco, no seu estudo sobre 50 soldados do 13, de Vila Real, chega aos seguintes resultados:

	N.º de casos
Abundante	24
Rara	22
Nula	4

Êstes resultados, embora a percentagem da barba abundante seja ainda a maior, não se aproximam dos meus; é preciso notar que as observações feitas por José Branco incidiram em soldados, portanto em indivíduos com idade de 20 a 23 anos, ao passo que a idade dos indivíduos da minha série, se estendia dos 18 aos 84 anos.

Dinamometria

	Médias	
	Série ♂	Série ♀
Pressão na mão direita	41 ^{kg} ,48	27 ^{kg} ,35
Pressão na mão esquerda	37 ^{kg} ,69	26 ^{kg} ,25
Tracção horizontal	23 ^{kg} ,85	15 ^{kg} ,40

Este capítulo tem sido pouco estudado noutras regiões.

Na Beira o seu estudo foi feito pelos srs. drs. Souza Martins e José António Serrano, a quando da expedição científica à Serra da Estrêla, em 1881.

O sr. prof. dr. Mendes Corrêa determinou a pressão em 41 portugueses do litoral (1), obtendo as médias seguintes:

Pressão na mão direita	45kg,7
Pressão na mão esquerda	39kg,9

Vê-se, pois, que é maior em média nos indivíduos do litoral do que nos do interior.

Perfil do nariz

Série ♂	N.º de casos	%
Rectilíneo	16	59,2
Sinuoso	5	18,5
Côncavo	4	14,8
Convexo	2	7,4

Série ♀	N.º de casos	%
Rectilíneo	10	50
Sinuoso	5	25
Côncavo	4	20
Convexo	1	5

Retinindo o perfil sinuoso ao rectilíneo, isto é, não considerando aquele como distinto deste, chego aos resultados seguintes:

Na série masculina	77,7
Na série feminina	75

(1) *Os criminosos portugueses*, 2.ª ed., Coimbra, 1914.

Em face destes números, posso concluir que os habitantes de S. Pedro são aqueles em que a percentagem de perfil rectilíneo do nariz é maior, o que se vê nitidamente no quadro seguinte em que comparo os meus resultados com os obtidos pelos srs. José Branco, em Vila Real, Fonseca Cardoso, no Minho (entre Cávado e Ancora), e Gonçalves Lopes, na Beira Baixa:

N.º de observações	Perfil do nariz			Regiões	
	Rectilíneo	Côncavo	Convexo		
27	77,7	14,8	7,4	S. Pedro	Santos Júnior
50	70	26	4	Vila Real	José Branco
110	65,5	21,8	12,7	Minho	Fonseca Cardoso
247	36,0	35,2	28,8	Beira Baixa	Gonçalves Lopes

Estatura

A estatura da série masculina varia entre 1^m,50 e 1^m,77, e a média é de 1^m,630, inferior à média geral portuguesa (1^m,645). O mínimo e máximo da série feminina são, respectivamente, 1^m,38 e 1^m,58, e a média da mesma é de 1^m,501.

Agrupando as estaturas, segundo a nomenclatura de Deniker, temos os quadros seguintes:

Agrupamento das estaturas	Série ♂	
	N.º de casos	%
Baixas (menos de 1 ^m ,60)	8	29,6
Abaixo da média (de 1 ^m ,60 a 1 ^m ,649)	8	29,6
Acima da média (de 1 ^m ,65 a 1 ^m ,699)	7	25,9
Altas (1 ^m ,70 e para cima)	4	14,8

Agrupamento das estaturas	Série ♀	
	N.º de casos	%
Baixas (1m,39 e para baixo)	1	5
Abaixo da média (de 1m,40 a 1m,52)	11	55
Acima da média (de 1m,53 a 1m,57)	6	30
Altas (1m,58 e para cima)	2	10

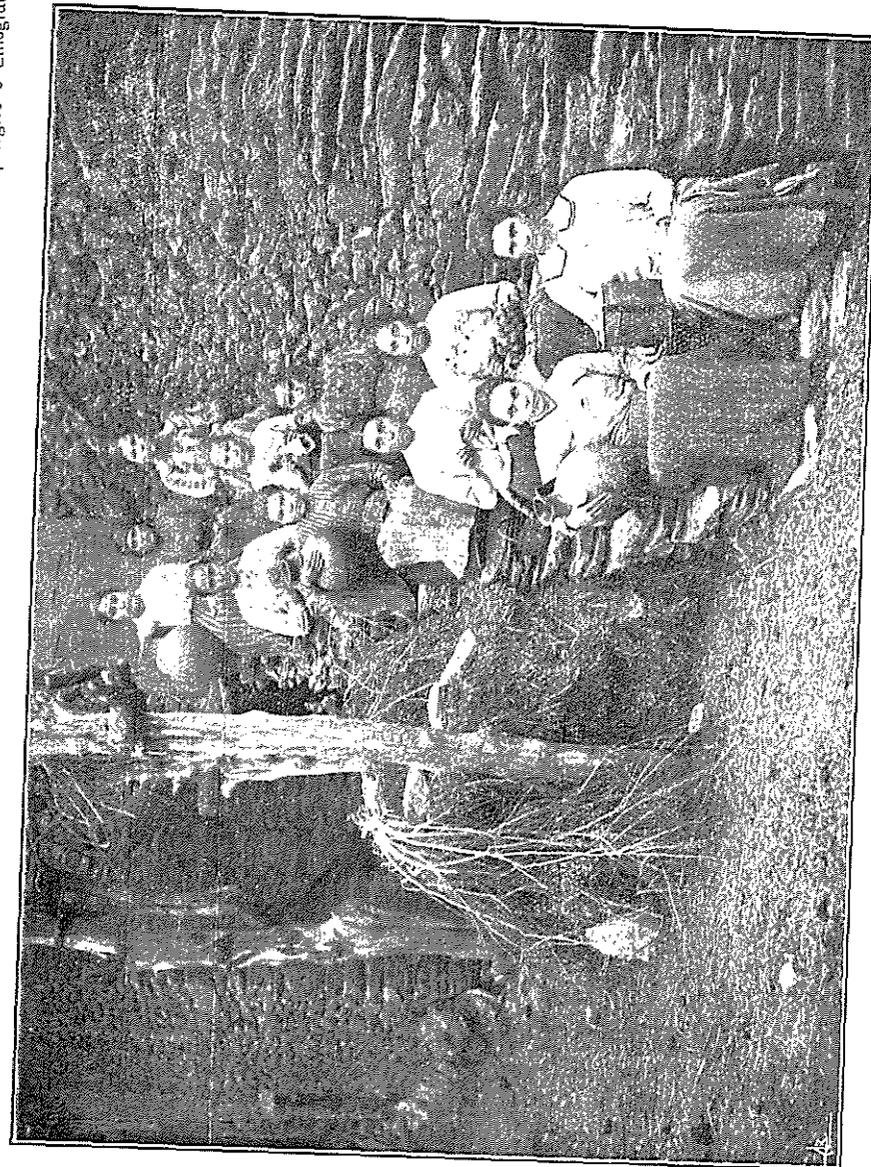
Pelo exame destes dois quadros, nota-se que na série masculina entram em percentagens iguais as estaturas baixas e abaixo da média, entrando contudo as estaturas altas na percentagem de 14,8.%, enquanto na série feminina há um acentuado predomínio de estaturas abaixo da média, 55 %, encontrando-se apenas dois casos de altas estaturas.

O quadro seguinte representa os resultados obtidos em diferentes regiões:

Agrupamento das estaturas				Regiões		Médias
Baixas %	Abaixo da média %	Acima da média %	Altas %			
29,6	29,6	25,9	14,8	S. Pedro (Mogadouro)	Santos Jún.r	1m,630
29,8	30,5	26,2	13,5	Minho (entre Cáv. e Anc.)	Fons. Card.	1m,638
22,6	35,1	22,1	19,4	Beira Baixa	Gonç. Lopes	1m,640
20	24	42	14	Vila Real	José Branco	1m,666
10,2	32,2	45,8	11,9	Beira Alta	Sant'Ana M.	1m,674

Por este quadro vê-se que, quanto às percentagens, os resultados por mim obtidos se aproximam muito daqueles que o sr. Fonseca Cardoso determinou no minhoto de entre Cávado e Ancora, o mesmo sucedendo com as médias, pois que há na minha apenas uma diferença de 8mm a menos.

EST. III



SANTOS JÚNIOR

Estudo Antropológico e Etnográfico

Analisando as médias em conjunto vê-se que a da estatura dos transmontanos de S. Pedro é inferior a tôdas as outras.

A média que obtive (1^m,630) é muito próxima da já determinada por Sant'Ana Marques para a província de Trás-os-Montes, a qual é de 1^m,633.

Índice esquelico (1)

Determinei os índices esquelicos relacionando a altura do busto e a estatura, e obtive os seguintes valores médios:

	Série ♂	Série ♀
Média.	$M = 51,93 \pm 0,18$	$M = 51,82 \pm 0,27$
Desvio padrão	$\sigma = 1,43 \pm 0,13$	$\sigma = 1,86 \pm 0,19$

Seriando a uma unidade os valores da série masculina, temos:

Índice esquelico	Frequência
49	3
50	4
51	3
52	11
53	5
54	1

Vê-se por esta seriação que a variante mais freqüente é de 52, bastante próxima da média, o que indicaria uma série homo-

(1) $\frac{\text{Altura do busto} \times 100}{\text{Estatura}}$

génea se, ao contrário do que se dá, a mediana se aproximasse daqueles valores.

Pelas médias obtidas vê-se que o índice esquelico nos homens corresponde à mesatisquelia, enquanto que nas mulheres há macrosquelia, embora com tendência mesatisquelica. Esta diferença não tem valor significativo, porquanto a diferença das médias masculina e feminina é $0,08 \pm 0,33$.

O sr. prof. dr. Mendes Corrêa diz, a pág. 12 dos *Trabalhos dos alunos* (1), que em 119:571 casos Sanches Fernandes determinou para os adultos espanhóis o índice esquelico médio de 52,1, e que sobre 25 casos de Ferraz de Macedo se pode provisoriamente fixar a média portuguesa de 51,6, muito próxima daquela.

A média da série masculina que determinei, está compreendida entre a espanhola e aquela a que se chegou sobre os dados de Ferraz de Macedo.

Os portugueses tem pois o índice esquelico pouco inferior ao dos espanhóis.

Fazendo o agrupamento do índice esquelico, segundo a nomenclatura de Giuffrida-Ruggeri, obtenho os quadros seguintes:

Índice esquelico	Série ♂	
	N.º de casos	%
Macrosquelicos (51 para baixo)	7	25,9
Mesatisquelicos (51,1 a 53).	14	51,8
Braquisquelicos (53,1 para baixo)	6	22,2

(1) Notas apresentadas ao congresso de sciencias luso-espanhol, efectuado em Junho de 1921. Pôrto, 1923.

Índice esquelico	Série ♀	
	N.º de casos	%
Macrosquelicos (52 para baixo)	12	62
Mesatisquelicos (52,1 a 54).	6	31
Braquisquelicos (54,1 para cima)	1	5

Relação centesimal da braça com a estatura

A relação $\frac{\text{braça} \times 100}{\text{estatura}}$ foi por mim estudada em 15 casos masculinos e 20 femininos.

Obtive as seguintes médias, desvios padrões e erros prováveis respectivos:

	Série ♂	Série ♀
Média	$M = 102,51 \pm 1,47$	$M = 101,41 \pm 1,34$
Desvio padrão	$\sigma = 7,93 \pm 1,05$	$\sigma = 8,95 \pm 0,95$

Apesar de ser pequeno o número de casos da série masculina, a média obtida é muito próxima da que foi determinada pelo sr. prof. dr. Mendes Corrêa noutros Portugueses (102,9).

Em cada uma das séries os máximos e mínimos são respectivamente:

	Série ♂	Série ♀
Máximo	106,62	107,38
Mínimo	97,51	95,91

A diferença de médias não tem valor significativo, porquanto é de $1,10 \pm 1,99$.

Índice cefálico (1)

Seriando a uma unidade os índices cefálicos obtidos, teremos o quadro seguinte:

Índice cefálico	Frequências	
	♂	♀
65	1	-
66	-	-
67	-	-
68	1	-
69	1	-
70	2	-
71	5	-
72	2	1
73	4	2
74	1	1
75	3	1
76	4	3
77	2	1
78	-	-
79	1	1

Em presença deste quadro nota-se logo a grande amplitude da série masculina que é de 15 unidades, pois o mínimo é 65 e o máximo 79. Os resultados médios que obtive, foram os seguintes:

	Série ♂	Série ♀
Média	$M = 73,30 \pm 0,40$	$M = 75,46 \pm 0,42$
Desvio padrão	$\sigma = 3,11 \pm 0,28$	$\sigma = 2,00 \pm 0,30$
Mínimo	65,00	71,66
Máximo	78,57	78,88

(1) $\frac{\text{Diâmetro transverso máximo} \times 100}{\text{Diâmetro ântero-posterior máximo}}$.

A diferença das médias é de $2,16 \pm 0,58$; tem portanto valor significativo.

Segue-se o quadro dos agrupamentos do índice cefálico:

Índice cefálico	Série ♂		Série ♀	
	N.º de casos	0/0	N.º de casos	0/0
Dolicocéfalos (até 76,9)	24	88,8	8	80
Mesaticéfalos (de 77 a 81,9)	3	11,1	2	20
Braquicéfalos (de 82 para cima)	0	-	0	-

Pelo que ficou dito acêrca do índice cefálico dos transmontanos de S. Pedro, pode-se concluir que eles são portadores duma forte dolicocefalia; porém, na série masculina, é que ela é mais acentuada.

Segue-se o quadro em que comparo os meus resultados com os do meu ex-condiscípulo José Branco, com os do sr. prof. dr. Mendes Corrêa, determinados na Beira Alta em 107 casos, e com os do sr. Fonseca Cardoso, determinados em 110 minotos de entre Cávado e Ancora:

Índice cefálico	Vila Real		S. Pedro		Beira Alta		Minho	
	N.º de casos	0/0	N.º de casos	0/0	N.º de casos	0/0	N.º de casos	0/0
Dolicocéfalos (até 76,9)	37	74	24	88,8	76	71,0	49	44,5
Mesaticéfalos (77 a 81,9)	12	24	3	11,1	31	29,0	51	46,4
Braquicéfalos (82 para cima)	1	2	0	-	0	-	10	9,1
Médias	75,5		73,30		75,3		78,1	

Este quadro vem tornar mais frisante a dolicocefalia dos habitantes de S. Pedro.

O índice cefálico médio que determinei é, como disse, 73,30; difere três unidades da média geral do país, 76,3; não é próxima de nenhuma das determinadas pelos autores com quem comparei os meus resultados, afastando-se igualmente para menos, do índice 75,7, que Sant'Ana Marques dá como índice médio de Trás-os-Montes (2).

Índice anterior (2)

Na série masculina obtive a média de $60,75 \pm 0,96$, e na série feminina a média foi de $61,11 \pm 0,69$.

Agrupando os índices anteriores, segundo a nomenclatura de Collignon, temos:

Índice anterior	Série ♂		Série ♀	
	N.º de casos	0/0	N.º de casos	0/0
Dolicopsidas (até 61,9)	16	59,2	12	60
Mesopsidas (62 a 65,9)	9	33,3	3	15
Braquipsidas (66 para cima)	2	7,4	5	25

As médias são ambas dolicopsidas.

Porém, as mulheres são dolicopsidas (média 61,1), mas quasi mesopsidas.

Pela análise do quadro precedente, vê-se que há um acentuado predomínio de dolicopsidas, tanto numa série como noutra.

(1) Mendes Corrêa, *Novos subsídios para a antropologia portuguesa*. Madrid, 1917. (Congresso de Sevilha).

(2) $\frac{\text{Largura bizigomática} \times 100}{\text{Altura total da cabeça}}$.

Seguem-se, na série masculina, predominando após os dolicopsidas, os mesopsidas, ao passo que na série feminina são estes os menos frequentes, ficando em segundo lugar os casos de braquipsia com a percentagem de 25 0/0:

	Série ♂	Série ♀
Máximo	71,96	68,55
Mínimo	51,61	54,66
Média	$M = 60,75 \pm 0,96$	$M = 61,11 \pm 0,69$
Desvio padrão	$\sigma = 4,52 \pm 0,42$	$\sigma = 4,54 \pm 0,48$

A diferença das médias é de $0,36 \pm 1,18$, sem valor significativo.

Vamos agora comparar os resultados a que cheguei, com os obtidos por José Branco e Fonseca Cardoso:

Agrupamento do índice anterior			Médias
Dolico- psidas 0/0	Meso- psidas 0/0	Braqui- psidas 0/0	
64	24	12	José Branco (Vila Real)
59,2	33,3	7,4	Santos Júnior (S. Pedro ♂)
40,9	46,2	12,6	F. Cardoso (Minhotos de entre Cávado e Ancora)
60	15	25	Santos Júnior (S. Pedro ♀)
			60,2
			60,75
			62,6
			61,11

Em face deste quadro, pode-se concluir que em Trás-os-Montes predominam os dolicopsidas, enquanto que no Minho são os mesopsidas que têm maior percentagem.

*

* *

A desarmonia crânio-facial, que aparece na raça fóssil de Cro-Magnon e noutras formas, consiste, como sabemos, na associação dum face larga e um crânio longo.

Na série masculina, que estudei, encontrei 2 casos de desarmonia crânio-facial patente, como se vê pelo valor dos índices que seguem:

	Índice anterior	Índice cefálico
Um dos indivíduos	71,96	75,26
O outro	69,23	74,33

Na série feminina também encontrei desarmonia crânio-facial em alguns casos:

	Índice anterior	Índice cefálico
1.º caso	66,15	71,66
2.º caso	68,55	76,21
3.º caso	67,51	76,92

Para a desarmonia crânio-facial obtenho a percentagem de 11,1 % na série masculina, e 15 % na série feminina.

Índice vértico-longo (1)

Quanto ao índice vértico-longo, tanto os homens como as mulheres de S. Pedro, são platicéfalos.

Os valores obtidos em cada série foram, respectivamente:

	Série ♂	Série ♀
Média	$M = 62,88 \pm 0,48$	$M = 65,37 \pm 1,05$
Desvio padrão	$\sigma = 3,72 \pm 0,34$	$\sigma = 4,93 \pm 0,74$
Máximo	68,81	72,28
Mínimo	53,00	54,73

A diferença das médias é de $2,49 \pm 1,16$; não tem pois grande valor estatístico.

(1) $\frac{\text{Diâmetro vertical auricular} \times 100}{\text{Diâmetro antero-posterior máximo}}$.

Vê-se que as mulheres são platicéfalas, mas com tendência para a ortocéfalia.

No quadro que segue, agrupo os índices, segundo a nomenclatura mais vulgar:

Índice vértico-longo	Série ♂		Série ♀	
	N.º de casos	%	N.º de casos	%
Platicéfalos (até 66,9)	23	85,1	7	70
Ortocéfalos (de 67 a 69,9)	4	14,8	1	10
Hipsicéfalos (70 para cima)	0	-	2	20

Pela análise dêste quadro, vê-se que em ambas as séries predomina a platicéfalia.

É interessante o contraste entre as duas séries quanto à hipsicéfalia; na série masculina não há nenhum caso; na série feminina a sua percentagem é de 20 %, ainda superior à ortocéfalia. Note-se que a série feminina tem apenas 10 casos.

Segue-se o quadro comparativo do índice vértico-longo em S. Pedro, Vila Real e Minho:

Índice vértico-longo			Médias	N.º de casos
Plati-céfalos %	Orto-céfalos %	Hipsi-céfalos %		
85,1	14,8	-	62,88	27
60	28	12	64,8	50
66,4	23,6	10	66,1	110

Pela análise do quadro precedente, vê-se que em S. Pedro (média 62,88) é onde a platicéfalia é mais acentuada, embora em

Vila Real e no Minhoto de entre Cávado e Ancora predomine também a platicefalia.

Emquanto que em Vila Real a percentagem de hipsicéfalos é de 12 % e no Minho de 10 %, em S. Pedro essa percentagem é nula; na série masculina pois não obtive índice algum superior a 70.

Índice vértico-transverso (1)

Em cada uma das séries obtive os seguintes resultados:

	Série ♂	Série ♀
Média.	M = 86,06 ± 0,65	M = 85,30 ± 1,03
Desvio padrão	σ = 4,99 ± 0,46	σ = 6,83 ± 0,73
Mínimo	74,12	69,59
Máximo	96,29	95,93

Vamos agrupar os índices determinados, segundo uma nomenclatura análoga à do índice vértico-longo:

Índice vértico-transverso	Série ♂		Série ♀	
	N.º de casos	%	N.º de casos	%
Platicéfalos (até 82,9)	6	22,2	7	35
Ortocéfalos (83 a 85,9)	7	25,9	4	20
Hipsicéfalos (86 para cima)	14	51,8	9	45

Pelo que fica dito, vê-se que os transmontanos de S. Pedro são nitidamente hipsicéfalos, enquanto que as mulheres, embora

(1) $\frac{\text{Diâmetro vertical auricular} \times 100}{\text{Diâmetro transverso máximo.}}$

com tendência hipsicéfala, são ortocéfalos, pois a média determinada na série feminina estudada, foi de 85,30; a diferença das médias não tem valor estatístico significativo, pois é igual a $0,76 \pm 1,22$.

Pela análise do quadro precedente, nota-se em ambas as séries maior percentagem de hipsicefalia.

Pela comparação dos índices vértico-longo e vértico-transverso, vê-se que os transmontanos, por mim estudados, tem a cabeça relativamente baixa.

Índice vértico-transverso			Médias
Platicéfalos %	Ortocéfalos %	Hipsicéfalos %	
12	32	56	José Branco (Vila Real) Santos Júnior (S. Pedro ♂) F. Cardoso (Minhoto de entre Cávado e Ancora)
22,2	25,9	51,8	
33,3	31,8	34,9	
			87,1
			86,06
			84,5

Vê-se que em Trás-os-Montes há predomínio da hipsicefalia, enquanto no Minho a média deste índice está compreendida nos limites da ortocefalia. É preciso, porém, não esquecer quanto as dimensões horizontais do crânio influem nas variações dos dois índices verticais.

Índice nasal

Estudei o índice nasal em 27 casos masculinos e 20 femininos, obtendo as médias seguintes:

Série ♂	63,89
Série ♀	57,55

Segue-se a seriação do índice nasal em 27 casos ♂:

Índice nasal	Frequência	Índice nasal	Frequência
50.	1	67.	1
51.	-	68.	-
52.	2	69.	1
53.	1	70.	1
54.	2	71.	-
55.	5	72.	-
56.	1	73.	-
57.	1	74.	-
58.	-	75.	-
59.	1	76.	-
60.	-	77.	-
61.	1	78.	1
62.	2	79.	-
63.	1	80.	-
64.	1	81.	1
65.	-	82.	1
66.	2		

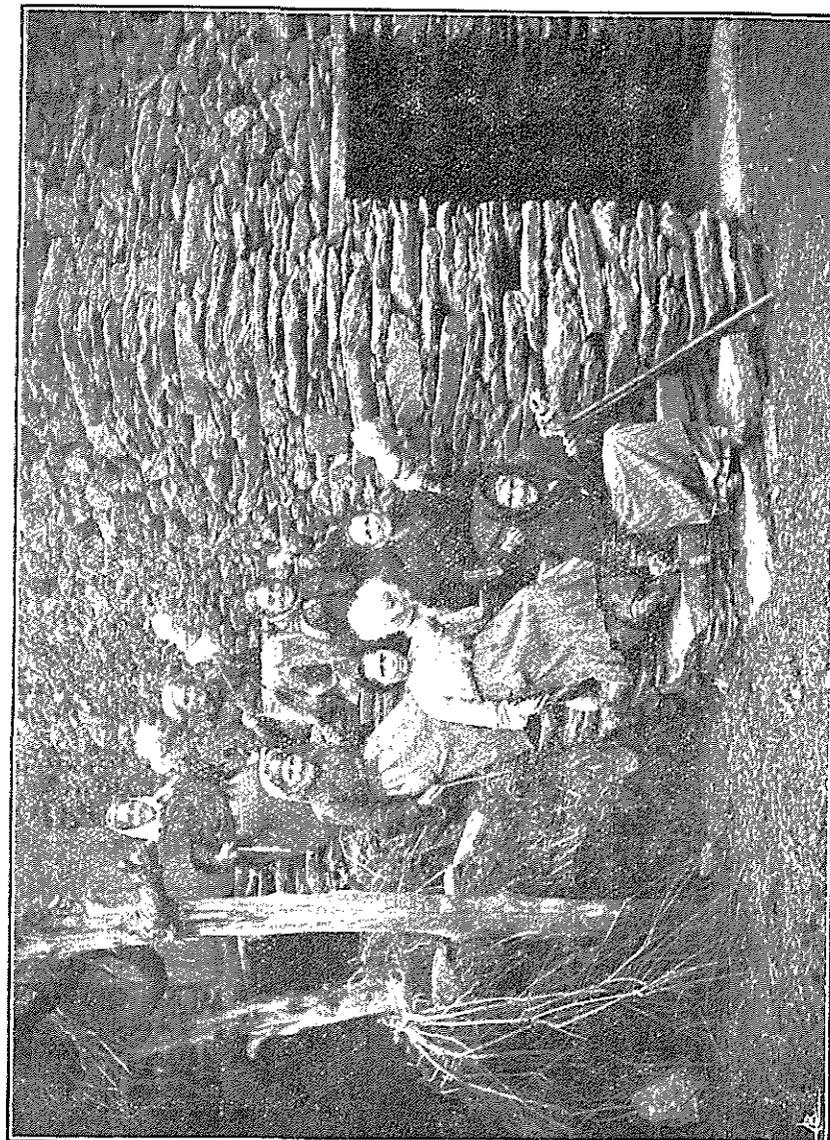
Apresento a seriação do índice nasal, para mostrar quão heterogênea é a série masculina quanto a êste índice. Os números que seguem mostram bem isso:

Mínimo	50
Máximo	82
Máximo de frequência	55
Média	$M = 63,89 \pm 1,13$
Desvio padrão	$\sigma = 8,71 \pm 0,89$
Mediana	65,5

SANTOS JÚNIOR

EST. IV

Estudo Antropológico e Etnográfico



Velhas a ficar

Nenhum dêstes três últimos valores, excluindo o desvio padrão, não só não coincidem, mas são muito diferentes.

A série feminina, pelo contrário, é uma série homogênea, pois tem os seguintes valores:

Mínimo	48,27
Máximo	66,67
Máximo de freqüência	57
Média	$M = 57,55 \pm 0,73$
Desvio padrão	$\sigma = 4,84 \pm 0,52$
Mediana	57

O índice 57 é comum à média, à mediana e ao máximo de freqüência; é lícito pois esperar que se trate duma série homogênea.

Digo é lícito, visto que na maior parte dos casos a média, a mediana e o máximo de freqüência não bastam para definir convenientemente uma série.

Quanto à diferença das médias tem para êste índice o valor estatístico significativo, pois a mesma é de $6,34 \pm 1,34$.

O quadro seguinte representa o agrupamento dos índices nasais, segundo a nomenclatura mais usada:

Índice nasal	Série ♂		Série ♀	
	N.º de casos	%	N.º de casos	%
Hiperleptorríneos (< 54,9) . . .	6	22,2	7	35
Leptorríneos (55 a 69,9) . . .	17	62,9	13	65
Mesorríneos (70 a 84,9) . . .	4	14,8	-	-
Platirríneos (85 a 99,9) . . .	-	-	-	-

Por êste quadro se vê que tanto na série masculina como na feminina há predomínio duma forte leptorrinia.

O número de leptorríneos é, como se vê, muito grande, e ainda mais avulta comparando-o com a percentagem correspondente nos transmontanos de Vila Real, que é de 58 %.

Índice nasal				Regiões	Médias
Hiperleptorríneos %	Leptorríneos %	Mesorríneos %	Platirríneos %		
22,2	62,9	14,8	-	S. Pedro (série ♂) (1)	63,89
2	58	40	-	Vila Real (2)	68
19,52	70,9	8,7	0,8	Beira Baixa (3)	60,94
2,8	55,1	37,3	4,7	Beira Alta (4)	68,68
6,5	76,7	16,8	-	Minho (5)	64,2

Pela análise dêste quadro se vê que em Trás-os-Montes e no Minho há ausência de platirríneos, aparecendo êstes nas Beiras, e com maior percentagem na Beira Alta.

Note-se ainda a não concordância dos meus resultados com os do meu colega José Branco quanto à hiperleptorrinia. Emquanto que é em S. Pedro onde a percentagem de hiperleptorríneos é a maior de tôdas aquelas com que comparo os meus resultados, a percentagem do mesmo tipo de nariz é em Vila Real a mais pequena de tôdas.

(1) O sr. Sant'Ana Marques determinou para o distrito de Bragança a média de 67,2 para o índice nasal. Reunindo as observações de José Branco e as minhas, obtive a média de 65,94, um pouco inferior.

(2) José Branco, *Elementos para a antropologia de Trás-os-Montes*.

(3) Gonçalves Lopes, *Os Beirões*.

(4) Dr. Mendes Corrêa, *Sobre o índice nasal na Beira Alta*.

(5) Fonseca Cardoso, *O Minhoto de entre Cávado e Ancora*.

Comprimento da mão (esquerda)

Tomei o comprimento da mão em 27 casos masculinos e 20 femininos.

Determinei os seguintes valores:

	Série ♂	Série ♀
Média	196 ^{mm} ,37	177 ^{mm} ,80
Máximo	210	193
Mínimo	168	153

Em face dêstes resultados, vê-se que os homens teem a mão mais comprida que as mulheres, como, de resto, era de esperar.

Palmo (da mão esquerda)

Como sabemos, temos duas espécies de palmo, o grande (dedo anular), e o pequeno (dedo mínimo).

O palmo sôbre o qual determinei os valores que seguem, é o pequeno.

Nos mesmos indivíduos em que tomei o comprimento da mão, determinei essa medida; portanto as séries são as mesmas.

Os resultados achados são:

	♂	♀
Média	211 ^{mm} ,44	186 ^{mm} ,20
Máximo	235	203
Mínimo	180	171

Como se vê, o palmo está em relação ao comprimento da mão.

O sr. Gonçalves Lopes determinou na Beira Baixa a média de 206,34 para o pequeno palmo.

Largura da boca

Observei e medi uma série de 22 casos masculinos, e uma série feminina de 20 casos.

Nelas determinei os seguintes resultados:

	♂	♀
Média	51 ^{mm} ,82	49 ^{mm} ,50
Máximo	61	57
Mínimo	32	42

Vê-se por estes números que os homens têm a boca um pouco maior que as das mulheres.

O sr. Gonçalves Lopes determinou na Beira Baixa para 250 casos masculinos a média de 49^{mm},48.

Os beirões têm pois a boca mais pequena que os transmontanos de S. Pedro.

Índice facial (de Garson) (4)

Determinei este índice apenas sobre casos masculinos, a totalidade dos quais é de 21.

Seriei os índices obtidos, e determinei os seguintes valores:

Mínimo	89,92
Máximo	137,89
Máximo de frequência	111
Mediana	112,5
Média	112,32 ± 1,59
Desvio padrão	10,87 ± 1,13

(4) $\frac{\text{Largura bizigomática} \times 100}{\text{Altura facial}}$

Em presença dos valores máximos e mínimos, nota-se logo a grande amplitude da série que é de 48 unidades; é preciso notar porém que, a seguir ao índice mínimo da série 89,92, o que imediatamente se apresenta é o índice 99, assim como ao índice de 122, penúltimo da série, se segue uma coluna de 15 unidades sem representação até ao máximo 137, que está representado por 2 casos.

Fazendo o agrupamento deste índice, obtenho o quadro seguinte:

Índice facial	Série ♂	
	N.º de casos	%
Cameprósopos (79 a 83,9)	0	-
Mesoprósopos (84 a 87,9)	0	-
Leptoprósopos (88 a 92,9)	1	4,7
Hiperleptoprósopos (93 para cima)	20	95,2

Em presença deste quadro nota-se a ausência de cameprósopos e mesoprósopos, e os leptoprósopos apenas aparecem na percentagem de 4,7 %. Os hiperleptoprósopos aparecem porém numa percentagem esmagadora; ainda mais frisante se torna esta hiperleptoprosopia depois de se saber que dentro dos limites desta, apenas encontrei um índice inferior a 100 com o valor de 92,2, e todos os 19 casos restantes se estendem para cima de 100.

O meu colega José Branco determinou este índice em 50 soldados do regimento de infantaria 13, de Vila Real, e obteve a média de 103,5 dentro dos limites da hiperleptoprosopia, conquanto mais moderada que aquela que eu obtive. Os limites da sua série são, respectivamente, mínimo 92, máximo 115.

Índices crânio-faciais

Êstes índices foram por mim determinados sôbre as médias, e em 27 casos masculinos.

Índice crânio-facial n.º 1 = $\frac{\text{largura bizigomática} \times 100}{\text{diâmetro ântero-posterior máximo}}$: determinei a média de 68,87.

Índice crânio-facial n.º 2 = $\frac{\text{largura bizigomática} \times 100}{\text{diâmetro transverso máximo}}$: determinei o valor médio de 94,05.

Proporção da altura total da cabeça à estatura (1)

Esta relação centesimal determinei-a em 19 casos masculinos e 20 femininos, obtendo os valores seguintes para cada uma das séries:

	Série ♂	Série ♀
Mínimo	12,04	12,42
Máximo	15,50	15,57
Média	M = 13,63 ± 0,18	M = 14,03 ± 0,18
Desvio padrão	σ = 1,19 ± 0,13	σ = 1,17 ± 0,12

A diferença das médias é de 0,40 ± 0,08; tem pois valor estatístico.

A altura da cabeça proporcionalmente à estatura para o sexo masculino é, como vimos, 13,6, diferindo 0,3 para mais do resultado a que chegou o meu ex-condiscipulo José

(1) $\frac{\text{Altura da cabeça} \times 100}{\text{Estatura}}$.

Branco, valor êsse que coincide com o canon europeu de Topinard, 13,3 (1).

O sr. Fonseca Cardoso determinou no *Minhoto de entre Cávado e Ancora*, a média de 13,1, um pouco inferior.

Determinei sôbre os valores médios da largura bizigomática e da altura da cabeça, o índice $\frac{\text{largura bizigomática} \times 100}{\text{altura da cabeça}}$ (índice anterior), e obtive para cada série os valores seguintes:

Série ♂ (27 casos)	Série ♀ (20 casos)
M = 61,00	M = 60,77

Determinei ainda também sôbre os valores médios o índice $\frac{\text{largura bigoniaca} \times 100}{\text{altura da cabeça}}$, obtendo os seguintes resultados:

Série ♂ (27 casos)	Série ♀ (20 casos)
M = 47,84	M = 47,23

O índice $\frac{\text{largura bigoniaca} \times 100}{\text{largura bizigomática}}$, obtido em 19 casos masculinos e 20 femininos, deu-me os resultados seguintes:

	Série ♂	Série ♀
Mínimo	66,88	72,44
Máximo	96,09	89,76
Média	77,17	77,79

(1) *Éléments d'anthropologie générale*, pág. 1092.

Quadro recapitulativo das médias antropométricas

	S. Pedro		
	Resultados de 27 casos masculinos	Resultados de 20 casos femininos	
Diâmetro antero-posterior máximo	193,14	185,30 (1)	
Diâmetro transverso máximo	141,45	139,20	
Diâmetro vértico-auricular	121,82	118,10	
Largura bizigomática	133,04	127,90	
Largura bigoniaca	105,04	99,40	
Largura da boca	51,82 (2)	49,50	
Comprimento do nariz	58,04	55,95	
Largura do nariz	35,44	32,15	
Altura da cabeça	219,59	210,45	
Altura facial	118,81 (3)	—	
Comprimento da mão	196,37	177,80	
Palmo	211,44	186,20	
Dinamometria {	Pressão mão direita	41,48	27,35
	Pressão mão esquerda	37,69	26,25
	Tracção horizontal	23,85	15,40
Braça	1,682 (4)	1,524	
Estatuta sentado	0,847	0,779*	
Estatuta de pé	1,630	1,501	
Índice esquelético	51,93	51,82	
Relação centesimal da braça com a estatura	102,51	101,41	
Índice cefálico	73,30	75,46	
Índice anterior	60,75	61,11	
Índice vértico-longo	62,88	65,37	
Índice vértico-transverso	86,06	85,30	
Índice nasal	63,89	57,55	
Índice facial (de Garçon)	112,32	—	
Proporção da altura total da cabeça à estatura	13,63	14,03	
Proporção da larg. bigoniaca à alt. da cab. (= 100)	47,84	47,23	
Índice crânio-facial n.º 1	68,87	—	
Índice crânio-facial n.º 2	94,05	—	

(1) Este resultado é sobre 10 casos.

(2) Este resultado assenta sobre 22 casos.

(3) Sobre 21 casos.

(4) Sobre 15 casos.

Conclusões antropológicas

O tipo dominante da população de S. Pedro é de nutrição média, pele dum moreno leve, cabelos escuros, olhos de cor média, boa dentadura, barba abundante, nariz de perfil rectilíneo, estatura inferior à mediana, mesatisquélico, bastante dolicocefalo, dolicoptida, platicéfalo (pelo índice vértico-longo), hipsicéfalo (pelo índice vértico-transverso) e leptomesorríneo.

A mulher é mais gorda, de pele menos morena, cabelos menos escuros e olhos mais escuros, dentadura geralmente boa, nariz rectilíneo, estatura muito mais baixa, macrosquelica (quasi mesatisquelica), braça relativamente menor, índice cefálico mais alto, embora ainda dolicocefalo, também dolicoptida, crânio menos platicéfalo (pelo índice vértico-longo), menos hipsicéfalo (pelo índice vértico-transverso) e muito mais leptorrínea do que o homem.

Algumas das diferenças sexuais apontadas não teem, porém, como vimos, significação estatística.

Relativamente aos portugueses em geral o transmontano de S. Pedro apresenta um menor excesso de tipo moreno sobre o loiro, nariz mais rectilíneo, estatura mais baixa, maior dolicocefalia, menor índice vértico-longo e maior vértico-transverso, e nariz mais largo como na Beira Baixa.

O tipo médio identifica-se com a raça *ibero-insular* de Deniker, ou *mediterrânea* de Topinard, ou *libio-ibérica* de Anton.

Aparecem poucas estaturas altas e nenhuns braquicéfalos.

Como não há concordância constante entre as altas estaturas e a pigmentação clara, deve concluir-se que uma influência *nórdica*, a admitir-se, se diluiu muito na mestiçagem. Não deve, porém, esquecer-se o papel das condições mesológicas na pigmentação.

Da raça *alpina* ou *cevénola* de Deniker, ou pretendidamente *celta* de Broca, não há vestígios.

Quando muito a desarmonia crânio-facial de alguns indivíduos e as tendências mesorrínicas doutros, fazem crêr na existência do tipo desarmónico que o sr. prof. dr. Mendes Corrêa encontrou também na Beira Alta, ou de sobrevivências esporádicas do meso-platirrínico primitivo, *Homo taganus*, como aventa o mesmo professor.

A extrema dolicocefalia e outros caracteres fazem acreditar que em S. Pedro encontramos representantes de populações muito antigas do território, o que não é de admirar, dado o isolamento geográfico da região.

Antropologia cultural

Habitação

Dum modo geral a casa é pequena, pouco alta, só excepcionalmente com primeiro andar, e de construção pouco cuidada.

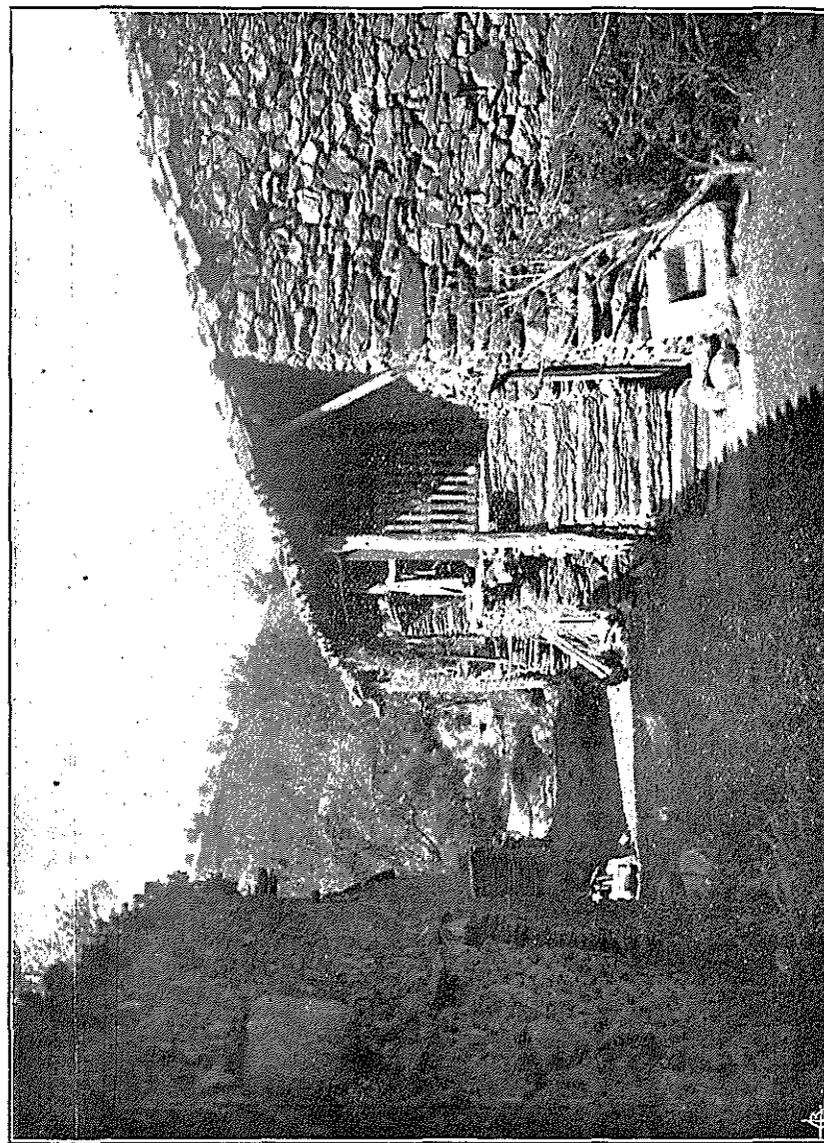
As paredes são feitas de alvenaria, bastante espessas, atingindo por vezes um metro e mais de espessura; porém, na maioria dos casos, esta espessura varia entre 60^{cm} e 90^{cm}.

O telhado é sempre de pouco declive e quasi nada sobressai fora da parede.

As telhas são ordinárias, e fabricadas na próxima povoação de Valverde.

Em casa alguma se encontram telhas de vidro.

A iluminação é feita só pelas portas e janelas, ou então em compartimento sem comunicação directa com o exterior, isto é, sem porta exterior ou janela, a iluminação é feita por meio do seguinte artifício (fig. 2):



No telhado, por supressão de um determinado número de telhas, praticam uma abertura rectangular um pouco alongada.

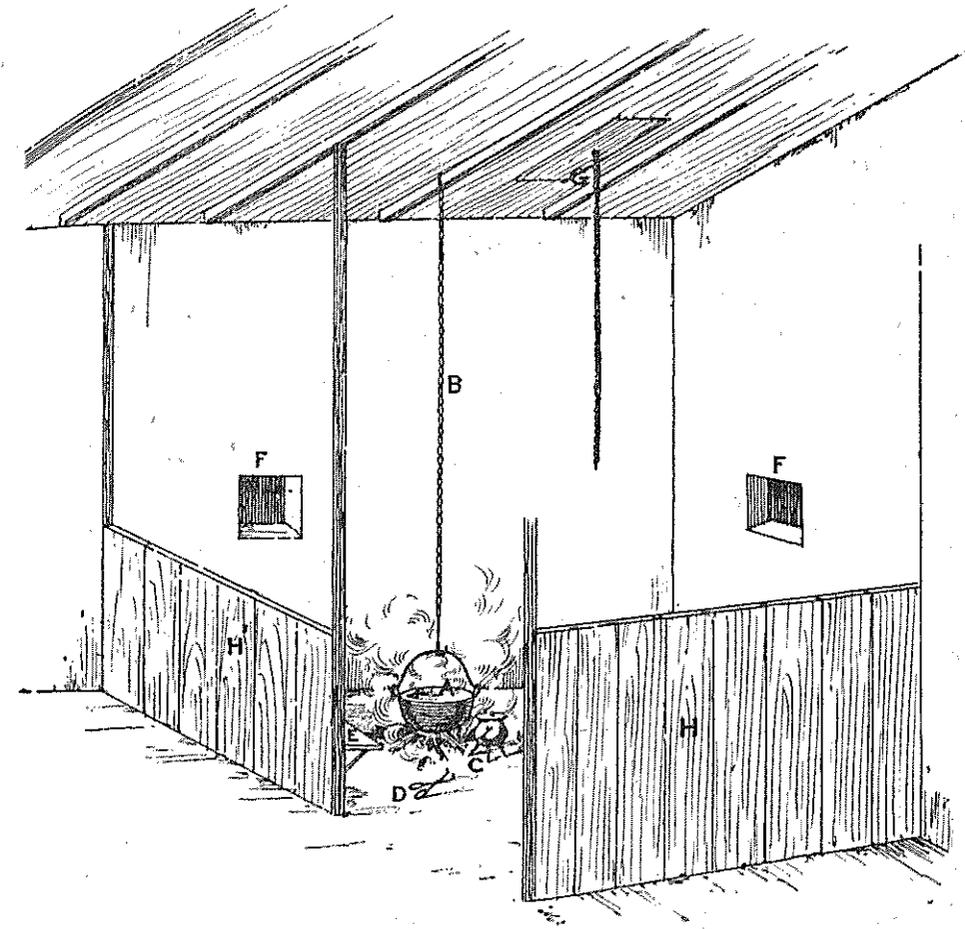


Fig. 2 — Uma cozinha

A, caldeira de cobre; B, lares; C, panela; D, tenazes; E, banco; F, vãos;
G, cortiça que tapa a abertura de iluminação; HH, tabiques

Arranjam depois o telhado por forma que a água que corre nas caldeiras, direita à abertura praticada, não caia para dentro de casa. Parece, à primeira vista, que tudo estava feito, visto o

fim ser o da iluminação; mas ficando o orifício aberto, por aí entrava a chuva e o frio; para evitar isto, colocam sôbre a aber-

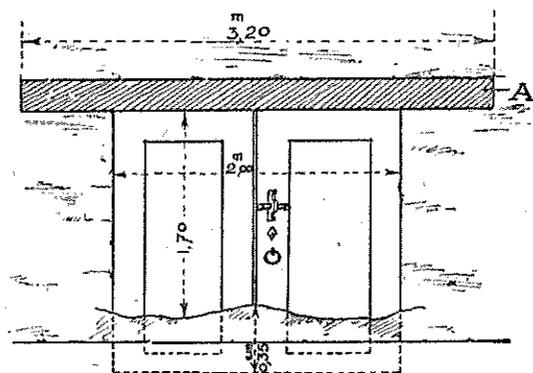


Fig. 3 — Porta de lagar
A, tróça

tura uma cortiça um pouco maior, mas também rectangular; esta cortiça é depois atravessada por um pau, que pende do teto.

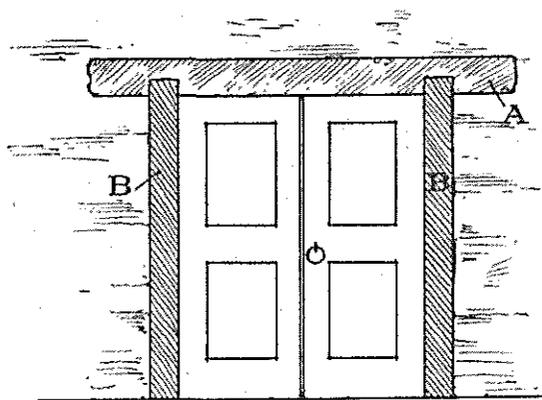


Fig. 4 — Porta de habitação
A, tróça; BB, marcos

Quando se quiere luz, levanta-se o pau e conjuntamente a cortiça, em seguida dá-se-lhe uma rotação de 90°, e ao descansar a cortiça aproxima-se o pau dum dos ângulos do rectângulo da aber-

tura, de modo que a maior parte desta fica em aberto, iluminando o interior.

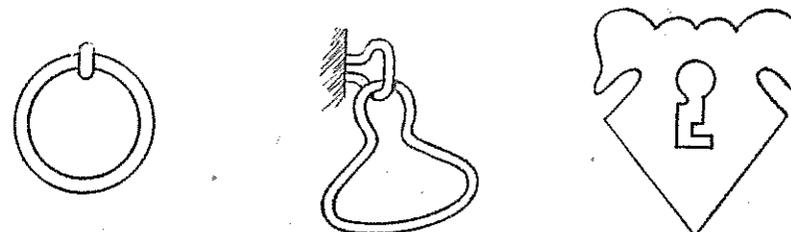


Fig. 5 — Argolas

Fig. 6 — Fechadura

As portas são sempre baixas e largas,

Tôdas as portas teem na parte superior um caibro, que está fixo à parede e que tem sempre maior comprimento que a largura da porta; êste caibro tem o nome de *tróça*.

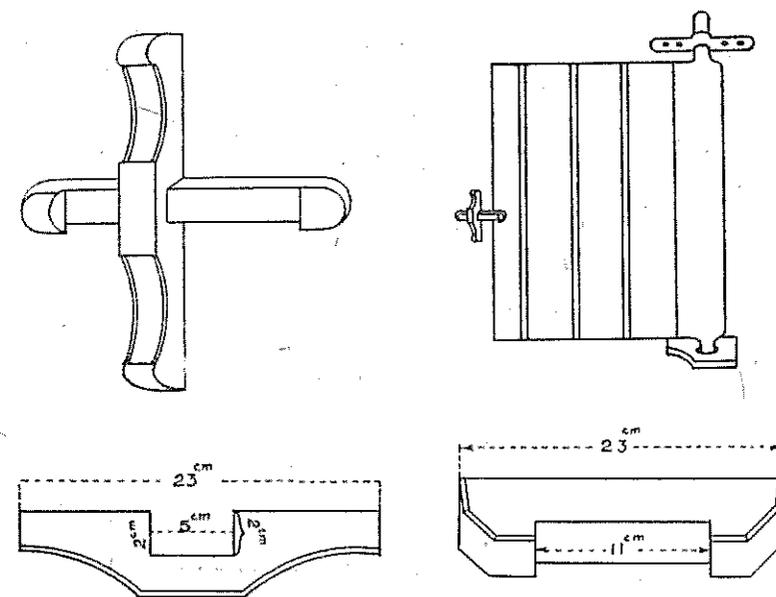


Fig. 7 — Porta de gonzos e caravelhos

Na maior parte encontram-se ainda dois outros caibros verticais, um de cada lado, e cuja parte superior encaixa em dois

entalhes que tem a tróça. A estes dois caibros dá-se o nome de *quissoeiros* ou *marcos*; quando de pedra, teem o nome de *tranqueiros*.

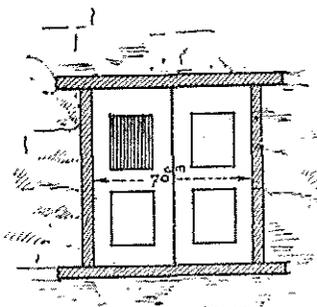


Fig. 8 — Janela
A almofada superior esquerda tem dobradiças, podendo portanto ser aberta

Em quasi tôdas as portas, inclusivè na da capela, há uma argola por baixo da fechadura, quando a há, mas sempre por baixo do caravelho, e que serve para prender os burros pela arreata enquanto se preparam para a jornada.

As portas giram em gonzos; só duas ou três casas da povoação é que teem portas com dobradiças.

Na última tábuia que forma a porta, há na parte superior um tórno que encaixa numa abertura praticada na tróça, e na parte

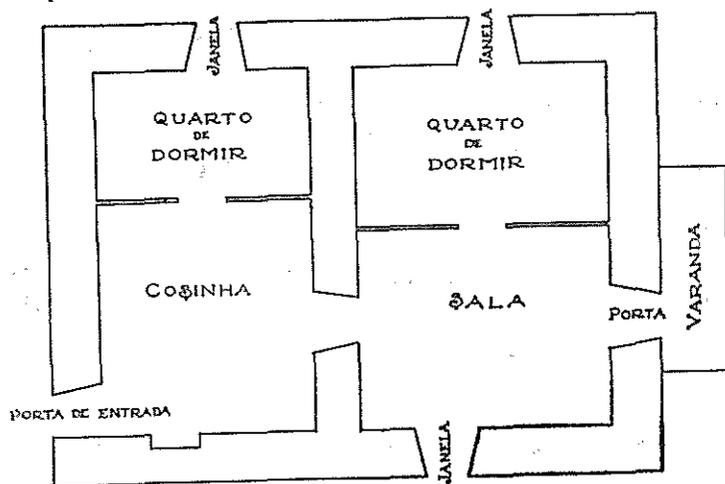


Fig. 9 — Planta de habitação
A espessura das paredes é de 0m,90

inferior da mesma tábuia há um outro tórno que encaixa num buraco praticado na soleira da porta.

As janelas giram também sobre gonzos. São em pequeno número, quasi quadradas e pequenas. São fechadas por duas portadas de madeira. Não se encontra uma que tenha vidraça.

Encontra-se com freqüência a varanda, que é sempre defendida pelo mesmo telhado da casa a que pertence, e é feita de xisto e madeira, ou madeira sómente.

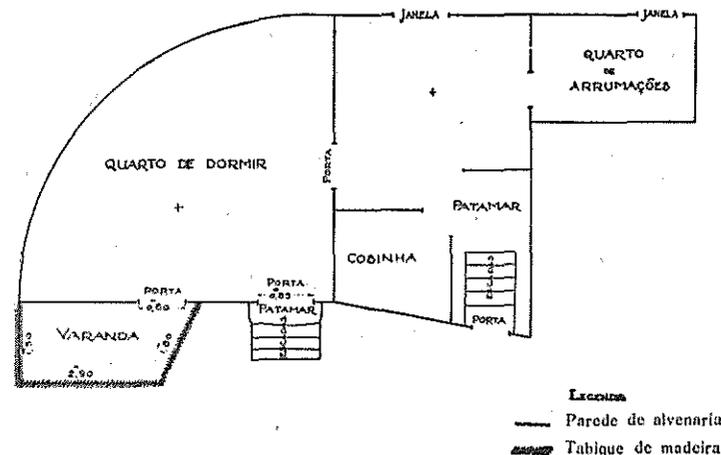


Fig. 10 — Planta de habitação

(As paredes da cozinha da direita e do lado de cima na estampa estão, como a de cima do patamar, indicadas por lapsos como de alvenaria, mas são de tábique)

Ocupa na maioria dos casos só uma parte da frontaria, tendo o parapeito cerrado ou fundido em grade. Sobressai sempre da parede.

Tem as mais das vezes escada de acesso a um dos extremos, e serve como que de antecâmara à habitação; pode pôr não ter escada e então comunica com uma dependência da casa.

À face da via pública, e ocupando parte do comprimento da fachada, sobressai da parede mestra e assenta em xisto, ou firma-se em fortes caibros de negrilho. Neste último caso, a varanda

constitui como que um balcão, formando inferiormente um alpendre.

Quanto à grade ou resguardo, vários casos se podem dar. Este resguardo pode ser um estreito varal pregado às colunas em que descansa a vanguarda do telhado.

Há muitos casos em que se regista a mais a inserção de balaústres lisos ou trabalhados.

Outras vezes ainda a grade se elimina, e uma vedação de tábuas de fôrro a substitui.

O número de divisões da casa é pequeno: só quatro ou cinco excepcionalmente mais.

Êstes compartimentos são de grande superfície. São sobradados a tábuas de pinho. Em alguns quartos, próximo das paredes exteriores, a altura do sobrado ao tecto, que é sempre o telhado, chega a ser de 1^m,70 apenas.

Alimentação

A cozinha constitui sempre um compartimento à parte do resto da casa, e não sucede como em algumas pequenas povoações, onde o mesmo aposento é quarto de dormir, cozinha, etc.

Na região, a cozinha constitui a sala de recepção para as visitas dos amigos.

É geralmente pequena, e as mais das vezes feita a um canto duma das salas da entrada por um tabique formado de tábuas de pinho mal aparelhadas e com dois ou três metros de altura. A um canto dêste tabique há um espaço sem tábuas que constitui a entrada para a cozinha. Em nenhuma das que visitei encontrei porta (figs. 2, 11 e 12).

Acêrca dos utensílios de cozinha pode-se dizer que são poucos em número e pouco variados em forma, e além disso todos apropriados a cozinhar no lar.

Fogões, é coisa a que não reconhecem utilidade, pois que ninguém os tem.

Todos os utensílios de cozinha são de ferro, à excepção de alguns caldeiros de cobre.

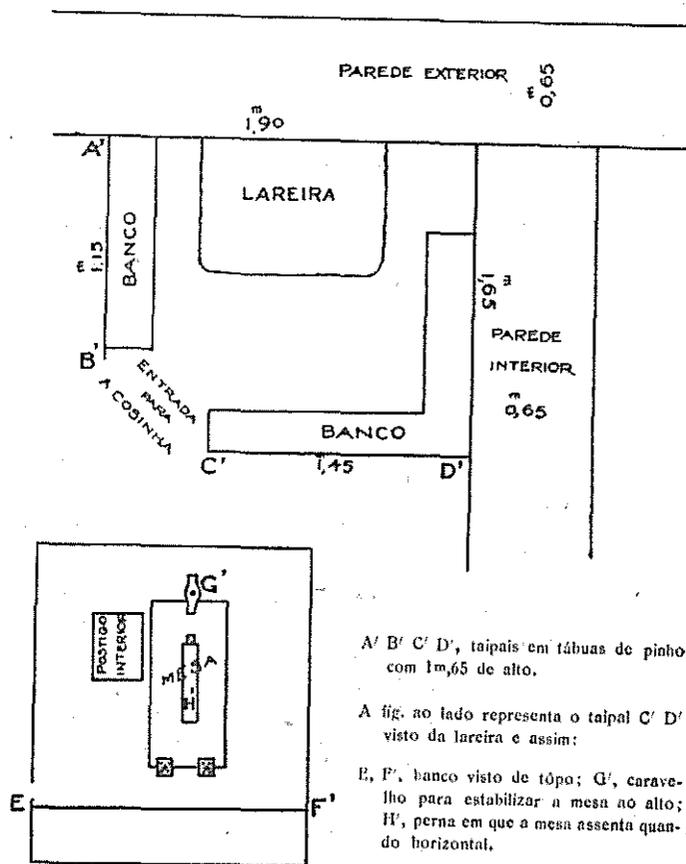


Fig. 11 — Planta duma cozinha

Em barro só há os cântaros para ir buscar a água à fonte, o que é muitas vezes feito pelos homens. Há poucos anos este serviço só excepcionalmente era feito pelas mulheres.

Em ferro podem citar-se as panelas de três pernas, que uti-

Quanto a louça e talheres, é igualmente reduzido o seu número: alguns pratos grosseiros, umas malgas igualmente grosseiras, uns garfos e quatro ou cinco colheres.

Neste rápido elenco faltam as facas, e na verdade faltam também na quasi totalidade das cozinhas: como utensilio cortante usam uma navalha a que frequentemente chamam faca.

Os seus cozinhados limitam-se a cozidos, fritos e assados. No entanto, o que prepondera são os cozidos.

Os assados são feitos directamente sobre as brazas, ou às vezes numa grelha.

O alimento de quasi todos os dias, e em quasi tôdas as casas, é o que elles chamam *migas* ou *sôpas*, e que é feito do seguinte modo: no caldeirinho de cobre de que atrás falei, são dispostas fatias de pão centeio, previamente *talhado*, em cima deita-se-lhe água a ferver, temperada de sal, depois tapa-se o caldeirinho com um têsto durante uns minutos, até que o pão esteja bem embebido; em seguida escorre-se a água e polvilham-se com colorau picante, ou como lá lhe chamam, *pimento queimado*. Por último, colocam num tacho com bastante azeite a estrugir, um ou dois dentes de alho, e deitam depois êste azeite por cima do pão já amolecido; feito isto, está o alimento pronto. Há várias espécies de *migas*. Estas *migas* substituem o caldo.

O caldo não é tão comum como as *migas*, dada a pobreza das suas hortas.

A carne de porco é também um dos alimentos principais, quer em fumeiro, quer depois de salgada.

Na ocasião das colheitas, recolhem a vagem do feijão, inteira, e não fazem a separação da semente, isto é, não a debulham.

Pelo ano adiante, quando o querem comer, deitam as vagens de mólho e cozem-nas inteiras, comendo-as depois com azeite e vinagre.

O pão é feito de centeio, menos vezes de trigo, geralmente

mal fabricado, o que lhe dá uma côr escura e um paladar nem sempre agradável.

Na povoação só há um fôrno, que é de todos, pois todos trabalharam nêle ou para êle deram alguma coisa; um deu uma trave, outro emprestou os bois para acarretar a pedra, outro deu os tijolos, outro as telhas, outro a maceira, etc.

Um outro alimento freqüente e que durante o verão constitue por si só muitas das suas refeições, é a salada de *azêdas* ou de *cuncos* (*Rumex scutatus*, Lin.).

Vão aos muros, onde esta planta vive de preferênciã, e colhem as fôlhas que são carnudas; cortam-nas depois como quem corta couves para fazer um caldo, deitam-nas dentro do caldeirinho de cobre, e em seguida adicionam-lhe azeite e sal; muitas vezes esmagam batatas cozidas que deitam por cima da salada. Feito isto, está pronto o alimento.

De verão, passam-se dias e dias em que cada refeição é uma salada de *cuncos*, cebola e pão.

A cebola é bastante usada em cru como alimento, mesmo mais do que propriamente como tempêro: a merenda, por exemplo, é muitas vezes constituída por uma cebola e um bocado de pão sêco.

Também comem com freqüência ovos, de várias maneiras, mas em geral *fritos*.

Quanto às galinhas, reservam-nas especialmente para as doenças ou para dias de festas.

É vulgar em muitas regiões de Trás-os-Montes entrar o leite como alimento freqüente, e em especial o queijo. Em S. Pedro, porém, não sucede assim, e só em caso de doença é que o tomam. Julgo, porém, que êste facto é devido mais à sua escassez do que propriamente a dêle não gostarem.

O vinho é colhido em pequena quantidade e, portanto, é substituído por água. Só aparece em dias de festa.

Uma bebida já mais freqüente é a aguardente de figos, que fazem numa alquitarra. Esta bebida constitui para êles o *mata-bicho*.

Um dos maiores petiscos, já não tanto actualmente, mas há uns anos, era o bacalhau, que só comiam três ou quatro vezes no ano: uma dessas vezes era no Natal, outra no dia da festa de S. Pedro, e ainda nas cegadas.

Entre os petiscos podemos enunciar a carne de vaca ou de vitela, que poucas vezes comem.

A carne de carneiro também é muito estimada, e prato obrigatório nos casamentos.

Os tempêros de cozinha, são: o sal, o azeite, gordura de porco e *pimento queimôso*.

Êste último é muito empregado, e em abundância, tornando as comidas picantes e avermelhadas.

As refeições são, em geral, três: uma, pouco depois de se levantarem, é o almoço; pelo meio dia, a merenda, e à noite, a ceia. As refeições são curtas e a hora delas varia conforme as ocupações diárias.

Vestuário e ornatos

O vestuário já não tem nada de regional, como o tinha ainda há bem poucos anos, segundo me contaram.

O tão característico e forte burel, que era muito usado pelos naturais, foi pôsto um pouco de parte, embora ultimamente tenha tendência a voltar à sua supremacia passada.

De facto, é muito curioso vêr um daqueles transmontanos com o seu fato de burel, capa do mesmo tecido, fortes *sapatos* (1) *brochados* e um chapéu de aba larga.

(1) Para os transmontanos de S. Pedro tudo são *sapatos*; as botas são assim designadas. É também freqüente a designação genérica de *butes*.

Os fatos são feitos na *quinta* por um homem duma povoação próxima que se diz alfaiate.

O alfaiate vem morar para casa do indivíduo para quem trabalha, com êle come e em sua casa dorme.

Para qualquer povoação que o dito alfaiate se dirige a prestar os serviços de tesoura e agulha, leva um burro carregado com a sua máquina de costura.

Como ornatos, as mulheres usam fios de contas de ouro, ou uma medalha de ouro, de forma oval, presa a uma fita de veludo preto. Os aneis são raros. Nas orelhas, brincos ou arrecadas.

Os homens usam correntes, mas de prata (ainda não vi lá nenhuma de ouro), e o relógio.

Agricultura

Pode-se dizer com verdade que é dela que vivem todos os moradores de S. Pedro.

É bem rotineira a agricultura naquelas paragens, e pode-se quasi afirmar que doutra maneira não pode ser feita.

Os instrumentos agrícolas modernos não podem ser usados naqueles terrenos barrentos e cobertos de pedras, sob pena de se deteriorarem em pouco tempo. Em certos sítios, o declive do terreno é tão pronunciado, que andando dois burricos a lavrar, a barriga do que está do lado de cima fica em nível superior ao lombo do burrico do lado de baixo!

Presume-se o que nestas condições sucederia se em vez do modelo de arado que é usado, lavrassem por exemplo, com uma charrua brabant dupla.

As encostas do *termo* estão cobertas de grande quantidade de oliveiras e amendoeiras. Tanto umas como outras são objecto dum particular cuidado em virtude do bom preço que dão, quer o azeite, quer a amêndoa.

A oliveira pouco trabalho requer, pois basta ser lavrado uma vez cada ano o chão onde elas enterram bem fundas as suas raízes, para assim a água das chuvas penetrar mais facilmente até junto das extremidades radiculares, afim de ser absorvida. De três em três anos, e às vezes com um maior espaço de tempo, são as oliveiras limpas, isto é, são cortados os ramos que crescem no interior da copa, para que se faça melhor a circulação do ar, e para que a oliveira *limpe* bem quando está florida.

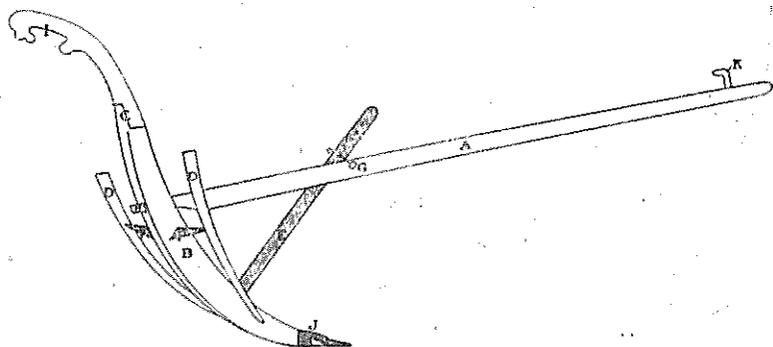


Fig. 14 — Arado

A, timão; B, rabela; C, enxerto; D, orelheiras; E, teirô (em ferro); F, pespenciro (em ferro); G, tesa (em ferro); H, espiga do timão; I, mãoceira; J, relha (em aço); K, cavilha

Além destes cuidados nada mais há a fazer, a não ser colher o fruto na época em que êle está maduro e pronto a ir para a tulha, donde passa para o *pio*, afim de ser moído, e daí para as varas ou prensa onde é expremido.

A amendoeira também dá poucos cuidados. Os amendoadais são lavrados uma vez cada ano, e lá de longe a longe sempre limpam uma *partida* de amendoeiras.

Esta limpeza consiste unicamente na supressão dos ramos sêcos, ou de algum rebento que nasce no caule junto da terra.

De árvores, cultivam ainda a figueira, o pecegueiro, a cerejeira, a macieira, e outras árvores de fruto, mas em pequeno número.

Destas, a mais vulgar é a figueira, da qual os figos depois de sêcos são utilizados como alimento, e vendem os que lhe sobram, ou, mais geralmente, dos que sobram do gasto fazem aguardente em alquitarras.

A vinha é cultivada em pequena escala ainda; basta dizer que nenhum proprietário colhe vinho que lhe chegue para o gasto dum ano. O vinho, geralmente tinto, é de qualidade superior, muito rico em alcool, aromático, e duma côr de cravo desbotada. Mas o modo como o fabricam, faz com que muitas vezes prejudiquem as esplêndidas qualidades naturais que êle tem.

Cultivam em larga escala o centeio, de que fazem o pão com que diariamente se alimentam. O trigo é pouco cultivado. A cevada e as pardas cultivam-se para servir de forragem ao gado, quer em verde, quer depois de sêcas.

O linho é também por todos mais ou menos semeado; e é dele que fazem tôdas ou pelo menos a maior parte das roupas brancas.

Nos lameiros cria-se bom fêno, que dão à *cria* no inverno.

A maior parte dos lavradores faz os seus trabalhos agrícolas com burros; só três é que teem bois. Quando, porém, algum precisa dos favores do que tem bois, êste logo lhos empresta.

Ê gente muito prestável e boa, que se auxilia mutuamente em caso de necessidade.

Só lá conhecia um indivíduo, que já morreu, que nada tinha de seu; porém, os restantes habitantes são maiores ou menores proprietários, tendo todos, pelo menos, umas oliveiras, umas amendoeiras e uns chãosinhos onde semeiam centeio.

Ê das colheitas agrícolas que os habitantes de S. Pedro teem a sua única fonte de receita.

O centeio nem todos os anos chega para o consumo, e é muito raro vender-se para fora da povoação.

A criação de gado lanígero é pouco seguida, pois só há um rebanho em tôda a povoação, o que contrasta com algumas po-

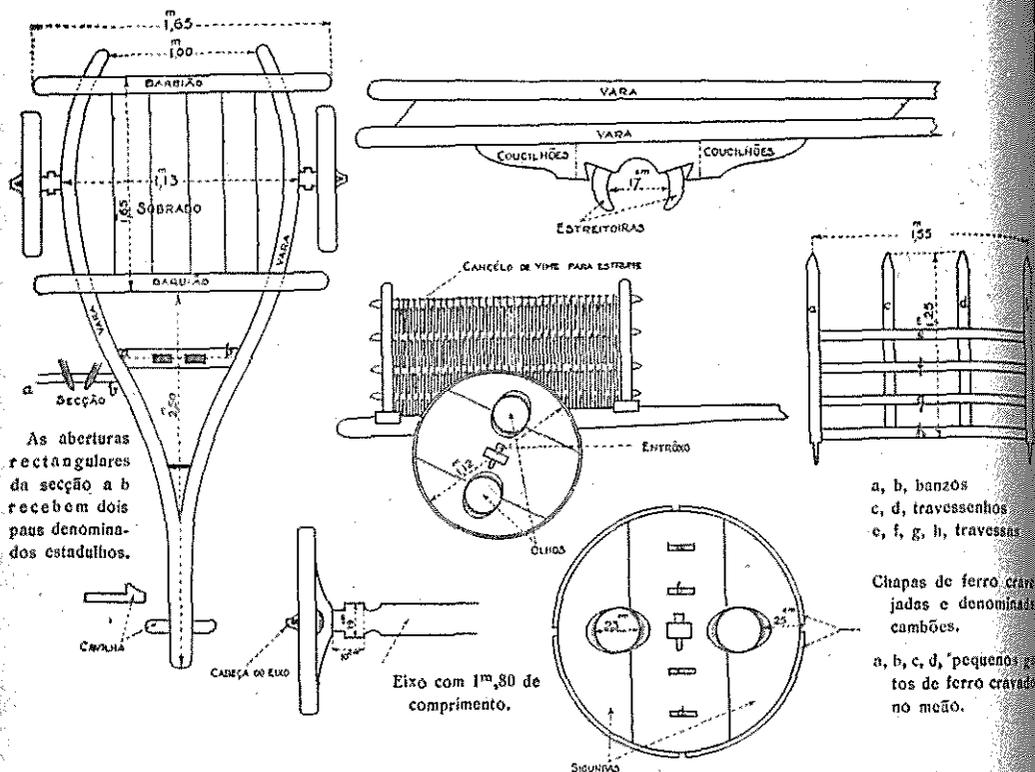


Fig. 15 — Carro de bois

voações vizinhas onde há muitos rebanhos, quer de ovelhas, quer de cabras.

O carro de bois é do tipo que se encontra em todo o distrito de Bragança e noutras terras, variando porém as designações de algumas das suas peças.

Caça e pesca

Os habitantes desta pitoresca e pequena povoação, como não possuem nela mesma mercado em que se possam abastecer de carnes verdes, e como os centros onde podiam adquirir estes alimentos ficam retirados algumas léguas de distância, teriam que jejuar de tais iguarias, se não lançassem mão da espingarda e das rédes.

É assim que os naturais bastante se dedicam à caça e à pesca, mais talvez por divertimento do que propriamente pela necessidade de alimentação. Em algumas povoações vizinhas, há indivíduos que, durante o período venatório, abandonam os seus officios para viverem exclusivamente da caça, a qual vendem por preços bastante elevados. Há destes caçadores profissionais, que teem dias de matar 15 a 20 cabeças, as quais vendidas em média a 1\$00 cada, perfazem uma soma razoável (1).

Vou agora tentar dar umas notas sôbre caça e pesca, que pude recolher nas conversas que tive com caçadores e pescadores.

O período de caça nesta povoação e nas vizinhas não está limitado ao tempo permitido por lei e que, como sabemos, vai de 1 de Setembro a 15 de Fevereiro, mas estende-se por todo o ano, comquanto no tempo de defeso não cacem com tanta assiduidade, mas isto só nos dois últimos anos, em virtude de há cêrca dêste tempo se ter estabelecido um pôsto da G. N. R. na povoação de Meirinhos, que fica relativamente perto.

Quando, porém, o pôsto mais próximo era o da vila de Mogadouro, a Guarda Nacional Republicana aparecia só 4 a 5 vezes por ano na povoação, e portanto os seus habitantes caçavam mais livremente.

(1) Estes apontamentos foram, como já atraz disse, colhidos em 1920.

É também há cêrca dêste tempo (2 anos), que os caçadores se munem das licenças de uso e porte de armas para a caça.

As suas espingardas são tôdas de carregar pela bôca, ou de espôlêta, como se denominam vulgarmente. Parece-me que não há casa onde não haja uma espingarda, e casas há em que há mais do que uma.

Pode-se, pois, dizer que homens e rapazes são caçadores, ou antes, saêm à caça, o que é um pouco diferente.

Usam pólvoras ordinárias, e em gêral chumbo redondo; só para caças especiais é que carregam com *quartos*, que são por êles feitos de chapa de chumbo, com dois a três milímetros de espessura.

Os estratagêmas empregados pelos caçadores da região são vários e bastante numerosos, utilizando e preferindo uns ou outros, conforme a caça e a época do ano em que os usam. O furão, que é por todo o país muito empregado na caça ao coelho, é por estes caçadores pouco usado, talvez por requerer uma alimentação especial (ovos, leite, pássaros, etc.), ou talvez ainda por necessitar de bastantes cuidados e limpeza.

A caça ao coelho, que é a que praticam com mais freqüência por ser a que mais abunda, fazem-na com cães, que geralmente são ordinários, mas em número bastante grande (às vezes mais de 15), de modo que sempre levantam caça.

Os caçadores, logo que sentem o matique dos cães, que é o sinal de que deram na pégada de caça, procuram subir para um ponto elevado, um monte de pedras, uma fraga, uma parede, uma árvore, etc., a que chamam *posteira*. Aí esperam pacientemente que o coelho se aproxime, as mais das vezes *furtado* aos cães, e então com todo o vagar apontam-no e desfecham, conseguindo assim mais uma cabeça para o seu cinto de caça.

Caçadores há que, quando estão nestas *posteiras*, e vendo que o coelho ao aproximar-se não é seguido de perto pelos cães,

fazem um pequeno ruído, tal como um assobio, um pschiiu, etc., e então o coelho pára, senta-se nas patas trazeiras e fica com as orelhas muito direitas, procurando saber donde vem o barulho; é neste momento que o caçador desfecha, matando com facilidade a caça que apontou. Não quero dizer com isto que não matem grande quantidade de coelhos, quando estes vão em carreira.

Costumam caçar o coelho sem cães, à tardinha ou de manhã cêdo, em determinados sítios por êles bem conhecidos, e onde é notória a sua abundância.

Dizem êles que nestas *esperas* teem chegado a contar nalgumas dezenas de metros quadrados, de *quinze a vinte* coelhos; por isto se pode calcular quanto é rica em caça esta região.

Nos meses de Maio e Abril ou do *cio* saêm também, mas agora só um caçador, e não aos grupos de 8 e 10, como fazem nos meses precedentes. Êste caçador vai colocar-se num determinado ponto do monte, e então com um guincho especial que consegue dar sem auxílio de chamariz de espécie alguma, unicamente com a língua e garganta, faz com que as coelhas se aproximem julgando estar ali o macho apeteçido, e afinal, em vez do encontro desejado, topam a morte nos canos da espingarda traiçoeira.

Êste estratagêma é pouco empregado, pois é necessario que o guincho seja muito semelhante ao do coelho, o que é difícil de fazer. Tive conhecimento de que apenas um caçador na povoação conseguia isto com facilidade; os outros só por acaso conseguiam atrair alguma fêmea mais descuidada.

Caçam também o coelho com os *ferros*; é como chamam a uma grande ratoeira com dois arcos de ferro dentados, os quais, impelidos pela acção duma forte mola, batem com fôrça um no outro, agarrando entre si a peça de caça que por acaso toque, ao passar por cima, no fecho de segurança da mesma.

Armam estas ratoeiras nos carreirões que se estendem por

entre o mais espesso dos montes, ou próximo dos sítios (paredes velhas, buracos, etc.), onde os coelhos se costumam refugiar, e que eles denominam *encerradios*.

Uma caça que também é abundante mas menos que o coelho é a perdiz, que por eles é muito apreciada, não só pelo excelente sabor da carne, mas pela dificuldade que apresenta em ser morta quer pelo sistema atrazado das espingardas, quer pela natureza do solo que dificulta a rapidez com que devem ser perseguidas; enquanto que estas voam com facilidade duma encosta para a encosta fronteira, o caçador tem que descer ao vale e subir a encosta fronteira, de modo que nisto gasta tempo, cança-se, e muitas vezes, ao chegar ao ponto visado, já as não encontra.

Quando matam grande número de perdizes é na época do cio, servindo-se da *gaiola*, que é mais um stratagema empregado pelos naturais; o individuo esconde-se atraz de qualquer anteparo (um muro, um arbusto denso, etc.), e coloca numa elevação do terreno, numa fraga, ou galho de árvore, a uma distância nunca superior a 20 metros, a gaiola com o perdigão; este começa a cantar, e eis que se aproximam as fêmeas, sucedendo-lhes como às coelhas pelo processo de caça atraz descrito.

Há, porém, alguns caçadores em S. Pedro e nas povoações visinhas que, emitindo uns sons especiais e entrecortados, conseguem imitar o canto do perdigão, e atraíem assim as fêmeas amorosas.

Em Maio e Junho, quando as perdizes já andam na postura ou já no chôco, agarram-nas, armando-lhes laços nos ninhos. Na época das sementeiras do centeio e do trigo, armam-lhes também uns laços com uma varinha espetada a prumo e um fio de resistência relativamente pequena, conseguindo por este meio agarrar grande número delas.

Comquanto os coelhos e as perdizes sejam as espécies de caça mais abundantes, aparecem com frequência e são também

bastante caçadas, a lebre, a galinhola, a galinha de água, a rôla, os patos bravos, os pombos bravos, os pombos torquazes, o tordo, o estorninho, a papalva, a raposa, a lontra, etc. Aparecem quando os invernos são rigorosos grande quantidade de lobos nos montes circumvisinhos e são o terror dos pastores; aparecem também javalis, mas em menor quantidade que os lobos. A papalva é caçada em ferros; caçam-na, tendo em vista a pele, que vendem por preços variáveis, mas podendo atingir 30 a 40 escudos cada pele ().

A raposa é também caçada em ferros de maiores dimensões do que aqueles com que agarram as papalvas e os coelhos, ou ainda a tiro. Visam também quando a caçam só a pele, que igualmente vendem por preços razoáveis. As restantes espécies de caça enumeradas não são caçadas com frequência, e atiram-lhe só quando se apresenta momento azado e oportuno.

As montarias aos lobos e javalis já há muitos anos que se não fazem.

Abundam ainda grandes aves, como seja o bufo, que não merece grande cuidado venatório, e as aves *peixeiras* (por eles são assim chamadas umas aves esbranquiçadas ou quasi brancas, que se encontram na margem do rio, e que igualmente lhes suscitam poucos cuidados venatórios). O mesmo não sucede já com as abetardas, que são grandes aves de rapina diurnas e que caçam com zagalote; estas aves são difíceis de abater, quer devido à sua grande acuidade visual, o que faz com que tenham de ser visadas de longe, quer por terem duas camadas de penas, como me informaram. Nas temporadas que lá passei, não consegui ver nenhuma morta; porém, disseram-me que ainda no ano anterior

(1) Em 1920, quando colhi estes informes, era este o preço. Actualmente, vendem-nas por preços que variam entre 150 e 250 escudos, e às vezes mais.

tinham matado uma com 14 pés (não o pé, medida inglesa), de azas abertas, ou sejam aproximadamente três metros e meio de envergadura; a essa esfolaram-na, tiraram-lhe a primeira camada de pênas, que são compridas, negras, e muito resistentes, e deixaram-lhe ficar a segunda camada de pênas, filiformes e muito macias. O caçador que matou esta abetarda foi quem me deu estas informações, e mais me disse que vendeu a pele com a tal segunda camada de pênas por 4\$50, para o comprador dela mandar fazer um colete.

Como se vê, a caça nesta região é abundantíssima, e os processos nela empregados pelos naturais são variadíssimos.

A quantidade de peixe que abunda na porção do Sabor que delimita o termo da povoação de S. Pedro com a povoação da Parada é relativamente grande, e maior seria se os habitantes das povoações limitrofes não pescassem com meios destruidores, não só do peixe grande como também do peixe meúdo.

Abundam muito as bogas, os escalos, os barbos (*machos* lhes chamam) e as enguias, sendo mais raros os sáveis e as lampreias.

Os habitantes da povoação e das povoações vizinhas sabem já quais os meses em que as diferentes espécies de peixe abundam e devem ser pescadas; teem uma espécie de calendário piscatório, por onde se regulam. Em Março e Abril abundam enormes cardumes de bogas, que andam a desovar, e que são pelos naturais muito pescadas por diferentes modos, mas principalmente à chumbeira. Em fins de Abril e todo o mês de Maio aparecem as lampreias, que em certos anos são pouco abundantes, e por isso por êles muito estimadas; são geralmente pescadas à garrocha. Durante todo o verão pescam o barbo, a que chamam *macho*, o escalo e as enguias. No inverno e fins do outono pescam pouco. Em alguns anos aparece em Abril o sável, mas é raro, pelo que é altamente apreciado.

São muitos e variados os meios empregados pelos naturais, na pesca das espécies atrás enumeradas. Podemos dividir em dois grupos os estratagêmas de que os habitantes da povoação lançam mão:

1.º — Estratagêmas com que se apanha peixe sem necessidade da presença do homem;

2.º — Estratagêmas que necessitam da presença do homem.

Os estratagêmas do 1.º grupo são geralmente feitos de vime, enquanto que os outros são de rede ou feitos com raízes, tubérculos, cormos de certas plantas e utilizando até animais. No 1.º grupo temos os seguintes, de que tive conhecimento: — *canal*, *nalsa* (cf. *nassa*), *nalseiro* e *côbo* (cf. *côvo*).

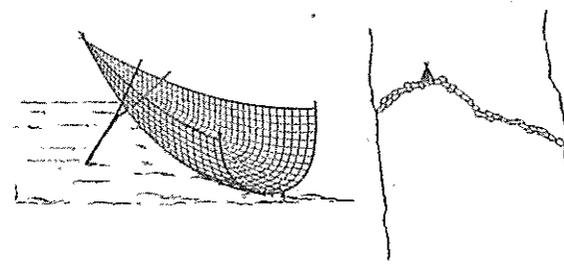


Fig. 16 — Canal

Canal — Este estratagêma é feito de vimes, que, partindo dum mais grosso vergado em semi-circunferência, vão concorrer num ponto que fica sensivelmente ao nível do centro da semi-circunferência considerada, ou um pouco mais acima. Os vimes longitudinais são por sua vez entrelaçados por vimes transversais, que vão passando alternadamente por dentro e por fóra daqueles. O conjunto, como mostra a figura, dá o aspecto da metade dianteira dum barco que tivesse sido serrado a meio, conservando invariável a sua forma.

O *canal* é armado do seguinte modo: num ponto em que o rio seja baixo, quer de fundo arenoso quer de cascalheira, cor-

tam a corrente por duas fiadas de pedras amontoadas e que vão concorrer num ponto comum, deixando uma abertura correspondente à largura do canal (fig. 16).

Este é prêso às duas últimas pedras das paredes, se é que assim lhe podemos chamar, enquanto que na parte dianteira ou prôa, permitam-me a expressão, se encosta uma *galha* de madeira em forma Y, para dar estabilidade ao estratagema. É claro que os peixes, descendo rio abaixo ao sabor da água, caíem dentro do canal, não conseguindo safar-se.

Nalsa — *Nalsa* (corrupção de *nassa*) e *nalseiro*, são quasi iguais e tem a forma dum cesto; quer um quer outro são de vime e colocados debaixo dos açudes ou quedas, e aí agarram grande quantidade de peixe.

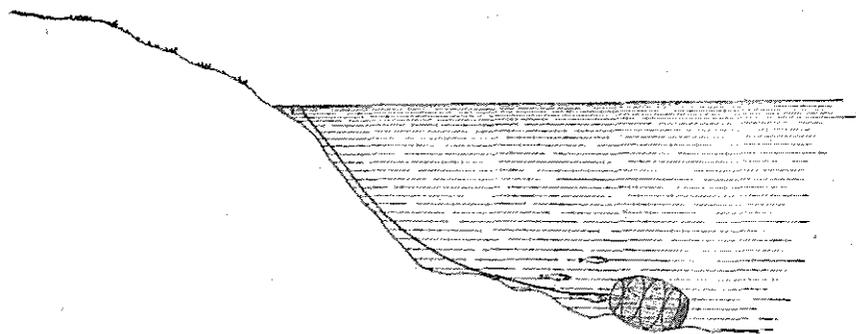


Fig. 17 — Côbo

Côbo — É uma espécie de barril de tamanho reduzido, não tendo geralmente mais de 1 metro de comprimento, e em que as aduelas e os arcos são de vime: um dos tampos (*a*) (fig. 17) é móvel e abre-se quando se quere, tirando um fecho que o prende ao resto do estratagema, é por este tempo que se tiram os peixes que tenham penetrado no *côbo* pela parte oposta, em que o tampo é substituído por uma espécie de funil também de vime, e que apresenta no fundo uma abertura circular com um diâmetro que raro excede 10 centímetros.

Dentro do *côbo* é deitada a *cêba* (cf. *cêvo*), como êles chamam à isca, que é composta ordinariamente de torrões de bagaço de azeite, miolo de pão, etc., o que aguça a gulodice e avidez dos peixes que entram pela abertura em forma de funil, para não mais tornarem a sair. O *côbo* está preso a uma corda ou raiz com alguns metros de comprimento, e é deitado no fundo do rio. Costumam prender a extremidade da corda a uma pedra que colocam debaixo de água, mas de modo que se lhe chegue com a mão (veja-se a fig. 17). Quando se quere *olhar* o *côbo*, não há mais a fazer do que puxar a corda e trazê-lo para terra. Por este processo agarram pouco peixe, mas relativamente grande.

Passemos aos estratagemas do 2.º grupo, que são, como já disse atrás, formados de rede, animais, vegetais, ou partes especiais destes.

Rede — Designam por este nome grandes redes que atravessam no rio e que tem sempre para cima de 500 malhas, havendo algumas com 1:000 e mais ainda: estes números representam não a totalidade das malhas da rede, mas o número delas numa das fiadas longitudinais.

A pesca com estas redes é orientada do modo seguinte: num determinado ponto do rio colocam uma destas redes e fixam-na às margens, depois a uma distância rio acima que pode variar muito, mas que geralmente não é inferior a 500 metros, lançam outra rede idêntica à de baixo, e então três ou quatro homens vão nadando e arrastando-a rio abaixo enquanto que nas margens os companheiros fazem barulho e atiram com pedras, paus, etc., para o rio, batendo de rijo com os pés nas margens, com o fim de os peixes saírem dos seus esconderijos e fugirem num ou noutro sentido. Ao subirem encontram a rede que vem descendo rio abaixo; ao fugirem, no sentido descendente, encontram a rede fixa, de modo que fica entre as duas redes grande quantidade de peixe, que depois é arrastado para terra,

entre gritos de alegria, gestos desconexos, grande algazarra e vozeria, manifestando satisfação: é no meio dêste chinfrim que recolhem o pescado.

Desta maneira que êles denominam *a varrer*, teem tirado às 8 e 10 arrôbas de peixe, e mesmo mais, segundo as informações colhidas.

Em seguida, parte do peixe é ali preparado com tempêros e o mais preciso, que trazem de casa. Depois de estripado e escamado, e às vezes mesmo sem êstes tratamentos prévios, é assado. Em seguida acamam os peixes numa caldeira de gigante⁽¹⁾, deitam-lhe sal, azeite e vinagre, e é no meio de grande alegria que daí vão comendo e bebendo das respectivas *botas*.

Galrito—É uma espécie de rodafol, feito dum galho de árvore em forma de Y, tendo os ramos superiores um comprimento em média de 35 a 40 centímetros; entre êstes dois ramos há uma rêde em forma de saco. Êste utensílio piscatório é empregado geralmente após o lançamento do tiro.

Chumbeira—É muito conhecida e empregada por tôda a parte. Portanto, nada será necessário dizer a tal respeito.

Tiro—É a maneira mais destruidora que esta gente emprega na pesca.

Em pontos fundos do rio; a que chamam *poços*, a bomba de dinamite é lançada.

Préviamente, porém, vão cebar o poço ou poços da maneira seguinte: uma semana antes, todos os dias e à mesma hora, atiram para dentro da água do poço com ceba (centeio, trigo, cascão, ou qualquer outro alimento) de modo que os peixes

(1) Caldeiras de gigante, aberturas circulares, de profundidade variável, que aparecem nas rochas das margens e que são produzidas pela acção erosiva das águas do rio.

acodem em grande quantidade àquele ponto. Ao fim dalguns dias, se vêem que o número de peixes é grande, chegam o fogo ao rastilho da bomba de dinamite, a qual atiram em seguida à água. Ela vai descendo para o fundo, e a certa altura explode, matando pela deslocação brusca da água grande quantidade de peixe.

Podem dar-se dois casos: ou os peixes veem à superfície da água, e neste caso são tirados para fora com o galrito, ou ficam no fundo, e então é necessário mergulhar para os tirar. Os habitantes da povoação, como exímios mergulhadores que são, chegam com a maior facilidade a ir buscar peixes mortos por êste processo ao fundo de poços com sete, oito e mais metros de profundidade.

Embude—Êste processo consiste em esmagar a raiz do embude, *Oenanthe crocata*, Lin., raç. *Apifolia* (Brot.), que é muito venenosa e que se parece com a cenoura.

Depois de bem esmagada juntamente com terra, metem a massa resultante num saquito de pano raro (sarapilheira, por exemplo). Mergulham com o saquito e vão-no introduzindo nos buracos, remexendo bem lá dentro com a mão; passados momentos, começam a vir os peixes à superfície e então vão-n'os atirando para terra.

Trovisco—Êste processo, que é pouco empregado em virtude das suas extremas propriedades tóxicas, prepara-se análogamente ao anterior, mas das raízes da *Laureola gnidium*, Samp. É enorme a quantidade de peixe que teem agarrado com êste processo, mas é grande o número de peixes pequenitos que matam, devendo ser pôsto portanto de lado.

Maleiteira—É também idêntico êste processo aos dois últimos descritos.

É feito com diversas espécies de Euphorbiáceas, geralmente da *Euphorbia characias*, Lin., e da *Euphorbia biglandulosa*, Desf., raç. *Broteri* (Dav.), principalmente desta última, que é extrema-

mente venenosa pela grande quantidade de suco leitoso tóxico que segrega.

Marra — Este meio de pesca é empregado apenas nos anos de grande seca e numa ribeira que corre no fundo do vale da encosta onde fica a povoação. Consiste, como se sabe, em armado dum grande martelo de ferro ou *marra*, ir até próximo das lages (pedras de grande superfície e pouca espessura) que estão metade mergulhadas na água e metade fora; os peixes, ao sentirem barulho, refugiam-se debaixo delas. Então dá-se uma grande marretada na pedra e os peixes que estavam debaixo morrem ou ficam pelo menos atordoados, o que permite agarrá-los facilmente.

Garrocha — É um grande garfo de quatro dentes, encabado num pau de pequeno comprimento. Com êle apanham as lampreias.

Cascão — É a *ceba* preferida para cebar um poço antes de deitarem o tiro.

É um insecto que não consegui vêr, e portanto vou expôr o que acerca dele ouvi das bôcas dos naturais.

«Em certas noites de verão, pouco depois do sol pôsto, mas já escuro, são tantos a cair na água que até fica o rio branco. Então ouve-se uma grande chiadeira feita pelos peixes que veem à superfície para os comer; é uma chiadeira pegada, e é nessa ocasião que se fazem boas peixadas.

«Para os agarrarmos para guardar, acendemos uma fogueira na borda do rio e êles *empeçam* de vir para a luz; muitos morrem queimados, mas outros queimam só as azas e caíem em volta da fogueira; às vezes são tantos que até apagam a fogueira. Depois desta apagada, começamos a juntar os que estão em volta ainda meios vivos e chegamos a encher um alqueire e mais».

Segundo a informação, é curioso tal fenómeno, mas como a êle não assisti nada posso afirmar com segurança.

Comércio e indústrias

Não cabe a designação de comerciantes aos transmontanos de S. Pedro, porquanto se limitam a vender apenas os gêneros das suas colheitas.

O que vendem em maior quantidade e com o que fazem mais dinheiro, é a amêndoa; esta é vendida quer com casca (ao alqueire), quer depois de *escaxada* (como êles dizem), e neste caso às arrobas.

O azeite é também bastante, mas o produto líquido da sua venda nem sempre se aproxima do obtido pela venda da amêndoa, para a maioria dos proprietários.

O figo também raras vezes é vendido, em virtude de ser pequena a sua produção. Depois de colhido é sêco, e em seguida, as mais das vezes *queimado* numa alquitarra.

A produção de lã e conseqüentemente a sua venda são pequenas, pois só um dos proprietários de S. Pedro possui rebanhos.

É muito deficiente o resultado monetário proveniente das vendas de centeio, trigo e outros cereais, pois como já disse quando tratei das culturas, a produção é pequena e nem todos os anos chega para o consumo.

A venda de qualquer dêstes produtos agrícolas é feita de duas maneiras: ou os proprietários transportam os seus gêneros para as feiras, e aí é feito o negócio, ou então a venda é feita na própria povoação a comerciantes que andam de terra para terra fazendo as suas compras.

O segundo caso é o preferido, porque com o primeiro sucedia às vezes não se conseguir fazer a venda na feira, e portanto ter de ser o género trazido novamente para casa, o que acarretava despesa e trabalho, sem resultado algum.

Quanto a indústrias, nenhuma se pratica com desenvolvimento. A fiação é feita manualmente e constitui uma das poucas ocupações das mulheres, além dos afazeres de casa.

A tecelagem também é feita manualmente. Na povoação só há um tear.

A lã é fiada e depois tecida pela única mulherzinha que tem tear; o tecido resultante tem o nome de *sirga* e só depois de ir ao *pisão* é que fica mais espesso e toma então o nome de burel.

Emquanto *sirga*, as mulheres costumam fazer dela aventais.

Depois de burel, é este tecido utilizado para o vestuário dos naturais; as mulheres fazem dele saias e os homens fatos e capas.

O linho é também lá colhido, fiado e tecido.

A indústria cerâmica não existe. Quando necessitam de telha, toda ela da chamada telha portuguesa, vão buscá-la a Valverde, povoação próxima, onde num grande largo se vêem muitos fornos para cozedura da mesma.

Nascimento

Não há parteira de profissão; qualquer mulher desempenha essas funções.

Perguntando se havia uma mulher curiosa que fôsse chamada nessas ocasiões, responderam-me:

— Não, meu senhor, a primeira vizinha que aparece é que *talha a vide* ⁽¹⁾ e depois amarram-na com um fio *qualquera*, quasi sempre linha caseira, e a ponta dêsse fio ata-se a um pé da mãe.

(1) Embide, cordão umbilical.

Uma mulhersinha da povoação teve uma criança num caminho um pouco distante do povoado, e após o nascimento da mesma, foi ela própria quem cortou o cordão umbilical com uma pedra de gume, batendo sobre outra chata. Enrodilhou depois a criança num chiale que levava, e retrocedeu para a povoação.

Daí a bocado saiem as *livias*; se demora tempo a aliviar-se, o homem agarra-a pelas costas, por debaixo dos braços, e dá-lhe duas sacudidelas pequenas, para as *livias* sairem. Às vezes saiem logo; outras vezes é necessário pôr uma garrafa vasia na bôca da mãe, para ela *assoprar*, e assim sairem as *livias*. Em seguida estas são deitadas na lareira com rescaldo por cima, e lá se fazem em cinza.

— E depois de nascer o que fazem?

— Os rapazes, puxa-se-lhes o nariz para que não fique *batato*, e às raparigas aperta-se-lhes os biquinhos dos peitos para sair a peçonha que trás lá metida, senão criam-lhe os peitos.

— Em seguida lavam-nas, não é verdade?

— Sim, meu senhor, dá-se-lhes um banho em água quebrada da friura, mas há quem os *espete* logo numa bacia de água fria.

— E à mãe não fazem tratamento nenhum?

— Trata-se a caldos de galinha, umas malguinhas de chocolate *migado*, e assim umas coisas boas...

— E a criança como se alimenta?

— Os primeiros três dias é amamentada por uma mulher que tenha leite, outras vezes metem-lhe uma *torcida* ⁽¹⁾ de açúcar ou mel.

— E porque é que nestes dias não é a criança alimentada pela mãe?

— É por causa de não mamar o leite ruim, porque senão fica *engégada* e pode morrer.

— De comer, nada, está claro?

— Qual quê, a algumas aos dois dias já lhes dão papas, que são feitas de leite com uns *miolinhos* de trigo e açúcar, e aos três dias já a mãe anda a pé e a governar vida.

(1) Chupêta.

— E as crianças mamam muito tempo?

— É conforme. *No momento* em que elas cômam, aí pelos 14 ou 15 meses são apartadas, mas há algumas que não comem, e então mamam até *ós 2 e ós 3* anos.

— Quando a mãe não tem leite, o que fazem?

— Quando a mãe não tem leite são criadas a cabras.

— Dando-lhes leite de cabra?

— Não, meu senhor; elas é que mamam nas cabras.

Como eu me admirasse com tal resposta, a criaturinha continuou:

— Olhe que há cabras criadeiras que, quando estão prêsas, começam a berrar pelas crianças, e mal as soltam, vão direitas onde elas estão e ajeitam-se em volta do berço para elas mamarem.

Os abôrtos ou *desmanchos*, como lhes chamam, são pouco freqüentes.

Quando os há são quási sempre devidos a causas acidentais e só raríssimas vezes serão voluntários.

Julgo mesmo que desconhecem ali qualquer meio para originar um parto prematuro e evitar o nascimento das crianças.

Infância

As criancinhas vão crescendo, com poucos cuidados.

São geralmente entregues a seus irmãos ou irmãs mais velhas, que não sabem vê-las com carinho, deixando-as freqüentemente sós para se entreterem na brincadeira com os da sua idade. Apesar dos poucos cuidados de alimentação e higiene, a mortalidade nas crianças não é grande.

Os rapazes e as raparigas, como não teem escola alguma a freqüentar, passam os dias na brincadeira e a correr pelos olivais em volta da povoação.

Pelos 10 ou 11 anos, tanto os rapazes como as raparigas já

começam a auxiliar os pais. Um caso interessante é aquele que se nota nas crianças, à hora das Trindades. Depois que todos os homens dum grupo, de cabeça descoberta, rezam as suas orações, se persignam e dão as boas noites, as crianças que estão próximas dirigem-se ao grupo e pedem a benção, beijando a mão a todos.

Casamento

Após um período de namôro, mais ou menos longo, o namorado, umas vezes sósinho, outras acompanhado por uma ou duas pessoas de família, vai a casa dos pais da rapariga pedir-lh'a em casamento. A ocasião escolhida é quási sempre de noite, ao serão. Quando a rapariga não está muito entusiasmada, falam aos pais a vêr se ela se anima e aceita o noivo. No caso dela resolver favoravelmente, combina-se o dia dos pregões. Durante os três domingos dos pregões nem o noivo nem a noiva vão à missa.

O primeiro domingo nada tem de característico; passa despercebido como qualquer outro dia.

O segundo domingo, domingo do meio ou dos parabens, tem já um cunho próprio que o torna digno de referência.

Se o rapaz é de fora, convida os pais, parentes e amigos a acompanharem-no a casa da noiva. A êstes e áqueles que da povoação foram convidados é servido um jantar.

As amigas da noiva, e mais pessoas conhecidas que não foram convidadas, acabado o jantar, vão dar os parabens aos noivos. Ê-lhes nessa ocasião servido vinho, pão trigo, tremôços, queijo, doces, licor de canela, etc.

Neste domingo é que a noiva corta as *carochas* ⁽¹⁾ do trigo, e dá-as ou manda-as às suas amigas para que lhes apeteça casar depressa.

(1) Cantos.

O terceiro domingo decorre como o primeiro, sem luzimento ou festa, de modo a distingui-lo de qualquer outro.

O dia do casamento é depois assente.

O período que decorre entre o terceiro domingo e o dia do casamento é geralmente curto, às vezes três dias; em certos casos estende-se, porém, a um e dois meses. Se, porém, passar além de três meses, é necessário apregoar outra vez.

Chegado o dia do casamento, os noivos, família e convidados *abalam* para Meirinhos.

Feito o casamento civil, dirigem-se para a igreja onde se casam religiosamente.

Celebrado o casamento religioso, vão para casa dum habitante de Meirinhos, previamente convidado para a festa, e aí comem *qualquera tacosito*, uns tremóços, pão trigo e uma piñga.

Após isto, seguem para S. Pedro; quando entram na povoação, duas raparigas seguram na mão um arco feito de dois vimes fortes, enfeitado com flores, lenços de sêda e laços. Os noivos, que então veem à frente e de braço dado, param debaixo do arco, e tôda a comitiva ouve em silêncio as *lôas*.

As *lôas* são uns versos adequados, enaltecendo os dotes dos noivos e louvando os padrinhos. Este, no fim, *convida* (remunera) as raparigas, dando-lhes 5\$00 ou 10\$00 escudos. Acabadas as *lôas* dirigem-se a casa, e segue-se o jantar.

O menú do banquete é profuso e variado: sopa, arroz de carne, carneiro guisado, carne do *açongue* assada, caça assada, peixe, etc.

Todo o jantar é abundantemente regado com vinho da região. À sobremesa é servido arroz doce, creme, doces, fruta do tempo, e licor de canela.

Ritos fúnebres

As cerimónias fúnebres são o objecto dum estudo especial nos trabalhos de etnografia, porque realmente nos dão com maior ou menor exactidão idea do culto dos mortos, da religiosidade e do fanatismo dum povo.

É porisso que vou procurar descrever os ritos fúnebres seguidos na povoação.

Uma das últimas mortes, que nesta houve, foi a dum velho. Passo à descrição pormenorizada.

O homemzinho adoeceu com um carbúnculo, e no fim de três dias morreu.

Uns momentos antes da agonia e do último suspiro, a espôsa, que ia ficar viuva, sentou-se na cama do moribundo e, entre gritos de dor e lágrimas não contidas, ia-lhe dizendo:

«Reza comigo para a tua alma entrar no céu», e prosseguia: «Padre Nosso que estais no céu, etc.». O moribundo lá ia respondendo numa voz roufenha e cada vez mais sumida.

Estas orações, em vez de aliviar o moribundo, pois eram ditas para consolação do agonizante, com certeza o affligiam, porque lhe iam segredando que em breve desapareceria dêste mundo para sempre.

Verificado o óbito, a mulher e família do finado começam em altos gritos lamentando o morto e lastimando a sua desgraça, a perda do marido ou do pai.

Em algumas povoações vizinhas, quando a família do morto é abastada, são contratadas uma ou duas mulheres para fazerem o chôro; são as carpideiras.

Passados, porém, os primeiros momentos, e depois que os espíritos dos amigos e vizinhos presentes estão mais sossegados, começa uma das fases mais curiosas da cerimónia.

A viuva sobe para cima da cama, e de joelhos vai embeber um raminho de oliveira em água benta e com ela asperge o morto e os cantos do quarto, ao mesmo tempo que solta frases entrecortadas por soluços, como «*ai minha companha!*» e outras cheias de sentimento e de pesar.

Emquanto isto se passa, uma vizinha que está presente prepara-se para ler a oração das doze palavras, a qual transcrevo a seguir:

ORAÇÃO DAS DOZE PALAVRAS

Cristóvam, amigo meu, Cristóvam sim, meu amigo não; diz-me as doze palavras ditas e tornadas. Direi, direi, que eu bem as sei.

1.º — É a casa Santa de Jerusalém, onde Nosso Senhor Jesus Cristo morreu por nós. Amen.

Cristóvam, amigo meu, Cristóvam sim, meu amigo não; diz-me as doze palavras ditas e tornadas. Direi, direi, que eu bem as sei.

2.º — São as duas taboinhas de Moisés, onde Cristo põe os seus divinos pés.

Cristóvam, amigo meu, etc. (Repete-se antes de cada uma das frases, que são doze, esta espécie de invocação preliminar).

3.º — São as três pessoas da Santíssima Trindade.

Cristóvam, amigo meu, etc.

4.º — São os quatro cirios bentos.

Cristóvam, amigo meu, etc.

5.º — São as cinco chagas.

Cristóvam, amigo meu, etc.

6.º — São os seis Evangelistas.

Cristóvam, amigo meu, etc.

7.º — São os sete sacramentos.

Cristóvam, amigo meu, etc.

8.º — São os oito coros de anjos.

Cristóvam, amigo meu, etc.

9.º — São os nove meses que Nossa Senhora andou *pretha*.

Cristóvam, amigo meu, etc.

10.º — São os dez mandamentos.

Cristóvam, amigo meu, etc.

11.º — São as onze mil virgens.

Cristóvam, amigo meu, etc.

12.º — Doze raios leva o sol, doze raios leva a lua.

Volta a dizer tôda esta oração, do fim para o princípio:

Cristóvam, amigo meu, etc.

12.º — Doze raios leva o sol, doze raios leva a lua.

Cristóvam, amigo meu, etc.

11.º — São as onze mil viagens.

E assim é repetida a oração às avessas, até se voltar ao princípio. Chegada a êste ponto, a mulherzinha, que acabou de dizer a oração, começa aos pulos, fazendo cruces com a mão direita na palma da mão esquerda, ao mesmo tempo que recita a quadra seguinte:

Doze raios leva o sol,
Doze raios leva a lua;
Arrebenta-te daí diabo,
Que essa alma não é tua.

Terminada esta oração, começam a vestir o morto e a arranjar o que nós chamaríamos câmara ardente e a que êles chamam *sobre-céu*. Vestem sempre o morto com o que êle tem de melhor. No caso que descrevo, ia o morto com o melhor fato que tinha, botas pretas, camisa muito alva e meotes vermelhos.

O morto é depois metido dentro dum caixão (se assim se lhe pode chamar) rectangular, muito tôsko, feito de quatro táboas mal aparelhadas.

Em seguida, o caixão é colocado em cima duma caixa de pinho, onde costumam guardar as roupas, e começa-se a fazer o *sobrecéu*.

Colocam-se bem amarradas duas cordas, dois metros acima do caixão, depois prendem-se a estas cordas colchas e lençóis, dos melhores, não só de casa como dos visinhos, que são os primeiros a oferecerem o que tem de melhor em casa. Estes lençóis ou colchas ficam pendentes dos lados do caixão; na cabeceira colocam um lençol de linho muito alvo, pregado na parede e, em seguida, entre as duas cordas e por cima do caixão, colocam uma colcha também branca.

Após isto, pregam com alfinetes no pano do fundo, isto é, da cabeceira, uma cruz feita com um lenço preto, e assim fica concluído o *sobrecéu*.

Passado um bocado, era já escuro, tôda a gente da quinta se apresenta em casa da viuva e rezam a coroa em conjunto; cada um dos visitantes traz uma ou duas candeias que prende depois de acender, quer em qualquer saliência da parede, quer nas beiras do caixão, e assim fica o cadáver iluminado tôda a noite por grande quantidade de luzes.

Durante a noite ficam várias pessoas a velar junto do morto.

De manhã chega o padre; o cadáver é levado para a capela, indo tôda a gente da localidade incorporar-se no cortejo fúnebre.

À saída do cadáver a viuva corta três pedaços de pão, iguais, e dá-os às três primeiras pessoas que encontrar na sua frente, mas sem escolher, e à medida que vai dando os bocados de pão, diz: «Toma pão enquanto esta alma passa o rio Jordão».

Aquele a quem coube o pedaço tem de o comer em seguida, até à última migalha.

Uma vez na capela, celebra-se a missa de corpo presente, (em todos os funerais do lugar há missa de corpo presente) a que assiste a viuva; no fim da missa são resados os responsos.

Acabada esta cerimónia religiosa, segue o cadáver para o cemitério acompanhado pela viuva que vai logo atrás do caixão com as mãos postas, os olhos no chão, e um chale negro pela cabeça.

Começa agora outra parte muito curiosa dos ritos fúnebres, a qual consiste no seguinte: no percurso para o cemitério tôdas as famílias que moram nesse caminho, tem à porta uma cadeira com um pano branco em cima, onde colocam dinheiro, 20, 30 e 50 centavos, e às vezes mais, conforme o grau de amizade que se tiver ao morto. Quanto maior fôr a amizade, maior é o número de responsos rezados, pois que o dinheiro ali colocado é para êsse fim. Disseram-me que cada responso rezado custava 3 centavos, e cantado 5 centavos.

A distância da casa do morto ao cemitério não era, no caso referido, superior a 100 metros: pois o entêrro levou quási meia hora a chegar lá, em virtude dos responsos lidos e cantados pelo caminho, junto das cadeiras.

O colocar dinheiro na cadeira à passagem do enterro, é uma dívida que fica; pois no caso de o dono da casa ou pessoa de família que pôs, suponhamos, 50 centavos, morrer, os parentes do morto que ia seguindo para a última morada, devem pôr a mesma quantia em cima duma cadeira.

O cortejo fúnebre chegou porfim ao cemitério; ali a viuva

puxou duma corda que levava no bôlso, pediu que a partissem em três bocados iguais, e mandou amarrar um a meio, outro aos pés e outro à cabeceira do caixão. Procurei saber qual a significação daquele rito e não o consegui.

É preciso que se diga também que o caixão não tinha tampa.

Mas não ficam por aqui os ritos usados pelos habitantes de S. Pedro.

Após o entêrro, há ainda *três domingos oferendários*, que são os três primeiros domingos.

Nestes *domingos*, passa-se o seguinte: Os amigos do finado, a viuva com várias amigas e as pessoas da família do morto juntam-se em Meirinhos, em casa duma pessoa amiga, e o padre, antes de dizer a missa, vai de batina buscá-los a casa, para a igreja. Durante a missa, a viuva está sempre de joelhos, e tem diante de si um grande pano preto, com uma toalha branca no meio; dos lados do pano preto, estão dois castiçais com velas acesas. Enquanto se está à missa, cada um vai deitando no pano, que está diante da viuva, vinte, trinta centavos, etc. Na frente do mesmo pano está a caldeira da água benta, em que o hissope é substituído por um raminho de oliveira; cada pessoa que deita dinheiro tira o ramo de oliveira e esparge água benta no pano.

No fim da missa, o sacristão vê o dinheiro que há, conta-o ao padre, e pelo dinheiro que houver assim o sacerdote canta e reza mais ou menos resposos.

Os amigos e visinhos vão fazer os domingos oferendários de capas de burel ou de *capotes à cavalaria*, (como chamam aos *capotes à alentejana*), isto em sinal de luto.

Estes *capotes* são usados como luto, mesmo no rigor do verão, que na região é extremamente quente e abafadiço.

Religião e superstições

Os transmontanos de S. Pedro são extremamente crentes, muito religiosos, e entram no campo da superstição, acreditando em bruxarias, feitiços e maus olhados.

Pelo capítulo dos ritos fúnebres já se pode ajuizar um pouco destes exagêros.

O caso que segue, elucidará um pouco mais sôbre o assunto, e foi-me contado pelo indivíduo com quem se passou, e confirmado por outros que estavam presentes.

Um homenzinho da povoação, o próprio que me narrou o facto, teve um sonho durante o qual alguém lhe dissera que no Barranco (sítio próximo da povoação), se encontrava soterrada uma capela, e no altar desta um bezerro de ouro macisso. Mesmo depois de acordado, afirmava, ouvira dizer: «Vai lá, e arranca para ti êsse tesouro; mas tem cuidado, não digas nada a ninguém».

Sem um momento de dúvida nem hesitação, para lá se dirigiu algumas noites, trabalhando com afan na abertura dum grande buraco, no fundo do qual esperava a cada momento sentir debaixo da ponteaguda enxada a almejada capela que avaramente guardava tão grande tesouro.

Como, porém, essas saídas nocturnas não passassem despercebidas a um vizinho, o bom velhote, côncio da veracidade absoluta da ordem confidencial que ouvira após o sonho maravilhoso, foi uma noite surpreendido por aquele, quando banhado em suor prosseguia com ardor na tarefa a que se votara de alma e coração. Em presença da inesperada aparição do vizinho, o pobre velho, perplexo e atônito, revelou o segredo, perdendo o tesouro; pois com a revelação dêste a uma só pessoa que fôsse, o direito à posse desapareceria. Ainda na ocasião em que m'o contava, o

velhote estava convencido de que teria encontrado o tesouro, caso tivesse guardado sêgrêdo.

Quando uma criança é muito miúdinha, fraca e doente, chamam-lhe *engorada* (enfeitiçada) e para a curar é necessário quebrar o feitiço, operando do seguinte modo: juntam-se três mulheres, com o nome de Maria; se a mãe fôr Maria, também aparece, mas só neste caso. Dirigem-se a uma olmêda, procuram um olmo com dois ou três metros de altura, cujo caule se bifurque superiormente em dois ramos; munidas duma navalha, racham o caule entre os dois ramos e, puxando em seguida por estes, abrem uma fenda num comprimento de cinquenta a sessenta centímetros, e conservam-n'a aberta com auxílio duma cunha. Com as duas vergõteas superiores dão um nó, formando como que um arco. Depois cada uma das três Marias passa três vezes a criança pelo intervalo da fenda, dizendo ao mesmo tempo os seguintes versos:

Toma lá Maria,
Dá p'ra cá, João;
Êste menino doente,
Dá-o p'ra cá são.

Em seguida, as duas partes do tronco são unidas e ligadas com auxílio dum fio qualquer. Se o olmo vem a soldar as duas partes que foram separadas, e reverdece, a criança melhora dentro em breve; se o olmo seca, a criança morre.

Um pai tinha uma filha que, ciosa dos seus carinhos e meiguices, mal que era chegado a casa, logo lhe saltava para os joelhos, tôda risonha e satisfeita. Em dada altura, a rapariguinha mudou de atitude: mal via o pai, começava a gritar e a fugir-lhe.

Êste imediatamente atribuiu aquela mudança brusca a feitiço, que alguém por inveja ou maldade tinha feito à pequenita, por ela

lhe querer muito. Em vista disso resolveu tirar um *escrito* e contou ao padre tudo o que se havia passado com a filha. Êste não lh'o pôde tirar na ocasião e disse-lhe que o fôsse buscar ao outro dia, mesmo que era preciso dizer missa sôbre êle. Contudo, se pudesse, ainda o tiraria naquela tarde. De facto, o padre, passadas umas horas, tirou o escrito. E o pobre pai que, enquanto se dirigia para a *quinta*,⁽¹⁾ magicava tristemente sôbre o caso, teve ao chegar a casa grande alegria, pois a filhita que há uns dias lhe fugia, veio a correr ao seu encontro, rindo-se e agarrando-se-lhe às pernas...

Num lagar de azeite, à vara do moinho, andava a puxar uma mula. De manhã cedo, entrou no lagar uma mulher da povoação e pediu uma cesta de bagaço para acender o lume. Como lh'o não dessem, a mulher retirou-se.

Mal esta safu, a mula deixou de puxar, e, por mais pancada que lhe dessem, não se mexia. Chegou o dono do lagar, a quem os lagareiros puzeram ao facto do que se passava.

Êste, mal ouviu o arrazoado dos seus criados, imediatamente mandou uma mulher tirar um escrito a Castelo Branco e recomendou à mesma que, mal o padre lh'o *passasse*, lhe perguntasse as horas.

Os individuos que me contaram o caso, afirmaram-me que coincidiu a hora em que a mula começou a puxar com a hora em que o padre tirou o escrito, e tão convencidos estavam disto que porcerto o jurariam se necessário fôsse.

Casos há em que é preciso tirar escritos em cruz, isto é, tirar quatro escritos, um em cada terra, de modo que se possam

(1) Como já atrás disse, a povoação de S. Pedro é mais conhecida por Quinta de S. Pedro, e os naturais nas suas conversas, quando a ela se referem, designam-na simplesmente por Quinta.

ligar essas terras com linhas imaginárias, duas a duas, formando essas linhas uma cruz.

Há escritos só para uma pessoa, para uma família, ou para a casa tôda, como êles dizem, e para animais. O escrito é, como disse, passado pelo padre e manuscrito em latim, e tem por fim afastar os malefícios do corpo e da alma.

Eis um exemplo interessante de feitiçaria:

Um lavrador da povoação tinha um boi doente, com os sintomas seguintes: tristeza acentuada; falta de apetite; quando deitado, enterrava a cabeça na palha da cama, e quando de pé, deixava pender a cabeça, metendo-a entre as patas dianteiras.

Como a doença não era conhecida pelo ferrador que foi mandado vir, logo *amentaram* a idea de que era feitiço, e o tratamento foi prescrito, consistindo em cinco *defumos*, um por dia, da maneira que vou descrever:

Num recipiente de lata ou de barro deitaram cisco duma encruzilhada, varrido em cruz, três pedrinhas de sal, ramo bento, rosmaninho, buxo bento e chifre dito de veado, mas que era afinal de carneiro:

Depois de acenderem esta mistura, defumaram o boi em cruz, debaixo do focinho e do corpo. A cinza era depois deitada em água corrente, mas de modo que ninguém visse, tendo o cuidado de, no percurso para o ribeiro, tapar bem com um chale o recipiente que serviu para fazer o defumo. O que é certo, é que o boi melhorou após êste tratamento.

O exemplo precedente refere-se a um animal. Para pessoas, fazem uma coisa semelhante mas com algumas variantes curiosas, como vamos vêr.

Colhe-se um raminho de erva de três termos; esta erva pode ser estêva (*Cistus ladaniferus*, Lin.), arçã (*Lavandula stoeches*, Lin.) ou *chalgarço* (*Cistus salvifolius*, Lin.).

Suponhamos que foi a arçã a preferida. Colhe-se um ramo desta em S. Pedro, outro, por exemplo, no *termo* de Meirinhos e outro no de Valverde. Varre-se em cruz o cisco duma encruzilhada, e dêste apenas se apanha a quantidade que ficar debaixo do *só* (fundo) duma malga. Adiciona-se ramo bento e três pedrinhas de sal, e nada mais é necessário; está pronto o defumo e resta apenas chegar-lhe lume. Préviamente, porém, uma pessoa da família (sempre mulher) com uma mão cheia de sal, vai andar em volta da capela deixando cair uma pedrinha dêste a cada passo que dá. Depois acende-se a mistura acima descrita e coloca-se-lhe o suposto chifre de veado.

Com êste defumadouro *afuma-se* primeiro a pessoa que o vai dar, em seguida *afuma-se* em cruz o quarto do doente, e por último é *afumado* êste. Para se obter o resultado desejado é necessário ser tudo feito no máximo segredo.

O que fica por arder, deita-se no lume da cozinha e aí se reduz a cinzas, excepto o chifre que é tirado no fim dos defumos.

Êste chifre é pertença duma mulherzinha da povoação que o empresta, mesmo até para povoações visinhas.

Medicina popular

A medicina local anda ligada às superstições descritas.

Dado o isolamento em que se encontra a povoação, e a grande distância a que fica de Mogadouro (cêrca de duas léguas), vila onde mais perto se encontra médico, os transmontanos de S. Pedro vêem-se na necessidade de, muitas vezes, serem médicos de si próprios.

Apenas consegui saber a maneira como tratam o paludismo e as inflamações dos olhos.

CURA DAS MALEITAS

O doente, na ocasião de as *tremar* (como lá dizem) ou *do dar do frio*, sai sósinho, sem que ninguém desconfie, e leva consigo um guardanapo novo, uma fatia de pão e um púcaro de barro, cheio de água, que também nunca tivesse servido.

Dirige-se com estas três coisas a uma encosta e procura uma fraga coberta de liquens (musgos, como lhe chamam); conforme é de manhã, de tarde ou de noite, assim dá à fraga os bons dias, as boas tardes ou as boas noites. Em seguida, estende o guardanapo sôbre a fraga, coloca em cima dêste o pão e a água e, feito isto, diz os seguintes versos:

At te fica fraga
 Água p'ra beber
 Pão p'ra comer
 E maleitas p'ra tremar.

Mal acaba de proferir estas palavras, deita logo a fugir, e recolhe a casa por caminho diferente daquele que levou antes.

Nem o doente, nem ninguém, vai buscar o guardanapo e o púcaro, sob pena de a criatura que os trouxe, ficar logo com as maleitas.

INFLAMAÇÃO DOS OLHOS

Se os olhos estão vermelhos, inflamados, e com pus, curam esta inflamação deitando-lhe umas cinco ou seis sementinhas de gala crista (*Salvia verbenaca*, Lin.).

Estas sementinhas saem por si só ao fim de algum tempo, às vezes dois e três dias, e só quando estiverem carregadas de *sugidade*. Chegam por vezes a sair do tamanho dum grão de chumbo de caça, n.º 3, quando as sementinhas poderão ter o tamanho dum grão de chumbo n.º 10.

Afirmam que não incomoda nada nos olhos, que é muito *amorsinho* (macio).

Disseram-me mais: que quando se mete nos olhos um *maravallinho*, deitando ao canto do olho uma sementinha, esta logo o deita fora.

Organização da família

No seio da família, a autoridade suprema está encarnada no pai, e é sempre com respeito e timidez que os filhos lhe ouvem as admoestações.

Pelo que diz respeito ao poder maternal, êste já é menos temido, e não é raro desobedecerem-lhe, e responderem com maus modos às repreensões das mães.

Como digo no capítulo sôbre infância, na povoação não há escola alguma, onde as crianças passem os dias instruindo-se e educando-se.

É freqüente os pais darem um recado a um filho, e êste, saindo para o cumprir, se encontra os outros na brincadeira, juntar-se com êles, deixando de dar cumprimento à ordem recebida.

Os pais, nesta altura, ameaçam-n'os com pancada; então os garôtos tratam de se esquivar, refugiando-se numa casa vizinha, e só entram em sua casa passado tempo, quando os ânimos paternos estejam mais serenos; isto, porém, não obsta que muitas vezes na chegada seja cumprida a promessa...

Não pude averiguar se na vida íntima da família a mulher desempenha um papel preponderante nas decisões do marido. Creio, porém, que sim.

Regimen de propriedade

Os transmontanos de S. Pedro são cultivadores trabalhadores.

Trabalham geralmente no que é seu, porém isto não obsta a que em determinadas ocasiões vão ganhar a *geira* (como chamam ao jornal) para casa daqueles que os *rogam* para seus trabalhadores.

É curiosa uma prova de reconhecimento da parte dos trabalhadores para aqueles a cargo de quem trabalham: consiste em oferecer na ocasião do pagamento um ou dois dias de graça ao proprietário.

Vocabulário

São muitas e curiosas as palavras de cunho próprio e regional que usam os naturais de S. Pedro. Vou procurar reunir algumas de que tive conhecimento, no diálogo que segue:

— Então, tio F., como se passa?

— *Mui-malo*, meu senhor; a *alazia* não me deixa. Eu *andêve* ontem a trabalhar ao pé do rio; fazia *calma*, bebi água e parece que foi disso que estou *encaxeirado*. Por causa da constipação já puz a *bufanda*, mas logo que anoiteça *vou-me à cama* a vêr se fico melhor.

— Bem, isso não há de ser nada. E o S.?

— Ésse está bem peor do que eu. Ainda há dias *ei* se ria de mim, mas agora é que *lhe chegou o leite às tétas*. *Causa grina* vê-lo; já *levou a botica* duas vezes e continua *enfibrado*.

— Com que então êle está mal?

— Se está! *ei finta-se* que havia de ter sempre saúde, e

agora aí *está de cangalhas*. Ainda outro dia estávamos num *juntoiro* à porta do *sóto* do M. L. e *ei* ainda disse: Lá a minha tem andado *encaxeirada* com a moléstia de que *se deixou morrer* Fulana mas eu é que estou sempre *fero*.

— Bem, deixemo-nos de coisas tristes, e falemos de coisas mais alegres.

— Então se quer vir comigo ao pôço do Gralheiro, venha que eu vou lá *adrêde olhar o côbo*.

— Vamos lá. Mas diga-me, há muito peixe?

— Havia, mas *andiveram* lá aos tiros e *eis desamoraram*.

— Mas daqui a alguns dias tornam a vir?

— *Pludora* não, mas eu *empecei* a *sebar* o pôço e *eis* tornam *à certa*.

— Pode ser que não venham.

— *Não mas sim* veem, porque já outro dia se *escossiram* e *eis* tornaram a vir.

Fomos caminhando em direcção ao rio, e foi o tio F. que rompeu o silêncio, dizendo-me:

— *Ai calma* faz. O que vale é estarmos já *pertelinho*.

— Sim, já estamos perto do rio, e não vejo o sítio onde está o côbo nem o vejo tão pouco.

— Ora *sêgua* com a vista pelo rio abaixo até aquela casca-lheira, mas abaixo *ó sítio* daquele zimbros, é acolá que êle está.

— Sim, mas afinal não o vejo.

— *Bô! Bô!* Então queria vêr daqui para debaixo de água. Olhe que daqui lá não é tão *pertelinho* como parece.

Depois duns momentos de silêncio, eu que me tinha afastado um pouco, ouço o tio F. dizer-me:

— Oh senhor! não *sêga* por aí que o senhor *fite-se*; aí são só fragas e pode *esforregar*, venha por aqui.

— Venha por aqui V., que por aqui é mais perto.

— *Bô! Bô!* Não que por aí não se pode ir.

Depois que nos juntamos, lá seguimos encosta abaixo até que a certa altura e num dos pontos íngremes do caminho, ou antes do carreirão, diz o tio F. a rir:

— Sabe quem eu aqui queria vêr? Era a tia Fulana das mulas ⁽¹⁾.

— Coitada da velhota, é que se veria aflita.

— Á certa que havia de ter patarata.

Fomos caminhando até ao rio, e após alguns momentos de descanso, diz-me o tio F. todo entusiasmado:

— Eh! *catanchas*, que grande peixe ali vai!

— Aonde?

— Ali *carache*, *pertelinho* do côbo; não vê os outros *empeçar* a *escossir*.

— Ah! já o vejo; que grande que êle é!

— Já estava a *pensir* como é que o havia de levar se *ei* me caísse no côbo. Eh! *carache*, é que seria cantar por essa *ladeira* acima com *ei colgado* num pau. Assim que chegasse à quinta é que me *daria a risa* quando passasse à porta de F. *Eis fintam-se* que só *eis* é que agarram peixe, mas não porque *inda* hontem agarrei cinco *arrates deis*.

Vimos em seguida o côbo, que nada tinha a não ser um pequeno cágado. Deitamos de novo o côbo ao rio, e em seguida voltamos para a povoação. Ao chegarmos a uma mata de carvalhos e que é atravessada pelo caminho, vejo o tio F. a olhar para o chão, como quem procura alguma coisa.

— Então que está a fazer?

— Anão *em préguntá* dumas *bulhacras* para a minha neta brincar, a vêr se não fica tão *chorôna* como hontem à noite.

Fomos andando, e de novo interrompemos a marcha, porque me disse o tio F.:

(1) Mulêtas.

— Vê acolá no *cima* da *ladeira* aquele homem com a *calagouça* às costas e a *fardéla* na mão, é o tio J. P.

— Hontem em casa *dei* houve lá grande *planto* por causa do filho mais velho estar a fazer *côsquinhas* ao mais novo e depois deixá-lo cair ao chão. *Aqueis* rapazes andam sempre às bulhas. Ainda outro dia estavam *eis* a *comer à rancha* lá em baixo às olgas, logo se bateram e o mais novo rasgou a camisa ao mais velho que estava *aforrado*.

— Isso não admira, rapazes são sempre traquinas.

— E olhe que isso é bem certo. Também quando foi do *mata-dêlo* entraram em casa do tio S. sem *ei* vêr e tiraram-lhe cada um sua *colgada*.

Estavamos chegados à povoação quando nisto se aproxima uma raparigueta que se dirigiu ao tio F. nestes termos:

— Diz o meu pai que *vaia* lá.

— Em passando um bocadinho lá vou ter, em antes vou-me à casa.

Em seguida despedi-me do velhote e lá fui até casa.

Lista e significação dalguns dos vocábulos mais freqüentemente empregados pelos habitantes da povoação:

* andêve.	andei
* andivêram.	andaram
sêga	sigá
* pertelinho	pertinho
* encaxeirado	adoentado, doente
* enfebrado	com febre
côscas	cócegas
côsquinhas	coceguinhas
* bulhacra	bugalho
* bulhacrinha	pequeno bugalho
* catancha	exclamação muito usual

* carache	julgo ser correspondente ao carago hespanhol
* alazia	azia
malo	mal
fintar	crêr, acreditar
sóto	estabelecimento, loja
colgada	pendurada
"	cacho de uvas ou fructa que costumam pendurar no tecto para conservar e comer mais tarde
pitas	nome com que designam as galinhas
* Rumiro	Ramiro
* Cal Róca	Carlos Róca
* Calros	Carlos
adrêde	de propósito
fire	fêre
* fardela	pequeno saco de pano, (onde geralmente levam a merenda)
talho	pequeno banco de cortiça
aforrado	em mangas de camisa
mulas	mulêtas
calma	calor
empeçar	começar, principiar
* pensar	pensar
* planto	pranto
* piruco	puxo (penteado das mulheres)
* pludora	por ora, por enquanto
calagouça	fouce encabada
atroar	trovejar
* relistos	relâmpagos
* escossir	escapar, fugir
* esforregar	escorregar
tanha	talha de lagar de azeite
escôva	vassoura (de giesta)
* eis	êles
* ei	êle
* daqueles	daqueles
* bufanda	cachecole, manta

* peis	peles
ferros	é empregado em duas acessões: uma designa as ratoeiras de agarrar os coelhos, rapozas, etc.; outra designa a alquitarra, espécie de alambique utilizado para a destilação.
labrêsto	trave da língua
o só duma agulha	o buraco da agulha
o só duma malga	o fundo da malga
* oriveiros	ourives
ó rôjo	de rasto
ósquias	rôscas dum fuso
* grainçada	chuva forte de granizo
cachóla	moela duma galinha ou qualquer outra ave
* ingarrar	agarrar
ala	asa
qualquera	qualquer
* recebiste	recebeste
* comiste	comeste
* arrebenliste	arrebenliste
* tardêga	tardia
dar a risa	dar vontade de rir
amentar	lembrar
causa grima	mete pena, faz dó
matadêlo	dia em que todos matam o porco (dia de matança)
à certa	com certeza
não mas sim	sim
comer à rancha	comer do mesmo prato
juntoiro	ajuntamento
* em prégunta	à procura
* escrapêla do olho	pálpebra
vaia lá	vá lá
* imrigada	romã
agora é que te chegou o leite às tétas	empregam esta frase quando vêm allita uma criatura que, devido à sua despreocupação, originou tal aflicção

* atolica.	atrapalhada
* pouquenino	pequenino
em mentes.	emquanto
delingar	dependurar
* bilhó	castanha assada depois de descascada
geira	salário ou diária dos trabalhadores do campo
* corriça	espécie de choupana que serve de abrigo aos rebanhos de cabras
cardenho	espécie de choupana ou qualquer grande compartimento e que serve de casa de malta aos trabalhadores
deixou-se morrer.	morreu
levar a botica.	tomar remédio
foi-se à cama.	deitou-se
* escrapéla	pálpebra
linta	contribuição
badil	pequena pá para tirar a cinza da lareira

* Este sinal mostra os termos que não encontrei no «Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa», de Gonçalves Viana.

Seguem-se algumas frases que não pude introduzir no diálogo e, por as achar curiosas, não quis deixar de transcrever:

Regara-las não as deixareis acabar.

Carambe na mulher a força que tem.

Fulano vem como um dez — (bebado como um carro).

Fulano tem uma *nacida* na *escrapéla* do olho direito.

— Quantos anos tens?

— E eu que sei meu senhor.

Folk-lore transmontano

(ALGUMAS TROVAS POPULARES DE S. PEDRO)

Carviçais não é minha terra,
Se eu quiser minha será;
Se eu nela tomar amores
Minha terra ficará.

Oh minha mãe eu queria
Eu quero
Lá no seu peitinho
Formar um castelo.

Lagoaça, oh Lagoaça,
Quem te poz o nome errou,
Tu és o jardim das flôres
Eu já de cá me não vou.

Oh minha mãe eu queria
Eu quero
Ir ao marmeleiro
Escolher um marmelo.

Castelo Branco é vila,
Mogadouro é cidade,
S. Pedro é barquinho d'ouro
Onde embarca a mocidade.

Puz o pé na laranjeira,
Ai! fiz tremer o laranjal.
Passarinho repenica o canto
Vai cantar ao meu quintal.

Lá te mandei um raminho
Com três ginjas garrafaes,
A do meio vai dizendo
A gingeira não dá mais.

Vai cantar ao meu quintal,
Ai! vai cantar à minha janela,
Passarinho repenica o canto
Já lá vem a primavera.

Lá te mandei um raminho
Com três *murinhas* que é luto;
A do meio vai dizendo
Meu amor quero-te muito.

Lá te mandei um raminho
De cravos e *cravolinas*,
Só por não te poder mandar
Dos meus olhos as meninas.

Lá te mandei uma carta
Sem nenhuma letra dentro;
Inda t'hei de fazer dar
Voltinhas ao pensamento.

Não m'as podias mandar
Ou isso é de impostura
Ou modinho de falar.

Desejava de te encontrar
 Numa rua sem saída,
 Que te queria *precurar*.
 Que te importa a minha vida?

Algum dia por te ver
 Eu ia de noite à fonte.
 Agora péço a Deus
 Que nem de dia te encontre.

Algum dia por te ver
 Saltava trinta quintaes
 Agora *por te* não ver
 Salto trinta e *inda* mais.

Fui à fonte beber agua
 Passar por baixo da murta.
 Nem a bebi nem a dei
 A sede não era muita.

O meu amor foi-se e disse
 Que eu por êle não chorasse,
 Que não lhe dêsse mais penas,
 Que o não mortificasse.

No ceu anda uma estrela,
 Todos dizem bem a vi,
 Todos falam e murmuram
 Ninguem olha para si.

Esta rua tem pedrinhas,
 A outra pedrinhas tem,
 Das pedras não quero nada,
 Da rua quero alguém.

Tu és meiga mas soberba,
 Devias ser castigada,
 Não amas a quem te ama
 Mas amas sem ser amada.

Aqui vem um rapaz
 Na forma do seu costume;
 Traz os joelhos esturrados
 De assar batatas *ô* lume.

Fui à fonte buscar agua
 Na casca da *belancia*
 Nem a *bubi* nem a trouxe
 Nem falei com quem eu queria.

Tenho geribó
 Quisado com batatas:
 Elas são tão boas,
 São tão boas e baratas.

Ai! Ai! que eu morro
 Só é por dansar
 Não é por ninguem
 Só é por meu par.

Encontrei uma carteira
 Que estava no chão perdida,
 Arreei e apanhei-a.
 Estou presa, vou p'ra cadeia;
 Que será da minha vida?

Encontrei uma carteira
 Dum garotinho de aldeia;
 Se a não roubo passo fome,
 Se a roubo vou p'ra cadeia.

Lá *cima* *ô* castelo
 Se vende a aguardente,
Dê reis cada copo,
 É p'ra toda a gente.

Lá *cima* *ô* castelo
 Se vende o licor,
Dê reis cada copo
 Só é p'ró meu amor.

Oh! que chapéu tão pequeno!
 Andais à moda do Porto.
 Oh! que chapéu tão pequeno
 Para tão grande garoto.

Quatro coisas quer o amo
Ô creado que o serve.
 Deitar tarde e erguer cedo,
 Comer pouco, andar alegre.

Não chores amor, não chores,
 Que o chorar *arrama* a vista.
Im m'eu indo desta terra
 Num faltará quem t'assista.

Im meu indo desta terra
 Como de facto m'irei,
 Como te direi adeus,
 Como adeus te direi.

Tendes olhos de matar
Sobrecllhas de ferir.
 Tendes a *côr demudada*
 Isso é de não dormir.

Com pena peguei na pena
 Com pena tracei um S
 Co'a pena mandei dizer
 Ao meu amôr que viesse.

Vai carta onde t'eu mando
 Que lindos olhos vais vèr
 Carta põe-te de joelhos
 Quando te estiverem a lêr.

As cantigas que tu sabes
 Meto-as eu num agulheiro;
 Eu fui buscar o teu pae
 Pelos cornos ao lameiro.

Oliveira *póquechinha*
 Que só dá uma azeitona!
 Tu inda falas commigo,
 Carã de pouca vergonha.

Se os puros beijos espigassem
 Como espiga o alecrim,
 As faces do meu amor
 Pareciam mesmo um jardim.

Passei pelo verde prado,
 Puz o pé no verde outôno;
 Eu acho que é parvoice
 Amar a quem tem dôno.

Já *estêve* na tua cama
 Meio morto meio vivo,
 Amortalhado de ais,
 Dêste mundo despedido.

Oh! minha pombinha branca,
Quando ha-de ser a hora
Que has-de dar um *ruto*
Desse pombal p'ra fóra?

Passarinho do pé prêto,
Deixa a baga do loureiro,
Deixa dormir a menina
Que está no sôno primeiro.

Caçador que vai à caça,
Num é p'ra caçar a lebre,
É p'ra caçar a menina
Que anda na serra da neve.

Poste falar com meu pae
À parede do lameiro,
Se querias casar comigo
Falaras-me a mim primeiro.

No alto daquela serra
Está uma rolinha a arrolar,
C'o biquinho cheio de merda
P'ra quem me manda cantar.

O jasmim caiu do ceu,
Espalhou-se pelas aradas,
Oh! quantas môças se perdem
Por não serem *prêcoradas*.

Aninhas, saia à varanda
Já que janela não tem.
Venha vêr se o seu amôr
É algum dos que aqui vem.

Rapazes em m'eu morrendo
Quem me ha-de levar à cova?
Quatro mocinhas solteiras,
Qu'eu sou rapariga nova.

Minha mãe deitou-me à rua,
Meu pae chamou-me à janela,
Anda cá ó rosa branca
Colhida na primavera.

Estava eu para embarcar
C'um pé dentro e outra fóra
Lembraram-me os meus amores
Já não embarco agora.

Lá te mandei um raminho
Das flôres que eu apanhei,
Inda vai orvalhadinho
Das lagrimas qu'*arramei*.

Lá te mandei um raminho
Atado com linho crú;
Os abraços dou-t'os eu
E os beijinhos dás-m'os tu.

Vinha eu pela rua abaixo
Estavas tu na janela,
Tinhas olhinhos de amor,
Sobrecellhas de cadéla.

A *margassa* e a má herva
Picaram-me nesta mão,
Tambem às mulheres *le pica*
Maldade no coração.

Tendes olhos côr da noite
E a face côr do dia,
Os labios côr de laranja
Cheios de galhardia.

Oh! rio que vais tão turvo,
Que levas cal e areia,
Leva-me lá esta carta
Ao meu amor que a leia.

Oh! rio que assim vais turvo,
Para quem levas as queixas?
Quem has-de levar não levas,
Quem has-de deixar não deixas.

Oh! rio que assim vais turvo,
Quando has-de aclarar?
Quando o trovisco for dôce
E o moscatel amargar.

Nesta rua não ha môças
Que as queimou a geada
Mas porventura ficou
Uma na minha cama deitada.

Menina que está lá dentro
Deite cabelos à rua.
Im m'eu indo desta terra
Quero levar prenda sua.

Os meus olhos são dois prêtos
Que me vieram *Dingola*
Inda num fôram *cautivos*
Vão-se *cautivar* agora.

Menina que está lá dentro
Comendo mais pão e queijo,
Faça da bôca pistola
Atire-me cá um beijo.

Não te encostes à parreira
Que ela está feita em pó,
Encosta-te ao meu peitinho
Estou solteira, durmo só.

Estou à sombra da parreira
Nem à sombra nem ao sol
Defronte do meu amôr
Não ha regalo melhor.

SOLDADINHO DA GUERRA

Que tens, oh soldadinho,
Que andas tão triste na guerra?
Ou te lembra pae ou mãe
Ou gente da tua terra?
Se te lembra a tua amada,
Prepara-te e vai a vê-la;
Ao cabo de nove meses
Soldado, volta p'rá guerra!

Anda, anda, meu cavalo,
 Não te pares já aqui
 Vou a vêr a minha amada
 Já ha dias que a não vi.
 —Tua amada já está morta.
 Se não te *fiintas* em mim
 Senhas t'eu trago aqui
 A saia era de gala,
 Os sapatos de marfim,
 E os cintos que a apertavam
 Eram d'oiro e marfim,
 E os padres que a acompanhavam,
 Eram tantos, não tinham fim.

Uma mulher envenenou o homem. O povo canta as quadras que seguem:

Josefa e Beatriz
 Foram ambas às vassouras,
 Não acharam que trazer,
 Trouxeram as vacas louras.

Senhora Joséfina
 Não lhe doia o coração
 De envenenar o seu homem
 C'um bocadinho de pão.

Senhora Joséfina,
 Coração de pedra crua,
 Envenenou o seu homem,
 Deitou-o à sepultura.

Não é nada, não é nada,
 Não é nada, mas é muito.
 Lá baixo vem a justiça
 A *desinterrar* o defunto.

Eram duas irmãs. Uma foi comprar *caldo* ⁽¹⁾ à praça. Um indivíduo enganou-a e abusou da sua fraqueza. Ela em seguida deitou-se a afogar. São cantadas as seguintes quadras:

Oh Olimpia! oh Olimpia!
 Tu eras a minha amada,
 Fôste-te deitar ao rio,
 A agua estava gelada.

A agua estava gelada
 E o pôço era tão fundo!
 Oh Olimpia! oh Olimpia!
 Disseste adeus ao mundo.

(1) Hortaliça.

Disseste adeus ao mundo,
 Disseste adeus à terra.
 Oh Olimpia! oh Olimpia!
 Teu amor anda na guerra.

Teu amor anda na guerra
 Formado num batalhão.
 Oh Olimpia! oh Olimpia!
 Raminho de andar na mão.

Raminho de andar na mão,
 Raminho de andar no peito,
 Oh Olimpia! oh Olimpia!
 Tu eras um amor perfeito.

Se tu eras amor perfeito
 Quanto tenho te darei.
 Darei-te a luz dos meus olhos,
 E eu sem ela ficarei.

Há cêrca dum ano, em Mogadouro, um camião atropelou um homem, matando-o quási instantâneamente. Ouvi cantar em S. Pedro, a propósito do caso, as seguintes quadras:

Já tocam as guitarras,
 Já tocam com dolorido,
Donde foi dar a alma
 Á porta do S^{hr}. *Rumiro*. ⁽¹⁾

Chorava a filha mais velha,
 Chorava do coração
 Por vêr o seu pae morto
 Por baixo do camião.

Chorava a filha mais nova,
 Chorava, tinha à *rezão*,
 De vêr o seu pae morto.
 Vê-lo, lá vai no caixão.

— Bons dias, senhora Maria,
 Bons dias lhe venho dar.
 Eu matei o seu homem,
 Eu não lh'o queria matar.

Um velho moleiro da região, tôdas as vezes que trazia farinha para qualquer freguês da povoação de S. Pedro, em vez de bater à porta ou chamar, cantava os versos seguintes:

Deus te salve, sacco,
 Sete maquinas te rapo.
 Uma por te levar,
 Outra por te trazer,
 E outra p'ro burro comer.

(1) Ramiro.

Vai a minha Maria,
Tira a sua maquia.
Vai a minha mulher,
Tira o que ela quer.
Vai o meu creado,
Este pão inda não está maqueado.
E se não fosse por me envergonhar
Nem saco nem baração lhe havia de mandar.

Outra que também é atribuída aos moleiros, é a seguinte:

Moleirinho, vem p'ró céu!
Senhor, não tenho vagar,
Tenho o pão na tremoia,
Está para maquear,
Come o porco, come a *pita*,
Come o buro a fatar,
Depois destas cantigas todas
Vai a Maria a maquear.

Outra atribuída igualmente aos moleiros:

Boa vida é ser moleiro
Se não fosse o ser ladrão:
Quando vai para o inferno
Leva a maquia na mão,
E os filhinhos vão de traz,
— Oh! meu pae dei-a-nos pão.
— Ide à mãe que vo-lo deia
Que eu já vou p'ro caldeirão.

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

SÉDE:—RUA DE SANTA CATARINA, 261-1.º

PORTO

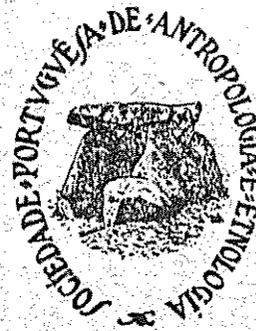
SUMÁRIO DO FASC. I DO VOL. II:

Prof. A. A. Mendes Corrêa — Novas discussões sobre a origem do homem.

Amandio Tavares — Agenesia do grande e pequeno peitorais.

Constancio Mascarenhas — A Pátria do Buda.

Porto — Imp. Portuguesa — Rua Formosa, 116



TRABALHOS

DA

Sociedade Portuguêsa

DE

Antropologia e Etnologia

VOL. II — FASC. III

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO:

Moralidade e costumes portuenses no século XVI.

ALBERTO DE SOUSA:

Contribuição para o estudo das anomalias arteriais no vivo.

PROF. A. A. MENDES CORRÊA:

O significado genealógico do «Australopithecus» e do crânio de Tabgha e o arco antropológico indico.

PORTO — 1925

I. N. E.
BIBLIOTECA

3622

MORALIDADE E COSTUMES PORTUENSES NO SÉCULO XVI

(CONFERÊNCIA EM SESSÃO SCIENTÍFICA DE 9 DE MAIO DE 1925).

POR

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO

ASSISTENTE DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Ao começar o século XVI, Portugal encontrava-se no apogeu da fôrça e da glória. A Europa olhava-nos com assombro e com inveja.

Depois de um século de trabalho metódico, persistente, inteligentemente orientado, arrojado mas eminentemente científico, os portugueses haviam conseguido atingir a finalidade que alvejavam; e o seu soberano podia ostentar o título magnífico de Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalém-mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, da Índia e do Brasil. A fama do nome luso, levada nas asas brancas das caravelas, chegava aos confins do globo...

... Oitenta anos mais tarde o pavilhão português, que tremulara vitorioso e quasi omnipotente sobre dilatadíssimas regiões e mares sem fim, desaparecia da scena do mundo. Portugal caíra no cativo de que só doze lustros decorridos se havia de libertar.

É certo que o domínio estrangeiro veio mascarado sob a promessa de conservação da dualidade política, mas a história portuguesa ensina-nos que, para que essa fórmula fôsse aceite como foi, era preciso que a antiga altivez nacional estivesse

muito abatida e que o país não quisesse decididamente, ou não pudesse, dar outra solução ao problema dinástico.

Ora de entre as causas dêste desalento, desta apatia ou desta impotência, uma se pode indicar remota e indirecta, mas irrecusável: o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, o mesmo feito admirável que nos levara ao cume da glória e do poderio e que nos marcou na História da Civilização um lugar de relêvo inconfundível.

As riquezas que as naus despejavam em Lisboa na Casa da Índia, — aonde acorriam os mais opulentos mercadores de Veneza, Génova, Florença, Flandres, etc., e onde o movimento era de tal ordem, diz Damião de Goes, que os empregados quasi não tinham tempo para contar o dinheiro — vieram fomentar luxos e gastos imoderados, despertar ambições desmedidas de ganhos e de prazeres, criar um mercantilismo mesquinho e torpe, e produziram, finalmente, o mais degradante relaxamento de costumes, já antes pouco austeros, a mais abjecta insensibilidade moral.

Só o comércio externo interessava. O comércio interno foi quasi desprezado, os campos foram abandonados, as indústrias esquecidas.

A população do reino, já fortemente diminuída pelas empresas marítimas e guerreiras do século anterior, sofreu mais um rude golpe com a miragem das encantadas regiões do Oriente.

À Índia! À Índia! Mas não era o Sonho alto e lindo dos grandes homens do Infante e dos seus continuadores que agora fazia aproar as quilhas dos galeões ao mar largo: — era o interesse materialista e grosseiro, sem um vislumbre de nobre ideal. Em regra, quem partia não era levado por impulsos de fé ou desejos de glória, mas sim pela ambição utilitarista, egoista, de ir e voltar rico... e fidalgo. Outros jam para escapar ao castigo dos seus delictos. Nas armadas partem como soldados foragidos da justiça por crimes de heresia, sodomia, traição ou moeda

falsa, criminosos a quem se dava carta de seguro desde o alistamento até três meses depois de regressarem à metrópole (1).

O sonho colectivo que estimulava as almas no século anterior, extinguiu-se. Duarte de Almeida, Francisco de Almeida, Albuquerque, D. João de Castro e alguns outros, são verdadeiros gigantes de epopeia, mas a massa geral da nação é que já não possuía aquele fogo interior que nos tornara grandes.

No século XVI as artes, as sciências e as letras atingiram em Portugal a mais exuberante floração e, sob êsses aspectos, o período quinhentista foi a Idade de Ouro da história nacional. Mas nem as condições sociais, nem as condições económicas, nem as condições morais do país acompanharam um tal brilhantismo. Portugal — a abarrotar de especiarias, rubis, diamantes, esmeraldas e safiras... mas sem pão, arrastando uma indigência dourada e dissoluta, amolentado e pervertido pelos *fumos da Índia*, minado pela cobiça, pela concussão, pelo peculato — foi descendo, descendo, caíndo, caíndo...

Como um relâmpago, rasga o negrume do findar dêste século a figura singular do vencido de Alcácer-Quibir, do Desejado, encarnação e expoente dos defeitos e das virtudes antigas da raça. D. Sebastião, cuja memória a saúde e a amargura de um povo alindaram e envolveram de lenda, representa como que a reacção do passado perante as misérias do presente. Contra a tristeza *apagada e vil* da sociedade portuguesa de então, o último rei-soldado escreveu, com o próprio sangue, nos areais trágicos de Marrocos o seu protesto desesperado, angustioso, veemente.

Mas o *Leão dos Mares*, prematuramente decrépito, corrompido, dessòdrado, gasto, sem forças e sem brio, um instante sacu-

(1) Ver por ex. no *L. de Ver. da Câm. do Porto* (1537), apog., fls. 356 v. e seg. a Carta Régia de 4 de Outubro do mesmo ano.

dido pelo frémio da alma juvenil do seu rei, logo caiu e mergulhou mais fundo no lamaçal em que vinha buscando a morte. E foi assim que, em 1580, Filipe II de Espanha pôde anexar, sem sequer ter encontrado uma opposição decidida e séria, uma Pátria que ainda poucos anos antes ditava as leis ao mundo — um povo cuja individualidade e cuja glória o estro de Camões acabara de cantar em estrofes inegaláveis.

*

* *

Como portuense, senti-me tentado pelo estudo dos aspectos etnográficos do Pôrto dêste século. Evocar, ainda que fugazmente, o típico burgo quinhentista, e, em seguida, anima-lo, povoa-lo, observar os costumes, a índole, a moralidade dos seus habitantes, exumar da poeira dos túmulos não figuras célebres mas a massa anónima do povo e vivificá-la, restituindo-lhe os seus hábitos, as suas ideas e tendências, os seus sentimentos, era uma tarefa sempre cativante e, muito mais, tratando-se de um período tão sugestivo como o da Era de Quinhentos.

Para a elaboração dêste modesto ensaio utilizei além de várias obras, umas impressas, outras manuscritas, numerosos documentos, alguns já publicados, a maior parte ainda inéditos.

Dos estudos sobre a cidade do Pôrto do sr. prof. dr. Ricardo Jorge aproveitei variadas e interessantes informações. Recolhi muitas notas etnográficas das *Constituições do Bispado do Pôrto*, de 1541 e 1585, respectivamente dos bispos D. Baltazar Limpo e D. Fr. Marcos de Lisboa.

Encontrei muita documentação inédita nos Livros das Vereações da Câmara do Pôrto e nas colecções de diplomas que no Arquivo da mesma Câmara se conservam; forneceu-me, no capítulo dos costumes religiosos, um valioso subsídio o paciente

trabalho manuscrito de Luis de Sousa Couto, intitulado *Memória sobre a origem das procissões da Cidade do Pôrto* (1820), existente naquele Arquivo.

Fiz ainda boa colheita de dados etnográficos num inédito quinhentista, que se encontra na Biblioteca Municipal desta cidade sob o n.º 553, uma espécie de livro de memórias, escrito pelo licenciado Francisco Dias que, tendo servido antes em Coimbra, foi nomeado em princípios de 1538 para o cargo de Corregedor da Comarca e Correição do Pôrto (1), onde viveu largos anos e até chegou a ser vereador da Câmara.

Embora no fim falem ao manuscrito muitas fôlhas, o seu valor, designadamente sob o ponto de vista etnográfico, é de-veras apreciável. Francisco Dias que se nos revela pessoa culta, espírito observador e um tanto humorístico, registou nas suas *Memórias* alguns factos históricos interessantes, pitorescos casos de rua, e, sobretudo, muitas notas sobre o modo de trajar dos portuenses da sua época, que são valiosíssimas, dada a escassez de informes sobre o assunto.

*

* *

O que era o Pôrto no alvorecer radioso do século XVI? Uma cidade vasta, populosa, requintadamente civilizada?

Nada disso. Apesar da importância do seu comércio, a área citadina era muito exígua, a sua população reduzida, e as suas

(1) V. *Liv. 1.º das Provisões*, no Arq. Câm. do Pôrto, a fls. 329, a Prov. de 20 de Fevereiro de 1538 em que D. João III dá parte da nomeação do novo Corregedor, mandando à Câmara que lhe dê pousadas e camas. No *Liv. de Memórias*, fls. 1.ª, Francisco Dias diz que entrou « nesta cidade no ano de 1548 a 20 de Fevereiro para procurar ».

ruas mantinham o aspecto feio, soturno e imundo, dos tempos medievais.

Imaginemos as duas colinas da Sé e da Vitória cercadas por uma cadeia de muralhas, que, passando pelas actuais ruas da Madeira, Clérigos, Cordoaria, Calvário, Cordoaria Velha, Escadas do Caminho Novo, marginasse em seguida o rio até aos Guindais e subisse a escarpa até Santa Clara e Cima de Vila: o Pôrto ficava encerrado nesse afortalezado âmbito. Santo Ildefonso, Cordoaria, Miragaia, Massarelos, Gaia, Vila Nova e Meijoeira (lugar da Serra do Pilar), sendo já, aliás, núcleos mais ou menos importantes de povoado, constituíam os arrabaldes da cidade.

O campo do *Olival*, a rua das *Oliveiras*, a rua do *Moinho de Vento*, a rua do *Laranjal*, a Praça e rua das *Hortas*, o montado dos *Carvalhos do Monte*, a *Quinta do Prado*, etc., lembram pelos seus nomes a situação campestre desses lugares noutras eras, alguns deles ainda no século XVI. O campo das *Malvas*, onde hoje se ergue a torre dos Clérigos, se, originariamente, foi destinado à cultura que o seu nome indica, passou a servir, neste século, de cemitério dos justicados.

Mas o próprio recinto murado estava longe de se encontrar completamente ocupado por edificações no princípio do século XVI.

Do monte da Sé — primitivo assento do burgo, e onde ainda havia as velhíssimos muros erradamente atribuídos aos suevos, com as portas de Vandômia, Mentiras, Sant'Ana e S. Sebastião, — o casario foi descendo para as bandas do mar: chegara até à beira-Douro, estendera-se pela Ribeira até S. Nicolau, e começava a mosquear a encosta do monte da Vitória. Ora numa e noutra encosta viam-se ainda grandes manchas de verdura; na da Vitória destacavam-se as cercas dos conventos de S. Domingos e S. Francisco, as hortas e jardins da Mitra e do Cabido, hortas e jardins em grande parte sacrificados em 1521 à abertura da rua das Flores ou de Santa Catarina das Flores, como primi-

tivamente se chamou; na vertente da Sé, mais raras, havia algumas clareiras, como, por exemplo, a do terreno denominado o *Faval*, onde, em 1518, foi começado a edificar o convento da Ave-Maria.

Mesmo muitas das mais antigas ruas da cidade eram bordadas, em grandes extensões, pelos muros dos quintais e campos. A rua das Cangostas, na testada da horta do Mosteiro de S. Domingos, não tinha ainda casas; foi só em 1529 que os frades cederam para construções esses terrenos (1).

No fundo do pequeno vale formado pelos dois montes abrangidos na cinta de muralhas, corria um riacho, chamado pomposamente o *Rio da Vila*.

Todo o burgo constituiu, até 1583, uma freguesia — a da Sé; nesse ano o bispo D. Fr. Marcos de Lisboa criou mais as da Vitória, S. Nicolau e S. João Baptista de Belmonte, esta de efémera duração.

A população da cidade e seus arrabaldes andava por umas 13:000 almas (2), ora desfalcada pelas pestes e outras causas, logo mais ou menos compensada pela natalidade.

*

* *

O burgo tinha um aspecto soturno mas pitoresco. À maneira da Meia-Idade, « os officios e os negócios encontravam-se arrua-

(1) Cf. *Liv. 1.º das Prov.* da Cãm. do Pôrto, a fls. 167, o Alv. de 14 de Junho de 1529. A Câmara não consentia que abrissem portas para a rua sem lhe pagarem um fóro: o rei manda que não mantenha tal exigência, « não só por se tratar de um Mosteiro a que o Pôrto deve fazer toda a esmola, mas também por ser mais enobrecimento da cidade que a rua se encha de portas e casas e officiais que a enobreçam, do que estar em parede como ora está ».

(2) Segundo o numeramento de D. João III, de 1527. Cf. Ricardo Jorge, *Demografia e Hig. da cidade do Pôrto*. Pôrto, 1899, pág. 109.

dos». Surradores nos *Pelames*, ferreiros nas *Ferrarias*, caldeireiros na rua que ainda hoje tem o seu nome, ourives na da *Ourivesaria*, sapateiros na da *Sapataria*, comerciantes na dos *Mercadores*, etc. (1).

Na rua de S. Miguel, no tempo da Judiaria, alinhavam os algibebees com o seu negócio de roupas feitas, novas e usadas; mas, depois das leis de D. Manoel, os judeus foram mudando as suas lojas para a Ribeira e imediações, por ser lugar mais central. Em 1533 a rua de S. Miguel, que tinha sido uma das principais e de melhores casas da cidade, encontrava-se quasi deserta. Alguns dos que de lá tinham saído, já tornados cristãos-novos, quiseram voltar aos antigos lares, por verem que tinha sido um êrro deixarem casas baratas para irem pagar alugueres caríssimos que os endividavam e empobreciam. Pediram por isso à Câmara em 1533, e em 1534 ao monarca (2), que os obrigassem — mas a todos — a mudar para a rua de S. Miguel, oferecendo-se para custear as despesas da construção de uma igreja naquela rua e da condução até ali de água de fora da cidade (3). Mas ainda em 1537 a mudança não se tinha feito, e, na Vereação de 8 de Agosto, voltou o caso à discussão, salientando-se a perda que a cidade tinha em não poder receber a *pensão velha* que da dita rua devia auferir (4), visto esta estar quasi despovoada e muitas das suas casas em ruínas. Mas não se resumia a isso o inconveniente do abandono da rua de S. Miguel. É que, por os judeus, ou antes os cristãos-novos, terem ocupado muitas das casas da

(1) Cf. Ricardo Jorge, *Obr. cit.*, pág. 73.

(2) Já antes parece ter havido sentença de D. Manoel mandando voltar os antigos moradores à rua de S. Miguel. (*Liv. Ver.*, apog., 1537, fls. 309 v.)

(3) *Liv. 1.º das Prov.*, fls. 237.

(4) Esta pensão era resultante do contrato feito, em 1388, entre a Câmara e a comuna dos judeus, pelo qual esta ficou pagando um fôro pelo terreno que a Câmara cedeu para a judiaria do Olival. V. *Liv. 3.º dos Pergaminhos*, doc. n.º 39.

Ribeira, Fonte d'Ourina e Ponte de S. Domingos, pelas quais pagavam elevadas rendas, não havia ali armazens para arrecadamento das mercadorias desembarcadas. Pelas ruas ribeirinhas o trigo, o centeio, o milho, as nozes, as castanhas, etc., ficavam aos montões e expostos às intempéries e aos roubos. Já muitos navios deixavam de vir ao Pôrto (1). Novamente a Câmara resolveu obrigar os algibebees a voltar à rua de S. Miguel, e, desta vez, com melhores resultados. Dois anos depois, «entre o fazer da igreja, reformação das casas e calçar da rua» tinham já sido gastos, bem à vontade, 3:000 cruzados, e os cristãos-novos pretendiam que também para lá mudassem os cristãos-velhos que, na Ribeira, vendiam panos e roupas (2).

Recordemos que a promessa da construção da igreja trouxe aos antigos judeus bastantes dissabores: pelo menos no célebre *Memorial* que os cristãos-novos dirigiram, em 1544, a D. Henrique, atribuíam os ódios do Inquisidor do Pôrto, D. Baltazar Limpo, ao facto de os suplicantes não quererem continuar a contribuir para a erecção do prometido templo enquanto determinada condição se não realizasse (3).

Exceptuando esta rua de S. Miguel, a «de Santa Catarina das Flores», a rua Nova (também chamada rua *Fremosa* (4), hoje do Infante D. Henrique), e a de Belmonte, as ruas do Pôrto eram como as actuais do bairro da Sé: íngremes, sinuosas, estreitas e

(1) *Liv. Ver.*, apog., 1537, fls. 308 a 312.

(2) V. *Liv. 1.º das Prov.*, fls. 365.

(3) Cf. Alexandre Herculano, *Hist. da Inq.*, Lisboa, 1859, III, págs. 150 e 151.

(4) Da rua Nova dizia D. Afonso V: — a rua é a sala, as casas são as câmaras, o Mosteiro de S. Francisco é a capela e a praça (em frente do Mosteiro) o jardim. Cf. João de Barros, *Geog. de Entre-Douro e Minho*, ed. de 1919, pág. 38. Nota o mesmo autor que esta rua era mais larga que a celebrada Rua Nova de Lisboa.

escuras⁽¹⁾. Por elas, de mistura com a gente que andava nos seus negócios, com os vendilhões ambulantes, com os frades, os negros e os mulatos — os cães, as galinhas e os porcos passeavam livremente. Em 1515, um Alvará de D. Manoel pretendeu retirar tão apreciável regalia aos suínos. Determinava El-Rei que, «para bem da limpeza da cidade e do público sossêgo, não andassem pelas ruas porcos alguns nem de dia, nem de noite, nem para criar, nem para engordar» — pena de 500 réis⁽²⁾.

Mas nada conseguiu a régia ordem.

Ainda em 1551 se discutiu numa sessão camarária se deveriam ou não andar à solta os *porcos* e as *porcas*. Unanimemente é resolvido proibir tal espectáculo: seja quem fôr que trazer porcos pela cidade, pagará 500 réis por cada um, e perderá os animais em proveito de quem deles se apoderar⁽³⁾. Da dureza da pena se pode inferir a fôrça do hábito que se pretendia reprimir.

Mesmo sem porcos, o Pôrto não passava dum chiqueiro.

A imundície era nauseante. No Codeçal, abaixo do Mosteiro de Santa Clara, na água que saía da cêrca, a vizinhança lavava «de dia e de noite os camareiros (*os bispotes*) com a sugidade e outras cousas sujas e feias». Bem impunha a Câmara a multa de 50 réis a quem tal fizesse, ao mesmo tempo que incitava o povo a quebrar os camareiros que apanhasse no local⁽⁴⁾, mas o nojento costume continuava.

Havia esterqueiras nos lugares mais centrais. Pelos cantos das ruas e junto das fontes o lixo então era aos montes. Os

(1) Em 1545 foram novamente calçadas de pedra miúda. (*Liv. Ver.*, apog., 1545, fls. 123).

(2) *Liv. 1.º das Prov.*, fls. 88.

(3) *Liv. Ver.*, 1551.

(4) *Liv. Ver.*, 1533, fls. 75 v., sessão de 3 de Agosto.

animais mortos, bípedes e quadrúpedes, eram atirados para as calçadas, onde ficavam apodrecendo e empestando o ambiente. Janela abaixo eram jogadas, sem a menor cerimónia, as águas sujas... e tudo que cheirava mal. Nos dias solenes, principalmente por ocasião das grandes procissões, como a de *Corpus Christi*, é que a Câmara, às vezes, mandava proceder às limpezas da via pública. Um ano, a rua do Souto e cercanias estavam em tal imundície que dois burgueses chegaram a incomodar-se com o caso e foram pedir providências à Câmara; pois o que esta lhes respondeu foi, pouco mais ou menos, isto: que a limpassem eles — e, com efeito, os bons dos reclamantes juraram aos Santos Evangelhos que se encarregariam de olhar pela limpeza do local⁽¹⁾.

Havia, contudo, quem, espontaneamente e por proveito próprio, se ocupasse da remoção dos dejectos que pejavam a cidade: os lavradores dos arredores. É que arranjavam de graça nas ruas do Pôrto o estrume com que fertilizavam os seus campos. Sem o saberem eram uns beneméritos e, nessa benemerência, com tanto entusiasmo se haviam que, por vezes, a Câmara teve de intervir, proibindo-lhes o uso dos sacos com que davam cabo das calçadas⁽²⁾.

Éstes lavradores vinham também buscar o recheio das cloacas... como ainda hoje. Mas com uma diferença. A operação realizava-se francamente, sem pudores escusados por serem hipócritas, à clara luz do dia⁽³⁾.

(1) Ricardo Jorge, *Saneamento do Pôrto*, Pôrto, 1888, págs. 89 e 90, onde vem transcrito do *Liv. Ver.*, de 1519, n.º 10, fls. 85, a curiosa narração do caso.

(2) Ricardo Jorge, *Obr. cit.*, pág. 91, em que insere um acordão de 2 de Outubro de 1593, transcrito do *Liv. 31 Ver.*, fls. 261.

(3) É o que se infere, por exemplo, dos acordãos de 6 de Março de 1610 (*Liv. 41 Ver.*, fls. 37), 15 de Julho de 1620 (*Liv. 43 Ver.*, fls. 37), cit. por Ricardo Jorge, *Obr. cit.*, pág. 92.

Completava o pitoresco mas sórdido quadro do Pôrto quinhentista o *rio da vila* que, sendo uma espécie de vazadouro comum, atravessava a cidade rolando matérias fecais, substâncias pútridas, estêrco, e exalando mefíticos fedores.

Ao cair da noite badalava vagarosamente o *sino de correr* da porta do Olival. Era o toque de silêncio; todo o habitante pacífico devia meter-se em casa... para no dia seguinte voltar ao esterquilínio da via pública. As ruas mergulhavam em trevas misteriosas e densas, se não havia luar. Apenas, de longe a longe, tristes lamparinas de azeite, penduradas das paredes das casas, bruxuleavam diante dos nichos dos santos.

Se, de dia, o aspecto do burgo causava nojo, de noite causava temor. De cumplicidade com a escuridão não eram raros os crimes. Em 1537 tiveram as autoridades de tomar severas providências contra certos indivíduos que, à bôca da noite, corriam as ruas «rebuçados com sombreiros», escondendo «espadas nuas debaixo das capas», provocando tumultos e cometendo violências. Determinaram que, desde o tanger das Ave-Marias posto que antes do sino correr, até ao nascer do sol, ninguém poderia andar embuçado pela cidade ou arrabaldes, nem com espadas pequenas ou de ambas as mãos, punhal ou outra arma ofensiva, sob pena de cadeia sem remissão. Aos quadrilheiros foi recomendado que acudissem com muita diligência às bulhas, arruídos e voz d'El-Rei, e aos oficiais mecânicos ordenaram que tivessem à porta do seu portal ou tenda um croque ou chuço para acorrer a qualquer volta e prender os malfeitores: mesmo os que não fossem quadrilheiros deveriam sair à voz d'El-Rei, se não ficavam sujeitos a duras penas (1).

(1) *Liv. Ver.*, 1537, apog., fls. 281 v.

*
* * *

Se um portuense do século XX, um qualquer de nós, penetrasse no Pôrto do século XVI, não repararia muito talvez, por já estar um tanto habituado, na porcaria, no mau cheiro e na falta de iluminação das ruas; mas, certamente, o haviam de interessar e impressionar vivamente os hábitos, os trajos, as crenças, as superstições dêsses nossos avós. Seria meu desejo dar uma ideia completa de todo êsse curioso quadro etnográfico, mas, na impossibilidade de o fazer com a minúcia necessária, contentar-me-hei com um rápido esboço.

Referindo-me, em breves palavras, à moralidade da sociedade portuense no século XVI, ocupar-me-hei, em primeiro lugar, da classe eclesiástica. Esta primazia ela a merece, não só pela sua preeminência social na época, mas também pelo grau de indisciplina e de relaxamento a que chegara.

De facto, a generalidade do clero do Pôrto (como em regra todo o clero português e o de todos os países), não podia ser recomendada como modelo de austeridade e bons costumes; basta ler as Constituições do bispado portuense para disso termos um forte indício.

Era freqüente verem-se clérigos tomar *parte activa* em danças, em touradas e em outros folguedos públicos; não faltavam os que eram brigões e provocadores de desordens, os jogadores, os que andavam pelas tabernas e se embriagavam, os libertinos, os que tinham amásias e rosários de filhos.

Tanto as Constituições de 1541 como as de 1585, estatuem, em títulos especiais, preceitos curiosos sôbre a *vida e honestidade dos clérigos*. São uma série de determinações com que os bispos procuram dar remédio à dissolução dos costumes que reinava

no seio da classe eclesiástica. Proíbiam aos clérigos o porte de armas: apenas lhes era facultado «terem em suas casas uma ou duas facas estreitas e curtas e tais que pareçam para serventia do seu comer ou beber». Proíbiam-lhes andar pelas ruas depois do sino correr, mórmente em hábitos desonestos; seriam presos pelo meirinho episcopal e metidos no Aljube, salvo levando lume aceso ou indo a cavalo. Proíbiam-lhes todo o género de desafio no que, ao que se infere, os clérigos eram contumazes. Uma constituição determina que nenhum clérigo use do officio de negociação nem trato de mercadoria mercando pão, vinho ou outras cousas para as tornar a vender e regatar; que não arrendem igrejas ou outras rendas como sisas, portagens, direitos, tributos, etc., que não façam vender ou vendam em suas casas pão, vinho e outras mercadorias alheias, em seu nome por qualquer razão que seja, e que se não metam em negócios. Uma outra manda que os clérigos não tomem parte em touradas, nem frequentem as tabernas, nem se tomem do vinho; que não lutem, bailem, dansem ou andem em foliás publicamente; que não furem, joguem canas, nem entrem em torneios; que não sejam jograis nem usem de chocarrarias, fazendo diabretes ou trazendo máscaras ou barbas ou fazendo momos, vestindo-se com vestiduras desonestas, isto é, impróprias do seu estado. Proíbiam-lhes o jôgo de cartas, dados e qualquer jôgo de azar a dinheiro ou coisa que o valesse; unicamente, para seu recreio, lhes permitia D. Baltazar Limpo jogarem a vinho e fruta e não dinheiro sêco, em casa e não na rua e contanto que não fôsse continuamente nem jôgo defeso no reino. Na rua ou lugares públicos não poderiam jogar jôgo algum ainda que fôsse de bola ou outra *calidade*. Mandavam-lhes que trouxessem os cabelos curtos de forma que se lhes vissem as orelhas; marcavam o tamanho, desmesurado por sinal, das tonsuras, e recomendavam que se fizessem barbear ao menos de quinze em quinze dias.

No capítulo da mancebia os bispos viam-se em sérias dificuldades para impedir a devassidão ovante. As Constituições de 1541, proibindo aos clérigos terem barregãs e mulheres suspeitas ou escravas brancas, impunham penas pecuniárias aos delinquentes e prisão para os que persistiam no êrro ou reincidiam. Mas parece que o mal ia em aumento, pois que nas Constituições de 1585 a escala penal, embora não tivesse a prisão, era mais pesada; começava pela privação parcial dos frutos, rendas e benefícios, indo progressivamente até à perda total deles e à suspensão do exercício de quaisquer dignidades e officios. E tão vulgar era os padres terem descendência que os prelados, para evitarem maiores escandalos, estabeleciam instruções sôbre o lugar onde os filhos das pessoas eclesiásticas deveriam ser baptizados, e proíbiam que o filho ou neto de clérigo ajudasse o pai ou avô à missa, ou fôsem simultâneamente beneficiados na mesma igreja ou servissem de padrinhos em baptizados celebrados pelos pais, ou que se tratassem mutuamente pelos qualificativos de parentesco.

*

* *

Nos conventos a disciplina, a moralidade e os costumes também deixavam muito a desejar. A dentro dos muros da cidade, até quasi ao final do século XVI, houve apenas frades dominicanos, franciscanos e loios—e freiras claristas e beneditinas. Na última década fundaram-se o convento de S. João Novo e o de S. Bento da Vitória.

Extra-muros estabeleceram-se, no decorrer deste século, o mosteiro da Serra do Pilar, de cônegos regulares de Santo Agostinho, o de Monchique, de freiras franciscanas, e o do Vale da Piedade, de religiosos franciscanos (antoninos) da provincia da Soledade. Recordarei que fôram estes últimos frades que deram ao

local onde foi instalado o seu convento o nome de Vale da Piedade; anteriormente o lugar chamava-se Vale de Amores, significativa designação que as alfombras, o denso e misterioso arvoredo, e a freqüência dos namorados justificavam.

Na segunda metade do século de Quinhentos instalaram-se no Pôrto, depois de cerca de vinte anos de tentativas infrutíferas, os padres da Companhia de Jesus. Merece a pena narrar como o caso se passou, porque, das suas peripécias várias, nós podemos inferir alguns traços curiosos do carácter do portuense daquela época (1).

Pouco depois de introduzida em Portugal a Companhia de Jesus, veio residir para o Pôrto um famoso padre jesuita, chamado Francisco de Estrada. Albergado humildemente no hospital de um dos conventos da cidade, todos os dias saía em piedosas romagens a consolar os aflitos, a visitar os enfêrmos e socorrer os encarcerados, a praticar enfim tôdas as obras de misericórdia. Hábilmente, pela insinuação, pela sua palavra eloqüente, pelo exemplo da sua vida austera e simples, tôda dedicada ao *acrescentamento da glória de Deus* e ao bem do povo, conseguiu ganhar em breve tempo um apreciável número de adeptos. Um certo Vasco Ferraz, moço ainda, desprezou o lugar de cónego da Sé que ia ocupar, desprezou as suas riquezas, abandonou os seus pais, a sua família, e fugiu para Coimbra, onde foi envergar a roupeta negra dos jesuitas. Henrique Nunes de Gouveia, outro opulento fidalgo portuense, deixou a vida que levava de frivolidades mundanas e tornou-se um dos grandes defensores das excelências da instituição de Santo Inácio de Loiola.

(1) O texto é baseado nos dados fornecidos, principalmente, por D. Rodrigo da Cunha, *Catálogo dos Bispos do Pôrto*, Pôrto, 1742, II, pág. 205 a 208; Baltazar Teles, *História da Companhia de Jesus*, parte II, cap. 37; Manoel Pereira de Novais, *Anachrisis historial*, Pôrto, 1913, II, págs. 81 e seg.

Todavia, os portuenses em geral não simpatizavam com os jesuitas, com os franchinotes (como por escarneo lhes chamavam em Portugal): ridicularizavam-nos, e a Câmara não hesitou em proibir-lhes o estabelecimento de qualquer fundação na cidade.

Mas passam-se os anos. S. Francisco de Borja, vindo de Lisboa com destino a S. Fins nas margens do rio Minho, entrou no Pôrto certo dia de 1560 e foi-se recolher no hospital do Convento das Freiras de Santa Clara, situado na rua dos Mercadores (1).

Mal o bispo D. Rodrigo Pinheiro teve conhecimento de que S. Francisco, outrora o alto Duque de Gandia e marquês de Lombay, grande de Espanha, célebre já pelas suas virtudes, se encontrava tão pobrementemente instalado, foi logo visitá-lo acompanhado da nobreza, dos vereadores e de muito povo, afim de o convidar a ir ocupar uma condigna aposentadoria. S. Francisco de Borja ao ver o prelado rojou-se-lhe aos pés, e, com a maior humildade, pediu e ficou esperando a benção episcopal; apesar de tôdas as instâncias só se ergueu quando o bispo o abençoou. E então falou. A sua prática foi tão bela, tão sugestiva e tão eloqüente que os seus ouvintes, como se tivessem escutado um aliante canto de sereia, presos dum mesmo entusiasmo, logo ali lhe pediram que mandasse residir na cidade dois ou três padres da Companhia de Jesus. A palavra do egrégio jesuita, juntando-se ao trabalho já realizado por Francisco de Estrada, produzia os efeitos tão longamente desejados. Henriques Nunes de Gouveia apressou-se a ceder parte das suas casas da Ribeira para serem transformadas em igreja e moradia dos religiosos. Os jesuitas introduziram-se de noite na nova instalação e no dia seguinte, 10 de Agosto, dia de S. Lourenço — e daí o nome do colégio de

(1) Novais, *Obr. e vol. cit.*, pág. 82.

S. Lourenço — foi tudo solenemente inaugurado. S. Francisco de Borja rezou a missa, Inácio de Azevedo prègou o sermão.

Mas o desconfiado burguês portuense, dissipado o enebriamento que o verbo empolgante do eminente padre jesuita lhe havia causado, já estava arrependido do que tinha feito. Todo o reino ouvira falar das queixas de D. Teodósio, duque de Bragança, contra os jesuitas, acusando-os de lhe terem arrebatado para a Companhia um jovem irmão. Tôda a gente conhecia a habilidade com que êles captavam os mancebos, e os portuenses receavam que, agora mais facilmente, lhes viessem enganar os filhos e roubar os irmãos⁽¹⁾. Além disso começou a constar que, fundado o colégio dos jesuitas no Pôrto, a Universidade seria para aqui transferida de Coimbra; ora isso, aos pacatos burgueses, afigurava-se a pior das calamidades. E então, certo dia, sem cerimonias como era seu costume, mandaram dizer terminantemente a S. Francisco de Borja, por uma comissão composta de membros da governança da cidade, que não queriam nemi lhe consentiam que no Pôrto fundasse colégio. Não satisfeitos com a resposta que a êsses delegados foi dada, convocaram o mesmo eminente jesuita para uma reunião, na casa da Misericórdia, onde desassombradamente, cara a cara, embora com urbanidade, repetiram a deliberação que haviam tomado.

Mas, apesar de tanta arrogância, cederam afinal perante a lógica forte dos argumentos que lhes apresentaram: — não quererem o colégio só pelo mêdo de que os filhos entrassem para a Companhia de Jesus, chegava a ser um crime, pois iam privar a mocidade da boa instrução e de uma sã educação moral, do melhor patrimônio que lhe podiam dar; além dum crime, era uma singularidade inexplicável, visto de todo o reino mandarem os

(1) Teles, *Obr. e cap. cit.*, n.º 6.

mancebos para o colégio dos jesuitas de Coimbra. Pensar que a Universidade passaria para o Pôrto, isso então era idea peregrina... Reparassem em que tôdas as razões que se ofereceram e pareceram bem para a Universidade estar em Coimbra, faltavam no Pôrto. Coimbra tinha a comodidade da sua situação no meio do reino; a abundância de mantimentos próprios para letrados, em especial do azeite; as saídas e frescuras do Mondego, tão acomodadas ao alívio das cabeças cansadas de estudar; as águas daquele rio, das quais se podia afirmar que conservavam e apuravam os engenhos...⁽¹⁾

Os burgueses, não sei se convencidos, mas certamente estarrecidos, calaram-se, e o colégio ficou.

S. Francisco ainda se demorou no Pôrto algum tempo, a todos encantando com a sua simplicidade, com a santidade da sua vida. No colégio de S. Lourenço umas vezes fazia de porteiro, outras de cozinheiro. Aos domingos e dias santos percorria as ruas da cidade, tocando uma campainha a chamar as crianças para a doutrina⁽²⁾. O Pôrto abrigou assim dentro dos seus muros o santo que a igreja canonizou e que, dois séculos mais tarde, em 1756, foi feito padroeiro do reino contra os terremotos⁽³⁾.

Mas voltemos desta nossa digressão e vejamos qual o estado dos conventos da diocese do Pôrto sob o ponto de vista dos costumes. Em todo o país era geral a dissolução e a indisciplina da vida monástica. Prova-o, no que se refere aos conventos de freiras, o testemunho insuspeito de um bispo português, que em 1512 (conta Gama Barros) concedeu autorização a determinada religiosa para continuar vivendo em Viana, fora da clausura, alegando que isso mais valia do que entrar para algum dos con-

(1) D. Rod. da Cunha, *Obr. e vol. cit.*, pág. 207.

(2) Teles, *Obr. e loc. cit.*

(3) *Liv. 14 das Prop.*, fls. 483, cit. em *Origem das proc.*, pág. 64.

ventos onde certamente perderia sua virtude e fama. Pelo que diz respeito aos conventos de frades a indisciplina e o relaxamento eram também gerais, o que, quanto à diocese do Pôrto, já na segunda metade do século anterior tinha constatado o visitador Fr. João Alvares. Aos moradores do convento de Paço de Sousa viu-se obrigado João Alvares, em 1477, a fazer as seguintes advertências: — Que nenhum monge tenha mancebas; que das portas da claustra para dentro não entre nenhuma mulher, o que antes era tão devasso; que os frades se esforcem e sejam fortes e animosos contra as afeições do Mundo e da Carne, etc. (1).

As Constituições dos bispos portuenses cansam-se em proibir às mulheres que passem da portaria quando forem aos conventos de frades, do mesmo modo que proíbem a entrada dos homens nos conventos das freiras. Desta última proibição exceptuavam porém «o físico ou sangrador e oficiais de obras ou quem mete as rendas e mantimentos»; mas, esses mesmo, deveriam ser acompanhados por duas freiras anciãs, uma das quais iria tocando uma campainha para que as outras soubessem que entrava homem leigo em casa e se recolhessem.

As Constituições estendem aos frades e freiras tôdas as medidas que referi, relativas aos clérigos, tanto mais, dizem os bispos, que, «por observância de suas regras e religião», os frades e freiras devem ter, e com razão, mais honestidade, retraimento e exemplo de vida em seus actos, falas, trajos, pensamentos (2).

Todavia os abusos continuam, os escândalos sucedem-se, o descrédito aumenta. As sátiras ocupam-se dos casos picantes e grotescos e correm de bôca em bôca.

Não serão talvez deste século os versos em mau espanhol que vou ler, e cujo autor desconheço. Encontrei-os na Biblioteca

(1) J. P. Ribeiro, *Dis. Cron.*, tomo 1, pág. 358 e seg.

(2) *Constituições* de 1541, fls. 55 v.

Municipal desta cidade, numa colecção de manuscritos e impressos, dos fins do século XVII ou comêços do século XVIII (1). O sabor desses versos, a sua construção poética, parecem seiscentistas; mas, creio não me enganar afirmando que não é injustiça applicá-los ao que se passava em Portugal nos conventos de freiras do século XVI. O seu titulo é *Desengano de monjas*, e são do teor seguinte:

Dezengano de Monjas

1

No quiero contar lizonjas
 Monjas,
 Ni a dizir mi pluma aspira
 Mentira.
 Contar quiero desenganos
 y no enganos,
 Porque se eviten mil danos,
 y no enganeis hombre alguno,
 porque al fin todo es uno,
 monjas, mentira, y enganos.

2

Vuestro modo de vivir
 es mentir;
 Vuestro tracto de hablar
 enganar;
 Es todo vuestro querer
 vender.
 Por nescio se ha de tener
 quien os tracte sin recato,
 pués es todo vuestro tracto
 mentir, enganar, vender.

(1) Ms. n.º 822, fls. 36.

3

Vuestro amor a lo que siento
 es viento;
 Vuestros favores presumo
 es humo;
 La fe de la mas honrada
 no es nada.
 Que couza mas desdichada
 que el hombre que se abalansa
 a poner su esperansa
 en viento, en humo, y en nada.

4

Son todos vuestros amores
 flores;
 Los de mas de todos ellos
 Cabellos;
 Los ordinarios, y llanos
 manos.
 Pensamientos chavacanos
 tiene quien con monjas tracta
 pués todo su amor remata
 en flores, cabellos, y manos.

5

Si al devoto enseñais fe
 mostrais-le el pie;
 y quando os mostrais mais tiernas
 las piernas;
 y, se acaso es vuestro amigo,
 el umblico.
 Pienso que deste hombre bien digo
 juicio muestra no tener,
 pues se contenta con ver
 el pie, las piernas, y el umblico.

6

E abrid con estas sentencias
 las potencias,
 Despertad hombres dormidos
 los sentidos,
 Desviad de tan mala calma
 el alma.
 Llevad vos otros la palma
 e uyendo de las cadenas
 que encantan estas sirenas
 potencias, sentidos, y alma.

7

De lo que va en esta lista,
 de vista
 Testigo soy en conciencia
 de experiencia,
 y he visto lo que tracto
 con el tracto.
 No viendo liebre por gato,
 verdades son las que digo,
 y abone-me el ser testigo
 de vista, experiencia y tracto.

FINIS.

Da moralidade da população civil dão-nos alguns interessantes e alegres aspectos as anedotas do manuscrito de Francisco Dias (1). É certo que às anedotas já alguém chamou a *moeda falsa* da história. Mesmo que assim se não pense, as que apresento são em muito pequeno número para, unicamente por elas, podermos

(1) Cf. Ms. cit., fls. 15 e seg.

formar um juízo seguro e verdadeiro da sociedade portuense em geral. Todavia sabendo nós que, nesta época, a corrupção reinava nos costumes de tôdas as classes sociais do país, não é temeridade dizer-se que os casos contados por Francisco Dias constituem irrefragáveis *sinais daqueles tempos*.

Vou reproduzir algumas dessas anedotas, porém numa redacção que não é exactamente a original. Modifiquei-lhes um pouco a forma, não só porque algumas vezes o português era um pouco confuso, mas também porque outras vezes a linguagem parecia aos ouvidos de hoje um tanto licenciosa. Todavia não lhes deturpei o sentido e procurei conservar-lhes o seu típico sabor.

Beatriz de Milheiroz, filha de Ana Afonso, apresentou uma queixa contra Paulo de Rio Tinto «por a levar de sua honra». Até aqui não há muito que espantar. Mas o curioso é que a dita Beatriz foi, dali a dois meses, ter com o procurador da Fazenda e dos Feitos d'El-Rei, o nosso Francisco Dias, para querelar contra um certo Rodrigo Anes, também de Rio Tinto, e pela mesma razão. Anotava o Licenciado quanto havia de singular nessa dupla virgindade.

Por motivo idêntico uma outra rapariga queixou-se de um mancebo. Este prometeu-lhe por *concerto* (a expressão é de Francisco Dias) 660 réis. Parecia tudo resolvido; todos os danos pareciam reparados. Mas logo a seguir a jovem dá à luz uma pretinha, negra de azeviche. Quando o rapaz tal viu, foi logo dizer às justíças que não era o pai da criança e que não pagava o combinado.

Francisco Dias conta mais alguns casos deste género, que me abstenho de reproduzir.

Um lavrador de Bostelo, viuvo, com um filho já homem, casou segunda vez. Como não era eterno, certo dia morreu. No testamento deixou o filho herdeiro do seu casal do Bairro, com a obrigação de dar um terço à viuva, enquanto esta vivesse, e se comportasse honestamente. Alguns meses depois a mulher aparece grávida, e o enteado intenta-lhe uma demanda «como má mulher e não casta e que quebrara assim a condição», tendo perdido portanto o direito à deiza do marido. Vem afinal a apurar-se que, se a mulhersinha estava grávida, o autor da proeza tinha sido o espertalhão do enteado: «vêde, senhores», comenta Francisco Dias, «como corre a cobiça do mundo».

Morreu certo dia um tal Pero Alvares que deixou no testamento uma curiosa disposição — «mandava a seus testamenteiros que lhe alugassem um gaiteiro» para o acompanhar até à cova, «tangendo atrás do caixão, e a quem dariam pelo seu trabalho tanto como a cada um dos clérigos». Os testamenteiros cumpriram a singular vontade do extinto; e enquanto os padres iam, gravemente, entoando o seu latim, o bom do gaiteiro soprava com volúpia as melhores modinhas do seu repertório. E sabem a razão de tudo isto? É que o filósofo do Pero Alvares não tinha quem o chorasse; filhos não deixava, e a mulher... a mulher vivia descansada nos braços de outro homem.

Esta passou-se no ano de 1562.

Um cidadão honrado, que é como quem diz fidalgo, tinha um filho, e vendo que este já estava em boa idade, resolveu casá-lo com uma moça das suas vizinhanças. Concertaram o dia do casamento, e no dia combinado, que por sinal era um domingo, realizou-se o auspicioso enlace. Muitos convidados, muita festa, muita

alegria. Mas é bem certo que não há felicidade completa: logo na quarta-feira seguinte a rapariga começou a queixar-se de que se sentia mal, que tinha uma grande cólica; chamaram imediatamente uma parteira para ver o que seria. Veio a parteira, mas foi-se a dor; «foi-se a dor, foi-se a parteira». Dali a umas cinco ou seis horas a dor voltou; tornaram a chamar a parteira. Eis senão quando, andando a doente a passear pela casa com o homem, começa a sentir-se muito agoniada, muito incomodada, desata aos vômitos... e, pouco depois, dá à luz um famoso menino de cabelo revoltado e crespo. O marido, assombrado, fugiu e foi ter com Francisco Dias para se aconselhar do que faria.

Fiquemo-nos por aqui.

Pelo que vimos não admira que abundassem os engeitados. Disse-se na Câmara, em 30 de Abril de 1545, que andavam pelas ruas da cidade «muitos e infindos meninos perdidos, pedindo esmola» (1). Encarregado de olhar por eles e de levar os que aparescessem ao juiz dos orfãos, havia no Pôrto um oficial mecânico a quem davam o expressivo nome de *Pay dos Meninos* (2). Ao lado do Pai dos Meninos havia também o *Pay dos Velhacos* (3). A êste competia arranjar amos ou ofícios aos vadios, o que não seria fácil tarefa, sabido como é que o número dos sem trabalho era por esta época enorme em Portugal. Em 1575, por ocasião de uma das múltiplas pestes que assolaram o país no século XVI, o Pôrto foi, só num dia, invadido por 500 mendigos (4).

Em 1570 — e sabe Deus desde quando! — os reclusos de

(1) *Liv. Ver.*, 1545, apog., fls. 126.

(2) *V. Liv. 1.º das Prop.*, fls. 548 e Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, no vocábulo *Pai*, em que alude a êste documento, sem indicar o livro em que se encontra.

(3) Viterbo, *Obr. e loc. cit.*, e *Liv. 1.º das Prop.*, fls. 247.

(4) J. Caldas, *Hist. de um fogo morto*, Pôrto, 1919, pág. 157, nota.

ambos os sexos viviam conjuntamente na cadeia civil do Pôrto. Naquele ano foi resolvido pôr em arrematação as obras de pedreiro e carpinteiro a realizar na dita prisão — «para se evitar a desonestidade de estarem nela misturados os homens e as mulheres» (1).

Uma das Constituições de 1541, é elucidativa sob o ponto de vista que ora nos interessa:

Título dos barregueiros — Constituição primeira — Que os casados não tenham mancebas, nem os solteiros concubinas. — Havendo respeito aos males e inconvenientes que se seguem dos homens casados terem mancebas, e quanto contra direito é terem-nas publicamente, pelas quais deixam muitas vezes suas próprias mulheres, e lhes teem grande ódio e malquerença, constituímos e mandamos que todos aqueles que as ditas mancebas tiverem as deixem da publicação desta a quinze dias, e outro si a elas que ao dito tempo se apartem dos ditos barregueiros, e daqui por diante não cometam o tal pecado e fazendo êles ou elas o contrário, poemos em ambos e cada um deles sentença de excomunhão, cuja «absoluçam» reservamos para nós e nosso «vigairo» e pagará cada um dous cruzados. E igualmente mandamos aos solteiros que mancebas tiverem teúdas e manteúdas que no dito tempo se afastem delas e elas deles: ou se casem e recebam em face da igreja não havendo impedimento, sob pena de excomunhão e pagará cada um quatrocentos réis...

Do adultério da mulher não falam as Constituições portuenses, talvez por serem reputadas suficientes as severas disposições

(1) Sousa Reis, *Apont. para a história da cidade do Pôrto*. Ms. da Bib. Mun. do Pôrto, tomo II, fls. 242.

das leis gerais do reino: as *Ordenações Manoelinas* permitiam ao marido, em caso de flagrante delito, matar a adúltera e o seu cúmplice, não sendo êste pessoa de qualidade.

Em conclusão: a instituição da família sofria, como se vê, bem duros tratos; em Portugal «era uma raridade», diz um contemporâneo, «ver um mancebo contrair uma ligação legítima» (1).

*

* *

Além da vida dissoluta, a maioria da população portuguesa entregava-se a luxos e a ostentações de grandezas, quasi sempre em discordância com as posses de cada um.

Nicolau Clenardo, o célebre professor de Lovaina que, por alguns anos, como é sabido, viveu em Portugal neste século, diz numa sua carta:

«Neste país todos somos nobres, e é uma grande desonra exercer publicamente uma profissão. Imaginais acaso que uma mãe de família vá ao mercado, compre aí peixe e prepare burguêsmente uma caldeirada? Uma mulher nada possui que seja de utilidade prática, à excepção da sua língua... Os escravos pululam por todos os lados. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Há em Lisboa uma tal quantidade dessa fazenda, que se acreditaria que excede em número os portugueses livres». Cada senhor, diz ainda Clenardo, nunca sai à rua que não vá acompanhado dos seus criados, às vezes em número de oito ou nove (2).

(1) *Anais das Sc. e Letras, Sc. Morais e Politicas e Belas Letras*, 1.º e 2.º anos; artigo de Lopes de Mendonça: «Curiosidades históricas e literárias acêrca do século XVI em Portugal», pág. 137.

(2) *Anais cit.*, loc. cit., pág. 136.

No Pôrto o quadro era pouco mais ou menos o mesmo. Aqui havia quem trabalhasse, mas nem porisso se deixava de aparentar grandezas que não existiam. Os burgueses do Pôrto, protegidos por privilégios especiais, faziam gala em trajar ricamente. Não fôra assim nos comêços do século XVI, mas a febre de luxo que dominava o país contaminou também o austero e recatado burgo de outrora.

O clero dava o exemplo.

De facto, muitos membros da classe eclesiástica eram modelos vivos de tafalaria. Esquecidos da humildade que deviam mostrar em tudo, a principiar no trajar, preocupavam-se escandalosamente com o arranjo das suas pessoas. Escravizados às modas, desprezavam os seus trajos tradicionais, usavam vestimentas de côres berrantes, com golpeados, barras e debruns, traziam luvas perfumadas e andavam carregados de jóias. As Constituições dos Bispos do Pôrto esforçavam-se por soffrear tais abusos.

Na classe civil, embora houvesse muita pobreza, também não faltavam exemplos de uma luxuosa ostentação.

Do manuscrito de Francisco Dias extrai quasi todos os informes que sobre êste assunto pude obter (1).

As mulheres nobres traziam o cabelo metido em redes de fio de seda, apertadas no alto da cabeça, ao que se chamava *coifa*. Usavam *côtas*, isto é, corpete unido à saia, com cauda e mangas compridas, e *mungis*, vestidos de dô, também de cauda, de mangas perdidas, de solia fina por não haver ainda estamemha. A solia era um tecido de lã grosseira. As *côtas* eram de panos e de chamalotes de côres. (Chamalote, tecido de lã de camelo). Cobriam-se com mantos que lançavam pelos ombros como capas de homem. A cauda dos vestidos, as *faldas*, como se dizia, eram levadas por criados.

(1) V. fls. 6, 7, 9 e 10.

As raparigas solteiras nobres, quando saíam à rua, iam embuçadas, o rosto velado pelos véus, cobrindo-se com os sombreiros e embrulhando-se em grandes mantos.

Com o tempo as mulheres nobres e dos cidadãos vieram a deixar os vestidos *faldrados* e a trazer vestidos redondos, a usar mantos de estamena, roupões, saios com muitas barras e gibões de ricas sedas. E, mais modernamente ainda, muitas damas passaram a usar gibões e camisas altas como as dos homens, a trazerem debaixo das coifas uns tronchos de pano que lhes faziam uns enormes toucados, a vestirem *vasquinhas*, isto é, saias mais ou menos curtas, com muitas pregas em roda da cintura, roupões com muitas barras e viras... «e muitas obras a que não sei o nome», diz o Licenciado, «por não ser curioso».

E o nosso precioso informador continua: «quando vim (*para o Porto*) não se viam sêdas senão nas pessoas das casas da família dos Sás, pai e filho (*a famosa dinastia dos Rodrigues de Sá*), e ainda pasmavamos os que pouco vimos. Veio a coisa a corromper-se que faz pasmo. Foi causa de muita vaidade nesta terra e começo da perdição dela a mulher de Vicente Novais, Dona Branca. Como ela é fidalga que não ha mais que dizer-lhe, entrou no Porto segundo sua pessoa. Quizeram todas as mulheres igualar com ela, e veio a vaidade, e minguaram as fazendas, e mande Deus não pereçam as almas...»

As mulheres dos mecânicos cobriam a cabeça com *beatilhas* e *meios veus*, vestiam saínhos de côres e tôdas traziam *pordemais*, talvez aventais.

As saias que usavam tinham muitas prégas à volta da cinta, últimamente só três ou quatro na rectaguarda; eram redondas e na frente tinham uma *maneira*, isto é, uma abertura para servir a algibeira trazida interiormente. Em volta da cinta enrolavam vistosos *cingidouros* ou fexas de pano. Pelas costas mantos de pano preto ou de londres fino.

As velhas traziam na cabeça uma *polaina*, isto é, uma tira de pano geralmente preto. Recordarei que as Ordenações Manoelinas (Liv. V, Tit. 29), mandaram que as «alcoviteiras condenadas em penas por que não houvessem de morrer» trouxessem polaina ou enxarvia vermelha como distintivo.

As mulheres do monte, isto é, as aldeãs, usavam uma espécie de turbantes mouriscos na cabeça, umas trunfas volumosas de pano de linho enrolado em voltas muito largas. As saias eram de burel, debruadas a côres, e os saínhos tinham mangas um tanto largas. Usavam *cingidouros* de pano mas os das mais pobres eram de burel de lã dos tosadores. Quási tôdas andavam descalças e eram bonitas, elucida Francisco Dias.

O traje masculino também era muito curioso. Os mancebos eram requintadamente elegantes. Os vestuários que usavam a princípio eram de pano frizado, calças pretas, sapatos de veludo. Tinham em grande apreço as calças golpeadas. Usavam também *muslos* (calções), deixando ver pelos talhos vivos de côres variadas. Cobriam a cabeça com gorras.

Mais tarde entraram a usar mantéus em volta do pescoço, a que chamavam *marquezotas*, pelotes, espécie de jaquetas justas, de pano, forrados a sêda, calças de veludo; em conclusão e segundo o próprio texto: «grandes despesas». A mais recente novidade foi a das calças chamadas *imperiais*: levavam tanta fazenda e tais enchimentos que o bom do Licenciado se espantava. As gorras passaram a ser muito altas e cobertas de sêda.

Os homens graves usavam todos, no começo do século, umas grandes capas até ao chão, fechadas dalto a baixo, com capuz pregado, vestuários a que chamavam *capuzes*; calças pretas e sapatos de veludo com sola de cortiça. Na cabeça traziam barretes pretos de quartos.

Modernamente substituíram estes barretes de quartos por barretes redondos ou gorras e passaram a calçar pantufos e bor-

zeguins. Os borzeguins eram umas botas justas que subiam até meia coxa, e que se apertavam com atacadores (1).

Mas um dia veio viver para o Pôrto um fidalgo de nome Pero Vaz, possuidor de grande fortuna, e que em vestuários gastava rios de dinheiro. «Andava sempre lustroso», e cada dia apresentava seu traje novo, diz Francisco Dias. Logo todos quiseram segui-lo e imitá-lo. Pero Vaz foi para o sexo forte o que D. Branca Novais fôra para o belo sexo: trouxe-lhe a vaidade.

O cidadão nobre do Pôrto que gosava a regalia de infância usava, ao findar do século XVI, espada guarnecida de veludo, com punho de fio de ouro e os terços dourados. Anel de ouro esmaltado com pedra branca. Um passamane, isto é, rendas de bilros ou bordaduras. Calções de gorgorão debruados pelas costuras.

Quando morreu D. João III, em sinal de dó, os homens usaram roçagantes lobs ou compridos capuzes. Um criado segurava-lhes as *faldas* e alguns homens havia que não tendo besta que o transportasse, andavam a pé por tôda a cidade a negociar, levando atrás de si o *moço da falda*. Às vezes não lhes ficava outro em casa, adverte com malícia o meu informador quinhentista.

(1) Daremos alguns exemplos dos preços do calçado, fixados pela Câmara em 1545:

Pantufos de cortiça para homem com *cirquos* de vaca da terra, boa sola e boas capeladas inteiras sem pedaços, salvo em uma das pontas, quando fôr com seus forros valham 80 réis, e se tais não fôrem, 70 réis.

Pantufos de sola para homem, com debrum, 90 réis.

Cervilhas de cordovão bom, 20 réis; pior, 16 réis.

Cervilhas de carneira boa, 15 réis; pior, 12 réis.

Sapatos de bom cordovão, de boas solas e viras, 50 réis; pior, 40 réis.

Botas de vaca que passem de meia coxa, 300 réis.

Pantufos de veludo, sendo o veludo de quem os manda fazer; dando os sapateiros os forros de cordovão e o couro necessário e boas solas, feito e couros, 80 réis; etc., etc.

Liv. Ver., 1545, apog., fls. 134.

Devia ser assim. Com efeito tudo se sacrificava às aparências. Clenardo conta uma anedota que referirei em abôno desta asserção:

— « Certo português andava de rixa com um estrangeiro, um francês, segundo parece. O português levava a palma pelo fausto exterior, o francês tinha melhor mesa. Êste, conhecendo os hábitos locais e impellido pela curiosidade, procurou destramente obter o livro onde o seu antagonista registava as suas despesas diárias. Deu com os olhos em coisas bastante cómicas e totalmente portuenses. Encontrara para cada dia:

Quatro ceitis para água;

Dois reais de pão;

Um real e meio de rabanetes.

E, como durante tôda a semana continuavam estas suntuosidades, imaginou que o domingo seria destinado a algum banquete menos sóbrio; mas nêsse dia que viu êle? *Hoje nada por não haver rabanetes na praça* » (1).

Será talvez *blague*, mas o caso retrata com nitidez o viver nacional da época: na rua ouros e sedas, em casa fome e pobreza.

Vem a propósito recordar que repetidas pragmáticas proibiam em Portugal, com difíceis excepções, o uso das sedas, das pratas, do ouro e dos esmaltes nos vestidos (2). Todavia o cidadão do Pôrto não era abrangido por estas leis, em virtude de privilégios especiais de que gosava e que o equiparavam aos infanções e ricos-homens. Dessas e doutras regalias suntuárias não abdicava facilmente; quando, em fins do século XVI, alguns meirinhos quiseram multar certos portuenses por porte de traje defeso — Fran-

(1) *Anais cit.*, loc. cit.

(2) V. por ex. em Duarte N. de Leão, *Collecção das Leis Extravagantes*, pág. 383 e seg. (Ord. de 1535, fls. 100, Livr. 3.º).

cisco de Figueirôa por usar mangas de setim preto, António de Azevedo por usar espadim e sêdas ⁽¹⁾ — os acusados mostraram-lhes nos tribunais a lei que os regia.

*

* *

O século XVI foi em Portugal um período de fortes crenças religiosas e, ao mesmo tempo, de credices e superstições que vinham ainda dos tempos medievais. Em tudo se descobriam intervenções celestes, infernais ou mágicas.

A imaginação do povo encontrava-se possuída de receios e de terrores contínuos, e a crença nas influências ocultas era geral. Por seu lado a religião, ou antes o fanatismo, aproximava da própria loucura a mente popular.

A epidemia do tremôr que, em 1512, grassou em Montemor-o-Novo ⁽²⁾ nada mais foi do que uma manifestação deplorável da superstição a meio caminho da loucura. As feitiçarias, os bruxedos, as sortes, os encantamentos, as benzeduras, os agouros, a arte mágica, eram pelo povo, em todo o país, acreditados e respeitados como verdades indiscutíveis. As Constituições portuenses de 1541 proibem toda a espécie de feitiçaria, o emprêgo para tal efeito de pedras de ara sagradas ou não, de corporais e outras cousas hieráticas, proibem a invocação dos espíritos diabólicos. Os infractores seriam presos e encorçoados (cobertos com coroa) e postos à porta da igreja em tal dia e lugar que todos os vissem, e pagariam além disso a pena que por direito merecessem. Cães, bichos ou qualquer objecto só poderiam ser benzidos com

(1) Sousa Reis, *Apontamentos* cit., vol. 6.º, fls. 258 e 259.

(2) V. Pedro de Azevedo, « Os tremedores em Portugal no século XVI », in *Portugalia*, II, pág. 103 a 107.

autorização episcopal, ou do provisor ou do vigário. A quem fôsse consultar os feitiçeiros, benzedeiros, adivinhadores, ou a êles mandasse para se aproveitar das suas feitiçarias, benzimentos, adivinhações, cabia a multa de 500 réis para as obras da Sé, além das outras penas de direito.

Mas as leis escasso poder tinham contra essas superstições e credices fortemente arreigadas no espírito popular.

Os eclipses, os tremores de terra, os cometas que no Pôrto, como em todo o país, foram observados neste século, eram, quasi por toda a gente, considerados sinais terríveis da cólera divina. As ideas de Francisco Dias, espírito ilustrado e culto, eram, a êste respeito, as da generalidade dos seus contemporâneos. Nas suas *Memórias*, escreve:

— « Em Novembro em a lua nova apareceu um cometa com muito grandes raios que fazia espanto e andava com a lua. Perguntei a homens antigos se viram outro semelhante; todos afirmaram que não ». E acrescenta: — « Nunquam in cœlo spectatum impune cometam — mutantem regna cometam — diz Cícero ».

É de crer que se tratasse daquele que em 1577 tão grande terror causou em Portugal. Dessa vez o preconceito popular saiu certo; no ano seguinte D. Sebastião e o escol da mocidade portuguesa eram massacrados em África pelas hostes de Moley-Moluco.

O maravilhoso dominava em tudo. Havia inúmeras doenças cuja aparição se explicava por malefícios do diabo ou castigos do céu. A sciência médica da generalidade dos físicos de então era tão rudimentar como a do povo. A terapêutica era, em muitos casos, tudo quanto havia de mais empírico. Vivia-se em pleno reinado das sangrias e dos clisteres. De resto deve acentuar-se que a maioria dos físicos era uma turba de ignorantes, de autênticos charlatães. É um professor coevo, da Universidade de Coimbra, Henrique Jorge Henriques, quem afirma no seu livro

Retrato del perfecto medico (Salamanca, 1595) que havia no reino 2:000 médicos... idiotas⁽¹⁾.

Deve contudo dizer-se que, neste século, a medicina em Portugal começou a adquirir um grau científico bastante elevado, devido à reforma da Universidade, à criação do Hospital de Todos os Santos, e à acção de dois professores estrangeiros muito ilustres, Guevara e Brissot, que foram chamados para aquele estabelecimento de ensino. Esses importantes progressos, logo nos fins deste século entravados por causas várias, tiveram uma repercussão europeia. Produziram discussões vivíssimas as novas teses; foi importante o avanço da terapêutica recentemente enriquecida com o notável trabalho de Garcia da Orta, *Colóquio das Drogas e dos Simples*. Muitos médicos portugueses, muitos deles de origem hebraica, adquiriram a melhor reputação em tôda a Europa. Mas isto não quer dizer que esses progressos se fizessem logo sentir na prática quotidiana, nem que a medicina se tivesse libertado por completo de ideas falsas e expurgado de todos os antigos preconceitos.

Os prelados portuenses, como muitos outros, por determinação papal, também se imiscuíam no tratamento dos doentes. Receitando-lhes drogas e mézinhas? Não. Com remédios espirituais: obrigando-os a confessarem-se. Uma das suas Constituições, considerando (de harmonia com o parecer dos Pontífices) que a enfermidade corporal provém muitas vezes do pecado, estabelece o modo como os médicos se hão-de haver para obrigar os enfermos a confessarem-se sem que por isso êstes caíam em desconfiança da sua vida e acelerem a morte. «Mandamos aos médicos desta cidade e bispado, sob pena de excomu-

(1) Cit. por Maximiano de Lemos, *A Medicina em Portugal até aos fins do século XVIII*. Pôrto, 1881, pág. 87, nota 1.

nhão, que, sendo chamados para curar algum enfêrmo, antes que lhe tomem o pulso e vejam águas, lhe perguntem se estão confessados, e, achando que não, lhe digam e declarem que o não hão-de curar... e, depois de o admoestarem e aconselharem, o curarão»; no dia seguinte devem voltar, e, se o doente não estiver ainda confessado nem se confessar no dia imediato, não voltarão a tratá-lo sob pena de excomunhão.

*
* * *

Não merecem menos interêsse do que as superstições e crenças populares, os costumes religiosos do burgo portucalense no século de Quinhentos.

Notemos em primeiro lugar que o Pôrto era, por índole, profundamente devoto e, para o comprovar, não seria difficil apresentar aqui uma longa lista de nomes de portuenses que neste século se celebrizaram pelo seu fervor religioso. Já me referi a Henrique de Gouveia, o nobre e piedoso doador das casas onde se instalaram primitivamente os jesuitas. Os virtuosos padres Inácio de Azevedo, Belchior Nunes Barreto, Cristovão de Gouveia e outros, que foram notáveis membros da Companhia de Jesus neste século, também eram portuenses. Era portuense e devotíssima a mãe da poetisa Bernarda Ferreira de Lacerda, D. Paula de Sá Pereira. Dama de nobilíssima linhagem «aparecia nas funções públicas, diz Rebelo da Costa, com os adornos e atavios competentes ao seu estado, e interiormente cingia-se e apertava-se com ásperos e rigorosos cilícios... Jejuava a pão e água tôdas as segundas-feiras, quartas e sábados de cada semana»⁽¹⁾.

(1) Reb. da Costa, *Descr. da cidade do Pôrto*, pág. 364.

Portuense era também a virtuosa Berengária, religiosa clarista em Vila do Conde, a qual, em 1518, tendo sido eleita abadesa do Convento, desceu ao claustro, bateu com o pé nas sepulturas onde jaziam as monjas que a morte levava e, segundo a lenda, à sua ordem fêz surgir dos túmulos que por si se abriram, luzidos esquadrões de santas virgens que se «prostraram reverentes aos seus pés» (1). Lembremo-nos ainda que tinham morrido, não haveria muitas dezenas de anos, as últimas *emparedadas* portuenses, mulheres estranhas que por um requinte de abnegação mística se sepultavam, por assim dizer, em vida.

O povo entregava-se confiado à protecção divina; cria sinceramente nas virtudes taumatúrgicas dos santos. Pelas igrejas da cidade havia muitas relíquias e imagens milagrosas, às quais os portuenses recorriam em momentos de aflicção. Na Sé veneravam-se o corpo do mártir S. Pantaleão e um braço de S. Vicente. Na ermida de S. Nicolau era objecto de grande culto um crucifixo que, «em necessidades de sol ou de chuva, o povo levava em procissão até à Sé». Em S. Domingos a toalha que cingia um Cristo crucificado produzia extraordinários prodígios.

Muitos dos milagres de que estão cheias as crónicas religiosas, os agiológicos, etc., tiveram por teatro o Pôrto do século XVI. Francisco Dias relata nas suas *Memórias* um desses casos que elle mesmo observou e que, por coincidência, vem também referido na *História de S. Domingos* de Frei Luís de Sousa (2), publicada um bom par de anos mais tarde. Os dois textos são, na essência, absolutamente concordes: apenas na *História de S. Domingos* a data attribuída é a de 18 de Maio de 1574, e no manuscrito a de 17 do mesmo mês e ano. Passo a ler o relato

(1) Idem, pág. 361.

(2) Lisboa, 1866, t. pág. 253.

inédito de Francisco Dias, por mim num ou noutro ponto muito ligeiramente retocado:

«Milagre que fez a toalha com que estava cingido o crucifixo de Jesus de São Domingos em maio de 1574 a 17 dias dele (1) — Em a Rua de Belmonte desta cidade estava uma menina por nome Helena, filha de um Francisco d'Anennes (?) mercador e de sua primeira mulher. Estando ele já casado segunda vez e sendo em o Brasil, a menina veio a enfermar dos olhos, sendo de idade de cinco anos. (Um parentesis para lhes dizer que, segundo Frei Luís de Sousa, o mal consistia em «muita cópia de humor nos olhos com uma grossa e sobeja inchação»; os médicos entendiam que a criança devia ter os olhos *quebrados*). A pequenita esteve dous anos de todo privada da vista. Foi tratada pela ordem de medicina até que os fisicos a deixaram por não terem mais que lhe fazer do que fizeram. Estava o mais do tempo de-bruços ou lançada em um berço e ela por si se embalava. Uma segunda feira, primeira ladainha, lhe olhou sua madrasta os olhos e disse: — já aqui não ha que fazer nem que esperar. Na terça feira foi uma escrava de casa a São Domingos por mandado de uma freira do mosteiro das Donas de Vila-Nova pedir ao sacristão lhe desse a toalha com que estava cingido o crucifixo de Jesus para lavar e perfumar.

Chegando a casa, a escrava disse a Antonia Vieira, sobrinha de sua senhora: — ponde a toalha em os olhos a esta menina e quererá nosso Senhor dar-lhe saude. Antonia Vieira acedeu e desfeita em lagrimas e com muita devoção implorou: — Senhor! Assim como nos alumiastes o mundo por vossas preciosas chagas assim queirais alumiar e dar vista a esta menina para nos ver e

(1) Ms. cit., fls. 32.

servir! Pôs-lhe a toalha sobre os olhos e cabeça por espaço de dois credos. A criancinha daí a tres horas abriu os olhos e viu; estando dantes com eles fechados e abotoados havia dous anos.

Tiraram-se disto sumarios de testemunhas e da gente da casa que é muito virtuosa. Foram chamados muitos letrados, teólogos, juristas, e onde também eu fui e muitas pessoas honradas e virtuosas da terra, onde tudo foi lido e se fez exame da mesma menina se via ou não via e do físico que a curou, e se julgou ser milagre.

Todo este exame se fez em a casa da Misericórdia desta cidade. Daí nos fomos juntos a São Domingos onde os frades vieram e cantaram *Te-Deum Laudamus*, etc.

Ao outro dia se tirou o crucifixo fora e se fez procissão por parte da cidade com missa de festa, pregação e com muitos clamores a N. S.^{or} pela mercê que nos fez a todos em a nossa cidade».

Nas portas dos vetustos muros que circundavam a eminência do monte da Sé, havia tribunas e altares, onde, como diz Fr. Manoel da Esperança ⁽¹⁾, se oferecia a Deus no sacrificio da missa a imaculada hóstia.

As festas de igreja revestiam uma extraordinária magnificência. Os templos, irisados de mil lumes, adornados com damascos e veludos, com ouro e joias, com castiçais, banquetas, tocheiros e lampadários de prata, ofereciam um aspecto magestoso, impressionante.

Muitas festividades eram custeadas unicamente por particulares. Nos últimos anos do século XV e, presumivelmente, ainda depois, era um opulento fidalgo portuense, João Rodrigues de Sá,

⁽¹⁾ *Hist. Seráfica*, parte 1, pág. 394.

quem promovia e pagava a festa do Espírito Santo ⁽¹⁾. Também, nos comêços do século XVI, os estudantes faziam uma festa a S. Nicolau em honra da sciência ⁽²⁾.

As procissões eram de todos os actos do culto divino os mais faustosos, solenes e brilhantes. Não falando das procissões extraordinárias que no Pôrto se efectuaram neste século, por exemplo, as mandadas realizar por D. Manoel para solenizar as vitórias da Índia, havia outras anuais, como a da Vizitação de Santa Izabel, a de S. Pantaleão, padroeiro da cidade, a de S. Sebastião, a das Ladainhas, a do Anjo da Guarda e, sobretudo, a de *Corpus-Christi*, em que se gastavam avultados cabedais. Para esta última procissão os vários officios da cidade eram obrigados a contribuir com a apresentação de certas figuras e danças, o que todos cumpriam gostosamente, muitas vezes com gravíssimo sacrificio da magra bôlsa.

As solenidades e a procissão de *Corpus-Christi* eram em todo o reino as festas religiosas mais brilhantes e faustosas. No Pôrto, na véspera daquele dia, realizava-se no interior da Sé uma pequena procissão a que assistiam os officiais da governança da cidade, e na qual tomavam parte muitas folias, danças, pélas, *Reis* e *Imperadores* vestidos de sêdas e ornados de colares e joias, rapazes brandindo espadas, moças tocando pandeiros ⁽³⁾. Os jogos entravam cantando, tocando e dançando; quando começavam as

⁽¹⁾ *Liv. 5.º Ver.*, fls. 114.

⁽²⁾ *Liv. 14 Ver.*, fls. 88.

⁽³⁾ Cf. *Liv. Ver.*, 1587, fls. 46 v., em que se discutiu a prohição do bispo relativa à entrada das danças na Sé, e em que foi resolvido que naquele ano se fizesse como o prelado ordenava. Em 28 de Abril de 1538 (*Liv. Ver.*, apog., fls. 346) em vista do Alvará expedido pelo rei em atenção a queixas do bispo, e no qual mandava que nem o auto nem as vésperas se fizessem, a Câmara resolveu enviar uma comissão ao bispo, mostrando que nas *vésperas* não entravam cousas desonestas. Voltaram a fazer-se, como se vê pela Provisão de 30 de Maio de 1560 (*Liv. 1.º das Prov.*, fls. 187).

orações calavam-se. Os Imperadores e os Reis assentavam-se «em seus assentos ordenados» e tudo estava silencioso até se acabarem as vésperas. Depois organizava-se uma procissão que dava uma volta pelas naves da Sé; os Imperadores e os Reis tomavam suas tochas e iam adiante do SS. Sacramento, sendo tudo precedido pelas danças, pélas, dança Retorta, etc. «O povo sentia aumentar a sua devoção à vista de tanta suntuosidade». Dada uma volta à Sé, os jogos saíam e iam pela cidade, visitando algumas das igrejas⁽¹⁾.

Mas era a procissão de *Corpus-Christi* o que constituía o grande acontecimento de todos os anos. Nesse dia muitas das sujas e tristes ruas do Pôrto apareciam atapetadas de juncos e espadanas, transformadas em estradas de verdura. Das janelas pendiam ricas colgaduras, viam-se aqui e além decorações vistosas, algumas delas em boa verdade bem pouco próprias para uma solenidade religiosa. As ruas coalhavam-se de gente da cidade e das povoações em redor, sendo preciso, para que o préstito pudesse passar sem dificuldade, virem à sua frente o «alcaide e seus homens», obrigando o povo a abrir alas. Repicavam os sinos, exultavam as almas. Ecoavam pelo espaço os clamores, as charamelas e as trombetas da procissão. Nesse dia o velho burgo vestia as suas galas, enfeitava-se, nem parecia o mesmo. E, como erravam nos ares os suaves aromas do incenso e dos verdes pisados, nem cheirava tão mal.

Das procissões de *Corpus-Christi*, do século XVI, faziam parte jogos e danças profanas pouco próprias de tais solenidades. D. Baltazar Limpo, estrénuo propugnador da dignificação do culto e do clero, foi dos bispos que mais lutaram no sentido de acabar com êsse velho costume; em 1538, chegou a mandar dizer à

(1) *Liv. Ver.*, 1538, apóg., fls. 347 e seg.

Câmara que, se não proibissem tais jogos, êle saíria do Pôrto no dia da procissão⁽¹⁾. A seu requerimento, D. João III, pela mesma época, recomendou aos vereadores portuenses que evitassem todo o escândalo na festa do Corpo de Deus, encarregando-os, ao mesmo tempo, de vigiarem pela decência do préstito; e ordenou que o tradicional auto da Rua Nova tivesse por tema alguma história devota e breve, devendo todos os assistentes estar de pé e sem barretes⁽²⁾. Êsse auto era representado quando a procissão chegava àquele local que se encontrava engalanado a capricho, as janelas ornadas dos mais ricos panos. O desfile do cortejo suspendia-se «e o Senhor» era levado para «debaixo de um docel debruado», em volta do qual se agrupavam os cónegos da Sé, os frades de S. Domingos e das outras Ordens, correge-dores, meirinhos, alcaide, e cidadãos com tochas acesas⁽³⁾. Os homens e mulheres do povo, porém, é que não estavam com a gravidade que deviam, na presença do Santíssimo. Não mandava o rei que assistissem à representação de pé e sem barretes?

Em 15 de Julho de 1621, o Senado da Câmara do Pôrto aprovou um acôrdo e regimento que tinha por fim reformar os reprováveis usos em voga⁽⁴⁾. Êsse regimento, bastante conhecido, diz-nos o que era a procissão do Corpo de Deus, no Pôrto, nos comêços do século XVI. À frente vinham os hortelões de Santo Ildefonso, e seguiam-se os confeitores, taberneiros, calafates, torneiros, canastreiros, serradores, caixeiros, tanoeiros, barbeiros, padeiros, sapateiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates, tendeiros, cutileiros, banheiros, espadeiros, correeiros, picheiros, latoeiros,

(1) *Liv. Ver.*, 1538, apóg., fls. 346.

(2) Sousa Reis, *Apont. cit.*, tomo IV, fls. 470 v., in fine.

(3) *Liv. Ver.*, 1538, apóg., fls. 394.

(4) *Liv. 4.º das Prop.*, fls. 397; publicado por J. P. Ribeiro, *Dis. Cron.* Lisboa, 1829, tomo IV, parte II, fls. 201 e seg.

caldeireiros, etc., etc. Cada um dêstes officios dava as suas figuras, as suas folias. E assim apareciam na procissão o urso e montaria, «o Drago, a Dama e pessoa que com ela dance», rei mouro e alfaqui; mais reis, vários imperadores, o S. João, danças do Sátiro e ninfas, a figura do Baco, a nau de S. Pedro; a Judit com sua aia; o sacrificio de Abraão; Nossa Senhora fugindo para o Egito, com S. José e dois anjos; «o Menino Jesus em charola boa e bem ornada»; o S. Cristovão, o S. Sebastião, os doze apóstolos, Cristo com os anjos... O S. Jorge, o célebre S. Jorge, ia montado num magnifico corcel levado à arreata por dois palafreiros e precedido por quatro cavalos, ricamente ajaezados, levados também à arreata por criados⁽¹⁾. Tudo isto de mistura com muitas danças, pélas e folias. Rompiam agora as trombetas e as charamelas, à frente dos tabeliães, escrivães, inquisidores com suas tochas, e dos cidadãos que levavam as tochas da cidade. A custódia do SS. ia, supponho, nesta altura. Atrás vinham o guião e a bandeira do Pôrto, empunhados respectivamente pelo procurador e por um vereador e acompanhados pelos cidadãos e letrados. Fechava o préstito o rei David, com os seus doze págens, ricamente vestidos. Este estranho cortejo, não se afastava, afinal, do tipo das procissões de *Corpus-Christi* de outras terras portuguesas.

No século XVI era certamente diversa a ordem em que seguiam os figurantes; alguns dos officios não tinham as mesmas obrigações, mas o conjunto ganhava, se é possível, em pitoresco e extravagância. Algumas Cartas Régias coevas, existentes no Arquivo Camarário desta cidade, algumas delas já publicadas,

(1) A imagem de S. Jorge parece que só começou a ir na procissão de *Corpus-Christi* em 1612. V. actas do Senado da Câmara de 2 e 9 de Junho desse ano. *Liv. 39*, fls. 256 v. e 258. (Nota a lápis da 1.ª página não numerada das *Origens cit.*).

sem nos elucidarem precisamente sobre a constituição das procissões de *Corpus-Christi* no século de Quinhentos, permitem-me contudo fundamentar aquela afirmação.

Nesse tempo as raparigas que representavam Santa Maria, Santa Catarina, Madalena, Dama do Drago, Santa Clara, etc., eram escolhidas, com uns dois meses de antecedência, de entre as mais formosas filhas dos officiais mecânicos da cidade. Este velho costume originava, dizia-se, muitos escândalos e vexames, não só porque os «mouros» que formavam na procissão a comitiva das tais moçoilas, iam pelo caminho «falando-lhes muitas desonestidades», mas também porque, para custear as despesas com os seus enfeites, vestidos e jóias, o povo era onerado com fintas e pedidos⁽¹⁾. Da acta da sessão da Câmara do dia 4 de Maio de 1509 consta que foram intimados os cinco boticários que então havia na cidade «para cuidarem do adorno da Maria e da Catarina», sob pena de 20 cruzados de ouro⁽²⁾. Está claro que os pais das escolhidas eram quem mais protestava, mas ninguém os atendia, e, durante muitos anos, lindas raparigas, deslumbrantes de luxo, de mocidade e de graça, figuraram no préstito escutando as «desonestidades dos mouros» e causando, segundo o texto do diploma consultado, a «torvação» dos sacerdotes e religiosos e outras pessoas que, a olharem para elas, se esqueciam das suas orações⁽³⁾. Entremeados com o Cristo, os apóstolos, os anjos, o Santo Estevão e S. Cristovão, iam uma chusma de diabos: ao individuo que preparou tôdas essas figuras, em 1504, pagou a Câmara 1.600 reais pelo seu trabalho⁽⁴⁾.

(1) *Liv. 1.º das Prov.*, fls. 187. Documento transcrito em J. P. Ribeiro, *obr. e l. cit.*, pág. 184—Prov. régia de 30 de Maio de 1560.

(2) *Liv. 7.º Ver.*, fls. 212.

(3) *Liv. 2.º das Prov.*, fls. 190. Documento transcrito em J. P. Ribeiro, *obr. e loc. cit.*, pág. 186—Prov. régia de 13 de Maio de 1561.

(4) *Liv. 7.º Ver.*, fls. 184.

A procissão era forçada a contínuas paragens porque as folias, defronte de certas casas particulares, demoravam-se em longas exhibições da sua bárbara arte coreográfica.

Nos fins do século e, mesmo já muito antes ⁽¹⁾, a custódia do SS. não ia, sob o pálio, nas mãos de um sacerdote; era conduzida num andor, numa charola de madeira, a ela amarrada com fitas para não cair. Era assim vacilante, num equilíbrio instável, que o SS. atravessava as íngremes ruas e be-tesgas do burgo, por entre a devoção do povo ajoelhado. Seis padres levavam a pesadíssima charola, outros seis iam ao lado para os revezar ⁽²⁾. Diz o documento donde extrai estas notas: «A charola» é «tão pesada que, com a levarem sacerdotes, vai com muita indecência, por ser necessário irem a pedaços correndo com ela», e como os devotos à sua passagem lhe arremessam moedas das janelas, as vidraças que encerram o SS. vão sacrilegamente expostas à irreverência de serem estilhaçadas ⁽³⁾.

Mas havia ainda pior. Segundo um uso antigo, em voga ainda até meados do século XVI pelo menos, a procissão de *Corpus-Christi* saía fora de portas da cidade: um ano ia à capela do orago de Santo Ildefonso, situada num campo; outro ano a Miragaia, à capela de S. Pedro. Pois em Santo Ildefonso, enquanto o pregador declamava o seu sermão, colocavam o SS. à sombra duma carvalheira, e para ali estava «mui desacompanhado de gente por a maior parte ficar na cidade» em «desenfadamentos», a comer e a beber; a Miragaia também pouca gente acompanhava

(1) *Liv. 1.º das Prov.*, fls. 98.

(2) «Despesa na procissão de *Corpus-Christi* e outras», in *Origem das Proc.* cit., pág. 29 e seg.

(3) *Liv. 4.º das Prov.*, fls. 194, transcrito em J. P. Ribeiro, *obr. e t. cit.*, pág. 188—Prov. de 15 de Maio de 1607.

a procissão e, como a capela era pequena, deixavam o SS. à porta, debaixo de uma vela ⁽¹⁾.

As Cartas Régias e as Constituições dos Bispos procuravam eliminar êstes e outros abusos, mas só o tempo o conseguiu.

A procissão, que saía da Sé, seguia sempre, com ligeiras variantes, o mesmo percurso: Banharia, Mercadores, Ribeira e, em 1561, rua das Flores, eram ruas obrigatórias. A Ribeira era o lugar onde se vendia o peixe; imagine-se a sordidez e o cheiro nauseabundo dum mercado de peixe no Pôrto, do século XVI! Porisso um bispo pretendeu fazer com que a procissão em vez de ir dar a volta por ali, fôsse pela Rua Nova, naquele tempo uma das melhores do Pôrto; mas nada conseguiu. A cidade protestou e o rei, para que o *Porto não sofresse desconsolação*, mandou que fôsse conservado o velho itinerário ⁽²⁾.

A Câmara dispndia nesta procissão avultadas quantias ⁽³⁾, embora a maior parte das vezes não nadasse em riquezas. À edilidade portuense competia fornecer as doze tochas que precediam o SS., pagar aos doze padres encarregados do transporte da charola, a diversos músicos, à *mourisca*, às folias que vinham de fora, aos vereadores e procuradores da cidade do ano transacto, aos chameleiros, aos sete trombeteiros.

Ao alcaide da cidade, ao corregedor, juiz, vereadores, procurador, escrivão da Câmara, tesoureiro e letrado da mesma e aos vereadores do ano findo, era a Câmara obrigada a dar certas *pitanças* que se compunham de carneiro, galinhas, vinho, fruta e

(1) *Liv. 1.º das Prov.*, fls. 187—Prov. de 30 de Maio de 1560, já cit.

(2) *Liv. 4.º das Prov.*, fls. 198, transcrito em J. P. Ribeiro, *abr. e t. cit.*, pág. 189—Prov. de 18 de Maio de 1608.

(3) *Liv. 3.º das Prop.*, fls. 261. Documento transcrito nas *Origens das Proc.* cit., pág. 29 a 42.

outros comestíveis. Em 1566 essas dádivas foram substituídas por dinheiro ⁽¹⁾.

Nesta, como nas outras procissões, nem o povo, nem os eclesiásticos se comportavam com o respeito devido. As Constituições episcopais queixam-se de algumas pessoas eclesiásticas que, não se lembrando de que vão numa procissão, « palram e não querem cantar », e mudam, quando lhes apetece, de lugar. O povo fazia o mesmo. Tudo conversava, tudo discutia e ria num à vontade de cortejo civil, saindo do préstito para reconfortarem os estômagos e matarem a sede, ou comendo e bebendo pelo caminho e até dentro dos templos.

Nesta época, no Pôrto, dentro das igrejas faziam-se não só merendas e comezainas, mas até se jogava, tocava e bailava numa familiaridade com os santos, que hoje nos faz pasmar. Durante os *trintários*, tanto os padres como os leigos, comiam e dormiam trinta dias seguidos nas igrejas e, para passarem o tempo, jogavam cartas, mancais (isto é, jogo da bola ou fito) e outros jogos, tangiam violas, flautas, etc., cantavam e bailavam. . . Junto dos altares faziam-se feiras e almoedas; sacos de milho, feijão e outros cereais atulhavam as naves: os vendilhões tinham de novo invadido o templo. Os autos e os mômms eram frequentemente ali representados, e nêles tomavam parte também eclesiásticos. Note-se ainda que a decência de tais representações era às vezes muito duvidosa. Nos adros das igrejas faziam-se as mais importantes transacções comerciais. Frei Luís de Sousa refere-se ao vasto alpendre que cobria o adro do convento de S. Domingos, dizendo que êsse recinto « servia de recreação e casa de negócio aos naturais » ⁽²⁾. Aí se celebraram inclusivamente sessões

⁽¹⁾ *Origem das Proc.* cit., pág. 31.

⁽²⁾ *Hist. de S. Domingos* cit., tomo I, cap. XII, pág. 351.

da Câmara ⁽¹⁾. Era nos adros das igrejas que se realizavam muitas vezes as touradas; não sei se no Pôrto intra-muros isso se fazia, embora possa afirmar que três vezes por ano, pelo menos, se corriam touros na cidade, pagando a Câmara « a quem tapava o curro quatro mil e quinhentos por cada vez » ⁽²⁾. Quando, pelos meados de 1537, o infante D. Henrique, mais tarde cardeal, aqui passou em direcção a Braga, entre as festas que a Câmara decidiu fazer-lhe, figurava uma corrida de touros: — « que lhe corressem meia dúzia de touros e a cidade desse dois aos moços da estribeira do Infante » ⁽³⁾ — resolveram os edis.

Concluamos... se bem que muito mais houvesse para dizer, caso o tempo de que dispuz o permitisse.

Não tenho a enfatuada presunção de haver ressuscitado, em todos os seus detalhes e em tôda a sua clara plenitude, o viver portuense no século XVI. Não era mesmo êsse o meu intento. Procurei apenas evocar alguns aspectos, esboçar singelos quadros históricos e etnográficos, concatenar materiais para um mais profundo e exaustivo estudo. Mas o que fica exposto basta para mostrar a fisionomia moral e social do Pôrto do século XVI, — um mixto curioso de credulidade e de desafôro, de luxo e de miséria, de devoção e de licença.

⁽¹⁾ V. por ex. *Liv. Ver.*, 1545, apog., fls. 197; *Liv. Ver.*, 1539, fls. 27.

⁽²⁾ *Origem das Proc.* cit., pág. 36.

⁽³⁾ *Liv. Ver.*, 1537, fls. 57. Ainda sobre a visita de D. Henrique, *ib.*, fls. 61 e 63 v.

INSTITUTO DE ANATOMIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO

Director—*Prof. Dr. J. A. Pires de Lima*

**Contribuição para o estudo das anomalias
arteriais no vivo**

POR

ALBERTO DE SOUSA

2.^o assistente do Instituto

Há muito que, no Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto, foi iniciado o estudo das anomalias arteriais no vivo. A importância das anomalias anatómicas foi já demonstrada sob o ponto de vista clínico e cirúrgico pelo dr. Hernani Monteiro na sua recente lição oral de concurso para professor da mesma Faculdade. De facto, um clínico ou um cirurgião mal avisado que, ao tomar o pulso ou ao pretender laquear uma artéria, não encontrasse o vaso respectivo, ficaria de-certo embaraçado, se o conhecimento das anomalias arteriais não viesse em seu auxílio, ensinando-o e prevenindo-o de que nem sempre a disposição dos vasos no organismo é a mesma. No desejo de contribuir para esse estudo, vou descrever alguns casos observados na clínica civil e hospitalar para juntar àqueles que, até hoje, tem sido registados na literatura médica portuguesa.

I—Começo por descrever uma anomalia da radial, observada na minha clínica, no antebraço direito de António C., de 62 anos, natural do Marco de Canavezes. Este indivíduo, além duma dispepsia alcoólica, sofria duma nefrite e de uma miocardite concomitante. No decorrer do exame objectivo do aparelho circulatório, notei que o pulso era apenas perceptível na flexura

do cotovêlo, e a artéria à palpação dava a sensação de artério-esclerose. Êste pulso, com acentuadas arritmias, era bradicárdico (58 pulsações por minuto) e hipertenso ($T_m = 18$, $T_m = 7,5$, $T_d = 10,5$ ao oscilómetro Pachon). A falta de pulsação da radial levou-me a suspeitar uma anomalia dessa artéria, e então pesquizei-a em vão em tôda a extensão da linha que vai do meio da flexura do cotovelo à apófise estiloideia do rádio.

Num rápido e pouco atento exame, a dita artéria poderia passar despercebida, pela sua confusão com a rede venosa superficial muito desenvolvida, quer ainda pelo aspecto sinuoso da artéria e sua situação subcutânea.

A radial tornava-se superficial na face anterior do antebraço, a sete centímetros da apófise estiloideia do rádio, e dali dirigia-se obliquamente para baixo, para fora e para trás, ligeiramente ondulante, de modo a contornar a face externa do rádio em semi-espiral.

Dêste ponto até àquele em que a artéria se tornava superficial, mediava uma distância de 2 centímetros. Seguia depois, sinuosamente nesta face, pulsando à vista e com caracteres idênticos aos da humeral e radial esquerda, e cruzava neste trajecto alguns ramos da rede venosa superficial. Atravessava depois a tabaqueira anatómica, cruzando os respectivos tendões superficialmente. A radial seguia depois no primeiro espaço interósseo e perfurava o primeiro interósseo dorsal. Sentia-se a pulsação em todo o seu trajecto supra-aponevrótico.

A história pregressa apresenta uma hereditariedade cardíaca manifesta. O pai morreu de lesão cardíaca em avançada idade; a mãe teve dois abortos e um parto gemelar, e oito filhos mais ou menos saudáveis. Um destes filhos sofria duma insuficiência aórtica, por mim observada. Acusa ainda na sua história pessoal cancros moles, abuso de álcool em jejum. Esperava documentar o caso com um desenho, mas êste indivíduo adoeceu gravemente

na sua terra natal, onde morreu, não sendo possível por êsse facto apresentar a dita documentação.

II — Tive ocasião de observar num doente da Clínica médica da Faculdade um outro caso de anomalia da radial direita num indivíduo que sofria de cirrose de Laënnec. Tratava-se do doente José G., de 23 anos, solteiro, trabalhador, natural de Arouca. A artéria radial dêste indivíduo aflorava na face anterior do antebraço direito a 5 centímetros da apófise estiloideia do rádio, e dirigia-se sinuosa para baixo e para fora, de modo a contornar a face externa do rádio em semi-espiral até a 3,5 centímetros acima da dita apófise. No seu trajecto descendente, cruzava oblíqua e superficialmente a tabaqueira anatómica e os seus tendões, e perdia-se no primeiro espaço interósseo, perfurando o primeiro músculo interósseo dorsal. Durante todo o seu trajecto, apresentava-se ondulante, vendo-se e sentindo-se a sua pulsação. Tinha de comprimento total 9 centímetros: 2,5 centímetros até à face externa do rádio, 4 centímetros até à linha que, razando a apófise estiloideia do rádio, cruza os tendões da tabaqueira anatómica, 2,5 centímetros desta linha até ao ponto em que a artéria perfurava o primeiro interósseo dorsal. Junto mostro num croquis (fig. 1) a dita anomalia arterial desenhada. A pulsação era sentida em todo o trajecto supra-aponevrótico, com sincronismo com a humeral do mesmo membro e com a radial esquerda.

A rede venosa, quer no dorso da mão, quer no antebraço, era pouco visível, o que fazia salientar o volume da dita artéria e a sua côr azulada. O pulso era depressível, hipotenso, rítmico, levemente taquicárdico e com pressão sanguínea normal ($T_m = 14,5$, $T_m = 7,5$, $T_d = 6$).

O doente diz que sua mãe morreu louca e que seu pai, bem como seus irmãos, são saudáveis. Na história pessoal acusa hemorragias, abuso do álcool em jejum e Wassermann negativa.

III — Informou-me o dr. Gonçalves de Azevedo que, na enfermaria 4 do Hospital da Misericórdia, havia um novo caso de

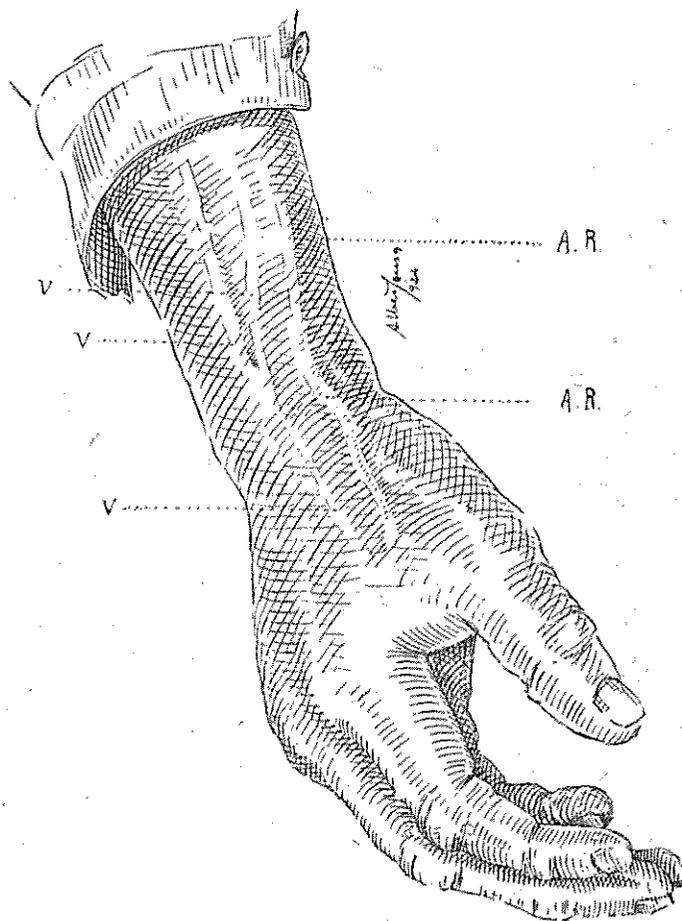


Fig. 1

AR — Artéria radial; V — Veias superficiais

anomalia da radial direita, o qual fui observar. Esta anomalia é uma das mais curiosas que tenho visto no decorrer dêste estudo e nada encontrei de semelhante na literatura médica sôbre o assunto.

Trata-se do doente Luís C., de 26 anos, alfaiate, solteiro, natural da freguesia da Sé, desta cidade. Além duma insuficiência aórtica, hépato-esplenomegalia, e síndrome de Weber (hemiplegia esquerda, paralisia do facial do mesmo lado, ptose comissural e palpebral do mesmo lado também, surdez do ouvido esquerdo e estrabismo convergente), acusa na sua história pessoal cancro fagedénico.

No decorrer do exame do aparelho circulatório, notei no antebraço direito (fig. 2) uma pulsação arterial dupla, uma na face externa e outra na face anterior. Era uma bifurcação da radial, sendo o ramo externo subcutâneo e o anterior subaponevrótico. Parecia a princípio o ramo anterior a rádio-palmar, mas, feita a investigação da pulsação em todo o seu trajecto, verifiquei tratar-se duma radial com trajecto normal. O ramo subcutâneo confundia-se pelo aspecto azulado, quer ainda pela ondulação que apresentava, com a rede venosa superficial do dorso da mão e do antebraço.

O afloramento subcutâneo da artéria no ponto de bifurcação fazia-se a 8 centímetros de distância da apófise estilóideia do rádio, dirigia-se para baixo e para fora, contornando em semi-espiral a face externa dêste osso. Seguia depois sinuosa e pulsátil até à tabaqueira anatómica, cruzava superficialmente os seus tendões, e distanciava-se da apófise estilóideia do rádio cerca de 2 centímetros, seguindo uma linha transversal razando esta apófise.

A pulsação era visível em todo o trajecto da artéria superficial, e na tabaqueira anatómica; para verificar as pulsações das duas radiais, colocando simultaneamente um dedo na radial profunda e outro na superficial, sentiam-se sincronamente as pulsações com as mesmas qualidades. Depois, continuava o seu trajecto até ao primeiro espaço interósseo, e perdia-se no primeiro interósseo dorsal.

Apresentava esta artéria superficial um comprimento total de

15 centímetros, sendo 5 centímetros desde a sua bifurcação até à face externa do rádio, que circundava, e 10 centímetros desde:

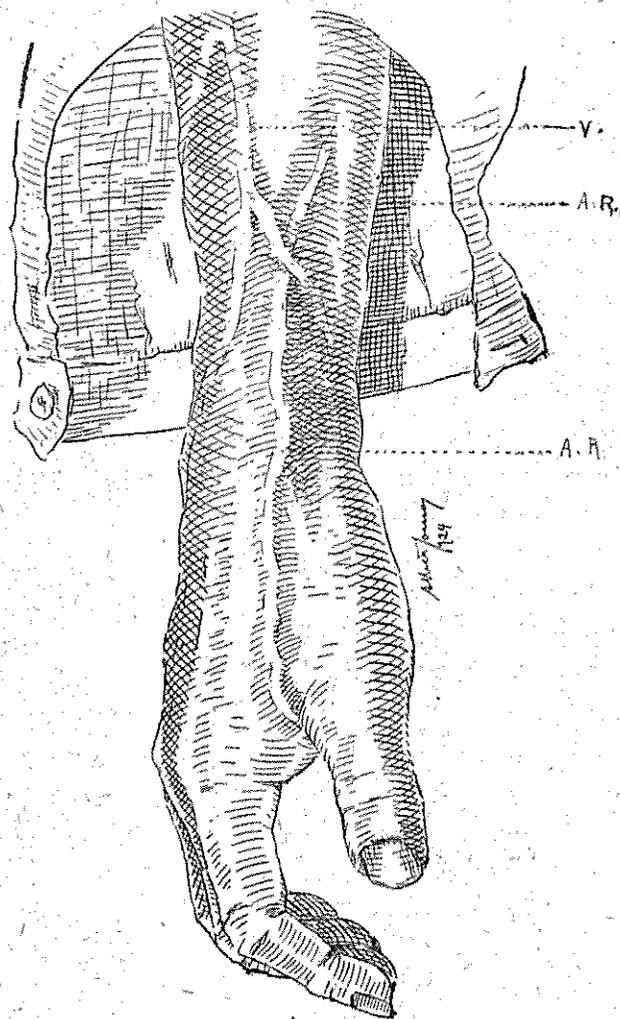


Fig. 2

AR—Artéria radial; V—Veias superficiais

este ponto até ao seu desaparecimento no primeiro espaço inter-ósseo.

Como qualidades do pulso, apresentava-se taquicárdico arritmico, hipertenso, cheio, e com a tensão diferencial muito elevada, 10,5, sendo a tensão máxima 13,5 e a mínima 3.

IV— Observou o sr. dr. Gonçalves de Azevedo em M. M., de 80 anos de idade, pouco depois vitimado por uma broncopneumonia, uma outra anomalia da radial direita, que apresentava aspecto sinuoso, confundindo-se com a rede venosa superficial, e pulsátil em todo o seu trajecto à vista e à palpação. Aflorava esta artéria superficialmente na face anterior do antebraço, a 5 centímetros da apófise estilóideia do rádio, circundando em semi-espiral a face externa deste osso, e dirigindo-se para o primeiro espaço interósseo.

Cruzava no seu trajecto alguns ramos venosos e o tendão interno da tabaqueira anatómica. Apresentava esta artéria de comprimento total 10 centímetros.

V— Tive ocasião de observar num estudante de medicina, J. M. R. C., casado, de 25 anos, natural da Régua, uma anomalia da radial esquerda. A pulsação não era visível, mas era perceptível à palpação em todo o seu trajecto. Esta artéria, em vez de circundar o rádio como as que tenho observado, não o circunda, e torna-se superficial apenas ao nível do punho. Segue na face palmar subcutâneamente para baixo e para fora, e atravessa assim a eminência tenar no seu tærço interno. Perfura os músculos desta eminência ao nível do bõrdo interno do curto flexor do polegar. Não apresenta rede venosa que dê margem à confusão com uma veia. Tem de comprimento no seu trajecto quasi rectilíneo na eminência tenar 5 centímetros. O pulso é rítmico, hipotenso, levemente taquicárdico, 88 pulsações, e tem de tensão arterial $T_m = 14$, $T_m = 10$ e $T_d = 4$. Acusa na sua história pessoal blenorragias, sarampo e uma dispepsia hiposténica com

acentuada neurastenia. Refere que o pai é nervoso, uma irmã idiota, e os restantes irmãos, bem como sua mãe, são saudáveis.

VI— Observou também o 2.º assistente de anatomia, sr. dr. Amandio Tavares, no farmacêutico A. J. P., de 38 anos, da sua terra natal, Valpaços, uma anomalia da radial direita, que era perceptível à palpação até 7,5 centímetros de distância da apófise estilóideia do rádio. Inflectia ligeiramente esta artéria para fora e para baixo, circundando a face externa do rádio e cruzava superficialmente a apófise estilóideia e os tendões da tabaqueira anatómica pelo vértice, para se perder no primeiro espaço inter-ósseo a 2,5 centímetros da apófise estilóideia do rádio. Tinha de comprimento total 11,5 centímetros, sendo 8,5 centímetros de trajecto na face externa do rádio.

Casos curiosos de anomalias arteriais foram observados e descritos pelo professor J. A. Pires de Lima (1). Este professor teve ocasião de observar seis casos de trajecto superficial e supra-aponevrótico de artérias. Em quatro observações, tratava-se de anomalias da artéria radial, e em duas outras, da artéria cubital.

No primeiro caso tratava-se de uma sífilítica, de 55 anos de idade, com aneurisma da aorta e outras lesões cárdio-vasculares. A sua artéria radial esquerda era muito superficial, sinuosa e dura a ponto de poder observar-se por inspecção (fig. 3).

O seu trajecto era muito anómalo: a cerca de 5 centímetros da apófise estilóideia do rádio, começava a dita artéria a tornar-se visível e palpável. Era muito grossa, e, àquele nível, achava-se entre o grande palmar e o longo supinador. Saía logo da

(1) J. A. Pires de Lima — Variações musculares, arteriais e nervosas (*Arquivo de Anatomia e Antropologia*, vol. IV).

face anterior do antebraço, rodeando o rádio em espiral. (V. fig.) Via-se pulsar em todo o seu trajecto até à tabaqueira anatómica, desaparecendo em seguida nos músculos do primeiro espaço inter-ósseo, onde ainda se podia sentir a pulsação.

O sistema venoso superficial do dorso da mão era muito desenvolvido, mas as veias, azuladas, contrastavam com a artéria radial, que era muito mais sinuosa, dura e pulsátil. O pai desta mulher morreu de apoplexia e a avó materna de aneurisma.

O mesmo professor viu num estudante de medicina a artéria radial direita circundar a face externa do rádio e a tabaqueira anatómica, saltando por cima dos tendões que a limitavam.

No cadáver duma mulher de 63 anos de idade, vitimada por nefrite, a disposição das artérias do membro superior era muito anómala, e a radial esquerda cavalgava os tendões do longo abductor e curto extensor do polegar.

Num médico observou ainda o mesmo professor uma disposição curiosa: as duas radiais, em vez de se dirigirem para a tabaqueira anatómica, pelo contrário, iam obliquamente para baixo e para dentro, passando por diante do tendão do grande palmar onde se via muito bem uma saliência pulsátil.

Num outro médico, na flexura do cotovelo, muito superficialmente pulsava a cubital por diante dos músculos epitrocleanos, na extensão de alguns centímetros. Depois, nos dois terços supe-



Fig. 3

riores do antebraço, sentiam-se sempre as pulsações daquela artéria. Também neste indivíduo há antecedentes cardiopáticos e o sistema venoso superficial é muito desenvolvido.

Por último viu o mesmo professor ⁽¹⁾, num indivíduo ectrodáctilo nas quatro extremidades, que a artéria cubital direita era superficial, podendo ver-se as suas pulsações ao longo de todo o antebraço.

Ficam, portanto, registados em Portugal treze casos de anomalias arteriais no vivo, sendo dez na radial direita, um na esquerda e dois casos na cubital. Estes casos não são raros e, além do interesse morfológico, teem uma importância clínica que não é necessário encarecer.

O significado genealógico do "Australopithecus" e do crânio de Tabgha e o arco antropofilético índico

PELO

Prof. Dr. A. A. MENDES CORRÊA

Director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto

As descobertas relativas à paleantropologia sucedem-se com grande frequência ⁽¹⁾ e algumas delas teem interessado o público não especializado, graças à sua divulgação feita pela imprensa noticiosa. Nem tôdas as descobertas anunciadas possuem, porém, o mesmo valor, e muitas teem servido de pretexto para divagações mais ou menos fantasiosas sôbre o transformismo e sôbre a origem do homem.

Concordando com essa divulgação, como concordo com a exposição de teses de filosofia científica perante o grande público, eu entendo, porém, que é tão grande o êrro em se basear numa descoberta isolada, insuficiente para amplas induções, a contestação da doutrina transformista da origem humana, como em apresentar, pelo contrário, qualquer dessas descobertas como fundamento exclusivo dos mais rasgados devaneios genealógicos.

⁽¹⁾ Depois da publicação do meu livro *Homo* (1921), de que estou preparando uma nova edição, visto achar-se esgotada a 1.ª, fiz abreviada referência já a algumas dessas descobertas nos meus artigos: *Novas discussões sôbre a origem do homem*, «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Pôrto, 1923; *La genéalogie humaine et le polyphylétisme*, «L'Anthropologie», t. xxxiii, Paris, 1923; e *L'origine de l'homme*, «Scientia», Bologna, 1924.

⁽¹⁾ J. A. Pires de Lima — Um caso de ectrodactilia (*Portugal Médico*, 1916).

A atitude científica reclama serenidade e prudência, e, se no campo da imprensa erudita o risco de fáceis entusiasmos é corrigido pela crítica dos leitores especializados, as afirmações mais ousadas, num sentido ou no oposto, formuladas na imprensa de informação, encontram a acolhê-las a credulidade inculca do vulgo. Está, pois, longe de constituir uma louvável tarefa educativa a vulgarização feita em tais condições.

Também me não conformo com a divulgação, sem reservas, das tentativas de reconstituição integral dos respectivos seres, sobre os restos esqueléticos encontrados. O lápis de Forestier e doutros artistas, o engenho plástico dum escultor, podem imprimir o maior interesse artístico a essas reconstituições. Os subsídios fornecidos pela ciência de Gregory, Rutot, etc., podem ser escrupulosamente utilizados. Mas sobram tantas lacunas a reclamar o seu preenchimento pela imaginação e pela fantasia, que não é lícito apresentar tais tentativas, perante o grande público, com uma aparência científica.

O artigo de Elliot Smith no «Illustrated London News» sobre o *Australopithecus* de Taungs (1) é acompanhado duma representação dessa ordem, feita por Forestier, que já se abalançou à mesma tarefa para com o crânio de Broken-Hill (Rodésia). A imprensa sul-africana reproduziu em gravura uma reconstituição realizada sob a direcção do prof. Dart, e êste mesmo professor a apresentou à exposição de Wembley e a justificou num artigo ilustrado da referida revista «Illustrated London News» (2). Não concordamos com essa divulgação, a não ser que se acentuasse perante o público duma forma bem vincada a feição ultra-conjectural de tais tentativas.

(1) Taungs fica ao norte de Kimberley, na Betchuanalandia.

(2) N.º de 13 de Junho de 1925.

A lei da correlação dos caracteres de Cuvier é, pelo que respeita sobretudo a novas formas fósseis, de aplicação difícil, mesmo por vezes impossível, pelo menos no que se refere a certos detalhes. Notem-se as hesitações justificadas que tem havido na associação dos fragmentos crânicos e da mandíbula de Piltown. O insigne Gaudry citou o caso dum crânio de Gorila cujos dentes superiores do lado direito eram tão diversos dos do lado esquerdo que «a maior parte dos paleontologistas examinando separadamente as duas metades as teriam referido sem dúvida a dois géneros distintos» (1).

O que sabemos nós, por exemplo, da forma do pé (carácter tão importante para distinguir os antropoides do homem), da forma dos cabelos, do desenvolvimento piloso, das proporções dos membros, etc., do *Australopithecus* e doutros fósseis? Partindo do principio de que o achado de Taungs era antropóidico, Forestier desenhou-o com tronco e membros de aspecto análogo aos dos antropoides actuais. O seu lápis engenhoso não hesitou perante muitos pormenores. O artista não tem responsabilidades científicas. Se as tivesse, esbarraria a cada passo com as maiores dificuldades. E pode porventura dominar-se um sorriso ao contemplar a cabeleira e o penteado com que o pretensso busto do *Australopithecus* surgiu aos visitantes da exposição de Wembley?

*

* *

Feitas estas restrições necessárias ao modo como o fóssil sul-africano foi apresentado perante os olhos dos que não sabiam manter as devidas reservas, e acentuando que de modo análogo

(1) A. Gaudry, *Sur la similitude des dents de l'homme et de quelques animaux*, «L'Anthropologie», t. XII, Paris, 1901. V. citação na nota 2 de p. 65 do livro de Giuffrida-Ruggeri, *Su l'origine dell'Uomo*, Bologna, 1921.

se tem infelizmente procedido com outros achados paleontológicos, justo é pôr em relêvo a importância documental do *Australopithecus*, que grangeou ao jóven prof. Dart uma rápida e merecida notoriedade. Isto não quer dizer que, na classificação do fóssil, na sua cronologia, e no enunciado das suas relações de parentesco com os Hominídeos, se subscreva sem reservas a tôdas as asserções daquele professor.

O meu conhecimento do crânio de Taungs data do começo de Março do ano corrente. Mão amiga me enviou os jornais de Johannesburgo que relatavam a descoberta e quasi simultaneamente o sr. William Tait trazia-me o número da revista científica inglesa, «Nature», que continha o artigo preliminar do professor Dart (1). Nessa mesma ocasião lia o número da «Illustrated London News» que inseria o artigo do prof. Elliot Smith, de Londres, e as ilustrações já referidas, e de Johannesburgo escrevia-me o excelente colega António Barradas, pondo-me em relações com o prof. Dart, a quem logo pedi alguns esclarecimentos.

Poucos dias depois o jornal do Pôrto, «Primeiro de Janeiro», solicitava-me um artigo sobre aquela descoberta, pedido que logo satisfiz, escrevendo, entre outras considerações, as seguintes:

« »

Antes de mais nada, devo informar que o prof. Dart (que é novo, pois conta 31 anos) é pessoa cuja idoneidade científica está ao abrigo de qualquer dúvida, pelo que afirmam os sábios ingleses com quem ele há tempos fez os seus estudos da especialidade (2). Reputo também a sua descoberta verdadeiramente curiosa, tanto mais que naquela região não há hoje símios antropóides. Mas, embora

(1) Raymond A. Dart, *Australopithecus africanus: The Man-Ape of South-Africa*, «Nature», London, 1925, 7 de Fevereiro.

(2) Segundo o artigo de Elliot Smith no *magazine* londrino e segundo as declarações de Keith e outros, publicadas nos jornais transvalianos.—(Nota acrescentada nesta reimpressão).

reconheça sem a menor hesitação que o crânio apresenta alguns caracteres em que se revelam afinidades *humanoides*, e que não é possível enquadrá-lo nas espécies, vivas e fósseis, de Antropóides conhecidos, mantenho uma certa reserva em relação ao seu lugar na escala animal e na genealogia humana e à época geológica a que deve ser atribuído.

O exemplar foi levado ao prof. Dart com alguns fósseis de macacos da família dos *Cercopithecídeos*, ainda hoje largamente representada no continente africano. Aquele professor fez um interessante trabalho de reconstituição, pois tinham-lhe chegado às mãos dois fragmentos isolados, um correspondente a um molde interno da cavidade craniana e o outro a quasi tôda a face e a grande parte da mandíbula. Com alegria ele viu que essas duas porções se ajustavam perfeitamente por uma linha de sutura frontal.

No seu estudo antro-po-zoológico, Dart analisa minuciosamente grande número de caracteres do espécime e conclue que se trata dum ser intermediário entre os Antropóides e o Homem, pelo desenvolvimento cerebral, pela distância entre o *sulcus lunatus* e o *sulco paralelo* do cérebro, pelo desenvolvimento frontal, pela posição do buraco occipital, por alguns caracteres da face e da mandíbula. Propõe o estabelecimento duma família de *Homo-simíide* para essa nova forma animal, que baptizou com o nome científico de *Australopithecus africanus*, e da sua descoberta tira inferências sobre a possibilidade de ter sido a África do Sul o *laboratório* natural em que o Homem teria surgido dum antepassado mais ou menos simiano. Pretende que a região reunia condições mais propícias para tal efeito do que a Ásia ou outra qualquer das que tem sido indicadas.

A minha impressão pessoal sobre as descrições, fotografias e desenhos publicados é a de que estamos em presença dum Antropóide que apresenta algumas feições ou tendências evolutivas *humanoides* sem que perca entretanto a fisionomia da família animal a que pertence e sem que seja indispensável criar uma nova família para o incluir.

Convém recordar que outros Antropóides fósseis manifestam, em alguns caracteres, mais afinidades humanas do que os actuais membros da família, como succede com o *Sivapithecus*, do norte da Índia. Está ainda pendente o problema do *Pithecanthropus* da ilha de Java, que, a meu ver, se deve decompor, até novas descobertas, num ser intermediário, a que pertenceriam a calote craniana e os dentes encontrados, e num homem, ao qual pertenceria o fémur, achado a 14 metros de distância.

Mas o que me parece para ponderar é o facto do exemplar do *Australopithecus* do prof. Dart ser um individuo jóven, podendo pela dentição, que é ainda

a do leite, atribuir-se-lhe uma idade inferior a 6 anos. Ora os Antropóides novos apresentam muito atenuados alguns caracteres cranianos dos adultos, sendo reduzidas as cristas cranianas do Chimpanzé e do Gorilha e não sendo difícil por exemplo encontrar-se num crânio do Orango jôven uma certa verticalidade da frente. Uma tal caracterização aproxima-os, até certo ponto, da morfologia humana, como muito bem faz notar incidentalmente Elliot Smith. Isto não quer dizer que não existam no espécime da África do Sul vários caracteres aos quais tal critério se não pode aplicar.

Outro ponto importante é o que diz respeito às condições estratigráficas do achado. Dart fala vagamente em post-cretaico, e (por certo indevidamente quanto aos primeiros) um jornalista atribui-lhe mesmo a afirmação duma contemporaneidade do *Australopithecus* com os grandes Dinosáurios (reptis estranhos que se extinguem com o fim da era secundária), os Mastodontes e outros animais pre-históricos. Elliot Smith dá-o como do *plioceno antigo* ou do *mioceno*. Confesso que a descrição das condições de jazida não me deixa inteiramente isento de dúvidas sobre a cronologia geológica do achado. Este encontrava-se numa caverna existente no seio duma rocha calcárea formada sobre o terreno conhecido pelos geólogos com o nome de *Kapp Plateau* de dolomite. Estava muito perto deste terreno, e uma grande quantidade de areia vermelha do deserto de Kalarari obstruía a caverna, separando-o do ar livre. A região é muito fossilífera, mas nem Dart nem o geólogo prof. Young fornecem dados cronológicos bem precisos. Já os pedi por carta ao prof. Dart. Tenho a impressão de que a antiguidade geológica do *Australopithecus* fica tão discutível como a do crânio de Broken Hill, na Rodésia, e a do crânio de Boskop, no Transvaal, o primeiro dos quais aliás bem interessante, sob o ponto de vista da sua morfologia. Apesar de tudo, não acho inverosímil a data aventada por Elliot Smith.

.....

Adivinho uma pergunta em todos os leitores. Mas afinal o homem descende, ou não, do macaco?

Os dados científicos positivos não autorizam a dar qualquer dos símios actuais como a forma de que teria resultado por uma transformação evolutiva o grupo humano. No entanto, é lícito *presumir* um parentesco *colateral* entre os grandes Antropóides e o Homem. Os argumentos são numerosos. Entre as formas fósseis ainda se não encontrou nenhuma que possa considerar-se o procurado *antepassado*. Há, como disse, símios fósseis com algumas tendências evolutivas

no sentido humano, como o recente *Australopithecus*. Há, por outro lado, formas humanas fósseis e actuais, com alguns caracteres mais simianos do que outras. Mas não se tem encontrado até agora uma tal uniformidade de direcções evolutivas em todos os caracteres — mesmo nos caracteres mais importantes — que seja lícito afirmar mais alguma coisa do que a existência de fortes indícios dum parentesco colateral. A árvore genealógica está por descobrir. Será um dia descoberta? Não o posso afirmar nem contestar.

O que não hesito em declarar é que o nosso orgulho de espécie não deve sentir-se ofendido com uma filiação remota do grupo humano no mundo animal. A animalidade está bem impressa em muitos factos da existência e da estrutura corporal do Homem para que seja legítimo negarmo-la. Mas a mentalidade humana está separada da mentalidade dos símios por um tão fundo abismo que ela nos confere uma dignidade hierárquica que a organização física não bastaria para nos outorgar.

Também, a meu ver, não há ofensa de princípios religiosos. Santo Agostinho foi um precursor do moderno transformismo. Segundo o eminente doutor da Igreja, os seres vivos teriam sido criados em germen, em possibilidade, e (como mais tarde S. Tomás de Aquino) ele afirmava que na natureza era preciso procurar explicações *naturais*, as *causas segundas*.

Quanto ao *Australopithecus*, direi que, apesar de tódas as reservas postas, é um documento muito importante. O nome do prof. Dart conquistou uma rápida e justa celebridade. O interesse maior da sua descoberta está no facto de se tratar dum exemplar mais integro do que os doutros Antropóides fósseis, muitos dos quais não são conhecidos senão por alguns dentes. Quem nos assegura de que na conformação das porções desconhecidas do crânio de alguns desses Antropóides não haveria certos caracteres tão *humanóides* como os correspondentes do *Australopithecus*?

Tudo isto mostra que, a despeito de tódas as grandes descobertas realizadas, as lacunas dos nossos conhecimentos sobre o problema são ainda tremendas» (1).

(1) «Primeiro de Janeiro» de 8 de Março de 1925. O artigo era acompanhado de gravuras representando crânios de Chimpanzé, Gorila, *Australopithecus* e Homem, e Gorila e Orango jôvens, e duma das reconstituições *hipotéticas* de Forestier.

tura genealógica e não houvesse Antropóides e muitos outros animais com índices orbitários análogos. Pouco adiante, referindo-se à ausência da espinha nasal e ao clivo naso-alveolar no *Australopithecus*, diz ser uma disposição análoga à do Chimpanzé e de certos Neo-Caledónios e Negros. Ora nem ela é, nos Antropóides, privativa do Chimpanzé, nem era indispensável sublinhar a sua existência em Neo-Caledónios e Negros, dado o seu carácter excepcional no grupo humano e a concordância desse detalhe simiano com outros pormenores bem simianos do exemplar. O que teria, pelo contrário, uma feição humana bem expressiva seria — a existir — a presença de espinha nasal. A ausência desta e o clivo naso-alveolar são antes caracteres *simianos*.

A comparação da face anterior da sínfise mandibular com a da mandíbula de Piltdown, que é menos vertical, e com a de Heidelberg, que seria, pelo contrário, um pouco mais vertical, não permite constatar também decididas afinidades humanas. Em primeiro lugar a mandíbula de Piltdown é duma morfologia tal que já foi atribuída a um Chimpanzé fóssil e não ao Homem. Quanto à mandíbula de Heidelberg, é claramente humana na sua dentadura, mas a morfologia do corpo do osso é bem distante da dos outros tipos humanos e antes apresenta afinidades simianas. Assim, desde que o *Australopithecus* possui uma face anterior da sínfise com um aspecto simiano, em concordância com o que se passa em relação a outros caracteres, para quê invocar afinidades com espécimes excepcionais ou duvidosos de Hominídeos?

A harmonia crânio-facial não permite também dizer que se trata duma feição mais humana do que antropóidica. Do mesmo modo, pôr em destaque o facto de o índice de prognatismo de Flower no *Australopithecus* (109) ser pouco maior do que os de certos Bochimanes examinados por Shruballs, não conduz a nenhuma conclusão sobre a condição humana desse índice. Basta olhar para a fotografia de perfil do exemplar (est. II) para não

lhe encontrar, sob o ponto de vista do prognatismo, uma diferença essencial dos outros Antropóides.

A falta do *simian shelf*, prolongamento no bordo inferior da mandíbula, por baixo da impressão geniana da musculatura lingual na face posterior do osso, não representa necessariamente uma afinidade com o *Homo heidelbergensis*, mas pode, segundo S. Woodward, resultar apenas da idade juvenil do exemplar. Há, afirma ainda Woodward, espécimes do *Dryopithecus* com caracteres mandibulares análogos. A sínfise também é nesses espécimes pouco menos vertical do que a da mandíbula de Heidelberg.

Mas concluir destes factos que o *Australopithecus* não mostra em alguns caracteres uma tendência humana, não é exacto. Nas dimensões (tomando mesmo em conta que se trata dum exemplar jóven), na ausência das cristas cranianas, na posição do alto da abertura nasal acima duma linha unindo os pontos inferiores das duas cavidades orbitárias, na situação do buraco occipital, e sobretudo em alguns caracteres morfológicos e dimensões do cérebro, tem o *Australopithecus* afinidades mais nítidas com o Homem do que as apresentadas pelos outros Antropóides conhecidos.

Algumas das afinidades referidas são talvez mais acentuadas em virtude da idade do espécime. Ora, o confronto do *Australopithecus* com outros Antropóides jôvens não se pode dizer ainda feito exhaustivamente. A morfologia dos crânios juvenis de Antropóides ainda não foi estudada com a minúcia da dos crânios de adultos. Damos algumas estampas de crânios de Antropóides jôvens (est. IV, 1 e 2) que mostram semelhanças com o fóssil sul-africano e com o Homem.

Mas nem tôdas as afinidades encontradas no *Australopithecus* podem ser atribuídas à idade do indivíduo. É o que se dá, por exemplo, com a posição do buraco occipital e com a morfologia cerebral. Construindo um *head-balancing index* (relação centesimal da distância basion-prosthion com a distância basion-inion) Dart

obteve os seguintes resultados: Babuim, 41,3; Chimpanzé adulto, 50,7; *Australopithecus*, 60,7; homem da Rodésia, 83,7; Europeu dolicocefalo, 90,9; Europeu braquicefalo, 105,8. Note-se entretanto que o índice do fóssil sul-africano fica ainda bastante longe do humano: mais de 20 unidades de diferença.

Quanto ao encéfalo, de que se conserva o molde duma porção importante (hemisférios cerebral e cerebeloso direitos e parte anterior do hemisfério cerebral esquerdo) é inegável o seu desenvolvimento em relação ao dos Antropóides conhecidos, da mesma idade. O autor conclui a tal respeito, com razão: «It is therefore reasonable to believe that the adult forms typified by our present specimen possessed brains which were larger than that of this juvenile specimen, and equalled, if they did not actually supersede, that of the Gorilla in absolute size». A proporção da massa cerebral para a cerebelosa é maior do que no Gorilha. Por outro lado, não há o achatamento pre- e post-rolândico característico dos Antropóides actuais, antes existe uma convexidade dessa região. O *sulcus lunatus* está mais atrás do que nos outros Antropóides. No entanto, o *sulcus parallelus* de tipo pitecóide mantém-se.

Não me parece que haja fortes motivos para se ir muito longe nas ilações sobre a condição psicológica do *Australopithecus*. Podemos no entanto, como Dart, presumir naquele ser extinto uma certa superioridade, relativamente aos Antropóides actuais, e essa superioridade deveria resultar da sua maior expansão da região parietal do cérebro, a qual envolve funções importantes e permitiria ao *Australopithecus* estabelecer com o meio relações diversas das que possuem os Antropóides actuais (1).

(1) O que não diz nada sobre a hierarquia psicológica do *Australopithecus* é o facto, apontado por Dart como argumento *indirecto* da sua maior inteligência e do seu domínio sobre o meio, de êle se ter encontrado a 2:000 milhas do território habitado hoje pelos seus parentes Antropóides. Um raciocínio inverso seria admissível, em favor destes últimos.

Emfim, a leitura do relatório de Dart e o exame das fotografias que devo à sua amabilidade (ests. I, II e III), conduzem-me a considerar o fóssil transvaliano não como um *Homo-simiidio*, representante duma nova família, mas como essencialmente um Antropóide, um *Simiida*, diverso dos actuais e apresentando em alguns caracteres — não muitos — afinidades com o grupo dos Hominídeos. Estas não são entretanto de tal vulto e não se reúnem de tal modo numa ampla associação que seja lícito crear uma nova família. Convém não perder de vista a idade do exemplar e lembremo-nos, como já disse, de que outros Antropóides fósseis e actuais manifestam em diversos caracteres certas afinidades humanas. O achado dum espécime adulto teria outro alcance.

Nem porisso a descoberta de Taungs é despida de importância. Ela veio mostrar-nos a extensão duma fauna antropóidica, até agora desconhecida, a uma área geográfica onde hoje não existem Antropóides. O exemplar achado, se não é, em todos os caracteres, o fascinante *intermediário* que tantos anciosamente procuram, prevendo soluções simplistas para os problemas da descendência, nem porisso deixa de se avizinhar do grupo humano, em alguns detalhes, mais do que os outros Antropóides em que êsses caracteres tem sido estudados. E, ainda quando — o que não sucede — devessemos atribuir à idade do indivíduo tôdas essas afinidades, seria necessário reconhecer mais uma vêz a significação filética de tais aproximações, embora a embriologia dos outros Primatas tenha já revelado muitas outras.

Os adversários do transformismo não conseguem anular o valor documental do *Australopithecus*. A sua cronologia duvidosa não o destrói: o facto é que êsse tipo existiu, não importando dum modo fundamental para o nosso ponto de vista saber-se quando. A suposição de se tratar dum anormal (reedição, para êste caso, da conjectura de Virchow de que o suposto *Pithecan-*

thropus de Java era simplesmente um idiota microcéfalo) não tem fundamento em quaisquer particularidades que revelem uma origem degenerativa ou patológica.

A juventude do espécime encontrado não explica também tôdas as suas afinidades humanas, e, quando estas fôsem, sem excepção, atribuíveis à idade, caberia ainda mais uma vez registar como um argumento em favor do transformismo essa caracterização humanóide dos Simiídeos jôvens, caracterização que constitui um forte indício duma genealogia comum.

*

* *

O «Times», de 19 de Junho último, anunciava a descoberta, na Palestina, de restos ósseos do tipo de Neanderthal. Em 14 de Agosto seguinte o mesmo jornal londrino publicava um artigo do prof. Arthur Keith sobre os fragmentos cranianos encontrados, uma nota do descobridor, Turville-Petre, referente às condições do achado, e algumas gravuras representando o lugar da jazida, dois aspectos dum frontal exumado e um corte do terreno mostrando os diversos níveis (1). A revista «Illustrated London News», no mesmo mês, continha, com várias estampas, um artigo do professor Burkitt sobre a descoberta, menos desenvolvido do que o do prof. Keith, ao qual foram remetidos pela Escola Britânica de Arqueologia de Jerusalem os fragmentos ósseos encontrados.

Êstes consistem num frontal, em fragmentos dos ossos nasais, num malar direito, num pedaço do maxilar superior do mesmo

(1) Ao sr. John Wilson, da Póvoa de Santa Iria, agradeço a obsequiosa remessa dêste número do «Times», como agradeço também ao sr. William Tait, do Pôrto, a cedência dos números da «Nature», referidos anteriormente, e ao sr. dr. J. A. Corrêa de Gouvêa, do Funchal, a remessa dos jornais transvalianos que se ocupavam da descoberta de Taungs.

lado e na metade direita dum esfenoide. Foram descobertos numa caverna, na região de Tabgha, perto do lago de Galilea, poucas milhas ao norte de Tiberiade. Encontravam-se a alguns pés de profundidade, numa camada de fina areia vermelha, contendo instrumentos líticos de tipo mustierense. Os depósitos superficiais, alguns dos quais resultantes talvez da queda de blocos do tecto da caverna, mostravam claramente, segundo o relato de Turville-Petre, a ocupação da caverna pelo homem em vários períodos, desde a mais antiga idade do bronze até à actualidade. Cinzas, fragmentos cerâmicos, ossos, se encontravam nesses níveis. O aspecto da camada inferior, mustierense, talvez em grande parte de origem aluvial, era completamente diferente. A exploração foi feita cuidadosamente, camada por camada.

Os fragmentos ósseos do nível mustierense teem a dureza da porcelana e mostram bem as respectivas particularidades morfológicas.

O frontal (est. IV, 3) na sua maior largura mede 112^{mm}, e apresenta a forte saliência supra-orbitária e a inclinação características do tipo de Neanderthal. Segundo Keith, o crânio deveria ser estreito e alto, e teria talvez uma capacidade vizinha da média inglesa contemporânea. A espessura óssea é pequena, e a moldagem endocrâniana do frontal leva o antropologista britânico a atribuir ao fóssil de Tabgha circumvoluções simples e pequenas, tendo semelhanças, na forma e disposição, com o tipo neandertalense de Gibraltar e mais com os Australianos do que com qualquer outra raça actual, e não apresentando detalhe algum que permita supôr não haver aquele fóssil atingido uma fase perfeitamente humana da evolução. As órbitas eram espaçosas, e o malar e os restos da região nasal teem um aspecto neandertaliano. Para Keith, tratar-se-ia talvez dum indivíduo masculino, adulto, com menos de 30 anos de idade. Na superfície externa do frontal há três depressões, com a forma e as dimen-

sões aproximadas de marcas das polpas digitais numa massa plástica. Lawrence, do Real Colégio dos Cirurgiões, consultado pelo antropologista inglês, concordou com êste em que teriam tais depressões sido produzidas muito antes da morte do indivíduo, mas não lhe foi possível dizer a causa. Resultariam de traumatismos ou doença; uma delas afigura-se a Artur Keith semelhante aos vestígios da trepanação feita no neolítico, mas êle permanece em dúvida.

Para o mesmo autor, o espécime de Tabgha é do tipo de Neanderthal, apresentando, porém, na altura do crânio uma afinidade com o homem moderno que o distingue daquele tipo. Tal facto permite-lhe concluir que se trata duma descoberta do maior interesse para a determinação da origem do homem moderno ou *neantrópico* (o *Homo sapiens* de vários autores).

Pela minha parte, hesitaria por êsse motivo em classificar o homem de Tabgha como do *H. neanderthalensis*, se êle se encontrasse desamparado das referências cronológicas, que são as suas condições estratigráficas e os instrumentos mustierenses que o acompanham. Lembremo-nos do crânio de Alcolea (arredores de Córdoba) ⁽¹⁾ e do de Broken-Hill, que, pelas suas diferenças em relação ao tipo neandertalense e pela sua cronologia recente ou duvidosa, foram excluídos daquelle grupo fóssil, embora o segundo tenha justificado a criação dum novo tipo humano, o *Homo rhodesiensis*.

Até à data, o *Homo neanderthalensis* só tinha sido encontrado, pois, na Europa, a não ser que se atribua a essa espécie arcaica e extinta um sacro pleistoceno descoberto no *loess* de Honan (China) e descrito pelo paleontologista japonês Matsumoto ⁽²⁾.

(1) A. Carbonell, V. de la Puente y A. Rodrigues Dias, *La Estacion prehistórica de Alcolea*, Córdoba, 1924.

(2) M. Boule, *Les hommes fossiles*, 2.^a ed., Paris, 1923, p. 365.

Assim, a descoberta de Tabgha vem ampliar a área de distribuição geográfica daquela espécie primitiva.

Com argúcia, o prof. Keith chama a atenção para o facto de que, à medida que se caminha da Europa ocidental para o oriente, «the Neanderthal type becomes a little less Neanderthal and a little more Neanthropic» — o tipo de Neanderthal vai fazendo uma pequena transição para o homem moderno. Os ossos dos membros nos neandertalios de Krapina (Croácia) são mais afins dos das raças actuais do que dos dos exemplares mais ocidentais do *H. neanderthalensis*. O crânio de Tabgha vem agora justificar a seu turno a crença de que «o próximo oriente contém elementos para a elucidação crítica da história evolutiva do homem moderno».

*
* * *

A despeito da grande quantidade de materiais de que a intensidade particular de pesquisas arqueológicas e paleontológicas na Europa tem permitido fazer a aquisição nesta parte do mundo, vão surgindo fora do seu território descobertas que radicam a crença de que não foi em paragens europeias o laboratório principal da evolução dos Primatas superiores e do Homem.

O Prof. Dart, impressionado pelas descobertas da África do Sul, não hesita em colocar nesta região o centro em que se teria preparado a fase evolutiva representada no *Australopithecus*, que constituiria, a seu ver, o estado imediatamente anterior ao propriamente humano. O clima pouco teria variado ali desde o cretaico. A orla oriental do deserto de Kalahari, uma região aberta com poucas áreas florestais, possuiria condições diversas das luxuriantes florestas tropicais, em que vivem hoje os Antropóides.

A relativa escassez de água, o perigo dos animais ferozes, a nudez relativa do terreno, exigiriam na África do Sul uma diferente actividade mental e física. Seria um campo excelente de aprendizagem da qual resultaria uma nova fase evolutiva no sentido humano.

É prematuro pretender, a propósito da descoberta de Taungs, fazer uma tal localização filogenética. A África, que Darwin e Elliot Smith consideraram também o centro da antropogénese, fornece, de facto, a favor desta tese os Primatas oligocenos de Fayum (Egito), uma indústria paleolítica que se estende com profusão pelo continente, os achados de Taungs e de Broken-Hill, populações inferiores, como os Negrilhos congolezes, os Hotentotes e Bochimanes do sul e alguns tipos nigríticos, e enfim uma multidão de formas simianas actuais, em que se destacam os Antropóides morfológicamente mais próximos do Homem — o Gorilha e o Chimpanzé.

Mas a Ásia tem também a seu favor os Primatas miocenos e pliocenos de Sivalik-Hills, a norte da Índia, várias espécies simianas actuais da Ásia meridional, uma indústria paleolítica (embora com menor profusão), a contigüidade do *Pithecanthropus* e dos crânios *proto-australianos* de Wadjak (Java), um complexo mosaico de populações em que não faltam algumas um tanto enigmáticas como os Ainus da ilha Sakaline, e em que abundam muitos tipos inferiores, como os Kadirs da Índia, os Senóis e os Semangs de Malaca, e várias gentes insulares — os Vedas de Ceilão, os Negritos das ilhas Andaman, os Toalas de Celebes, os Aetas das Filipinas. Alguns destes povos são chamados justamente verdadeiros *primitivos actuais*. Encontram-se no último degrau da mentalidade e da cultura.

Com razão, numa carta a Jacques de Morgan, Breuil chamou já a atenção para o papel da Ásia meridional e das ilhas da Malásia na evolução e nos destinos da humanidade e da fauna

solidária do Homem (1). Creio que os recentes achados africanos permitem ampliar esta concepção, não esquecendo a possibilidade de importantes localizações geográficas da evolução dos Primatas superiores na zona africana das costas do Índico, com possíveis irradiações para o interior dos continentes, quiçá para a própria Europa e até para a América. Para esta alguns tipos humanos primitivos podiam ter passado, como uma fauna também arcaica, ou contornando o Pacífico pela via do oriente asiático e estreito de Behring, ou talvez ainda, como veremos, por uma antiga ligação continental entre o sul do Novo Continente e a área biogeográfica do Índico. Isto não quer dizer que não tivesse havido muito mais tarde o povoamento secundário por migrações transpacificas, que os últimos trabalhos de Rivet (2) sobre afinidades maláio-polinésias, melanésias e australianas dalguns povos americanos permitem admitir. Outras populações americanas de feição primitiva podiam ter sido companheiras ou mesmo a vanguarda das populações mais ou menos mongolóides que, segundo a tese de Hrdlicka (3), teriam da Ásia passado à América do Norte pelo estreito de Behring.

A recente hipótese de Wegener, da translação das massas continentais, me sugeriu, porém, a hipótese da via Austrália-Tasmânia-Antártida-América do Sul. A Antártida, numa situação relativa e em condições climáticas por certo diversas das actuais, só numa data geológica recente se teria destacado da América do Sul. ¿Será essa data anterior às primeiras migrações humanas? As cartas paleogeográficas de Wegener (fig. 1) permitem crêr que sim.

(1) J. de Morgan, *La Mésogée et le berceau de l'Humanité*, «La Géographie», Paris, 1923, t. xi, p. 144.

(2) «Revue Scientifique», Paris, 1925, n.º 1, p. 25.

(3) Ales Hrdlicka, *The genesis of the American Indian*, «Nineteenth Congr. of Americanists, Proceedings», Washington, 1917, p. 559.

No quaternário antigo já a Antártida, que no eoceno ainda estava juxtaposta à Austrália, se havia destacado desta e da

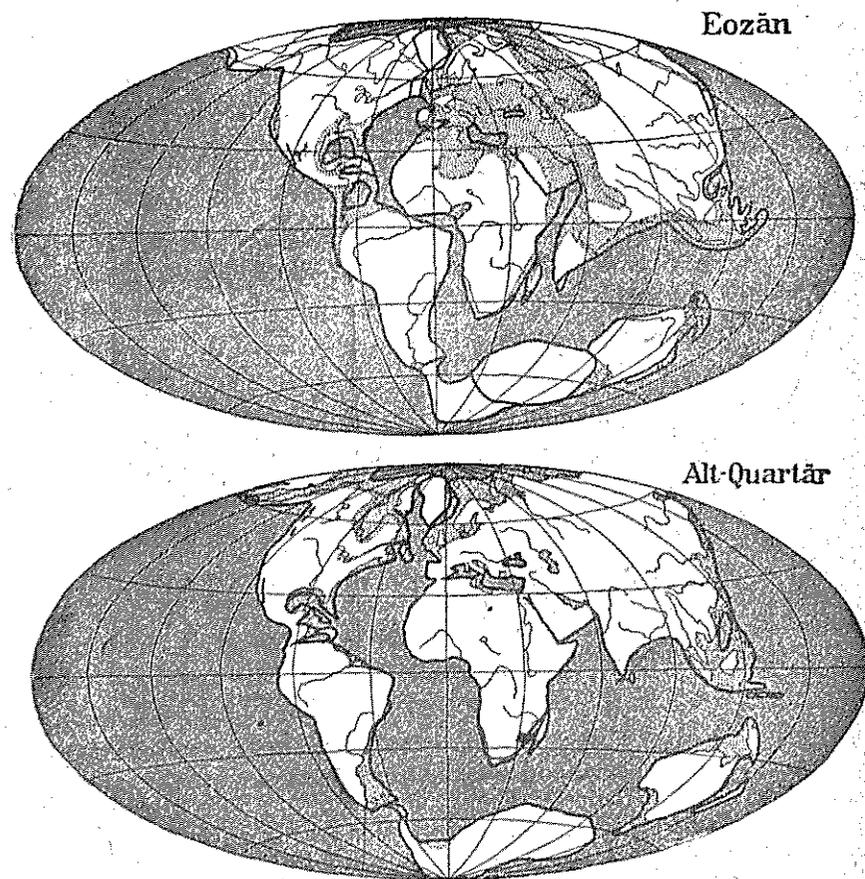


Fig. 1 — Cartas do globo no eoceno e no quaternário antigo, segundo a teoria das translações continentais (Wegener). O pontuado representa os mares epicontinentais, o branco a superfície emergida, o traçado oblíquo os domínios abissais.

Tasmânia. Mas a aproximação com a América do Sul ainda subsistia, embora mares epicontinentais houvessem cortado a ligação antes existente.

A estatística de Arldt sobre o número de opiniões, favoráveis ou desfavoráveis, relativas à existência de várias ligações continentais nos períodos geológicos, dá-nos para o plioceno três opiniões negativas em relação à ligação da Terra do Fogo com a Antártida de Oeste e apenas uma afirmativa, e, para o quaternário, três opiniões desfavoráveis e nenhuma favorável. Sobre a ligação Austrália-Antártida de leste, os votos são todos negativos para os dois períodos. Mas essa preponderância de opiniões negativas resultará decerto, como diz Wegener, do nosso desconhecimento da Antártida. «Arltd — escreve o autor da teoria das translações continentais — não entrou em linha de conta com as numerosas relações entre as faunas da Austrália e da América do Sul, entre as quais a Antártida servia de ponte» (1).

A feição da fauna mamológica sul-americana e especialmente a existência dos Platirrínios, diversos dos Primatas do Antigo Continente, militam em prol duma separação numa data precoce em relação à evolução humana, embora não muito remota geologicamente. Os Platirrínios, dos quais se encontrarão talvez um dia antepassados fósseis na Austrália, teriam sido uma guarda avançada do Homem, e a sua caracterização especial teria resultado dum isolamento consecutivo à sua penetração na América.

Mas não é descabido supor que a passagem dos Homínidos se tivesse podido efectuar em favoráveis condições climáticas através de cordões insulares, istmos, penínsulas, estreitos e canais, que subsistissem até à época dessas migrações primeiras, facilitando-lhes o acesso do Novo Continente. É uma questão a resolver, para o que deverão contribuir seguramente futuras explorações na Antártida e nas ilhas circum-antárticas.

(1) A. Wegener, *La génesis de los Continentes y Océanos*, versão espanhola de Inglada Ors, Madrid, 1924, p. 70.

No seu último trabalho sobre as origens do homem americano (1), P. Rivet, admitindo a hipótese da penetração através do estreito de Behring, combate entretanto os que a apresentam com exclusivismo, embora julgue possível que o elemento étnico-australiano, encontrado na América, tenha também utilizado esse longo trajecto. Entende, porém, mais crível que esse elemento, como os Maláio-Polinésios, tenha feito a travessia do Pacífico. Não lhe ocorreu, porém, a nossa hipótese (2), comquanto não deixasse de formular, éle próprio, algumas objecções à possibilidade da migração australiana transpácifica, como são a de faltarem elementos comprovativos nas ilhas do Pacífico e a dificuldade de conciliar uma tão extensa viagem marítima com os meios muito primitivos de navegação de que os Australianos e as tribus americanas similares dispõem.

Um relance sobre uma carta das regiões austrais (numa projecção que, ao contrário do que sucede com as cilíndricas normais, dê uma noção justa da real proximidade dos três continentes) torna evidente a possibilidade de a Antárctida ter constituído uma via de trânsito entre a Austrália e a América do Sul. Entre a Austrália e a Terra de Wilkes escalonam-se a Tasmânia e muitas pequenas ilhas. Entre a Terra de Graham e a Terra do Fogo a passagem seria fácil. É crível que a Nova Zelândia estivesse excluída do número das pontes de trânsito, e que, diversamente do que se encontra na fig. 2, a passagem se tivesse efectuado directamente à ilha Macquarie ou a outra.

(1) P. Rivet, *Les origines de l'homme américain*, «L'Anthropologie», t. XXXV, Paris, 1925, p. 293.

(2) Não ocorreu igualmente a Renato Biasutti no seu belo trabalho *Studi di Antropogeografie Generale* (I, «Memorie Geografiche», n.º 18, Firenze, 1912, p. 132 e 154). Biasutti admite que a penetração primitiva se tenha feito apenas através do estreito de Behring.

A objecção da proximidade do polo austral e das condições climáticas da Antárctida desaparece com a concepção wegeneriana duma diversa posição relativa daquela massa continental nos

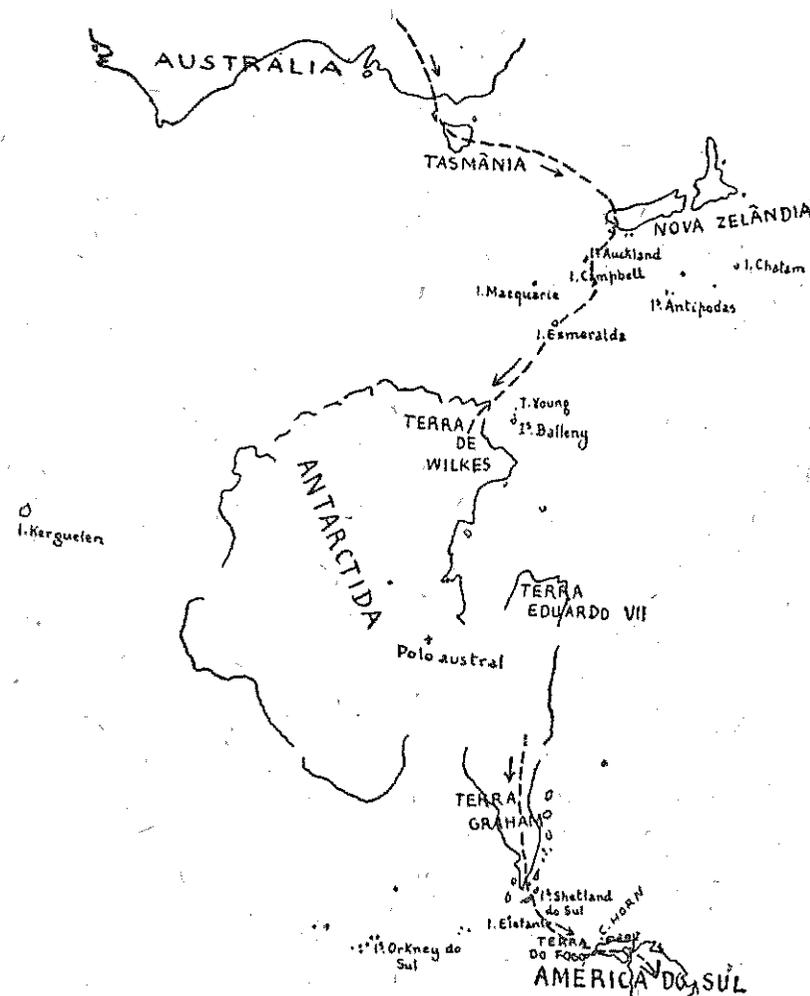


Fig. 2 — A Antárctida, possível via de trânsito do Homem para a América do Sul

A linha interrompida indica uma direcção hipotética do movimento, mas este poder-se-ia ter efectuado segundo uma trajectória diversa. É, por exemplo, crível que a Nova Zelândia tivesse sido excluída dessa trajectória.

períodos geológicos anteriores ao holoceno. De resto, a Antártida é cortada por paralelos que correspondem, no hemisfério boreal, a latitudes onde vivem hoje numerosas populações (Esquimós, Samoiedas, etc.). O homem poderia ter percorrido as terras antárticas mais afastadas do polo. Note-se que, segundo Wallace, o elemento faunístico sul-americano que tem maiores afinidades com a fauna australiana, é precisamente o adaptável ao frio (1).

O povoamento da Austrália (onde, depois do período glaciário, o homem teve apenas por companheiros, dos Mamíferos placentários, o Dingo e alguns Roedores e Quirópteros) e da América do Sul ter-se-ia feito sem uma fauna solidária moderna, o que atesta, na verdade, as dificuldades do percurso nessa data.

*

* *

Seja qual fôr a sorte da nossa hipótese do povoamento primitivo da América do Sul pela via Austrália-Tasmânia-Antártida, nem porisso deixarão de subsistir, como admissíveis, as hipóteses de outras vias de dispersão a partir da bacia do Índico e das suas proximidades.

É um facto bem patente que em tórno do Oceano Índico e nos seus arquipélagos (dos quais alguns são supostos fragmentos de mais amplas massas terrestres, como a *Lemúria* de Haeckel e o ainda mais remoto Continente de Gondwana) se encontram efectivamente localizações que não podem ser destituídas de sentido filético-geográfico. É possível que algumas das populações inferiores referidas, como os Negritos de Malaca e da Australásia, sejam imigrados de data recente, como se supoz que os Australianos o fôsem no seu continente. Mas é tão densa a multidão

(1) Wegener, op. cit., p. 24, 77 e 78.

dêsses tipos inferiores, espalhada na área do Índico e na sua periferia (1), que não é cabido imaginar uma sua origem geográfica muito distante. Tem também um evidente significado filético o *Pithecanthropus* de Trinil, os crânios de Wadjak e Talgai, as descobertas de Sivalik, de Fayum e da África do Sul (fig. 3), a distribuição periférica dos Catarrínios e dos grandes Antropóides,

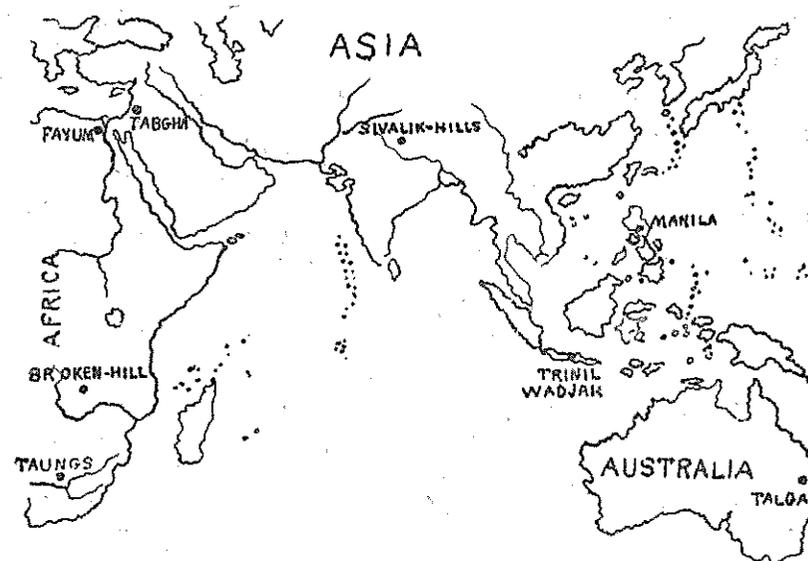


Fig. 3 — O arco antropofilético indico

Localizações de descobertas que interessam o problema da origem dos Primatas superiores e do Homem (Taungs, Broken-Hill, Fayum, Tabgha, Sivalik-Hills, Manila, Trinil, Wadjak, Talgai)

a distribuição dos Lemuroides em Madagascar e nas ilhas da Sonda, etc.

A bacia do Índico — escrevi eu mesmo, recentemente (2) —

(1) Biasutti (op. cit., p. 97) dá uma boa carta das localizações dos tipos humanos arcaicos e inferiores do Antigo Continente.

(2) *La dispersion de l'homme à la surface terrestre*. «Scientia», Bologna (em publicação).

e as suas proximidades (sobretudo a área indica do Antigo Continente) aparecem, pois, claramente como um foco importante da evolução dos Primatas, e talvez como abrangendo o centro da hominação. É lícito admitir que a antropogénese se efectuou em qualquer dessas paragens, numa região de antigas florestas, tornada nua por uma mudança climática ou por outro motivo. Cientificamente não é legítimo ir mais longe em detalhe e precisão.

No entanto, no campo das hipóteses, é sedutor o ponto de vista de Matthew, Lull, Giuffrida-Ruggeri e outros, segundo o qual o levantamento do Himaláia no terciário, pela transformação climática na região a N. da cadeia e conseqüente desaparecimento ali das florestas, teria sido a causa da passagem do *Pro-hominida* arborícola e frugívoro ⁽¹⁾ para o Hominídeo corredor e omnívoro. A S. permaneceriam nas florestas os símios, a N. o Homem aparecia nas regiões tornadas nuas pelo diafragma climático do Himaláia. Voltando às florestas, algumas populações, como os Pigmeus, conservariam uma feição primitiva. Outras, melhor adestradas para a luta em campo raso, seguiriam, nas regiões abertas, as pistas da caça e iriam dispendendo, na sua marcha em variados sentidos, o património natural de possibilidades adaptativas.

A localização asiática da antropogénese é mais amplamente fundada do que a sul-africana, suposta por Dart. Não militam em favor desta última a fauna fóssil de Fayum e os actuais Antropóides, separados da região por uma longa distância e múltiplos obstáculos naturais, nem achados fósseis locais duma cronologia

(1) Segundo o bárão de Eickstedt, o precursor do Homem era uma forma de orla das florestas e já omnívoro (Dr. Egon Frhr. v. Eickstedt, *Gedanken über Entwicklung und Gliederung der Menschheit*, «Mitteil. der Anthropologischen Gesellschaft in Wien», Band LV, Wien, 1925, p. 232).

mais segura e remota do que a dos espécimes de Taungs, Broken-Hill e Boskop. Pelo contrário, a localização asiática referida tem francamente a seu favor os fósseis tão impressionantes de Sivalik, menos remotos do que os de Fayum, a proximidade do *Pithecanthropus* e de variadíssimos padrões antropológicos, muitos dos quais de tipo inferior, uma posição cêntrica, enfim umas condições geomorfológicas que permitem atribuir a um importante facto geotectónico a criação das circunstâncias propícias para a transformação antropogenética duma parte dos símios da região, o desconhecido *Pro-hominida*. Mas não se trata de mais do que uma hipótese, embora esta não seja absolutamente gratuita.

A localização sul-americana do centro da hominação ⁽¹⁾, aventada por Ameghino sobre documentos paleontológicos duvidosos ou mal interpretados, obedeceu a um entusiasmo que tem alguma coisa de análogo com o sentido por Dart, perante o achado de Taungs, em relação à África do Sul. A crítica da hipótese do paleontologista argentino está feita suficientemente para que seja necessário reeditá-la ⁽²⁾. Notemos, porém, que alguns discípulos e admiradores do sábio americano não abandonaram ainda as suas teorias antropofiléticas, que suponho serem expostas nas escolas oficiais argentinas.

Este estado de espírito reflecte-se no cuidado e na minúcia verdadeiramente excepcionais que Alfredo Castellanos, por exemplo, põe na descrição de alguns diminutos fragmentos ósseos humanos, encontrados no território daquela república sul-americana, em condições estratigráficas de difícil aferição pela crono-

(1) Sobre o local da antropogénese vd. meu resumo: *L'origine de l'homme — L'état actuel du problème*, «Scientia», Bologna, 1924, p. 339.

(2) Vd., por exemplo, o meu livro *Homo*, 1921, p. 184 e segs. Ai vão citadas algumas críticas.

logia geológica fixada na Europa e na América do Norte (1). Cerca de 60 páginas compactas, com numerosas gravuras, são consagradas por aquele autor ao estudo morfológico dum pequeno fragmento da região parietal, proveniente das margens da lagôa Melincué, dum estrato que Castellanos classifica *ensenadense* (pleistoceno inferior?) e dum pedaço do maxilar inferior atribuído ao *bonaerense* (pleistoceno superior?) superior das margens do Cululú.

A magreza das conclusões não combateria, entretanto, por supérflua essa exuberância descritiva se viesse a demonstrar-se não só que êsses restos são seguramente coevos das formações estratigráficas de que o autor dá pormenorizado informe, mas também que êstes estratos teem uma antiguidade geológica comparável à dos fósseis de cronologia pleistocena, ou anterior, doutras partes do mundo.

As semelhanças com os indígenas actuais da região não constituem, ao contrário do que pretende Hrdlicka, um argumento fundamental contra os documentos paleantropológicos argentinos, mas são, no entanto, indícios justificativos dum certo scepticismo, como justifica também êste último, no abalísado parecer de Boule (2), o confronto da penúria dos achados arqueológicos com a abundância de restos esqueléticos — o contrário do que sucede na Europa.

Adoptando, porém, a prudente atitude do sábio paleontologista do Museum de Paris, não contestarei em absoluto a existência de documentos autênticos do Homem fóssil sul-americano.

(1) Alfredo Castellanos, *Contribucion al estudio de la Paleantropologia argentina — Restos en el Arroyo Cululú (Prov. de Santa Fé)*, «Rev. de la Univ. Nacional de Cordoba», ano XI, Cordoba, 1924. — Id., *Id., Restos descubiertos en la laguna Melincué (Prov. de Santa Fé)*, na mesma revista e no mesmo volume.

(2) M. Boule, *Les hommes fossiles*, op. cit., p. 446 e 447.

A selecção dêstes é que está ainda por fazer, em virtude das dúvidas sôbre os sincronismos stratigráficos. Mas não é possível hoje perfilhar as doutrinas antropofiléticas de Ameghino.

A existência do Homem fóssil e de populações actuais de morfologia primitiva ou inferior na América do Sul é explicável pelas irradiações realizadas a partir da bacia do Índico e já referidas (1).

Essas difusões raciais teem paralelo em difusões culturais que não é lícito negar. Certos ciclos culturais abrangem, sem intermediários, regiões tão distantes, que chegariam a sugerir explicações poligenistas se a complexidade de aspectos que revestem, não pugnassem fortemente em favor da doutrina duma origem comum. Com razão, Teixeira Rego insinua que o totemismo, nas suas mais afastadas localizações geográficas, implica um certo número de mitos cuja estrutura complicada e larga distribuição seriam inexplicáveis por uma lógica elementar e por origens independentes (2).

O que se diz do *ciclo do tótem*, que Montandon (3) estende da Austrália setentrional e da Nova Guiné ocidental às regiões austrais da África e da América (juntamente com o *ciclo do bumerang*) e às áreas opostas (à região *holártica* dos paleontologistas), pode dizer-se, pelo que respeita à necessidade da explicação monogenista (4), para outros ciclos de cultura. Como se compreende, sem essa explicação, que o *tótem* e o *propulsor* sejam

(1) O Prof. Verneau ainda num dos últimos números de «L'Anthropologie» (t. XXXIV, Paris, 1924, p. 353), se ocupa da extensão do tipo papua na América.

(2) Teixeira Rego, *Nova teoria do sacrificio*, Porto, 1918, p. 208.

(3) G. Montandon, *La généalogie des instruments de musique et les cycles de civilisation*, «Arch. suisses d'Anthrop. Générale», III, Genève, 1919.

(4) A palavra «monogenista» é aqui entendida no sentido exclusivo de origem una de certa cultura. Isto não quer dizer que eu não perfilhe também o monogenismo em relação à origem das raças humanas actuais.

elementos comuns a certos Australianos, dum lado, e a distantes populações do norte da Ásia e da América, por outro lado? Claro está que, em certas regiões, como em alguns pontos da África ocidental, há a sobreposição doutros ciclos ulteriores, o *ciclo das máscaras e do sistema das duas classes* ⁽¹⁾, que Montandon localiza também na Austrália de NE., na parte oriental da Nova Guiné e da Melanésia, e na América Central — regiões tão distantes umas das outras —, e o *ciclo do arco de guerra*, comum também às regiões referidas da Melanésia e da América.

Giuffrida-Ruggeri acentua a dificuldade e até a impossibilidade de se fabricarem no norte da Ásia e da América os mesmos utensílios que se fabricam na Austrália ⁽²⁾. Isso explica muitas diferenças, mas torna ainda, a meu vêr, mais expressivas as analogias.

Para o autor italiano, as influências culturais seriam mais extensas do que as migrações étnicas, e, de acôrdo com Montandon, êle entende que cada um dos ciclos culturais por êste indicados não constitue património exclusivo duma raça.

*

*

*

Taungs, Broken-Hill ⁽³⁾, Fayum, Tabgha, os Sivalik, Trinil, Wadjak, possivelmente o crânio prenegrito de Manila (Filipi-

⁽¹⁾ Neste ciclo há cerimónias em que entram personagens mascaradas e as tribus estão divididas em classes submetidas a um regime exogâmico (o homem duma classe procura mulher noutra classe) e ao matriarcado, ao canibalismo, etc.

⁽²⁾ Giuffrida-Ruggeri, *Su l'origine dell'Uomo*, op. cit., p. 149 e segs.

⁽³⁾ Excluimos os espécimes de Boskop (Transvaal) e Oldoway (território do Tanganika, África oriental, antigamente alemã), não só pela sua cronologia duvidosa como pela sua morfologia não primitiva. Sobre o crânio de Oldoway publicou-se, entre outras notícias, uma de George Grant Mac Curdy, *A fossil human skeleton from German East Africa*, «Science», N. S., vol. XL, 1914.

nas) ⁽¹⁾ e o espécime proto-australiano de Talgai (Austrália oriental) determinam uma linha que constitui, em tórno do Índico, um arco de localizações paleontológicas que me recorda um símile na geografia física: o círculo de fogo, a cintura vulcânica e sísmica do Pacífico. Êsse contórno, que poderemos chamar o *arco antropofílético indico*, pode ampliar-se numa faixa mais larga que abrange grande parte da área de distribuição geográfica dos símios actuais do Antigo Continente e de populações inferiores e de feição primitiva, que da África Austral se estendem, em manchas mais ou menos extensas, e com maiores ou menores soluções de continuidade, através da Ásia meridional e das ilhas da Malásia, até à Austrália e (ainda recentemente) até à Tasmânia.

Ê possível que alguns dos pontos da linha referida correspondam já a irradiações dum centro indico ou circum-índico desconhecido. Fayum, por exemplo, está no vale do baixo Nilo, na bacia do Mediterrâneo. Taungs encontra-se junto do Harts ou Kolong, afluente do Orange (que é tributário do Atlântico), mas, embora muito no interior africano, aquela localidade está, como Broken-Hill (situada na bacia do Zambeze e portanto na do Índico) mais perto da costa do Índico do que da do Atlântico. Essas e outras localizações não significam necessariamente que aí fôsse o teatro dos fenómenos evolutivos de que nos temos ocupado, mas testemunham, pelo menos, extensões ou derivações dos focos primordiais desconhecidos.

O traçado das linhas de igual intensidade sísmica interessa à fixação da zona epicentral dum tremor de terra. Análogamente, a noção do *arco antropofílético indico* (que não é, entretanto, uma linha *isoflogenética* porque abrange achados em estados evo-

⁽¹⁾ Domingos Sanchez y Sanchez, *Un cráneo humano prehistórico*, «Memorias da Real Soc. Españ. de Hist. Nat.», t. XI, Madrid, 1921. Êste espécime duvidosamente fóssil foi por Sanchez y Sanchez baptizado *Homo Manillensis*.

lutivos muito diversos) pode sugerir, mediante novas aquisições, o traçado duma série de curvas *isofléticas*, que permitam uma determinação aproximativa dos centros de formação e dispersão dos Primatas superiores. É cedo ainda para essa tarefa. Por enquanto, não é legítimo ir mais longe do que reivindicar para a bacia do Índico e para uma larga zona de que aquele arco é talvez o eixo, um papel topográfico essencial na evolução dos Primatas superiores e na antropogénese, que se terá dado talvez num ponto ainda indeterminado de tão vasta região.

As tendências neantrópicas do homem neandertaliano da Palestina tornam também provável uma localização sud-oriental (em relação à Europa) — talvez *indica* — dos centros de evolução humana de que seria proveniente o próprio homem moderno. É talvez o significado mais importante atribuível à recente descoberta de Tabgha. O homem de Krapina teria, nos membros, também algumas afinidades neantrópicas, e estas surgem em certos caracteres duma calote, suposta neandertaliana, descoberta em Podkumok e datada com probabilidade do último período glaciário do Cáucaso (1).

Menos vasto do que o Atlântico e do que o Pacífico, o Oceano Índico assumiu na evolução dos Primatas um papel transcendente que não coube àqueles mares seus irmãos. As suas antigas praias teriam sido pisadas pelos primeiros homens, que, despren-

(1) Estes caracteres seriam a diferença entre o ângulo bregmático e o ângulo frontal e o valor do índice glabellar. Gremiatzky não hesita em classificar como neandertalense este exemplar oriental. (M. A. Gremiatzky, *La calotte du crâne de l'homme de Podkumok et ses caractères morphologiques*, « Journal Russe Anthropologique », t. XII, Moscou, 1922; anal. em « Anthropologie », t. II, Praga, 1923, p. 154). Será interessante também conhecer a descrição pormenorizada dos restos neandertalianos ou neandertaloides, do paleolítico médio, encontrados na caverna de Kiik Koba, perto de Simferopol, na Crimeia (*Neanderthal Remains in the Crimea*, « American Journ. of Physical Anthropology », vol. VIII, Washington, 1925, p. 114).

dendo, das gargantas rudes, sons mal articulados, teriam visto, com surpresa infantil, as suas faces semi-bestiais reflectirem-se no espelho argênteo das águas daquele Oceano, a um tempo berço e sepultura, simultaneamente mortalha flúida de terras desaparecidas e teatro de intensas actividades geológicas e orgânicas, que ainda hoje se manifestam nos paroxismos dos seus vulcões e na energia construtora dos seus recifes e das suas ilhas de corais.

RÉSUMÉ

La divulgation dans la presse d'information des découvertes paléontologiques concernant l'Homme et les Primates supérieurs, est certes utile, mais il faut présenter les interprétations conjecturales de ces documents comme tels et non comme des faits positifs. Le public peut facilement se méprendre sur le caractère trop hypothétique de plusieurs essais de reconstitution et sur celui des arbres généalogiques proposés.

La récente découverte de Taungs (Afrique du sud) a été annoncée par la presse anglaise et sud-africaine sans certaines réserves qu'on ne devrait pas manquer de faire devant le grand public. Le Prof. Dart a permis, et même justifié dans un article de *l'illustrated London News*, la présentation à l'exposition de Wembley d'un buste du fossile africain représenté à l'état de vivant. Le crayon ingénieux de Forestier l'a aussi dessiné dans les pages de la même revue. Il faut toujours proclamer assez clairement ce qu'il y a de conjectural et de douteux, sans quoi on risque d'induire en erreur bien des personnes.

Qu'est ce que nous savons, par exemple, du pied, des cheveux, des proportions des membres, etc., de *Australopithecus* et d'autres fossiles? La loi de la corrélation des caractères de Cuvier est souvent d'une application difficile, ne permettant même pas la reconstitution de quelques détails de certains fossiles nouveaux. Gaudry a cité le cas d'un crâne de Gorille dont les dents supérieures du côté droit étaient si diverses de celles du côté gauche que plusieurs paléontologistes, examinant séparément les deux moitiés, n'hésiteraient pas à les rapporter à deux genres différents.

*
* *

Le crâne de Taungs est peut-être d'âge pleistocène ou, du moins, une survivance de cet âge ou des temps tertiaires. Il appartenait à un Anthropoïde jeune, d'une espèce nouvelle, ayant quelques caractères *humanoïdes* qui ne justifient cependant pas assez la création d'une nouvelle famille, les *Homosimilidae*, proposée par le Prof. Dart. Quelques-uns de ces caractères sont attribuables à l'âge infantile du spécimen, mais il y en a d'autres qui constituent sûrement des caractères particuliers de l'espèce.

Ce qu'il y a de plus *humanoïde* ce sont quelques détails de la morphologie cérébrale, les dimensions relatives du cerveau, la position du trou occipital, la position de l'ouverture nasale par rapport aux cavités orbitaires, etc. Dans son mémoire préliminaire, le Prof. Dart, mû par une préoccupation excessive de trouver dans ce fossile des caractères *intermédiaires* ou même vraiment *humains*, accorde une signification, à ce point de vue, à des éléments qui en sont dépourvus, comme l'indice orbitaire.

Parlant du *clivus naso-alveolaris* de son exemplaire, il remarque que cette disposition existe chez quelques hommes. Néanmoins elle est essentiellement simienne, exceptionnellement humaine.

Les ressemblances de la face antérieure de la symphise avec celles des mandibules de Piltown et de Heidelberg ne démontrent pas non plus l'affinité humaine de l'exemplaire de Taungs, parce que ces mandibules préhistoriques européennes ont, dans leurs symphises, moins de ressemblances avec l'Homme actuel qu'avec les Singes.

L'harmonie crânio-faciale n'est pas non plus douée de signification généalogique, ni l'indice de prognathisme en ce cas. D'autre part, on ne peut pas conclure grand chose, sur la psychologie détaillée de l'*Australopithecus*, de ses particularités connues de la morphologie cérébrale.

Il ne faut pas oublier que quelques Anthropoïdes fossiles possèdent d'autres caractères montrant des tendances évolutives dans le sens humain, et on ne connaît pas les caractères du tronc et des membres et la dentition permanente de l'*Australopithecus*. Quoique la découverte d'un spécimen adulte ait une plus grande portée, on ne peut pas cependant refuser quelque importance à cette trouvaille sud-africaine. Elle a révélé l'extension d'une faune anthropoïde, inconnue jusqu'aujourd'hui, dans une aire géographique où l'on ne trouve pas actuellement d'Anthropoïdes.

L'exemplaire trouvé n'est pas, en tous ses caractères, l'éblouissant *intermédiaire*, cherché anxieusement par ceux qui imaginent des solutions simplistes pour les problèmes de la descendance. Pourtant en quelques caractères il s'approche du groupe humain plus que les autres Anthropoïdes où ces caractères ont été étudiés. Quand bien même on attribuerait la plupart de ces affinités à l'âge de cet individu, il en faudrait reconnaître une fois de plus la signification phylétique, révélée déjà par l'étude du développement des autres Primates.

La chronologie douteuse de l'*Australopithecus* n'en détruit pas la valeur: la vérité c'est que ce type a existé, mais il n'est pas fondamental pour sa classification zoologique de savoir à quelle époque. La supposition que l'on a affaire à un être anormal n'est fondée sur aucune particularité marquant une nature dégénérative ou pathologique.

*
* *

Les restes crâniens découverts dans un niveau moustérien à Tabgha, près du lac de Galilée (Palestine), présentent des caractères du type de Néanderthal, que l'on n'avait pas encore trouvé hors de l'Europe. D'après le rapport de Arthur Keith, publié par le *Times*, ils en diffèrent cependant par une hauteur crânienne qui les avoisine de l'homme moderne, du type *néanthropic*. On pourrait donc hésiter sur la classification du spécimen comme étant du type néanderthalien, s'il n'était pas d'une chronologie moustérienne bien établie, ce qui n'était pas le cas des trouvailles récentes d'Alcolea (Espagne) et de Broken-Hill (Afrique du Sud). Cette dernière a justifié la création d'un type nouveau, l'*Homo rhodesiensis*.

La découverte de Tabgha a un grand intérêt au point de vue de la distribution géographique de l'espèce moustérienne et aussi comme document établissant des rapports de parenté entre cette espèce et l'*Homo sapiens*. Arthur Keith a remarqué aussi avec justesse que les os des membres des Néanderthaliens de Krapina (Croatie) étaient plus semblables à ceux des races modernes que ceux des exemplaires plus occidentaux de l'*Homo neanderthalensis*. Le crâne, dit néanderthalien, de Podkumok (Caucase), appartenant peut-être à la dernière période glaciaire, présente aussi quelques affinités avec l'*Homo recens*. Ce sont des faits qui portent à croire qu'on trouvera dans l'Orient des éléments pour l'élucidation critique de l'histoire évolutive de l'homme moderne. On devra peut-être chercher dans une région sud-orientale (par rapport à l'Europe) le centre de formation et de dispersion de l'*Homo sapiens*.

Sous la suggestion des trouvailles de son pays, le Prof. Dart croit y pouvoir localiser le laboratoire naturel où se serait préparée la phase évolutive représentée par l'*Australopithecus* — qui est, selon lui, l'état immédiatement antérieur à celui proprement humain.

Cette localisation phylogénétique est prématurée. L'Afrique, considérée aussi par Darwin et Elliot Smith comme le centre de l'anthropogénèse, fournit, en effet, en faveur de cette thèse, les Primates oligocènes de Fayum, une industrie paléolithique s'étendant profusément sur le continent tout entier, les découvertes de Taungs et de Broken-Hill, quelques populations inférieures, comme les Négrilles et les Bushmans et enfin une foule de formes simiennes actuelles, parmi lesquelles on trouve les Anthropoïdes morphologiquement les plus proches de l'Homme. Mais ceux-ci et les Singes fossiles de Fayum se trouvent très loin de l'Afrique du Sud.

D'autre part, l'Asie a en sa faveur les Primates miocènes et pliocènes de Sivalik, plusieurs espèces simiennes actuelles de ses contrées méridionales, une industrie paléolithique (quoique moins abondante que celle de l'Afrique), la contiguïté du *Pithecanthropus* et des crânes *proto-australiens* de Wadjak, une mosaïque compliquée de populations où ne manquent pas les types énigmatiques, comme les Aïnus, et des populations inférieures comme les Kadirs de l'Inde, les Senois et les Sémangs de la presqu'île malaise, les Veddahs de Ceylon, etc.

Je trouve vraisemblable l'hypothèse de Lull, Matthew, Giuffrida-Ruggeri et d'autres d'après laquelle la formation du relief de l'Himalaya dans le tertiaire aurait amené, dans la contrée au nord de la chaîne, les transformations climatiques favorables à l'anthropogénèse. Cette localisation est fondée sur les fossiles de Sivalik, moins anciens que ceux de Fayum, sur la proximité du *Pithecanthropus*, sur la profusion des étalons anthropologiques dans l'Asie méridionale, sur l'existence de populations inférieures et d'espèces simiennes dans l'Inde et ses alentours, sur la position centrale de la région et même sur des conditions géologiques qui permettent d'attribuer à un important fait géo-tectonique l'établissement des circonstances favorables à la transformation du *Pro-hominida* inconnu en un Hominien.

Cependant ce qu'on peut affirmer, sans hésitation, dans l'état actuel de la science, c'est que le foyer de l'évolution des Primates supérieurs et le berceau de l'humanité se trouvent quelque part dans le bassin de l'Océan Indien ou ses alentours.

Une ceinture anthropogéographique de populations inférieures embrasse cet Océan. On peut considérer comme des immigrés de date récente quelques-unes de ces populations (Australiens, Négritos de la presqu'île malaise et de l'Australasie, etc.), mais cela ne détruit pas la signification de cette ceinture.

On a aussi à prendre en considération les localisations paléontologiques qui passent de l'Afrique du Sud (Taungs, Broken-Hill) à la vallée inférieure du Nil (Fayum) et à l'Asie Antérieure (Tabgha), s'étendant, vers l'est et le sud-est, au nord de l'Inde (Sivalik-Hills), à Java (Trinil, Wadjak), peut-être aux Philippines (Manila) et à l'Australie (Talgai). C'est ce que j'appelle l'*arc anthropophylétique indien*, le comparant, dans le domaine de la géographie physique, au cercle volcanique du Pacifique.

Cet arc a une évidente signification au point de vue de la géographie phylogénétique des Primates supérieurs. Au fur et à mesure que se multiplieront les découvertes paléontologiques, on pourra tracer des *lignes isophylétiques*, unissant les lieux où l'on trouve des types fossiles d'un même étage évolutif. Ces lignes seront utiles pour la détermination probable et approximative des centres de formation et de dispersion des groupements zoologiques.

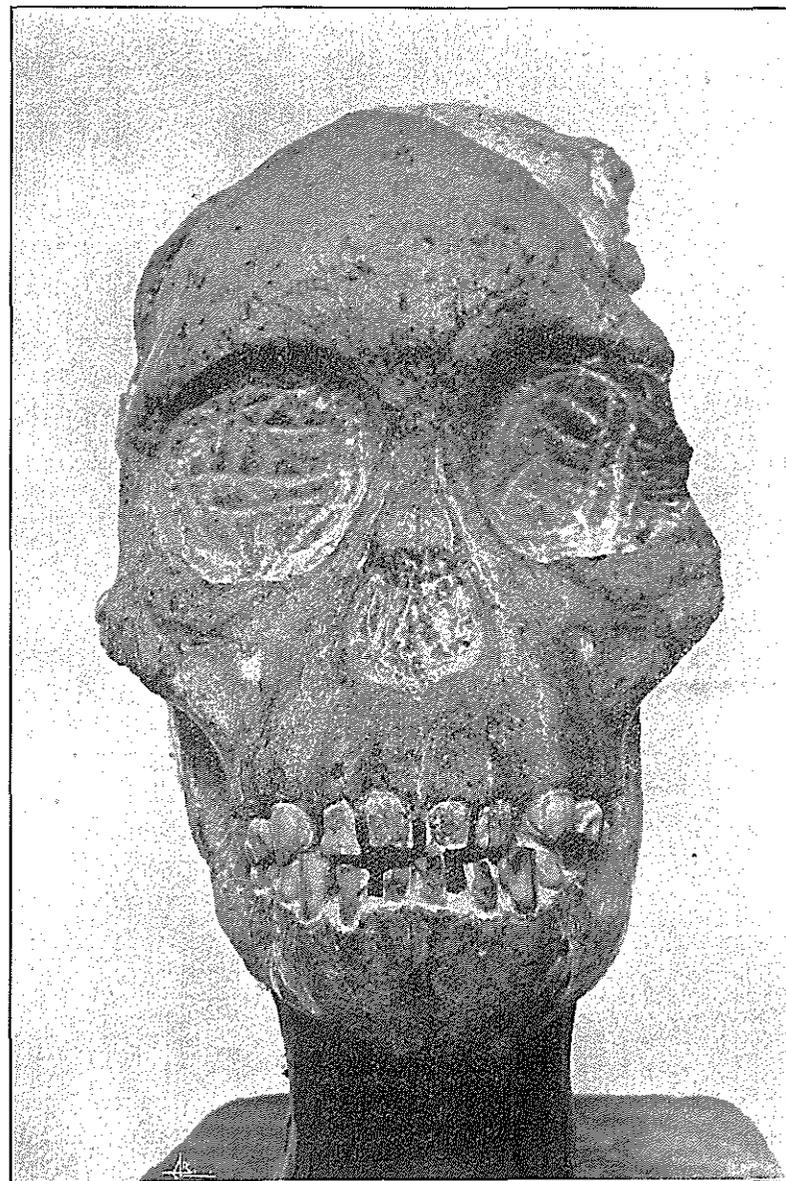
L'anthropogénèse se serait effectuée dans une zone autrefois boisée, devenue ensuite nue et ouverte, du bassin de l'Océan Indien ou des contrées périphériques. Taungs, par exemple, est située dans le bassin du fleuve Orange, tributaire de l'Atlantique. Mais cette région, quoique intérieure, est plus proche de l'Océan Indien. Fayum et Tabgha sont placés tout près de la Méditerranée, Talgai de l'Océan Pacifique. Mais il faut admettre des irradiations périphériques des centres phylétiques indiens.

Une de ces extensions migratoires se serait peut-être produite vers l'Amérique dont le peuplement par l'homme serait secondaire. On admet aujourd'hui que la pénétration humaine en Amérique s'est effectuée par le détroit de Behring (Hrdlicka) et par des migrations transpacifiques (Rivet). On pourrait selon moi, supposer aussi une autre voie, peut-être encore plus ancienne: la voie Australie — Tasmanie — Antarctide — Amérique du Sud.

La récente hypothèse de Wegener des translations continentales considère géologiquement tardive la rupture des liaisons entre l'Australie, l'Antarctide et l'Amérique du Sud. Mais, si par rapport à l'âge humain, la séparation a été précoce, elle n'a, peut-être, pas pu empêcher le passage à travers des guirlandes insulaires, des presqu'îles, des canaux, des détroits, des isthmes, etc., dont il y a encore des vestiges. La faune mammalogique de l'Amérique du Sud porte cependant à croire que cette ancienne migration humaine s'est faite probablement,

comme le peuplement de l'Australie, sans une faune solidaire moderne, ce qui révèle les difficultés du transit. Les Singes Platyrrhiniens, dont on trouvera peut-être les ancêtres fossiles en Australie, auraient été une avant-garde très ancienne de cette migration; leur caractérisation spéciale indique nettement leur isolement consécutif. Seul l'Homme aurait, après eux, réussi à pénétrer dans le Nouveau Continent par la voie méridionale, à une époque où les conditions climatiques et peut-être la position de l'Antarctide n'étaient pas celles d'aujourd'hui. Il aurait suivi sur l'Antarctide la trajectoire la plus éloignée possible du pôle Sud.

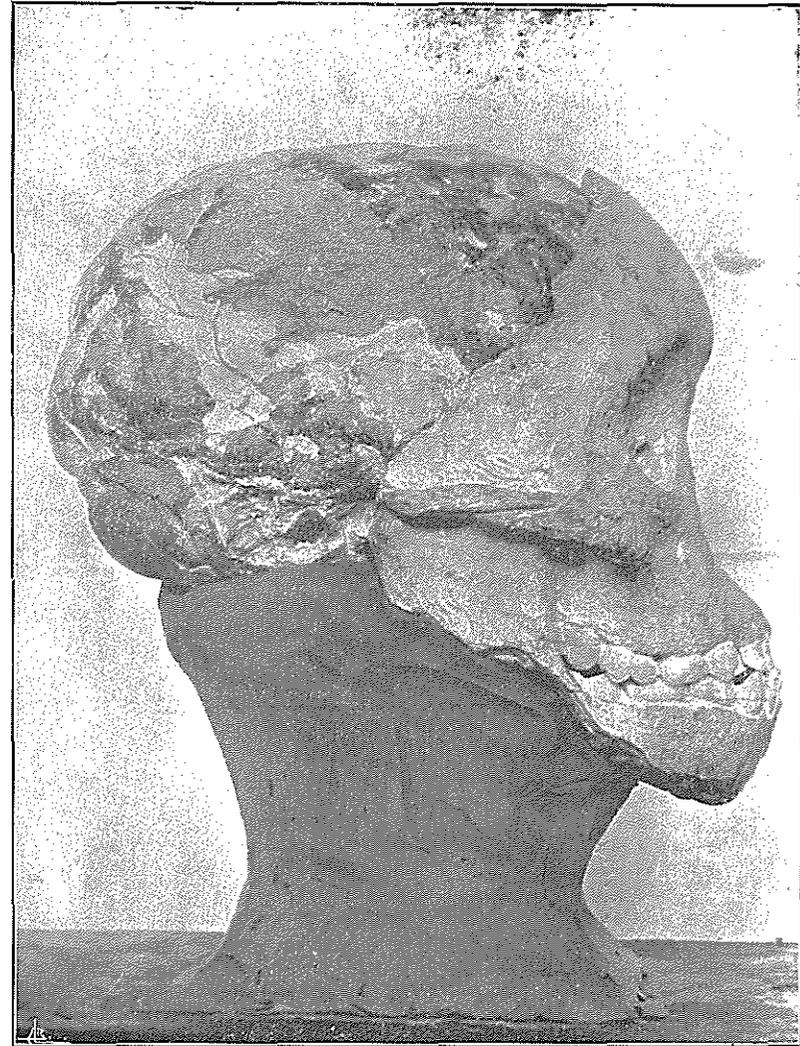
Moins vaste que l'Atlantique et le Pacifique, l'Océan Indien a pris dans l'évolution des Primates un rôle transcendant qui n'est pas échu aux deux autres Océans, ses frères. Ses plages anciennes auraient été foulées par les premiers hommes, lesquels auraient vu avec un étonnement infantil leurs faces semi-bes-tiales se refléter sur le miroir argenté de ses eaux. L'Océan Indien aurait été à la fois berceau et sépulture, en même temps linceul fluide de terres disparues et théâtre d'activités géologiques et organiques intenses, lesquelles se manifestent encore aujourd'hui dans les paroxysmes de ses volcans et dans l'énergie constructrice de ses récifs et de ses îles de coraux.



EST. I

Fot. cedida pelo prof. Dart

O crânio do « Australopithecus » (norma anterior)



EST. II

Fot. cedida pelo prof. Dart

O crânio do «Australopithecus» (norma lateralis)



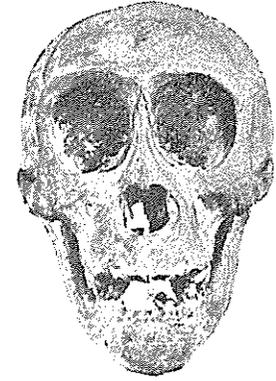
EST. III

Fot. cedida pelo prof. Dart

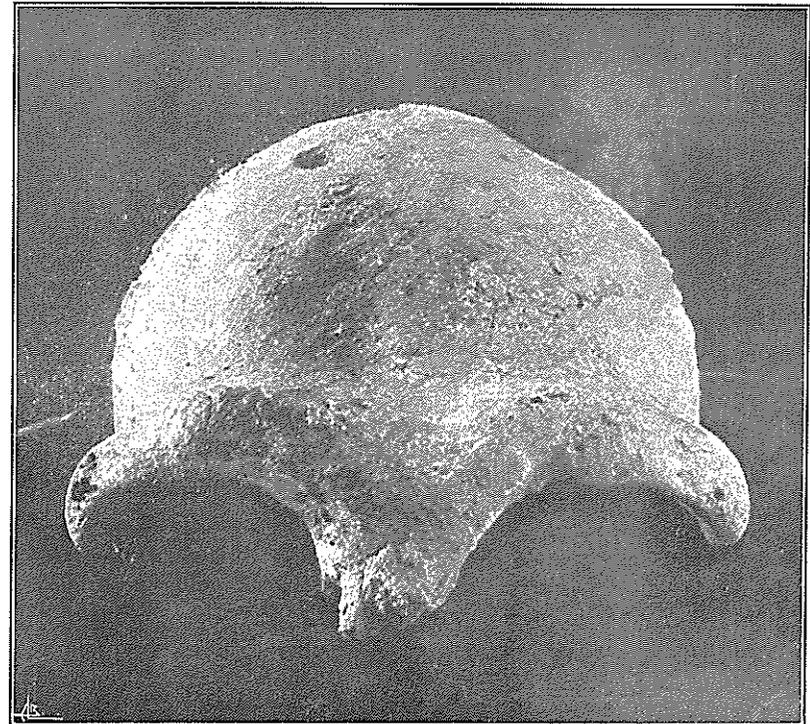
Reconstituição hipotética do «Australopithecus»



1



2



3

EST. IV

1—Crânio de Orango *juv.* (seg. Oppenheim); 2—Crânio de Chimpanzé *juv.* (id.);
3—Frontal de Tabgha (seg. Turville-Petre)

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

SÉDE:—RUA DE SANTA CATARINA, 261-1.º

PORTO

VOL. II—FASC. I

Prof. A. A. Mendes Corrêa—Novas discussões sobre a origem do homem.

Amandio Tavares—Agenesia do grande e pequeno peitorais.

Constancio Mascarenhas—A Pátria do Buda.

VOL. II—FASC. II

Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior—Estudo antropológico e etnográfico da população de S. Pedro (Mogadouro).

Porto—Imp. Portuguesa—Rua Formosa, 116

26876

3622



TRABALHOS

DA

Sociedade Portuguêsa

DE

Antropologia e Etnologia

VOL. II—FASC. IV

JAIME DE MAGALHÃES LIMA:

Os povos do Baixo Vouga.

ALFREDO ATHAYDE:

Novos processos de determinação dos ângulos de torsão.

Prof. Rudolph Martin.

Lutuosa (1921-1925).

Subsídios recebidos e Trabalhos da Sociedade.

Lista dos membros da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

PORTO—1926

I. N. E.
BIBLIOTECA
Portugal
3622

OS POVOS DO BAIXO VOUGA

A sua missão étnica na vida nacional e problemas correlativos

POR

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

Ao norte de Portugal, sôbre o Atlântico, a linha da costa afrouxa e decai para o lado da terra, fechando pelo poente uma extensa meia-lua de planuras vastas, cortadas de canais e lagos, e na linha interior demarcada pelas primeiras elevações dos contrafortes das serras de Arouca, Talhadas, Caramulo e Buçaco.

Descendo do Caramulo para o litoral em um dia tempestuoso e negro, cerrado de nuvens rasteiras, impedindo a difusão vertical da luz, tive ensejo de ver na sua maior extensão aquelas terras, iluminadas de modo que todos os acidentes de relêvo se confundiam e nivelavam, formando de lés-a-lés como um mar profundo e negro, no qual o Cabo Mondego, ao sul, e os montes da margem esquerda do Douro, ao norte, seriam os redentes da entrada de uma baía. Prolongados pelo oceano dentro, representariam ao mesmo tempo as balizas e as defesas de um largo pôrto de abrigo, ao qual, pelo nascente, as serras dispostas em semi-círculo erguiam uma eficaz muralha de resguardo. E porventura algum dia assim teria sido, na realidade; êsse mar interior que uma rara incidência da luz me figurou por um instante, algum dia teria coberto toda aquela vastidão, e já nos tempos históricos, tanto mais facilmente atingindo êsses tempos quanto é certo que modernamente não é exagêro datá-los de há seis mil anos, segundo ouço. Hoje, as terras arrelvadas substituirão em

grande parte as águas primitivas, mas a plateia do anfiteatro magnífico, a meio do qual me encontrava, não será ainda agora no seu carácter geográfico essencial coisa muito diferente do que foi em remotas eras, quando as vicissitudes de colocação das rochas e das montanhas que a circundam formaram a bacia em que essas águas se conteem e movem. Ainda agora, sem maior esforço de imaginação se suspeitam e ressurgem os dias em que as águas do Cértima, do Águeda, do Vouga e do Caima viriam directamente àquela baía e de lá ao mar, pouco a pouco minguando para dar lugar à elevação gradual do chão arável, formado pelos assoreamentos fustigados pelo vento e pelas ondas do mar, conjugando-se os efeitos dessas fôrças com a acumulação progressiva dos sedimentos que na corrente dos rios os montes mandavam à planura e aqui se depositavam abundantemente, por falta de inclinação que os despejasse no mar.

Assim se teria traçado e efectuado o actual e complicadíssimo sistema de ilhas, canais, baixios, restingas e cales, enredado já pela vastidão da superfície em que estes movimentos cruzavam, já pela diversidade de volume, direcção e intensidade dos impulsos das águas precipitadas das serras, tudo cooperando na transformação geológica que converteu o mar em chão agrícola habitável.

Foi com estes elementos que se formou a região do Baixo Vouga, tal qual hoje a vemos, tôda cortada de lagos e canais em suas formas tentaculares, tão depressa deixando erguer a terra como logo lhe abrindo uma tortuosa estrada fluida. E digo região do Baixo Vouga do que outros usam chamar a ria de Aveiro, para a distinguir da parte dessa mesma região que fica em tôrno de Aveiro. Queria compreender pela designação que adoptei tôda a amplitude que vai de Ovar a Mira e é banhada pelas águas da ria; e referi-la sòmente a Aveiro será limitá-la, deixando-a muito aquêem da sua extensão real.

Note-se, porém, e nunca se esqueça porque êste facto é de suprema importância no estudo etnográfico dos povos que habitam estes lugares:—ou fosse o mar que algum dia se engolfou e amainou neste resguardo, ou seja a terra firme em que parte do mar se transformou e agora podemos calcar, esta região nunca alterou o seu carácter de abrigo e refúgio das tormentas marítimas como também nunca perdeu as suas condições de acessibilidade por via marítima. O abrigo veio-lhe da natureza e disposição das rochas e dos montes que a contornam, e a acessibilidade por via marítima ou fluvial manteve-se através da sua evolução geológica porque à medida que a profundidade do mar minguava e a praia recuava, ficaram ilhas e canais e minúsculas veias de água navegáveis que levavam e ainda levam os barcos até ao sopé dos montes, e nos barcos transportam a gente que do mar largo aqui aportou. Não houve vicissitude fisiográfica da sua vida que lhe roubasse a faculdade de navegável. Ainda hoje é susceptível de se percorrer em barco de Mira até Ovar, em uma extensão de algumas léguas.

Estamos em uma região irredutivelmente marítima. De tal forma aqui se casam a terra e a água, em tal intimidade e tão assídua, que Oliveira Martins, em uma aproximação feliz, classificou de anfíbia a vida que os homens aqui levam.

*

* *

Que gente mora nestas terras? Donde veio e que caracteres a distinguem? Que condição etnográfica foi a sua no passado, o que é no presente, e que probabilidades tem de ser no futuro?

Lyell, e depois dêle Geikie, sempre insistiram na sujeição ao princípio de que tôdas as mudanças nas eras geológicas passadas

se operaram aproximadamente por causas semelhantes àquelas que hoje encontramos em actividade (¹).

Este princípio, porém, que o geólogo considerou e respeitou, restringindo-o à série de conhecimentos científicos que foram objecto da sua aplicação e mais aturado e particular estudo, este princípio será comum a toda a investigação científica, seja qual for a natureza daquilo sobre que hajam de incidir as suas observações e experiências. Poderá a nossa imaginação inventar formas e sonhar mais ou menos fundadamente derivações das espécies orgânicas ou inorgânicas existentes no passado ou no presente, mas o que não pode, porque excede a capacidade humana, é descobrir uma ordem de movimento da vida diferente daquela que na actualidade experimenta e verifica. Os limites da interpretação do passado são rigorosamente marcados pela consciência do pre-

(¹) «Há quasi um século que Lyell, nos seus *Princípios de Geologia*, mostrou que as forças presentes em laboração, como a chuva, o ar e semelhantes, são perfeitamente capazes de explicar as grandes transformações geológicas que tiveram lugar no passado. Largamente contribuiu para que em geral se adoptasse a doutrina da continuidade que hoje é artigo fundamental dos geólogos. Antes desse tempo, os geólogos invocavam toda a espécie de forças desconhecidas para explicar a sucessão das épocas geológicas. Havião imaginado catástrofes que tinham varrido inteiramente as antigas formas da vida, resultando daí uma criação inteiramente nova, usualmente devida, segundo criam, à intervenção divina directa. Não compreendiam que pequenas forças actuando durante períodos imensamente longos podiam produzir efeitos imensos; que um fio de água, correndo do outeiro brandamente, pode com o tempo rasgar um grande vale; que os movimentos de elevação, lentos, quasi imperceptíveis, podem erguer uma região a milhares de pés de altura e alterar-lhe inteiramente as condições de vida. Lyell mostrou que bastava apenas olharmos em volta de nós para vermos em actividade a maioria das causas que em tempos tiveram consequências de largo alcance. Parece que em nossos dias o desenvolvimento e difusão da civilização sofre de uma semelhante ignorância geral da importância dos movimentos presentes para explicação do passado».

W. J. Perry, conferente de antropologia cultural na Universidade de Londres. No estudo incluído em *The New Past*, publicado por E. H. Carter (B. Blackwell; Oxford, 1925). Pág. 28 e 29.

sente, e as nossas divagações, por mais arrojadas que sejam, nunca podem libertar-se da assistência contínua de certos poderes irreductíveis que nos guiam e tem sujeitos, e não estarão longe de se achar representados nos princípios invioláveis da semelhança e da identidade com o que, directamente, por nossos olhos e por nossa imediata experiência soubemos.

Se a ciência de Lyell parte do princípio de que todas as mudanças nas eras geológicas passadas se operaram por causas semelhantes àquelas que hoje encontramos em actividade, se um altíssimo mestre não achou meio mais seguro de conhecer um passado geológico do que a contemplação e exame do presente, por maioria de razão esse princípio terá de subsistir em etnografia, e a sua autoridade nos obriga a observar aí os movimentos presentes, se queremos investigar e apreciar sem inverosimilhança de maior as formações passadas.

Por maioria de razão — porque a história do homem é em matéria de documentos e confiança dos vestígios da vida passada uma sombra, uma ligeira sombra, quasi de todo delida, se a comparamos com a história da terra.

A história do homem jamais poderá reconstituir-se integralmente; a natureza eminentemente precível da sua existência e a exiguidade e curta duração dos seus despojos destróem-lhe as relíquias uma a uma, e pouco menos de totalmente; e entretanto a história da terra é perfeita e indestrutível na eloquência e na abundância dos elementos em que por sua própria actividade gradualmente vai gravando memórias. Na incorruptibilidade das rochas e nos jazigos dos sedimentos a terra arquiva a lembrança de toda a passagem e momento da sua jornada. De cada impulso, do mais pequenino como do mais abertamente ciclópico, de toda a mudança guarda monumentos; o vendaval que uma noite revolteu a terra tem logo o seu padrão no montículo de areia que depositou sobre a dureza das rochas. A sua voz traduz-se em

edificações duradoiras, e a par, à intensidade da vida humana, tão precipitada e confusa, corresponderá a dissipação pouco menos de absoluta do rasto da sua exaltação. Na vida do homem, tudo será concretamente efémero; duradoiro, na vida do homem, só o seu espírito. Debalde lhe foi dada a capacidade gráfica; nas suas mãos é um ténue e frágil instrumento de ressurreição das coisas que tocou e afeiçoou à sua aspiração. Grafia perfeita e fiel não é a arte dos homens que a grava, é a ingenuidade das rochas que a pratica. Porque a arte gráfica dos homens tem de lhes traduzir memória do seu ser na substância externa ao seu corpo, sempre escassa e mesquinha, e a geologia traduz a sua vida em sua própria substância, tão abundante em todo o momento como as vibrações que a movem. A água e o sol e o vento serão instrumentos de grafias infinitamente mais extensas e perseverantes do que as pobres grafias que a mão do homem alcança socorrendo-se dos reduzidos meios que a natureza lhe concede. ¿Onde haverá biblioteca que diga e guarde o que o carvão diz e guarda nas fôlhas das suas estratificações, onde há catacumbas que tais esquelêtos das vidas findas encerrem e em tal integridade?

Assim é que para a vida dos homens teremos de interrogar o passado no que dêle dura ou se renova no presente. É quanto nos resta. Só pelo que do passado em nós persiste e revive, só por êsse remanescente activo e visível poderemos conceber ou suspeitar as formas e os modos de ser daquilo que passou. Se nos apraz decifrar a etnografia de uma região, antes de cavar nos cemitérios que escassos subsídios poderão ministrar-nos, teremos de olhar atentamente para as multidões em que a vida palpita, e no seu corpo sonharemos o passado, até onde nelas se prolonga e renasce.

Por isso, tentando descortinar as feições étnicas dos povos do Baixo Vouga, eis que as exigências do método que tenho por menos contingente me encaminham a procurá-las onde a vida

presente é mais copiosa e movida, nos casais, nas feiras, nas romarias, nos campos e nas oficinas. E acontecendo que eu fui nascido e criado nesta região e oriundo de avós aqui nascidos e criados também, o primeiro espécime que tenho a observar, porque é o que mais de perto posso conhecer, será naturalmente a minha geração e a minha família. Procurarei primeiro analisar a composição elementar do meu sangue, entretanto supondo que a composição do sangue dos vizinhos, fabricado em o mesmo ambiente e pelos mesmos modos, não será coisa muito diferente do que nas minhas veias palpitar.

*

* *

Nasci em Aveiro, no centro desta região que agora nos interessa, filho de um pai nascido em Eixo, terra à beira do Vouga e pertencendo ao coração desta região. Em Eixo habitaram e se multiplicaram os meus antepassados, no correr de cêrca de três séculos, querendo a tradição que o meu quarto avô fosse estrangeiro, sem todavia lhe designar a nacionalidade. Teria sido êsse homem, e isso leva a crêr que veio de fora, teria sido êle que fundou e exerceu na vila a indústria de artefactos de cobre que se propagou e prosperou, e que os filhos e netos continuaram até ao meado do século XIX.

Êste meu quarto avô foi povoador notabilíssimo; teve filhos sem conta e parece que só em um dia casou na localidade cinco filhas, o que me instituiu parente declarado de metade da freguesia, que tem apenas cêrca de duas mil almas.

Mas meu avô paterno não se contentou com as raparigas da vizinhança e foi casar a Vagos, a três léguas da sua casa, mas sempre à beira de águas do Vouga; e casou com uma mulher que lhe trazia um abastado dote de sangue francês, manifesto, de

inoculação recente, e ainda agora patente em parentes meus cuja face estampada numa gazeta parisiense poderia passar pela máscara da gente que habita as terras mais retintamente gaulesas. Depois, ampliando a confusão, meu pai casou no Rio de Janeiro com mulher brasileira, mas filha de um português naturalizado brasileiro, o qual era de Avintes, e por isso mesclando a minha família com uma pequenina inoculação de sangue que não era temperado com águas do Vouga mas destilado das torrentes do Douro.

O que desta infusão resultou e eu conheço, bem decomposto e analisado, daria talvez um compêndio das raças da Europa, pelo menos. E o certo é que até onde a minha débil vista alcança, acho na família quanto baste para modelo de todo o tipo étnico ordinário que vagueia da Escandinávia e do Cáucaso até aos montes e praias da Ibéria. Só os dez filhos de minha avó paterna dão para tudo, desde o mais alentado moço de olhos pretos e cabelos pretos até à mais esguia e leve rapariga de olhos azuis, face rosada e cabelos loiros, uma inglesa, como costumavam semelhá-la. De permeio, gente de olhos castanhos e cabelos castanhos, gente que foi loira em criança e na velhice tinha os cabelos pretos, e no geral gente corpulenta e amiudadamente matizada de loiro e côres suas companheiras habituais. Em Inglaterra uma senhora escossesa, de alta educação, teve a gentileza de me aproximar da sua família, pois me achou « muito parecido com um primo seu »; um sobrinho meu ainda teve na infância êstes cabelos loiros, quasi brancos, a que chamam estriga de linho, e em Eixo êstes cabelos ainda aparecem muito frequentemente nas crianças.

André Gide, na célebre *Questão do Choupo* com Mauricio Barrès, dizia: *« Né à Paris, d'un père Uzétien et d'une mère Normande, où voulez-vous, Monsieur Barrès, que je m'enracine? J'ai donc pris le parti de voyager. »* E o meu sangue, recordando a varie-

dade das fontes donde nasceu, poderá perguntar-me onde é que pretendo baptiza-lo e eleger-lhe filiação autêntica. Ao fim, incapaz de pousar algures, terá também de achar que a melhor saída que tem a dar à inquietação é andar de contínuo a vaguear de remotas terras da Europa para as praias do Mediterrâneo, sem em parte alguma se deter. Ainda mesmo quando por prolongada presença e aparentemente sedentário se poderia crer estagnado em qualquer estreito recesso das águas do Vouga, ainda então se agitará de hora a hora, na inconstância da multiplicidade de aspirações que ora se conjugam ora se opõem, obedecendo a impulsos mandados de tôdas as latitudes do globo.

Tal é a pureza da raça donde venho, e, embora nem sempre atinja semelhante complexidade, tal será muito aproximadamente a pureza das raças que povoam as extensas planuras do Baixo Vouga. Étnicamente serão uma farmácia, copiosamente provida de simplices, nem um só dos quais poderá já encontrar-se claramente estremado e dominante, tão antiga é a série de composições e reacções em que anda diluído. Não há lugarejo onde não se achem amalgamadas raças vindas dos quatro ventos da Europa, sem dúvida entremeados de nutridas brizas da África. Da rapidez das confusões que em cinqüenta anos podem operar-se, dão testemunho os meus olhos. De um caso sei eu em que para uma pequena povoação de poucos fogos, habitada por gente miúda, sêca, trigueira, vieram dois casais do norte da região, alentados, abundados de carnes rosadas, de construção ancha como é vulgar nos povos donde provinham. Tiveram êstes dois casais muitos filhos, a maioria dos quais casou na aldeia em que haviam nascido. Tanto bastou para lhe transformar o aspecto dos moradores, e até, acentuadamente, os costumes. Hoje, a gente miúda e trigueira de algum dia, se ainda não está em minoria, como creio, para lá caminha apressadamente.

*

* *

Neste labirinto etnográfico que mais apertadamente se enleia no centro da região do Baixo Vouga, debalde invoco, para me darem um fio condutor, leis de hereditariedade que me proponham destrições seguras e de aproveitar para uma classificação precisa e fundadamente ordenada. A única certeza e evidência é a infinita complexidade dos cruzamentos em que êstes povos se formaram e continuam a multiplicar-se. Números mendelinos, aqui, se possíveis fôssem de distinguir, terminariam por tão sublimada álgebra que não haveria ciência matemática capaz de a alinhar e figurar.

Direi mesmo que semelhante confusão, e tão revôlta, de todo esmorece e muito singularmente a confiança em leis de hereditariedade até hoje concebidas; mais depressa nos conduzirá a suspeitar que essas leis só justificam soluções claras ou prováveis em casos simples e restrictos. Fora da limitada esfera em que se movem, o atropêlo será tão freqüente e intenso que praticamente, para a sistematização das espécies e variedades, essas leis não subsistem.

Foi observando os povos do Baixo Vouga que vim a confrontar com os lírios de Burbank as ervilhas de Mendel e as cristas dos galos de Bateson e me convenci de que em matéria de hereditariedade os gráficos coincidentes e os números e as proporções exactas poderão achar-se e repetir-se em termos próximos da invariabilidade onde se tratar de espécies dóceis, facilmente se encaminhando para onde as inclinamos e governando-as nós apenas com o sentido na reprodução ou na eliminação de poucos dos seus caracteres que mais avulsem. Mas onde toparmos com espécies rebeldes à nossa influência ou caprichosas em

suas tendências, logo de todo se perderão no infinito das incertezas os cálculos das probabilidades de criar variações com caracteres pre-determinados.

Burbank apartou cêrca de cinqüenta gêneros de lírios, trazidos de diferentes partes do mundo entre si distantes. Plantou-os, e durante uma série de anos, não breves, cruzou-os por complexas fecundações artificiais. Depois, daí foi colhendo sementes até que pôde semear por ano alguns arrâteis dessas sementes cruzadas. Por fim, tinha plantas suficientes para a grande prova e transplantou cem mil para os seus viveiros de experiência. E, prossequindo, criou assim mais de um milhão de bolbos e obteve formas que a mais exaltada imaginação jamais sonharia.

Um lírio que dava três a oito flores em cada haste passou a dar vinte a quarenta. Outro apareceu com oito hastes rebentando de um só bolbo e dando perto de duzentas flores. As variedades da côr e da forma orçavam pela multiplicidade dos sistemas de inflorescência-brancas, côr de palha, cremes, verdes, amarelas, carmezim, côr de laranja, umas lisas, unidas, iguais, outras manchadas como tigres e leopardos, umas de oito pés de altura, outras de seis polegadas, cêrca da quinta parte cheirosas, leve ou intensamente, e umas de fôlhas largas e outras de fôlhas estreitas, umas de fôlhas curtas e outras de fôlhas longas, umas de verde carregado, outras de verde pálido, e algumas lindamente estriadas de branco. Os bolbos não variaram menos que as flores — uns de escamas apartadas e delgadas, abertas, outros de escamas grossas, espêssas e unidas, avermelhados uns, e outros, a maioria, amarelos, brancos ou côr de laranja, uns quasi esféricos, outros cónicos, outros achatados, uns tardios em rebentar, outros temporãos.

«Há vinte e seis anos», disse Burbank em 1906, «comecei a cruzar os lírios naturais da costa do Pacífico, juntando-lhes de tempo a tempo espécies e variedades que pareciam prometer

resultados favoráveis, até que a minha colecção era a mais larga do mundo. Êsses lírios foram escolhidos e combinados, e re-escolhidos e re-combinados, até que hoje se tornaram em facto realizado os resultados mais importantes que jamais se conseguiram em matéria de criação de lírios. De alguns dos híbridos e sementes mais antigas tenho cêrca de mil bolbos de cada variedade, e tenho ainda meio milhão para dar flor pela primeira vez, e ainda em cada estação semeio de um a três arráteis de sementes de lírios fecundados por hibridação. Os conhecedores do género mais competentes que visitaram os meus viveiros, julgaram que entre os milhões de lírios que ali floriam havia, pelo menos, duzentos e cinquenta que eram híbridos distintos » (1).

Pois bem: a composição étnica dos povos do Baixo Vouga não será coisa muito diferente da composição dos lírios de Burbank, nem tão pouco serão mais numerosas as possibilidades de

(1) Se me pode ser perdoada a ousadia, juntarei à experiência formidável dos lírios de Burbank o depoimento da minha pobre experiência com diversas espécies de eucaliptos. Começada há vinte e cinco anos e continuada ininterrompidamente até hoje, entretanto multiplicando as surpresas dos cruzamentos e os problemas que elas dia a dia vão suscitando, é possível que alguma coisa insinue em matéria de inconsistência etnográfica.

Nestes vinte e cinco anos experimentei mais de oitenta espécies e variedades de eucaliptos, grande número das quais, plantadas em mistura e livremente se fecundando, já floriram e se reproduziram nos meus viveiros. Aí e de princípio encontrei espécies, como, por exemplo, o *E. Gunnii* e o *E. polyanthema*, mostrando uma extrema tendência a variar independentemente de toda a hibridação; sobretudo nos primeiros anos, a folhagem de exemplares, aliás de sementes tiradas da mesma inflorescência, é da mais caprichosa variedade de contorno. Outras espécies há, e a êste grupo pertence a mais vulgar, o *E. globulus*, com propensões claras para a invariabilidade e uma negação manifesta a aceitar o cruzamento, só por acaso dando exemplares híbridos. Do *E. globulus* tenho um híbrido achado em um viveiro de 7:000, e em outra ocasião apartei dois híbridos em um viveiro de 400. Outros ainda, como o *E. coriacea*, apresentam, em regra, casos de hibridação e até com tendência a repetir-se sempre na mesma proporção, com seus laivos de obediência a números mendelinos. Talvez não esteja longe da verdade quem aventar que no *E. coriacea*, quando cultivado em mistura com outras

destacar e contar para cada indivíduo ou para cada grupo os fios ancestrais que lhe urdiram a constituição. Sòmente acontece que essa fusão e confusão que para Lutero Burbank se passou em vinte e seis anos, sob o govêrno do seu génio, e se contou por centenas e milhares, para os povos do Baixo Vouga passou-se em muito mais de vinte e seis séculos, sob o govêrno do génio dos génios que é o mistério da criação natural, e conta-se por milhões.

O grande crítico dinamarquês Jorge Brandes, escrevendo de Taine e das suas propensões a julgar a crítica uma sciência aplicada, disse que « não há investigação metódica que nos possa dar a chave de um espírito humano compósito ». E por maioria de razão não haverá método científico que nos possa dar a chave da constituição e definição de raças humanas das quais o tempo fêz a complexidade de infinitas complexidades anteriores, forma-

espécies congêneres, os híbridos vem na proporção de 30 a 50 por cento, notando que uma vez que pude aproveitar semente de um híbrido vi reproduzir-se êste fielmente em todos os seus derivados, sem um só caso de regressão à legitimidade de qualquer dos avós.

Entre essas dezenas de espécies de eucaliptos que tenho experimentado, o que é porém o caso raro e peregrino é a ausência absoluta de hibridação e a persistência íntegra dos caracteres, posto que a tenha verificado com um afêrro notável no *E. amygdalina*, do qual nunca firei um só híbrido, suspeitando que o *E. amygdalina* fecunda outras espécies e nelas procria híbridos mas não admite a fecundação passiva, por outras espécies, e assim estaria em os vizinhos nas mesmas relações que entre si mantêm as plantas dioicas.

O mais interessante, porém, neste tumulto de uma complexidade e de uma flutuação infinita, serão os híbridos que no estado juvenil se aproximando de uma das espécies mães, passam a assemelhar-se a outra à medida que vão crescendo, e acabam por quási se confundir com esta quando os examinamos no estado adulto.

Parece que a hibridação está sujeita a movimentos evolutivos dentro do desenvolvimento de cada indivíduo, e logo naturalmente se pergunta que influencia terá na reprodução o momento de evolução, a idade em que nos híbridos se opera a fecundação. Dado êste movimento evolutivo para cada indivíduo, será lógico prever que para a transmissão ou eliminação dos caracteres de um híbrido

das pela aposição, amálgama, interposição e tóda a sorte de contacto, fusão e diferenciação de elementos iniciais, já de si compostos de muitos outros, insondáveis, de diversa natureza e carácter — como acontece com os povos que encontramos no Baixo Vouga.

*

* *

Todavia o espírito humano não se resigna facilmente com o despotismo da ignorância e onde de demonstrações peremptórias carece, sempre se interna nos reinos da conjectura.

Por isso não contemplaremos um fenómeno de extrema confusão como êste da constituição étnica dos povos do Baixo Vouga

não é indiferente a idade dos reprodutores; nem na forma nem sobretudo na actividade e natureza dos impulsos vitais será o mesmo ser o híbrido de dez anos e o mesmo híbrido aos vinte anos.

Se com o género humano acontece como com êste género de árvores — e não há razão para crer que seja por outra forma, e antes a complexidade da organização induz a supor que nos homens êstes movimentos serão infinitamente mais enredados e obscuros — se assim acontece em antropologia, teremos de abandonar de uma vez para sempre ao mistério o problema da classificação das raças. Não haverá génio que o decifre, se é que há talento que o formule, e não mais estranharemos os filhos que em crianças se parecem com um dos pais, e adultos se parecem com outro, sem embargo de na velhice virem a ser a imagem de qualquer dos avós. A única conclusão que prudentemente nos será lícita, é que nas raças humanas não só o híbrido é uma força constante e infinita mas também os movimentos de variação se operam incessantemente no correr da existência individual de cada um de nós. Nunca se saberá qual das tendências conjugadas na formação e vida de cada indivíduo vence a-final, e nem mesmo por quanto tempo é a dominante. Os conflitos de hereditariedades rivais que Weismann supõe na célula germinal alongar-se-iam pela vida inteira de cada ser, e mudariam de instante a instante a constituição e a circulação do sangue e todos os anseios psicológicos que nos movem.

Se eu houvesse de repetir a experiência das ervilhas de Mendel, apartaria em cada pé as sementes primeiro criadas e as sementes criadas por último, para depois as cultivar em separado e tentar averiguar se a reprodução da planta na sua primeira fase coincide, quanto à transmissão e persistência dos caracteres, com a reprodução da mesma planta na sua fase derradeira.

sem lhe sonharmos certa ordem subjacente e sem tentarmos esboçá-la.

Em princípio, encontraremos uma negação formal de ordem; mas se insistirmos no exame pressentiremos talvez vagos efeitos de seguimento e identidade sobrelevando ao caos.

Uma das conclusões mais fecundas da moderna concepção da vida, tal qual a profundidade progressiva da observação científica no-la tem revelado pelo labor ingente dos seus talentos, será talvez aquilo que chamarei a singularidade invariável do indivíduo, por pleonástica que tal expressão pareça — isto é, será a verificação de uma regra pela qual a espécie limitada em seus termos, como até agora a supúnhamos e tínhamos por padrão, mostra seus laivos de simples convenção que a aberração individual se compraz em atraiçoar constantemente, nunca prescindindo de que o indivíduo se afaste mais ou menos largamente do tipo rígido a que o referimos e no qual pretendemos integrá-lo. E será com elementos desta natureza que nós formamos em grupos as raças, necessárias e conseqüentemente caracterizadas por operações de referência a certas médias abstractas que, nos limites precisos em que as traçamos, não existem de facto na realidade concreta. Porque se lhe opõe a fluidez da vida, que é essencial.

Na sua mais funda intimidade, a vida será contínua e infinita; em tóda a latitude das criações se realiza e sente em uma série de variantes e gradações ininterrompida. Aos leigos facilmente se afigura que a grandeza de Darwin, aquilo que o ergue a uma estatura verdadeiramente descomunal, não será a descoberta de leis do desenvolvimento orgânico dos seres, como a luta pela vida, ou a selecção natural ou qualquer outra que dos seus estudos se deduza. A glória de Darwin consistirá antes em nos ter inspirado e gravado com uma profundidade dantes nunca vista a idea da continuidade, senão da unidade da criação, esta revelação de que onde palpitou a vida palpitam e virtualmente se contem

tôdas as suas possibilidades, a ponto que na ameba estamos já a ver o ictiossáurio e o homem, como nos esporos do musgo e do feto vemos a promessa da formação do roble e do cedro.

Em rigor, não poderemos dizer que haja uma só forma que se repita, pertença ela a que categoria a queiramos atribuir. Se a consideramos nas suas relações e dependências com as formas afins, antecedentes, concorrentes, ou subsequentes, a que se acha ligada por qualquer fio, se a referimos às derivações ou prolongamentos a que nos erros das suas adaptações, caprichos e opressões se prendem, sempre verificamos que nunca se repetiu integralmente. O velho exemplo apontando a árvore cujo génio não fabrica duas fôlhas inteiramente iguais, perfeitamente e sem o mínimo desvio coincidentes, será ainda e perpétuamente o mais claro espelho da lei da variabilidade, reflectindo-a com uma fôrça probante incontestável. A forma será exclusivamente individual e accidental; mal parece rematada, logo na sua reprodução mais próxima se lhe altera a descendência. Por cada tipo específico que no interesse e esforço de conhecer e coordenar as criações da vida e o seu seguimento a análise e a razão distinguem e apartam, haverá dez, vinte, trinta, cem ou mil individualidades intermediárias, para as quais serão tantos os pontos de afinidade e conformidade com o tipo que architectamos para designação da espécie como amudados se mostrarão os pontos de divergência e afastamento desse mesmo tipo. Queremos marcar com balizas esculpidas em aresta viva o roteiro das criações, mas ao fim reconheceremos que, embora balizas ponhamos acertadamente onde o relêvo se nos afigurou mais saliente e definido, entretanto nos escaparam e nem podem deixar de escapar ondulações infinitas pelas quais atingimos as elevações mais salientes, e declinações, também infinitas, pelas quais descemos das elevações, para de novo e logo nos vemos obrigados a subir a outras elevações que alteram a perspectiva anterior.

Por pouco se diria que, na verdade, a sistematização das espécies e variedades será mais uma criação do nosso espírito que uma imposição da natureza. E, por testemunho da legitimidade deste modo de ver, dariamos as ambiguidades sem fim que em tôda a classificação o naturalista consciencioso encontra e as divergências que nos seus trabalhos enxameiam, divergências que abrangem não só a colocação das unidades mas até a constituição das próprias unidades que teem de formar série.

De modo que a determinação das espécies será apenas a limitação elucidativa, e não pouco convencional, pela qual desistindo de representar o movimento ininterrompido que deu à luz as espécies e as anima, tomamos por firme, terminado e cerce, o que por sua natureza e condição irrefragável só vago, transiente e em perpétua oscilação existe.

Nem em outros termos, fora destes gerais e comuns, nos será possível distinguir as raças onde quer que as estudemos, na amplitude dos continentes como nos valos apertados da aldeia. Porventura não será maior violência suspeitar que na sciência etnográfica moderna se operou certa deslocação do seu antigo reino, obrigando-a a desterrar as raças daquela luz claríssima em que a nossa imaginação as havia formado e guardado como estátuas de mármore, de linhas puras e incorrutiáveis, para as internar na luz crepuscular de mistério imperscrutável, em que hoje vagueiam como irradias sombras inconstantes.

Esta teria sido mesmo a sorte comum a tôdas as sciências. Por diuturnidade da própria actividade progressiva, tôdas chegarão a um ponto em que se veem obrigadas a levantar vôo do terreno aparentemente firme onde a razão as fundava, mas terreno estreito, para se perderem, ou melhor, para se fortalecerem pela insinuação de poderes ocultos que as conduzem às regiões nebulosas do impenetrável e supremo. Esta distinção dos dois estados e duas diferentes esferas de qualquer sciência, uma es-

treita, a outra imensa, e uma contida na outra e por ela se completando, embora cada qual se ilumine de sua luz privativa, este reconhecimento de limites que a experiência e a dilatação do pensamento nos impõe em toda a tentativa de penetração científica, este princípio será mesmo o elemento fundamental que distingue as ciências antigas, orgulhosamente afirmativas, das ciências modernas, humilde e confessadamente cativas das estreitezas fatais a que severamente as teem sujeitas a insuficiência da capacidade humana e a exiguidade de instrumentos de investigação que a avareza do destino lhes marcou.

Tôda a ciência, a mais comezinha como a mais sublimada, logo e a breve trecho termina por se esvair em mistério ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Foi isto o que o sr. Oliver Lodge, com toda a sua incontestada autoridade e saber, pôs em termos de extrema clareza na carta que dirigiu ao *Spectator* de 31 de Maio de 1924, refutando alguns pontos da crítica que naquele mesmo periódico Julian Huxley fizera ao livro de Lodge, *Making of Man, a Study in Evolution*. Aí disse:

«Newton, um grande matemático, concebeu a idea muito simples de que uma lei de força referida ao inverso do quadrado das distâncias, estendendo ao espaço sem limites a conhecida gravitação da terra, podia explicar todos os movimentos observados dos corpos celestes; e, conseqüentemente, no trabalho de muitos anos levou a minúcias notáveis a verificação dos movimentos lunares e planetários. A sua teoria não explica a origem desses movimentos, e muito menos a origem dos planetas ou do sistema solar. Mas levou a gravitação terrestre a regiões onde nunca antes d'ele havia sido aplicada e deu um fio condutor para todas as complicações da observação dessas regiões, tão completo que suscitou uma admiração profunda.

«Darwin, um grande naturalista, concebeu a idea muito simples de que os factos conhecidos da morte e da hereditariedade e da influencia do ambiente, podem combinar-se para explicar a persistência de variações favoráveis onde quer que apareçam, e assim elucidar muitos fenómenos úteis. Daí, com grande labor e tenacidade, applicou este fio do sobrevivente, com notável plenitude de particularidades, a complexidades do reino vegetal e animal que pareciam misteriosas, de forma que por isso despertou a admiração e estimulou as investigações. Não explicou a origem dessas variações, e muito menos a origem dos ani-

*
* * *

Esta jornada das certezas sensíveis às suspeitas que escapam à verificação concreta e à demonstração visível, esta jornada comum a todas as ciências é, porém, mais ou menos longa conforme a simplicidade do objecto que investiga, e, conseqüentemente, em matéria etnográfica é singularmente breve pela complexidade extrema com que de começo vai topar em obscuridades impenetráveis. Mal partiu de qualquer ponto marcado para campo das suas explorações, logo se acha embaraçada em uma rede tão apertada de elementos diversos concorrentes que, sem tardar, se sente precipitada em um mar sem fundo de hipóteses e conjecturas, tendo em última análise de se conformar com um deslizar incerto à tona de água, feliz por flutuar mais ou menos conscientemente.

De todos os seres da criação o homem será o mais esquivo a decifrações, o mais misterioso, e isso importará as dificuldades máximas de afirmação em matéria etnográfica.

mais e das plantas, mas confiava em que a sua idea podia explicar a origem das espécies.

«A noção popular a respeito de Newton é que ele descobriu a lei da atracção gravitativa, o que era uma idea muito simples e trivial que simultaneamente ocorreu a Hooke; ou também que ele descobriu porque é que uma maçã cai — coisa que ele não fez e nós até hoje ainda não sabemos.

«A noção popular sobre Darwin é que ele descobriu a sobrevivência do mais apto, o que é uma idea simples e trivial que simultaneamente ocorreu a Wallace; ou também que ele descobriu porque é que as espécies aparecem — coisa que ele não fez e que, imagino, até hoje ainda não sabemos».

E pois que ninguém até agora tem conseguido nesta matéria explicações racionalistas que supram a explicação mística ou teológica, vem o sábio professor a concluir que «a hipótese de uma intenção real ou plano de qualquer género ou, para com mais segurança o dizermos, a hipótese de qualquer actividade mental ou psíquica efectiva sobrepondo-se à matéria e dominando-a, é ainda scientificamente admissível».

« Em outros tempos, o problema das relações do homem com os outros animais punha-se em modos diferentes, e talvez mais filosóficos que hoje. O homem, dizia-se, é um animal, um bípede sem penas. Foi tirado do pó. O que é certo, porque vemos que ao pó se volve. É pó, portanto, e é um animal—mas é mais. É um animal que usa roupas ou qualquer espécie de acrescentamento estranho à sua pessoa, para adôrno, quando não seja para agasalho; não se contenta com a pele e o cabelo de que a natureza o dotou, procura afeiçoar-se a outro modelo. Depois, o homem é um animal que usa ferramentas. Um dos famosos assaltos à dignidade do homem, no século XVIII, consistia em procurar mostrar que o orango-tango se armava de um pau, e publicavam-se gravuras, particularmente na *História da Natureza animada*, de Goldsmith, mostrando o orango-tango assim armado e erguido em frente das casas rudes que êle tinha edificado para seu abrigo. Depois ainda, o homem é um animal que escreve, desenha e lembra em forma tangível os seus pensamentos invisíveis, dêste modo iniciando a civilização como a conhecemos.

« E assim continuavam. O homem é um animal que fala. O homem é um animal que sorri. Tão espantosa soma e tão importante as diferenças constituíam que pareciam demonstrar que o homem era alguma coisa mais, ou antes alguma coisa além de um animal. Especialmente impressionava os pensadores o facto de que o homem era o animal que aspirava. Diferentemente do cão, da abelha ou do macaco, o homem ou se inquietava com o seu próprio ser ou cuidava nêle, sempre atormentado pelo desejo de alcançar alguma coisa que ainda não tinha. E isto, loucura que seja, carece de explicar-se. O problema mais interessante continua a ser porque é que o homem, desde o comêço da história, entrou a imaginar-se qualquer coisa diferente daquilo que era. Isto é que não tem paralelo no mundo animal ».

Estas considerações aduziu recentemente um professor da

Universidade de Yale, o sr. Chauncey Brewster Tinker, ao apreciar o alcance do moderno achado do antropóide fóssil de Dart. E as suas advertências me pareceu oportuno repetir aqui e ter em conta porque, tratando-se de observações etnográficas, directamente instam pela necessidade de jamais apartarmos em semelhantes estudos os elementos espirituais e os elementos somáticos, que êles por igual compreendem. O corpo e a aspiração, o ser visível e o ser etéreo, mostram-se inseparáveis em tôda a conjuntura da observação étnica dos povos e obrigam a classificações e especificações, nas quais essas duas forças da dupla natureza do homem de contínuo disputam a soberania. Muitas vezes nos deixarão incertos, sem saber a qual delas atribuir a significação definitiva para a organização do sistema em que houvermos de graduar e ordenar as criações em que essas duas forças se conjugam e movem.

*

* *

Mais convirá ainda lembrar, entre estas considerações preliminares, e antes de tentarmos esboçar as distinções étnicas dos povos do Baixo Vouga, que na continuidade ininterrompida das criações se torna, em rigor, difícil, senão proibida, a possibilidade de definir peremptóriamente espécies e raças, fabricadas por amálgamas de influências que se prolongaram e confundiram durante milhares e milhares de anos. Mas entretanto se verificará que, se como realidades tangíveis completas em seus gestos e contôrnos as raças não passam talvez de hipóteses fugidias, todavia subsistem e perfeitamente se distinguem entre a fluidez latente em que tremulam, se as considerarmos em têrmos de aproximações de tipos idealmente concebidos e por idealização presentes aos nossos olhos. Raças puras é a nossa imaginação que as fabrica por

sugestão, composição e associação de elementos concretos, vívidos e observados na sua irregular e não rara caótica disseminação entre indivíduos diversos. Só o nosso engenho e as instâncias do nosso desejo de compreender as suas relações, puderam regrar em unidades êsses elementos colhidos por fragmentação. A natureza invariavelmente nos oferece mestiças as raças, em estado de cooperação mais ou menos ou menos profunda e íntima entre si.

«Devemos lembrar que as raças humanas tôdas podem cruzar livremente, e se separam, misturam e ligam como se nuvens fôssem. As raças humanas não ramificam como as árvores, em braços que nunca se ajuntam. Êstes casamentos e re-casamentos das raças são uma coisa que carecemos de ter sempre presente no nosso espírito, em tôda a conjuntura. Se tal fizermos, nos livraremos de muitas decepções cruéis e prejuízos. Usa-se a palavra raça com a maior leviandade e sôbre ela fundamos as mais absurdas generalizações. Falamos de uma raça «britânica» ou de uma raça «europeia», mas quási tôdas as nações da Europa são uma mistura, confusão de castanho, e preto e branco, e branco e elementos mongólicos» (1).

Um crítico muito distinto, o sr. Benjamin Crémieux, verificando as mais modernas propensões psicológicas e estéticas da actualidade, nota-lhes o «sentimento agudo da solidão do indivíduo». «Cada um de nós está só, e os nossos sentimentos só de nós nos veem. Os outros dão-lhes ensejo de se mostrarem; mas nunca são êles que lhes dão causa. Não amamos certa mulher, amamos a imagem feminina que a propósito desta mulher compoemos».

Semelhantemente e por efeito das mesmas leis de geração de todo o nosso ser, as raças, na sua pureza, não passarão por-

(1) H. J. Wells, *A Short History of the World*, pág. 46. (The Labour Publishing Company. Londres, 1924).

ventura de criações mentais de espécies humanas, formadas e sublimadas tanto pela natureza como pelo poder de visões nossas, mediante selecção inteligente de elementos dispersos por indivíduos, de feições com parentesco entre si mais ou menos estreito, com largo rol de coincidências e nunca as podendo englobar em uma coincidência total compósita, em conjuntura alguma se conjungando espontâneamente na aliança em que os figuramos, e destacados das individualidades mães para os efeitos de os congregarmos e graduarmos em sistemas do nosso invento.

*

* *

Acautelados por estas desconfianças e sem desta concepção da natureza das sistematizações nos afastarmos, e antes respeitando-a e adoptando-a, poderemos todavia tomar em base de divisões e distinções êsses tipos étnicos provenientes de arte nossa, que não de factos rematados. Assim mesmo significarão instrumentos valiosos e fecundos de penetração mental de história e do carácter das civilizações passadas e presentes em todo o mundo. E se percorrermos a vastíssima região do Baixo Vouga, antecipadamente disposto o espírito a contentar-se com estas formas semi-reais idealizadas das raças, mais não pedindo para a sistematização e representação dos elementos étnicos de qualquer província, se nestas linhas ondeantes procuramos apreender o carácter étnico da gente que ali se cria, certos de que em outras linhas mais firmes não poderemos confiar, duas grandes famílias claramente distintas, dois génios, encontraremos nos povoados tão bastos como de per si densos que cobrem as extensas planuras do Baixo Vouga, freqüentam as águas dos seus inumeráveis lagos e canais e edificaram e enriquecem as suas cidades.

Dois e só dois caudais de sangue de diferente côr e diversa

substância, alimentam e animam essas multidões: tem um a veia mãe em Ílhavo, e o outro na Murtosa. Tudo o mais serão cruzamentos e bastardias de uma latitude de composição infinita, mas invariavelmente gravitando na órbita de um daqueles dois centros de atracção, e na mais precipitada instabilidade surgindo e imediatamente se dissolvendo. Aqui colhendo e logo abandonando ou trocando qualidades e feições, assim se formam e se movem, de contínuo dominadas todavia por tendências manifestas que são como a vaga expressão da saúde de uma das duas faces maternas de que poderiam derivar, e para a sua eleita se voltando ansiosas por se lhe tornar o espelho fiel.

Alta, leve, medianamente abundada de carnes, — a obesidade pouco a molesta — olhos negros, cabelos pretos freqüentemente ondeados, — os cabelos loiros mostram-se em minoria notável — a gente de Ílhavo, emquanto pela destreza e pela tez morena e suas qualidades ancilares e associadas habituais respira brizãs do Oriente e do Mediterrâneo, trazidas de tôdas as suas praias, quer europeias, quer africanas, quer asiáticas, tôda se funda em impulsos de graça. E entretanto, na Murtosa, uma outra gente, entre a qual se amiudam cabelos castanhos, cabelos loiros e cabelos ruivos, olhos claros, olhos de ordinário claros, mesmo os castanhos, e onde uma musculatura copiosa e sólida fortalece o corpo, hercúleo quando de estatura elevada e sempre de esqueleto ancho, ainda mesmo na estatura mediana, a gente da Murtosa é tôda fundada em poder, energia e actividade, e tanto se distingue pela ostentação de uma formosa pujança como a gente de Ílhavo parece incessantemente deleitar-se em moderada e suavíssima graça. O trato da gente de Ílhavo é de uma amenidade consumada, essencialmente sorridente; a presença do próximo, natural ou estranho, suscita-lhe uma vibração de alegria, é uma felicidade, certamente porque corresponde à satisfação de hábitos que o tempo teria tornado orgânicos; e o trato da gente da Murtosa,

não deixando de ser facilmente comunicativo e familiar, repassa-se de certa gravidade subjacente que sem excluir a simpatia a isenta de volúpia e a mantém em termos tanto de obrigação como de devoção, não a constringendo o convívio nem aborrecendo a solidão. Seria o trato da gente de Ílhavo instintivamente balsâmico; e o da Murtosa reflectidamente humano.

Onde, porém, a diferença entre êsses dois povos se torna terminante, é na voz. E é na voz, não na língua que muito bem pode ser comum sem pelo facto determinar a indicação de comunidade de sangue, é na voz que teremos talvez o elemento primordial das diferenciações étnicas.

Porque a comunidade de voz não significará apenas a comunidade de disposição dos órgãos vocais transmitida por herança e a correspondente identidade em sua função e feitos. A comunidade da voz representará também os resultados de uma educação renovada de geração em geração, uma aprendizagem tradicional ininterrompida, contactos seguidos que importam a persistência do carácter e o mais poderoso dos vínculos, e exprimem sob as modalidades físicas inalteráveis as modalidades morais que elas traduzem e paralelamente serão também inalteráveis.

Fletcher de Salton pretendia ter conhecido «um homem de muito siso que cria que se a alguém fôsse permitido fazer tôdas as baladas de uma nação, êsse não carecia de cuidar em quem é que havia de lhe fazer as leis». Isto é, pelo canto chegaria a determinar tôda a constituição mental e real dos homens e a governá-los.

Parafraçando êste singular conceito, talvez não o interpretassemos muito fora da lógica supondo que, se a alguém tal poder de sentidos fôsse dado que distinguisse as vozes que em côro cantam em cada palavra nossa que soltamos, mais não careceria para determinar claramente a composição étnica de quantos homens encontrasse na terra. Há na voz como a ressonância

harmónica, unificada, de tôdas as palpitações étnicas ancestrais; da elocução de cada palavra deriva o murmúrio de uma orquestra. Tem sua mística a etnografia, como tôda a ciência; tem seus reinos em que só por delicada intuição da sensibilidade, que não pela análise, é possível penetrar. O sentimento da voz como elemento de especificação toca já em grande extensão a esfera do mistério, mas nem por isso poderemos deixar de lhe reconhecer o seu poder de caracterização, até onde a nossa capacidade lhe distingue as suas subtis indicações.

Entre os caracteres que estremam os agrupamentos humanos será a voz aquele que mantém uma espontaneidade e uma independência completamente inacessível à intervenção da nossa vontade e propósito; comunhão alguma de vocabulário, sintaxe ou construção da linguagem será capaz de alterar êsse elemento de especificação que sendo etéreo parece furtar-se absolutamente à influência das alterações terrenas a que tentamos sujeitá-lo.

Froude, o célebre historiador inglês, verificando que « a poesia tem um poder de reprodução da vida que à prosa falece », diz que « a maravilhosa propriedade do verso — propriedade que, se bem a consideramos, desculpará qualquer superstição sôbre a origem da linguagem — a maravilhosa propriedade do verso é que a disposição métrica e rítmica da sílaba e do som é capaz de colher e nos renovar, não a fôrça das acções mas as próprias acções, em todos os sentimentos; é capaz de invocar a acção humana e tôdas as demais coisas em que os corações humanos se interessam, produzi-las ou reproduzi-las com a evidência que produziria as mesmas emoções quando elas realmente existiram. Todo o seu passado se nos torna presente pelo exercício de um poder criador tão genuíno como o da própria natureza — que talvez seja o mesmo poder manifestando-se umas vezes em palavras e outras nos fenómenos externos. Seja qual fôr a causa, o facto é êste ».

Queria isto dizer que a expressão e o poder renovador das emoções e de todos os seus impulsos, feitos e ambiente seria um fenómeno do compasso e ritmo da linguagem, mais acentuado e eficaz no verso que na prosa, ou melhor, atingindo no verso uma capacidade de renovação e transmissão íntegra que a prosa não alcança. Na sua essência mais profunda, essa capacidade de re-criar será um facto musical, um facto de sonoridade e modulação.

Simplesmente se tornará lícito deduzir as largas conseqüências, ou melhor, as complexas relações do que ao historiador ilustre se afigurou manifesto e primacial no poder da linguagem.

Sentiu Froude no metro e no ritmo tamanha fôrça que pode desculpar « superstições » em matéria de linguagem; mas não se limitará a êsses efeitos mais próximos e imediatos a acção do princípio de que êles dimanam, e êsse princípio fará também que à influência do metro e do ritmo tenhamos de juntar a influência da tonalidade e do timbre da voz, que assim se torna um dos mais eloqüentes, senão o mais eloqüente instrumento de decifração da qualidade étnica dos povos, tal qual sempre o foi da qualidade moral e psicológica dos indivíduos.

Mais ainda. Haverá na linguagem e sua fala qualquer coisa característica que precede metro, ritmo e a própria voz, como uma metafísica que escapando à análise na sua essência, é toda-via clara no seu poder de tradução específica. Não seria sem razão que Pedro Louys, nos apontamentos para a sua *Poética*, nos ensinou a « descobrir que a Musa pode sugerir o som antes da palavra, o ritmo antes da frase ».

Ora a voz da gente de Ílhavo é cantada, de um canto singular, todo do peito, que lhe imprime vibrações puras, claríssimas; e a voz da gente da Murtosa é repassada e não raro abastada de intonações nasais, incessantemente a envolvendo em um murmurar velado e constituindo-lhe certo sub-ritmo manifestamente

nocivo a tóda a agudeza de nitidez penetrante. A dez metros de distância não se passará muito tempo sem que ouvidos nossos que não estejam muito afeitos à fala da gente da Murtosa deixem de perceber uma ou outra palavra.

Só três vozes ouviremos na região do Baixo Vouga. Aqui, ou se fala *à moda de Ílhavo*, como usa dizer-se, ou se fala *à moda da Murtosa*, ou se fala *à moda da serra* — advertindo que esta última voz é accidental, peregrina, hóspede e discordante, e considerando que isso que no conceito popular se designa sumariamente por *moda*, é a expressão de um fenómeno eminentemente complexo, compreendendo língua, gesto, voz, acentuação e ainda outros elementos que todos se congregam para imprimir carácter à espécie étnica.

Vozes dominantes na região do Baixo Vouga são duas, somente; a de Ílhavo e a da Murtosa, na escala sem fim em que vão da máxima pureza e a mais acentuada até à confusão extrema, por vezes parecendo resultar em uma língua sem parentesco algum com qualquer das duas línguas mães. A voz da serra, essa que esporadicamente ali aparece, é a voz de imigrados de passagem ou fixados, mas na sua grande maioria de passagem. Vieram das colinas que circundam as planuras do Baixo Vouga, foram criados nos montes e dos montes trouxeram insistente, quasi formalmente rebelde a tóda a adaptação, a sua voz inconfundível pelo ciciar labiado que acompanha a elocução, esse *ché* que é como um éco das províncias alpestres do coração de Portugal.

*

* *

Se não esquecermos a feição geográfica da região do Baixo Vouga, logo e facilmente se imagina como é que lá se juntaram as três vozes da sua gente: — uma larga baía aberta ao mar pelo

poente e resguardada por montes altos ao nascente; em Ílhavo e terras circumvizinhas os mareantes que vieram do sul e aprenderam cedo o caminho de tão vasto abrigo; na Murtosa e sua larguissima esfera os mareantes que arribaram do norte; depois, o contacto lento em que uns e outros entraram em comércio; entretanto a visita de um ou outro raro vagabundo que desceu das montanhas e se quedou nas praias, seduzido pelos regalos e riquezas das cidades marítimas. Eu diria que sinto na voz da gente de Ílhavo écos de Tartesso, como na voz da gente da Murtosa ouço o rumor afreimado e rude de embarcações arrojados, largando ávidos dos recifes do Báltico e do Mar do Norte, em busca de presas. Aqui, no Baixo Vouga, se juntaram tódas essas gentes, vindas ao mesmo ponto por diversas vias, e aqui acabariam por se amar, depois de haver começado por se combater; aqui se casaram, primeiro pelo interêsse meramente económico, e depois pelo poder da atracção feminina, que os fundiram na infinidade das novas individualidades em que agora achamos combinadas suas diversas qualidades ancestrais. O rapto das sabinas não foi apenas um incidente da história de Roma, com influência poderosa na constituição orgânica do seu povo. O rapto das sabinas é uma força activa e formidável, omnipotente, no passado como na actualidade, em tódas as nações e em todos os continentes, operando por força ou por astúcia, por violência brutal ou por ternura, por madrigais ou por espadas, mas constantemente modificando a estrutura fundamental de todos os povos.

O sangue da serra é que pouco teria contribuído para alentar as veias da gente do Baixo Vouga. Porque é sangue de peões, e os mareantes é que se apossaram naturalmente das praias do Vouga, e entre mareantes e peões o consórcio é difícil, uma excepção; a tendência a estremarem-se e a fecharem-se, cada qual na sua casta, é tenacíssima. Na sua casta e na sua civiliza-

ção — porque aqui, como em todo o mundo, os mareantes criaram civilizações urbanas e os peões criaram civilizações rurais.

Quando houvermos de distinguir as raças pelos caracteres que a profissão impõe aos homens, a primeira das grandes divisões a estabelecer será talvez esta entre mareantes e peões, entre o braço e a asa, e a enxada e o remo. A vela e o bordão constituirão então as duas armas com que o homem se aventura à conquista da terra, — e também os dois símbolos religiosos das suas aspirações capitais. O bordão enraíza e retarda; a vela acelera e arrebatava: e cada qual terá criado sua espécie étnica, pouco menos de irredutível. A vela criou o mareante, habituado a longas horas de inércia, mercante, fazendo do comércio o ganha-pão, expansivo, palrador e comunicativo como convém a seu mister de permutador de bens; e até lhe deu o andar singular, com seu ritmo inconfundível, que fez dizer a um grande ilustre romancista, que também foi marinheiro, que o navegador nunca sente terra firme debaixo dos pés. Fácilmente dissipador e pródigo, porque vai buscar os bens onde outros os criam, e o barco lhe alarga o mundo e torna inesgotáveis as provisões, o mareante é cosmopolita e versátil, intuitivamente partilhando do carácter de tôdas as raças e de tôdas as propensões, alternando-as e conjugando-as em uma pronta simpatia, desprendido de tôdas as relações constantes. E o bordão criou o caminheiro, deu-lhe apenas um apoio exíguo e frágil para lhe amparar os passos lentos, todos movidos por seu esforço; e apressou a fadiga que o tenta a quedar-se e o induz na vida sedentária, pedindo o sustento aos quatro palmos de terra que os seus braços podem cavar, avaro porque não podendo ir longe não tem mais onde matar a fome senão no retalho do chão sobre que se curva, tímido, calado por disciplina dos dilatados silêncios a que a sua condição o obriga, desconfiando do vizinho que raro lhe aparece porque por sua vez é prisioneiro

da terra como êle, suspeitando de tôdas as amizades de passagem, particularista, obedecendo comovido à voz do campanário, aferrado a um sistema rígido de relações invariáveis. Para o mareante a vida é um fenómeno de expansão e um facto da aventura descuidada; para o peão a vida é concentração e acumulação, e um facto de zêlo aturado, previdência e prudência.

Ora os povos do Baixo Vouga são mareantes, ou filhos próximos de mareantes. Esta é a sua feição capital. Nos seus hábitos e modos actuais são manifestos os sinais da origem mareante.

A gente da Murtosa exerce o comércio com uma largueza que não tem semelhante em quaisquer outros povos das nossas províncias. As mulheres que ordinariamente se chamam ovarinas são murtoseiras que se apoderaram de um larguíssimo comércio, sobretudo de substâncias alimentares, quasi convertido, para certos géneros, em seu monopólio. Essa gente, na sua faina, dissemina-se por tôda a terra portuguesa e em tôda ela colhe e amela para enriquecer os casais onde nasceu. A exploração mercantil do mundo rende-lhe tanto ou mais que o património do seu berço, e frequenta a América com a mesma facilidade com que percorre tôdas as nossas províncias e moureja, sobretudo na capital.

Pelo seu lado, a gente de Ílhavo não tira os olhos do mar. Não sabe viver sem armadores de navios. Ainda mesmo no tempo de maior decadência da marinha de vela, hoje reanimada nas águas do Vouga pela pesca do bacalhau, nunca Ílhavo deixou de trazer no mar gente sua e barcos seus, para a pesca ou para comércio. E, o que étnicamente é mais significativo, o marítimo que povoa a vila, não se mistura senão acidentalmente com o lavrador que povoa e cultiva os campos contíguos. Em regra, o pescador desta região, se não tem trabalho na ria ou no mar, ou se o peixe escasseia, pede esmola, mas não procura trabalho na

terra, que aliás nem ama nem conhece. Lavradores e marítimos, se não são duas raças, são pelo menos duas castas que só por acaso consentem em cruzar-se, fora daquelas duas singulares regiões de anfíbios, que são a Gafanha e a Murtosa. A urbanização do marítimo é completa e não se compadece com as fadigas árduas e aturadas do trabalho da leiva e a sua rudeza e solidão. A filha do marítimo não procurará o filho do lavrador para se casar, como o filho do lavrador desconfia da ventura de tomar para mulher a filha do marítimo, por muito linda que ela seja. Mimosa dos regalos que o pai lhe traz das terras distantes a que abordou, a filha do marítimo jamais poderá afeiçoar-se às escravidões agrícolas, e nem com elas poderia por minguia de forças físicas; musa do lar, não suportaria a sorte de escrava do chão.

Facto interessante na definição do carácter eminentemente marítimo da gente de Ílhavo — na Ermida, a um quilómetro da vila, há uma feira mensal, concorrida e abundantíssima, mas onde quasi não aparecem gados. Em as nossas feiras, ordinariamente, os valores agrícolas representam percentagens elevadíssimas do valor total dos mercados; os valores industriais e mercantis representam a sua parte mais baixa. Mas ali, ao pé de Ílhavo, essas proporções inverteram-se; os valores industriais e mercantis predominam, quasi até à exclusão dos valores agrícolas. A feira é urbana, de tendas sem fim, e de toda a espécie de fazenda mercantil e fabril; é o simples prolongamento e reflexo da vida marítima e um sinal magnífico da predominância absorvente do carácter marítimo e urbano da comunidade que a produz.

Já assim não são as feiras mensais da Murtosa, onde, a par das riquezas industriais e sobrepujando-as altamente, se ostenta uma riqueza agrícola formidável. É que o mareante do norte que povoa aquela região, sem nunca perder a qualidade de comutador diligente das riquezas, pôde associar essa qualidade a qualidades

de criador rural sedentário, e repartiu a sua gente pelo campo e pelo mar, e pela leiva e pela estrada, não desaprendendo de cavar quando embarca, nem se vexando de trocar a escota pela enxada quando desembarca, e muito menos desamando a duplicidade das suas aptidões. Não tanto, todavia, note-se, que o tente a inter-nar-se no reino dos peões exclusivos que habitam os outeiros e as gândaras a montante das planuras do Baixo Vouga. Se em matéria de adaptação à vida rural o mareante de Ílhavo a negou absolutamente, de facto fechando a vila e não saindo a trabalhar nos campos fora de muros, para o mareante da Murtosa não será violência guiar a charrua em qualquer das freguesias da planura, mas nunca irá tão longe que suba as colinas e vá confundir a sua voz com a voz da serra. Mais lavrador que o seu parceiro do sul, nunca o será tão francamente que dispense a vizinhança das águas. Irá lavrar até onde o barco lhe levar o jugo e a alfaia, e só até aí.

*

* *

Porventura a distinção das espécies etnográficas dos povos do Baixo Vouga que a princípio, em remotas eras, poderia muito provavelmente assentar na observação de caracteres somáticos trazidos de diferentes terras pelos mareantes, hoje, pela interpenetração muitas vezes secular das unidades originárias terá de fundar-se em factos operados pelas tendências e vocação profissionais. Do passado resta a cada um a sua voz, é certo; a diuturnidade do convívio remodelou, porém, e fundiu em novas unidades os antigos caracteres e elementos de diferenciação. A constituição antropológica somática inicial, hoje pesadamente oprimida e atropelada pelas pulsações da vida subsequente, sobre-pôs-se a constituição de uma nova alma procedendo da acumu-

lação dos resíduos anímicos dos milhares de gerações que se sucederam e cruzaram moralmente com impetuosa intensidade, dando nova face à psicologia antiga, e entretanto modificando correspondentemente certos e muitos traços da estrutura física do homem.

Assim, confundidos pela identificação tenaz e progressiva das inclinações morais e profissionais tendendo para a redução à unidade, lentamente se terão atenuado e modificado e são já insondáveis os caracteres somáticos de origem e proveniência, sobre os quais se poderiam traçar genealogias.

*

* *

Aqui, na região do Baixo Vouga, encontraremos talvez exemplificados aqueles movimentos de unificação pela cultura que é inimiga agressiva e destruidora de tôdas as diferenciações somáticas.

«Sabendo que a observação do desenvolvimento e difusão da cultura, diz ainda W. J. Perry ⁽¹⁾, é uma operação perfeitamente contínua, determinada pelos fins dos homens, imediatamente se vê que as circunstâncias geográficas de qualquer país pouco mais podem exercer que uma influência passiva, de forma que dentro de uma larguíssima série de condições, climatéricas ou de qualquer outra proveniência, os homens teem larga escolha de fixação, e esta escolha é originariamente determinada por causas actuando dentro da própria sociedade humana». É por êste modo, diremos nós, que as derivações e influências étnicas somáticas de todo acabam por se afundar em confusão, cedendo a soberania a influências de cultura, renovadoras, ou melhor, remodeladoras, que

(1) L. c., págs. 48 e 49.

determinam aproximações e espécies inteiramente diversas das primeiras em seu significado. Às cegueiras e indiferenças de actividades cósmicas inconscientes, ou pelo menos de misteriosa consciência quando ainda em seus períodos de fatalidade, sucederam para a especificação étnica a aspiração e vontade reflectida, manifesta e eficaz dos homens, que nas eras de predomínio da pura animalidade era um factor mínimo.

De produto da qualidade e dosagem do sangue, as raças tornar-se-iam em produto da qualidade e dosagem das culturas que no seu âmbito englobaram, entendendo por cultura a expressão e acção das aptidões técnicas de uma comunidade conjugadas, operando de harmonia, e a disposição de ânimo, a constituição psicológica correlativa. Uma das mais fecundas concepções da etnografia moderna será a graduação do valor da profissão na determinação específica dos povos, sobrelevando em muitos casos aos valores da constituição biológica que antes se teve por primordial. O *homo faber*, enquanto por suas mãos fabrica um novo mundo externo afeiçoado à sua aspiração e necessidade, a si mesmo se reedifica intimamente em novo corpo e nova alma. Um mesmo movimento de adaptação importa a modificação do objecto a que o esforço e a vontade humana se aplica e a modificação simultânea da força íntima que êsse esforço determina, governa e anima. O mineiro, o cavador e o marinheiro terão dado por imposição profissional raças muito mais distintas entre si e fixadas do que, por exemplo, aquelas que poderemos estremar confrontando o slavo e o árabe.

«—Penso como a minha terra— dizia um proprietário. Palavra de muito senso, que todos os dias pode ter aplicação. Com efeito, uns pensam como a sua terra, outros como a sua loja, alguns como o seu martelo, alguns como a sua algibeira vazia e que aspira a encher-se». (J. Joubert, *Pensées*). A ferramenta do ganha-pão de cada um representará só por si um poder de pri-

meira grandeza na geração das espécies étnicas humanas, particularmente na especificação psicológica, sendo entretanto certo que se a aplicação técnica da actividade imprime aos homens feições psicológicas correlativas, a feição psicológica paralelamente determinará caracteres biológicos adequados. A mitologia antiga criou um mundo de deuses, isto é, um sistema de raças divinas, do qual as raças humanas eram filhas ou reflexo. Habitualmente, senão sempre, com profissão sabida, êsses deuses tinham aptidões técnicas especiais, e cada qual usava alfaia própria, querendo a intuição estética e naturalista que na representação visível do conceito o corpo condissesse com a alma. Não havia que confundir Ceres com Minerva ou Vulcano com Mercúrio.

Vem de longe, manifestamente, a classificação dos homens por profissões e a suspeita de que cada profissão obriga a sua personalidade tangível, sua face, seu olhar, seus músculos e seus membros, e conjuntamente sua alma, sua vontade e seus impulsos íntimos. Nem os deuses se libertavam desta lei dos homens.

A conquista do mundo efectuada pela civilização não teria sido, a-final, senão a conquista do mundo efectuada pela superioridade dos talentos técnicos do europeu; o que imaginamos dote de raça, isto é, qualidade do sangue, seria apenas dote de engenho técnico, qualidade da profissão, e muito principalmente qualidade militar. Pela profissão e não pelo sangue nos encaminharemos à unidade que vai adiantada. A difusão da cultura é a difusão das aptidões técnicas, e serão estas que operam certos milagres de homogeneidade. O sangue no capricho dos seus mistérios e nas torrentes revôltas da sua circulação abastecidas das infinitas confluências que colaboram nas suas formações biológicas, constantemente estaria muito mais a alterar do que a fixar a unidade que a cultura constitui e firma pela insistência da inteligência, desejos e espírito que incessantemente a movem e não variam.

A cultura não seguirá, na geração das suas raças, vias diferentes daquelas por que se produzem as espécies biológicas. Estarão as espécies técnicas sujeitas a influências evolutivas idênticas àquelas por que se formam e modificam as espécies e variedades biológicas. Simplesmente as espécies técnicas atingirão pela consistência dos seus impulsos um grau de fixidez e distinção que às espécies biológicas falece, pela nímia e desordenada concorrência dos elementos que compreendem em igualdade de energia.

Foi dêste poder da cultura sobre o temperamento originário das raças que a história de Roma nos legou a mais esplêndida demonstração que a memória das civilizações regista. *Græcia capta victores capit*. Nunca houve semelhante inversão da vitória de um estupendo poder militar subjugado pela superioridade de cultura dos vencidos. Onde a Grécia foi vencida pelas armas romanas, aí é que Roma entrou a ser governada pela cultura grega.

Esta transposição de soberania não teria sido, porém, o simples acidente do conflito e consórcio de duas grandes civilizações, pôsto que a lei que determinou semelhante fenómeno ali se houvesse revelado com incomparável evidência, por virtude da excelência, volume e brilho dos elementos que interessava. Haverá um princípio de transfusão no contacto de todos os povos, omnipresente, no bárbaro e no culto, em todo e qualquer grau de educação dos enxames humanos. Onde diversos povos se tocam, por bem ou por mal, por conquista ou por simpatia, houve comércio de aptidões, houve impulsos de identificação em que todos ganham e perdem alguma coisa do seu pecúlio anterior; ora empobrecendo-o, ora enriquecendo-o, ora dilatando-o, ora minguando-o, por eliminações ou acrescentamentos, sempre o refundem. Há no fundo mais recôndito dos nossos instintos uma febre de atracção e penetração mútua de tôdas as raças, senão de tôdas as vidas, uma amálgama ininterrompida de tôdas as ten-

dências vitais, uma partilha de corpo e espírito incessantemente renovada que constantemente altera e torna como flutuantes tôdas as feições étnicas de qualquer natureza que elas sejam, morais ou físicas.

Seria um labor orgânico dêste género que operou e continua operando a unificação étnica dos povos do Baixo Vouga.

Na verdade, no rosto, na estatura, no gesto e nas propensões distingue-se-lhes ainda a origem, e por vezes, em casos individuais, claríssima. A gente do norte continua a ser, em regra, muito mais abastada de musculatura, mais pujante, que a gente do sul, tôda cativa da sobriedade e de beleza; e entretanto a uma e a outra cõtempla dos seus ninhos da colina e dos píncaros, donde raro desce à beira-mar, o serrano, miúdo e trigueiro, e todavia na exigüidade da sua constituição mais resistente, de ordinário, à indigência de confortos que a gente alentada das planuras. As distinções somáticas conservar-se-hão mesmo de tal modo que onde houve invasão do norte no sul, as manchas de colonização podem ainda estremar-se; como, por exemplo, em Cacia e Taboeira, lugares da margem esquerda do Vouga, nos quais o parentesco étnico com os povos do norte é manifesto, com tôda a abastança, cadência, e boleado de formas e movimentos que a êstes é peculiar. Êsses povos, os do norte como os do sul, terão ainda cada qual a sua voz, pôsto que em milhares de casos seja impossível atribuir-lhes a que lhes convém, se a quisermos descobrir só pelo exame do rosto. Mas todos êsses povos falam já a mesma língua, obedecem à mesma lei, respeitam a mesma religião, usam os mesmos costumes, e começam a sentir muito aproximadamente as mesmas aspirações. O carácter positivo e prático dos povos do norte transfunde-se entre os netos dos marinheiros descuidados das colónias do sul, mas não sem que êstes lhes paguem insinuando-lhes aqueles apetites, logo convertidos em necessidades, que uns chamarão luxo e outros arte, sendo a-final e

em tôda a conjuntura o viático da graça acrescentada à prosperidade da economia. Terão uns aprendido a trabalhar mais e mais metódicamente e a acumular mais largamente as riquezas; e os outros lhes irão retribuindo o eficaz conselho induzindo-os a apreciar afagos dos olhos e dos sentidos que valem tanto para a nossa felicidade como os bens grosseiros que só alimentam o corpo.

A biologia pretende que no fim de alguns anos de contacto e intimidade as feições físicas se comunicam entre os que vivem juntos. Amiudando-se com o convívio as repetições do mesmo gesto exprimindo estados psíquicos coincidentes ou paralelos, a paridade dos movimentos determinaria com o uso aturado a paridade progressiva das formas de que êles são a função. Por virtude de uma lenta e segura adaptação à tradução de impressões e reacções da mesma natureza, a forma tenderia a unificar-se. Ao fim, à medida que um só espírito anima dois sêres primitivamente diversos, eis que as duas faces em que êsse espírito incarnou se tornaram por sua vez um espelho recíproco.

Se assim é, por maioria de razão, por maior volume e insistência das energias propulsoras, acontecerá nas raças e na dilatada contiuidade da sua vida o que nos breves anos de intimidade de efémeras criações individuais tão perfeita e completamente chega a consumir-se. E talvez não abusasse muito dessa espécie de embriaguês mental que é o paradoxo, quem, sem aventurar resposta, perguntasse se são as raças que fundaram as civilizações, os modos de ser sociais, ou se antes não serão as civilizações que criam as raças.

*

* *

Sentindo de perto a continuada efervescência que de diversíssimos elementos vai a fabricar dos povos do Baixo Vouga uma

só família, tão matizada no aspecto físico como unificada na energia anímica, aqui muito particularmente nos inclinaremos a crer que, remontando êste movimento e sua direcção a dezenas e dezenas de séculos, e não havendo cessado através de todos êles nem dando amostras de cessar no presente, e antes recrudescendo de intensidade, seria muito arriscada ousadia tentar esboçar por caracteres somáticos a distinção das espécies étnicas que se aglomeraram nesta região e aqui se multiplicam em estado semelhante ao de fermentação tumultuosa. Perante a uniformidade de organização social e moral, e cruzamentos correlativos a que espontaneamente, por correntes naturais de simpatia e comércio, se abandonaram, sem distinção, incorporadas no movimento e acção de uma só aspiração, largamente teriam deixado anular a persistência dos caracteres físicos primitivos e a sua singularidade. De todo nos privaram de elementos seguros para um apartamento cerce de unidades étnicas acentuadamente rematadas e firmes em sua diversidade. A identidade de funções a que essas raças se acharam subordinadas pela fatalidade das vicissitudes que as juntaram, êsses impulsos que por singulares e surpreendentes acasos se refundem no cadinho de uma mesma e invariável cultura, passam de alto e vitoriosamente sobre as oposições, contrastes e dissemelhanças de contôrno e feições externas, e pouco deixam dos seus vestígios, apenas o suficiente para calcularmos que nem sempre assim foi, e no princípio houve divergências manifestas, e no seguimento se deram sucessivas e multiplicadas invasões estranhas, combinando-se com os cruzamentos internos para intermináveis unificações. Pelo próprio efeito da igualdade em que opera e da docilidade que na sua expansão abrange e consegue dominar e regrar, a organização social acaba por especificar na mesma categoria aquilo que o compasso e o metro e a balança acharão diverso e por diverso quererão graduar em categorias diversas.

Se para as ervilhas de Mendel — que também tiveram organização social, contactos e relações impostos pelo propósito humano — se para as ervilhas de Mendel êste modo de ver que chamarei anárquico pode significar aberração e blasfêmia, uma negação sacrílega de verdades sensíveis e praticamente demonstradas, para os lírios de Burbank, na complexidade do seu comércio que corresponde a uma civilização mais subida, a anarquia latente será apenas a mais simples e evidente das conclusões lógicas do exame da sua condição.

E os povos do Baixo Vouga, não será de mais repeti-lo, são como os lírios de Burbank no torvelinho e delírio dos seus erros, não são como as ervilhas de Mendel na estabilidade rudimentar da sua singeleza.

*

* *

Eu não sei mesmo até que ponto em semelhantes casos será legítimo cavar fundo na discriminação dos elementos antropológicos, para atingir maior segurança de sistematização étnica. Porventura conflitos haverá em que a antropologia descarnando absolutamente os elementos étnicos se torne inimiga da etnografia e praticamente revolucionária.

Por amor de mais minuciosa observação, algumas vezes a antropologia terá desmembrado da família o indivíduo e assim, isolando-o, o desprenderá de tão grande número de relações que lhe são orgânicas, de tal modo se vê obrigada a mutilar o que somente na sua integridade tem realidade que de todo nos transvia e fará crer como unidade o que é apenas um fragmento, inteiramente destituído de significação só por si. «Tôda a natureza é pura síntese e tôda a filosofia é antítese», escreveu Schiller. A ciência não poderá fundar-se em análises onde a vida se move e efectua por sínteses.

Pelas exigências anatómicas, pela inclinação a reparar o que nasceu junto, e viveu junto, e só junto pode viver, e pela inclinação correlativa a agrupar sob nova ordem essas parcelas intencionalmente desmembradas e colhidas, aproximando-as assim mutiladas em vez de guardar e contemplar o todo na sua integridade funcional e orgânica, ocasiões haverá em que a antropologia oblitera em vez de esclarecer o sentimento das relações étnicas. E então retalha e verdadeiramente arruína aquele ser activo, complexo e indivisível, que é o objecto inicial e irreductível da etnografia.

Sem dúvida, o vaso quebrado é susceptível de se reconstituir, se possuímos todos os fragmentos que a violência que o partiu dispersou; mas onde alguns desses fragmentos faltarem, e muitos necessariamente se reduziram a pó no embate, tenhamos por certo que estamos desamparadamente expostos à mais fantástica e absurda concepção da sua integridade. Teremos de a imaginar pela aglomeração de fragmentos reunidos pelo capricho do nosso engenho.

Semelhante será hoje a situação da ciência etnográfica. Revolta durante séculos inumeráveis pelas mais poderosas forças e energias que, convergindo para a sua constituição, se fundiram em uma unidade, a etnografia não poderá em movimentos de regressão destrutiva desligar essas forças e formas conjugadas, sem desnaturar as criações que elas geraram e nós procuramos compreender. Aqui, tanto ou mais que em outras esferas científicas, terá limites rigorosos e invioláveis a divisão dos elementos primordiais sobre que o nosso pensamento está autorizado a operar. Nem se me afigura impossível que se dêem conjunturas nas quais tenhamos de nos desprender de toda a preocupação de destrinça dos elementos antropológicos, se queremos apreciar os elementos étnicos, cujo exame para ser feito capazmente os reclamará na sua complexidade nua e intacta. Formações étnicas serão

como os rios. Recebendo no percurso afluentes de diversíssima origem e carácter, de todo nos será impossível ao cabo de uma breve jornada das suas águas, estremar a proveniência e subsistência das muitas que no mesmo leito se vasaram e correm. Não será diferente da circulação das águas dos rios a circulação do sangue das raças. Ao fim de séculos e séculos de movimento — e ninguém ao certo saberá contá-los — não haverá génio tão inspirado e feliz que em uma gota de sangue de qualquer de nós possa distinguir a paternidade autêntica de cada um dos corpúsculos que ali se acumulam. São o que são na sua agregação, e se pretendemos desfazê-la serão nada, além de quantidades mortas e emmudecidas; fora das relações em que os encontramos unidos na sua actualidade palpitante, não passarão do remanescente frio de vidas das quais foram parte mínima. Por mais limitada que seja a região que estudarmos, serão caudais os elementos primordiais de toda a investigação étnica que nos proponhamos. Na plenitude do seu volume teremos de os considerar e contemplar. Onde pretendemos remontar às veias-mães, logo nos perdemos em um labirinto.

A outra conclusão não me atrevo a aventurar-me interrogando os povos do Baixo Vouga, para que eles me confessem o segredo da sua gestação e constituição étnica. E por pobreza das minhas forças ou pela real irreutilidade do mistério em que tais problemas se envolvem, não posso libertar-me do pressentimento de que nesta ignorância da sua estrutura radical e neste afêro à confiança naquilo que poderemos chamar a simples ostentação da sua superfície, aqui se encerrará talvez toda a ciência da sua genealogia e carácter que nos é acessível.

*

* *

Em seu estado de confusão, e não obstante, os povos do Baixo Vouga representarão na etnografia do nosso país um facto e uma actividade notabilíssima. Êsses povos serão o mais belo resumo das faculdades capitais da gente que glorificou a nação portuguesa; são em todo o seu território o ponto de sutura mais vasto e mais sólido fundido das invasões marítimas do norte e das invasões marítimas do sul que povoaram a costa; invasões levemente adubadas por frouxas irradiações agrícolas do centro alpestre.

Aqui, nesta extensíssima baía, cujas águas as vicissitudes geológicas em grande parte converteram em campos elevados acima das marés, aqui teriam pousado e se teriam casado lentamente, como em parte alguma de praias nossas, as correntes étnicas nórdicas, e as correntes étnicas derivadas do Mediterrâneo e da costa ocidental da África, umas e outras mosqueadas muito passageiramente por minguadas gotas de sangue alpino, salpicado dos montes e planaltos que a leste formam o abrigo do pôrto. Para o norte, subindo a costa, logo cresce e predomina o sangue nórdico; para o sul, imediatamente começa a inundação quasi absorvente de sangue mediterrâneo e africano; para leste, alçam-se em seus refúgios pouco hospitaleiros, solitários e exclusivistas, os enxames dos peões que a vastidão continental criou e tendem pouco a descer à costa, porque o serrano teme o mar como um monstro fabuloso.

Não sem uma certa confiança me inclinaria mesmo a crer que não serão vulgares na costa da Europa os lugares em que este fenómeno de aberto cruzamento do oriente e do sul e do norte se haja efectuado em igual amplitude e evidente clareza.

E com igual felicidade em seus resultados — o destino não teria sido pródigo na criação por semelhantes meios de famílias tão robustamente constituídas e excelentemente dotadas.

Não teria sido das menos férteis e penetrantes observações de Alberto Sampaio em seus trabalhos de refundição de alguns pontos capitais da história nacional a delimitação do norte e do sul do país pelo Vouga, abandonando a delimitação pelo Mondego que até ao seu tempo era a vulgar. Foi o Vouga a fronteira em que as colmeias nórdicas enraizadas estancaram as arremetidas do derrame muçulmano, mas anteriormente, muitos e prolongados séculos antes, teria sido o Vouga o lugar predestinado para dar ao mundo um exemplo de notável êxito da cooperação étnica das duas grandes culturas e dos dois nobres temperamentos, o oriental e o nórdico, que fundaram e disseminaram por todos os continentes a moderna civilização europeia.

Aqui se teriam encontrado êsses dois ímpetos étnicos na sua expansão, mas em vez de se combaterem e excluïrem, fundiram-se e multiplicaram-se em um cerrado enleio de bastardias, nas quais se interpõem e se casam todos os diversos elementos das migrações primitivas.

Se, como a crítica científica mais competente nos induz a crer, as investigações da etnologia histórica tendem hoje principalmente a «servir de apoio a uma teoria da transmissão cultural opondo-se à teoria evolutiva que atribui cada caso a um desenvolvimento independente de influências externas, e, naturalmente, nenhum desenvolvimento de cultura é inteiramente independente ou inteiramente derivado de estranhos, e a história no seu sentido próprio e pleno há-de dar conta dos dois factores em concorrência, a tendência a criar e a tendência a pedir emprestado»; se na formação e vida das raças teem de colaborar os impulsos singulares de cada uma obrigando tôdas a assimilar ou rejeitar alguma coisa do alheio, conforme a sua capacidade peculiar e as

suas necessidades e a energia dos impulsos das culturas diversas que cercam e incessantemente modificam o carácter das individualidades colectivas originárias — se assim é, os povos do Baixo Vouga, no seu passado como na actualidade, serão a mais lúcida demonstração dêsse cosmopolitismo persistente que se encontra na base de tóda a formação étnica e a sujeita a certo estado orgânico de transitoriedade infinita.

Êste labor contínuo de osmose que não só é uma actividade orgânica no contacto das raças, mas será também um princípio de atração que as obriga a mutuamente se procurarem e aproximarem, êste movimento e propensão será, porém, não um agente de dissolução, mas um filtro de fortaleza e prosperidade.

Pode o cruzamento da raça e da cultura que ela haja iniciado importar prejuízo do carácter que será tanto mais acentuado e tenaz quanto mais singelo; mas é, manifestamente, pelos cruzamentos que as raças se mantem em um rejuvenescimento perene e acrescentam as aptidões e as possibilidades de exercício das suas faculdades. As mais dilatadamente cruzadas serão as mais copiosamente abastadas de energias virtuais ou positivas. As raças serão tanto mais elevadas quanto mais elevada fôr a soma das faculdades e capacidades adquiridas por legado e contacto de outras raças, juntando-se à antiguidade e volume do cabedal próprio de cada uma. O cruzamento importa habitualmente a conquista total ou parcial de um capital estranho que vem juntar-se ao capital criado pelo labor das faculdades congénitas de cada raça na sua primitiva singularidade. Raças superiores serão as que mais desafogadamente se mesclaram com outras raças e nelas recompuseram o sangue.

Nem haverá raças envelhecidas ou sujeitas a velhice, se se fortaleceram pela multiplicidade dos cruzamentos, cada um dos quais lhes multiplicou os centros geradores da vitalidade. Raças envelhecidas ou ameaçadas de caducidade serão apenas as raças

isoladas e sôbre si que à míngua de renovação dos focos de vitalidade e das aspirações correlativas propulsoras deixaram decair as razões congénitas de viver que as moviam. A ausência de hibridação será mesmo mais do que uma ameaça; será um sinal e um comêço de enfraquecimento, manifesto na antipatia com as raças e a cultura estranhas, o que logo importa a impossibilidade de reabastecer no sangue estranho a energia, quando cansada se ache no sangue originário.

Se os cruzamentos abundaram em número, variaram em qualidade e se alongaram em anos, as raças mais velhas serão as mais ricas de talentos e virtudes. O progresso étnico seria paralelo à descaracterização. A descaracterização, a que erradamente chamaríamos decadência, seria apenas a turvação aparente, o aspecto mais superficial e imediatamente visível de fenómenos de dilatação e eliminação conjunta, o despojar de invólucros que se haviam tornado apertados e impróprios para conter as palpitações da substância e das vidas que o tempo ampliára e não cabiam nas suas formas anteriores. Riquezas acumuladas, umas de criação espontânea de cada povo sôbre si, outras absorvidas por contágio de estranhos, reclamam formas novas adequadas à sua complexidade; e quando operações desta natureza se consumam, a imaginação figura-nos aniquilações irreparáveis onde apenas se efectua a expurgação de elementos gastos e o derramamento e a expansão de energias novas iniciando suas construções.

Quando para solução dêstes problemas da continuidade do progresso étnico pelos cruzamentos houvesse de se fundar uma teoria, a formação dos povos do Baixo Vouga e a sua infatigável actividade crescente seriam um documento e uma experiência preciosa. Mas se para tanto não puder servir, sempre essa formação será de uma alta eloquência na história pátria. Porque significa no breve espaço de uma pequena província tóda a cons-

tituição mental e económica mais profunda e activa da nação portuguesa.

É uma síntese admirável das energias próprias de mareantes e peões, e desta convergência de mareantes e peões, ora em comércio, ora em conflito, desta convergência de duas humanidades é que deriva a grandeza da história pátria, quer em suas horas de glória, quer nos seus transes de amargura. Constituída ao sul pelo domínio dos navegadores e mareantes, nascida e fortalecida no centro e ao norte pelos peões criadores e lavradores, a nação portuguesa jamais pôde libertar-se da oscilação entre êsses dois pontos cardiais, por vezes perturbada pelos contrastes e oposições violentas das duas almas que a edificaram. A oscilação tornar-se-ia mesmo o seu modo de ser habitual, se normal não puder chamar-se. O lamento do Velho do Restêlo e a pertinácia aventureira do navegador que silencioso e soberbo não o escuta, e ergue a vela e se afasta, essa voz de maldição profética não teria sido apenas o acidente dramático de uma jornada, seria o clamor íntimo e essencial da história de um povo composto de elementos étnicos de temperamento não raro oposto, e sempre de embaraçosa conciliação. Foi assim, na agitação irredutível de um duelo interior, que a vida se lhe tornou incerta e precária pelas influências que dentro dela se degladiam e alternam na sua direcção e governo, e ao mesmo tempo se lhe alargou na amplitude esplêndida, posto que por vezes trágica, na qual a multiplicidade das aspirações e a vitalidade que as serve suscitam edificações prodigiosas e feitos verdadeiramente assombrosos. É exactamente do contacto dêsses elementos não raro antagónicos que resulta a fermentação que, alvoroçando as energias étnicas na sua plenitude e em toda a extensão de aplicação concreta das possibilidades inerentes, traça as páginas duplamente gloriosas em que a heroidade dos eleitos e os seus lances magníficos coroam o génio da grei, tenaz, paciente, criador, pelo sentimento e paixão da estabi-

lidade rejuvenescendo perpetuamente os filtros que amamentam o povo português.

Quis um destino propício que êsses dois temperamentos humanos capazes de edificar impérios, o mareante e o peão, aqui se juntassem nas águas do Vouga, em uma estreita faixa de terra banhada pelo mar e bafejada de muitos rios vindos dos montes. E dessa afortunada duplicidade, comum em diferentes graus a toda a costa marítima do país, posto que em muitas regiões atenuadíssima pelo domínio de uma das duas feições e actividades étnicas, dessa fecunda duplicidade, os povos do Baixo Vouga teriam sido como uma síntese magnífica, a mais completa, sólida e transparente cristalização das aspirações nacionais conjuntas, um fenómeno de ponderação e harmonia, cuja perfeição não encontra par em terras de Portugal.

Por igual amando a terra e o mar e por sua arte os possuindo, os povos do Baixo Vouga teriam conseguido através de infinitos cruzamentos que aqueles dois afectos e os modos de ser estéticos e económicos correlativos, que algures foram causa de divórcio, aqui fôssem motivo de união e vivam juntos na mais saudável beleza e riqueza.

Esta teria sido a sua missão étnica na vida nacional, êste milagre de uma sùmula perfeita e perfeita identificação das duas almas que em a nossa pátria incarnaram e lhe inflamam o seu resplendor.

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Director — Prof. Dr. Mendes Corrêa

Novos processos de determinação dos ângulos de torsão

POR

ALFREDO ATHAYDE

Assistente de Antropologia na Faculdade de Ciências do Porto

Para avaliar os ângulos de torsão dos ossos longos, tem sido empregados vários processos, tendo todos por fim projectar os eixos das epífises sobre um plano e medir depois com um transferidor o ângulo dessas projecções.

Alguns, como o de Lucae e o de Welcker, já foram postos de parte por não serem práticos, estando ainda o primeiro sujeito a várias causas de êrro difíceis de evitar.

Hoje êstes ângulos medem-se geralmente ou por meio do tropómetro de Broca ou do paralelógrafo descrito no tratado do prof. Martin (*Lehrbuch der Anthropologie*, pág. 893).

Ambos êstes processos são práticos, de técnica bastante fácil, fornecendo resultados dum rigor perfeitamente igual e podendo ser empregados indiferentemente.

Mas, tanto num processo como noutro, o que é absolutamente indispensável é a existência dum aparelho especial, que nem sempre possuem os laboratórios e museus de antropologia, anatomia ou paleontologia.

Ora, no laboratório do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências, medimos os ângulos de torsão com um rigor em nada inferior ao dos processos já citados, servindo-nos dum aparelho mais vulgar, que se encontra em quási todos os labo-

ratórios, e, o que é também importante, mais transportável; esse aparelho é uma máquina fotográfica.

Para isso orientamos o eixo do osso dando-lhe a posição horizontal de maneira que fique no prolongamento do eixo da objectiva da máquina e traçamos, sobre o vidro despolido ou sobre um papel transparente assente sobre este vidro, os eixos das epífises, medindo depois o ângulo com um transferidor. Os traços feitos sobre o vidro despolido podem ser apagados facilmente com uma esponja molhada.

A orientação do osso na posição horizontal, consegue-se do mesmo modo que a orientação na posição vertical quando operamos com o paralelografo, segurando-o por meio dum osteóforo. Podemos, para maior rigor, servir-nos dum esquadro, assentando o lado menor sobre a superfície da parede a que o osso é perpendicular e verificando que o eixo do osso fique paralelo ao outro lado do esquadro.

Que o prolongamento do eixo do osso fique no eixo da objectiva, consegue-se, marcando a projecção deste último ⁽¹⁾ no vidro e fazendo-a coincidir com a projecção do eixo do osso visto de topo.

Podemos, para tornar facilmente visíveis os eixos das epífises, aproveitar os arcos de pontas empregados no tropómetro, ou as agulhas coladas com cera usadas no caso do paralelografo.

Mas o processo que estamos descrevendo, pode ser mais simplificado.

Pode-se medir o ângulo de torsão empregando só um arco de pontas ou só uma agulha.

Neste caso damos ao eixo dum das epífises (de preferência

⁽¹⁾ A projecção do eixo da objectiva determina-se facilmente quando no vidro despolido se vê projectada a imagem exactamente circular dum haste cilíndrica posta de topo. O eixo deste cilindro coincide com o eixo da objectiva.

o eixo da tróclea no húmero, ou a tangente aos côndilos no fémur) uma posição definida, por exemplo vertical, e medimos o ângulo do outro eixo com a vertical.

Para referência desta vertical, pode-nos servir a haste vertical do osteóforo ou um traço vertical feito na parede do fundo, ou ainda, depois de verificada a sua verticalidade, um dos lados do caixilho do vidro despolido; enfim, qualquer recta cuja verticalidade não ofereça dúvidas.

Tendo o eixo da tróclea ou a tangente aos côndilos na posição vertical e se a máquina nos der no vidro despolido uma imagem suficientemente nítida, pode-se, nessa mesma imagem, determinar e marcar o eixo da outra epífise, dispensando assim a agulha e o arco de pontas.

Para o fémur, até o suporte pode ser dispensado, fazendo assentar a superfície posterior dos côndilos sobre um plano horizontal e traçando sobre a imagem da epífise superior o seu eixo, cujo ângulo com o plano horizontal é o ângulo de torsão.

Obtendo-se uma imagem nítida no vidro despolido, podemos facilmente marcar e medir os outros ângulos como o ângulo do colo com a diáfise, o da diáfise e côndilos, etc., sem recorrermos aos arcos de pontas de Broca ou às linhas pretas, presas com cera, como indica Martin.

No caso de dispormos só dum máquina fotográfica pequena, cujo suporte, sendo frágil, não permita que se assente o lápis no vidro despolido sem a deslocar, devemos então colocá-la em cima dum mesa e, se fôr preciso, fixá-la por meio de um ou dois alfinetes.

É claro que com este mesmo processo podemos também medir os ângulos dos ossos chatos.

Fizemos medições de ângulos de torsão em húmeros e fémures, em séries de 20 ossos, de duas maneiras:

1.º Tendo previamente determinado o eixo da objectiva;

2.º Tratando de obter no vidro despolido a imagem do osso visto de tpo, como se procede quando nos utilizamos do paralegrafo, sem nos importarmos com o eixo da objectiva.

As médias dos resultados colhidos diferiam s de centésimas e não tinham significaco estatística.

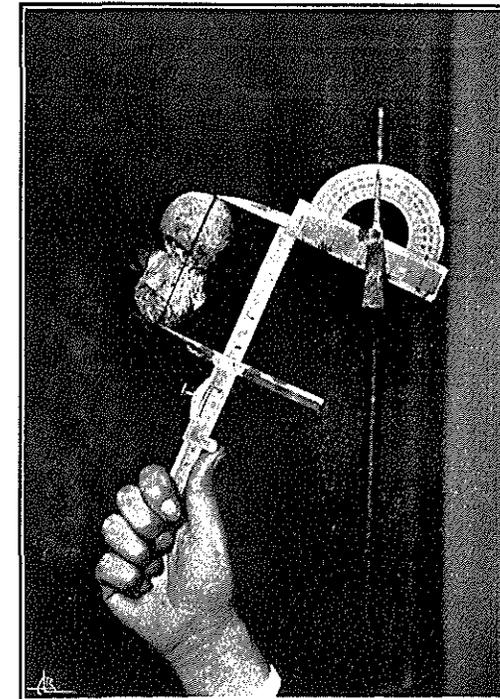
Isto prova não ser absolutamente necessário determinar o eixo da objectiva, tornando-se assim êste processo mais simples e portanto mais prático.

Emfim, tendo orientado com rigor a máquina fotográfica e os ossos, nós podemos, com tôda a facilidade, só com aquela máquina e, quando muito, também com um osteóforo, medir os ângulos que se estudam nos ossos longos e chatos, alguns mesmo com uma exactidão superior  dos outros métodos.

Mas com o *Stativgoniometer* ou com o *Ansteckgoniometer* de Martin também se podem medir com tôda a facilidade e rigor os ângulos de torsão, operando da seguinte maneira:

Na extremidade do osso, onde se quer aplicar o gonimetro, marca-se, conforme a epífise escolhida, a linha tangente aos cndilos ou a intercepo, com a superfície do osso, dum plano que passa pelo eixo da epífise e  perpendicular ao plano vertical constituido pela parede do fundo; orienta-se o osso, como acima ficou descrito, apoiam-se as pontas do *Stativgoniometer* ou dum compasso de espessura ou corrediça com o *Ansteckgoniometer* montado, e faz-se a leitura. A diferença para 90 d o valor do ângulo.

O gonimetro deve ficar num plano vertical. A figura mostra esta maneira de determinar o ângulo de torsão dum fémur, empregando um compasso de corrediça, com o *Ansteckgoniometer* montado, aplicado  epífise superior.



Determinao do ângulo de torsão dum fémur com o *Ansteckgoniometer*

Prof. RUDOLPH MARTIN

Na tarde do dia 11 de Julho passado morreu, na capital da Baviera, o ilustre antropólogo prof. dr. Rudolph Martin.

Tendo nascido em 1 de Julho de 1864, formou-se em filosofia, escolhendo para assunto da sua tese um trabalho sobre Kant. Mas em breve a sua actividade se voltou para a Antropologia, e depois de visitar a França, a Inglaterra e a Espanha, dirigiu-se à Ásia e à América, donde trouxe elementos para os seus notáveis estudos sobre os habitantes da Terra do Fogo e da Península Maláia.

Em 1891 tomou conta da regência da cadeira de Antropologia da Universidade de Zurich, e depressa os seus largos conhecimentos da especialidade e o brilho das suas lições puzeram em destaque a sua cátedra. Foi durante a sua permanência em Zurich que o prof. Martin reuniu os elementos para o *Lehrbuch der Anthropologie* (Jena, 1914), obra hoje absolutamente indispensável a todo o antropólogo e que se impôs pela probidade com que nela são tratados todos os capítulos desta ciência, e pela maneira minuciosa como foi compulsada toda a sua vasta literatura.

Ao autor destas linhas, que ouviu as suas lições em Zurich, manifestou o prof. Martin a sua consideração pelos antropólogos portugueses, com quem mantinha as melhores relações, e o desejo de visitar os nossos laboratórios antropológicos que supunha ricos em colecções das colónias portuguesas.

Em 1911, devido à falta de saúde, teve o prof. Martin de abandonar Zurich, dirigindo-se para Paris; mas, a-pesar-de doente, não deixou de se dedicar à Antropologia, tendo de se retirar precipitadamente em 1914, por ocasião da declaração da guerra, e deixando em Paris as notas que tinha reunido durante êsse tempo.

Vendo os estragos que o bloqueio fêz na população alemã, e a sua repercussão no desenvolvimento físico da criança, serviu-se da Antropologia aplicada para medir e observar milhares de crianças das escolas de Munich, e assim demonstrou ao governo e aos seus compatriotas a urgência de se debelar um perigo grave que ameaçava a nação.

Em 1917 foi convidado a reger a cadeira de Antropologia na Universidade de Munich, onde se conservou até à sua morte, continuando a desenvolver a Antropologia aplicada e reorganizando as colecções do Instituto Antropológico respectivo.

Ainda há poucos meses se queixou, em carta, ao sr. prof. Mendes Corrêa, de que os seus incômodos de saúde lhe não permitiam continuar o seu labor científico. Nem por isso deixou de publicar ainda alguns trabalhos e de estimular um excelente núcleo de colaboradores e discípulos que trabalhavam no seu Instituto. Das suas últimas publicações destacarei uma brochura sobre técnica antropológica (assunto que muito o interessava, devendo-se-lhe mesmo os modelos de alguns aparelhos e instrumentos antropométricos), um estudo sobre a compleição física dos gimnastas, uma nota sobre o crânio de Broken-Hill e vários artigos e conferências sobre a robustez e desenvolvimento físico das crianças das escolas, dos estudantes dos cursos superiores de Munich e dos *sportmen*. Fundara há pouco tempo uma revista de especialidade, o *Anthropologischer Anzeiger*, importante sobretudo pelas suas notícias bibliográficas.

Eis, a traços largos, a biografia do prof. Rudolph Martin,

cuja morte a nossa Sociedade, de que êle era membro correspondente, vivamente deplorou, tanto mais que se perdeu, além dum consócio eminente e dum ilustre homem de ciência, um bom amigo do nosso país.

Novembro, 1925.

A. ATHAYDE.

LUTUOSA (1921-1925)

No longo lapso de tempo decorrido entre a primeira publicação da lista dos sócios desta colectividade e a presente data, teve a Sociedade profundo desgosto e irreparável perda com o falecimento dos seguintes associados, a cuja memória devemos esta referência:

O sócio honorário Émile Cartailhac, professor da Universidade de Toulouse e correspondente do Instituto de França, eminente arqueólogo a quem se deve o esplêndido volume *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal* e que faleceu na Suíça quando ali ia realizar conferências;

O sócio correspondente V. de Giuffrida-Ruggeri, professor da Universidade de Nápoles, antropólogo de reputação mundial, autor de numerosos e importantes trabalhos, um dos mais ilustres defensores do neo-monogenismo e dedicado amigo dos portugueses;

O sócio correspondente Rudolph Martin, professor de Antropologia na Universidade de Munich, anteriormente professor na Universidade de Zurich, autor dum monumental tratado de Antropologia e doutros trabalhos valiosos;

O sócio efectivo prof. Aarão Ferreira de Lacerda, da Faculdade de Ciências do Pôrto, médico, antigo deputado, um dos mais dedicados fundadores da Sociedade, espírito cultíssimo e

alma de raro quilate, que recebeu uma homenagem justíssima em sessão da Sociedade presidida pela Ministro da Instrução;

O sócio efectivo prof. António Aurélio da Costa Ferreira, da Universidade de Lisboa, antigo ministro, também um dos fundadores da Sociedade e um dos nomes mais ilustres da Antropologia portuguesa, desastrosamente falecido em Moçambique quando tanto havia ainda a esperar do seu talento e do seu saber;

O sócio efectivo tenente-coronel António de Azevedo, colonial muito distinto, dedicado especialmente a assuntos de ceramografia e etnografia, um carácter de grande nobreza, cuja morte desastrosa causou viva impressão;

O sócio efectivo dr. António Maria de Pinheiro Torres, magistrado dos mais considerados e distintos, que sempre dispensou à actividade desta Associação o mais vivo interesse;

O sócio efectivo P.^o António de Oliveira, ilustre superintendente das Escolas de Reforma e Casas de Correção, notável pedagogo, feito sobretudo na experiência e na observação, autor de vários livros sobre a criminalidade infantil e do notável diploma que instituiu as Tutorias da Infância;

O sócio efectivo prof. Augusto J. Alves dos Santos, da Faculdade de Letras de Coimbra, antigo deputado e ministro, orador eloquente e autor de valiosos trabalhos de antropologia pedológica e psicologia experimental;

O sócio efectivo P.^o Claudino Nazaré Brites, falecido no Lubango (Angola), excelente alma e incansável trabalhador, que desde o início da Sociedade dela fêz parte;

O sócio efectivo João Diogo, director do Colégio da Boa Vista, do Pôrto, educador de grande cultura e duma orientação moderna.

À memória de todos estes consócios falecidos consagrou a Sociedade várias homenagens, sendo aprovados votos de profundo sentimento pela sua morte.

Os elogios dos profs. Giuffrida-Ruggeri e Martin, o primeiro pelo prof. Mendes Corrêa e o segundo pelo dr. Alfredo Ataíde, foram publicados nesta revista. Os do prof. Aarão de Lacerda, pelo prof. Luís Viegas, e do prof. Aurélio da Costa Ferreira, pelo prof. Mendes Corrêa, foram publicados nos *Anais Científicos da Academia Politécnica do Pôrto*. Também foi inserido nos mesmos *Anais* o elogio do Marques de Cerralbo, generoso Mecenas e eminente arqueólogo espanhol, falecido em 1922, elogio que foi proferido em sessão da Sociedade de 12 de Dezembro dêsse ano pelo prof. Mendes Corrêa.

Por proposta do prof. Bettencourt Ferreira, a Sociedade aprovou também um voto de pesar pelo falecimento do prof. Álvaro Basto, da Universidade de Coimbra, autor ilustre do estudo *Os índices cefálicos dos Portugueses*.

SUBSÍDIOS RECEBIDOS E TRABALHOS DA SOCIEDADE

A Sociedade, que já recorreu ao aumento das quotas para poder fazer face às suas despesas, muito elevadas em relação às posses de agremiações desta índole, recebeu do benemérito capitalista sr. Ramiro de Magalhães, a importância de 500 escudos, e está recebendo, em duodécimos, do Estado, por determinação do Ex.^{mo} Ministro da Instrução, sr. dr. João Camoezas, a importância de um conto e duzentos escudos.

Foram aprovados votos de louvor e agradecimento aos srs. Ramiro de Magalhães e dr. João Camoezas, que deram um nobre e salutar exemplo, digno de ser imitado por capitalistas e entidades oficiais, até hoje infelizmente desinteressados de iniciativas úteis, como a nossa.

É impossível publicar na íntegra, como se fez em 1920, os relatórios do Conselho Director da Sociedade submetidos às assembleias gerais anuais. Por êles se veria que tem havido numerosas sessões scientificas, com apresentação e discussão de muitos e variados trabalhos de antropologia física, antropologia criminal, antropologia colonial, etnografia, arqueologia, etc., muitos dos quais de grande interesse. Infelizmente o alto custo dos trabalhos tipográficos não tem permitido a publicação de numerosos desses estudos na nossa revista e assim é que andam dispersos por várias revistas ou aguardam ainda a publicidade.

O número de ofertas à biblioteca da Sociedade e a conveniência de dar aos nossos consócios algumas notícias do movimento antropológico, levam o Conselho Director a iniciar com o próximo fascículo, que é o primeiro do terceiro volume dos *Trabalhos*, uma crónica bibliográfica e científica.

LISTA DOS MEMBROS DA SOCIEDADE PORTUGUESA
DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

(EM ABRIL DE 1926)

PRESIDENTE DE HONRA

Prof. José Leite de Vasconcelos.

CONSELHO DIRECTOR

Presidente — Prof. Luís de Freitas Viegas.

Vice-presidente — Prof. António Augusto Mendes Corrêa.

Secretário — Dr. Alfredo Mendonça da Costa Ataíde.

Tesoureiro — Coronel Alexandre Sarsfield.

Vogal — Dr. Armando de Almeida Prisco.

SECÇÃO DE ETNOGRAFIA

Presidente — Prof. Vergílio Corrêa.

Vice-presidente — Dr. Cláudio Basto.

SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA PREISTÓRICA

Presidente — Prof. Joaquim Fontes.

Vice-presidente — José de Pinho.

SÓCIOS HONORÁRIOS

1—Adolf Schulten, prof. da Universidade de Erlangen—6 de Março de 1926.

2—Giuseppe Sergi, prof. da Universidade de Roma—22 de Janeiro de 1920.

3—José Leite de Vasconcelos, prof. da Universidade de Lisboa—13 de Fevereiro de 1922.

4—Marcellin Boule, prof. do Museu de História Natural de Paris—6 de Março de 1926 (correspondente em 26 de Dezembro de 1918).

5—Salomon Reinach, membro do Instituto de França—22 de Janeiro de 1920.

SÓCIOS CORRESPONDENTES

1—Dr. Ales Hrdlicka, Conservador da Secção Antropológica do Museu Nacional dos Estados Unidos, Washington—26 de Dezembro de 1918.

2—Prof. Alfredo Castellanos, Rosário (Argentina)—6 de Março de 1926.

3—Prof. Alfredo Niceforo, Roma—20 de Dezembro de 1920.

4—Prof. Arthur Keith, prof. do Real Colégio dos Cirurgiões de Londres—26 de Dezembro de 1918.

5—Dr. Bernhard Strüch, Dresden—6 de Março de 1926.

6—Conde Bégouen, prof. da Universidade de Toulouse—13 de Junho de 1922.

7—Prof. Eduardo Hernandez Pacheco, prof. da Universidade de Madrid—26 de Dezembro de 1918.

8—Prof. E. Roquette Pinto, Museu Nacional, Rio de Janeiro—6 de Março de 1926.

9—Dr. Eugenius Frankowski, Assistente da Universidade de Cracóvia—2 de Junho de 1919.

10—Prof. Fabio Frasseto, prof. da Universidade de Bolonha—11 de Junho de 1920.

ÍNDICE DO VOL. II

	Pág.
PROF. A. A. MENDES CORRÊA— <i>Novas discussões sobre a origem do Homem</i>	5
AMANDIO TAVARES— <i>Agenesia do grande e pequeno peitorais</i>	37
CONSTANCIO MASCARENHAS— <i>A Pátria do Buda</i>	57
JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR— <i>Estudo antropológico e etnográfico da população de S. Pedro (Mogadouro)</i>	85
ARTUR DE MAGALHÃES BASTO— <i>Moralidade e costumes portugueses no século XVI</i>	189
ALBERTO DE SOUSA— <i>Contribuição para o estudo das anomalias arteriais no vivo</i>	239
PROF. A. A. MENDES CORRÊA— <i>O significado genealógico do «Australopithecus» e do crânio de Tabgha e o arco antropológico Indico</i>	249
JAIME DE MAGALHÃES LIMA— <i>Os povos do Baixo Vouga</i>	287
ALFREDO ATHAYDE— <i>Novos processos de determinação dos ângulos de torsão</i>	337
ALFREDO ATHAYDE— <i>Prof. Rudolph Martin</i>	341
<i>Lutuosa (1921-1925)</i>	345
<i>Subsídios recebidos e Trabalhos da Sociedade</i>	349
<i>Lista dos membros da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia</i>	351

- 11 — Prof. Francisco de las Barras d'Aragon, prof. da Universidade de Madrid — 11 de Junho de 1920.
- 12 — Prof. Georges Hervé, prof. da Escola de Antropologia de Paris — 2 de Junho de 1919.
- 13 — Prof. G. Paul-Boncour, prof. da Escola de Antropologia de Paris — 6 de Março de 1926.
- 14 — Prof. Henri Breuil, prof. do Instituto de Paleontologia Humana, Paris — 26 de Dezembro de 1918.
- 15 — Dr. H. ten Kate, Ajaccio (Córsega) — 2 de Junho de 1919.
- 16 — Prof. Hugo Obermaier, prof. da Universidade de Madrid — 11 de Junho de 1920.
- 17 — Prof. J. Matiegka, prof. da Universidade Carlos, de Praga — 6 de Março de 1926.
- 18 — Prof. J. P. Kleiweg de Zwaan, prof. da Escola Colonial de Amsterdam — 4 de Maio de 1923.
- 19 — Prof. L. Dubreuil-Chambardel, prof. da Escola de Medicina de Tours — 7 de Março de 1924.
- 20 — Prof. Manuel Anton y Ferrandiz, prof. da Universidade de Madrid — 2 de Junho de 1919.
- 21 — Prof. Mário Carrara, prof. da Universidade de Turim — 11 de Junho de 1920.
- 22 — Prof. Nello Puccioni, Florença — 11 de Junho de 1920.
- 23 — Prof. Otto Schlaginhaufen, prof. da Universidade de Züriich — 20 de Dezembro de 1920.
- 24 — Prof. Pedro Bosch Gimpera, prof. da Universidade de Barcelona — 6 de Março de 1926.
- 25 — Prof. Quintiliano Saldaña, prof. da Universidade de Madrid — 11 de Junho de 1920.
- 26 — Prof. Renato Biasutti, prof. da Universidade de Nápoles — 6 de Março de 1926.
- 27 — Dr. Renato Kehi, Rio de Janeiro — 4 de Maio de 1923.
- 28 — Prof. René Verneau, prof. do Museu de História Natural, Paris — 26 de Dezembro de 1918.
- 29 — Prof. Sergio Sergi, prof. da Universidade de Roma — 22 de Janeiro de 1920.

30—Prof. Telesforo de Aranzadi, prof. da Universidade de Barcelona—26 de Dezembro de 1918.

31—Yves Guyot, antigo director da Escola de Antropologia de Paris—2 de Junho de 1919.

SÓCIOS EFECTIVOS

- 1—Prof. Aarão Moreira de Lacerda, Pôrto.
- 2—Dr. Adalberto Teixeira, Chaves.
- 3—Dr. Alberto de Souza, Pôrto.
- 4—Coronel Alexandre Sarsfield, Pôrto.
- 5—Dr. Alfredo O. Machado e Costa, Lisboa.
- 6—Dr. Alfredo Mendonça da Costa Ataíde, Pôrto.
- 7—Dr. Amândio Tavares, Pôrto.
- 8—Prof. Américo Pires de Lima, Pôrto.
- 9—Prof. António de Almeida Garrett, Pôrto.
- 10—Eng. António Augusto Fortes de Lima, Pôrto.
- 11—Prof. António Augusto Mendes Corrêa, Pôrto.
- 12—Dr. António Corrêa da Costa e Almeida, Ermezinde.
- 13—Major António Leite de Magalhães, Lisboa.
- 14—P.º António de Miranda Magalhães, Loanda (Angola).
- 15—António Pereira Cardoso, Bolama (Guiné).
- 16—Dr. António Simões Pina, Pôrto.
- 17—Prof. Aristides Amorim Girão, Coimbra.
- 18—Dr. Armando de Almeida Prisco, Pôrto.
- 19—Dr. Artur de Magalhães Basto, Pôrto.
- 20—Dr. Augusto de Carvalho e Almeida, Pôrto.
- 21—Dr. Augusto Henrique Maia de Medina, Pôrto.
- 22—Prof. Baltazar Osório, Lisboa.
- 23—Prof. Bento Carqueja, Pôrto.
- 24—Dr. Carlos de Passos, Ponte do Lima.
- 25—Dr. Carlos de Carvalho Braga, Braga.
- 26—Dr. Cláudio Basto, Viana do Castelo.
- 27—Capitão David Magno, Pôrto.
- 28—Dr. Constâncio Mascarenhas, Pôrto.

- 29—Eduardo de Souza Soares, Pôrto.
- 30—Dr. Domingos Rosas da Silva, Pôrto.
- 31—Emanuel P. Vitorino Ribeiro, Pôrto.
- 32—Prof. Eusébio Tamagnini, Coimbra.
- 33—Dr. Filinto Elísio Vieira da Costa, Guimarães.
- 34—Dr. Flávio Pimentel, Pôrto.
- 35—Dr. Francisco Nunes Guimarães Coimbra, Pôrto.
- 36—Capitão Francisco M. de Oliveira Santos, Lunda (Angola).
- 37—Capitão Guilherme Sarsfield, Pôrto.
- 38—Prof. Hernani Basto Monteiro, Pôrto.
- 39—Dr. Humberto Pinto de Lima, Pôrto.
- 40—Prof. Indalêncio Froilano de Melo, Gôa (Índia Portuguesa).
- 41—D.^{ra} Irene Cândida de Melo Pestana, Pôrto.
- 42—Dr. Jaime Alberto de Castro Morais, Lisboa.
- 43—Prof. J. Bettencourt Ferreira, Pôrto.
- 44—Dr. João Crisóstomo d'Egípsy Souza, Gôa (Índia Portuguesa).
- 45—Dr. João Gualberto de Barros e Cunha, Coimbra.
- 46—Prof. Joaquim Alberto Pires de Lima, Pôrto.
- 47—Dr. Joaquim Costa, Pôrto.
- 48—Prof. Joaquim Fontes, Lisboa.
- 49—Dr. Joaquim Pedro Vitorino Ribeiro, Pôrto.
- 50—Dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, Águas Santas.
- 51—Dr. José Alvares de Souza Soares, Pôrto.
- 52—Dr. José Arôso, Pôrto.
- 53—Dr. José do Carmo Vaz, Pôrto.
- 54—Dr. José Maciel R. Fortes, Pôrto.
- 55—Prof. José Pereira Salgado, Pôrto.
- 56—Dr. José de Souza Machado Fontes, Pôrto.
- 57—Dr. José Maria de Oliveira, Pôrto.
- 58—Dr. José Marques de Anciães Proença, Pôrto.
- 59—José Pinho, Amarante.
- 60—Prof. José Teixeira Rêgo, Pôrto.
- 61—Dr. Luís Bastos Viegas, Pôrto.
- 62—Dr. Manuel Alves da Cunha, Loanda (Angola).
- 63—Dr. Manuel Barbosa Soeiro, Lisboa.

- 64—Dr. Manuel da Silva Gaio, Coimbra.
 - 65—Dr. Manuel Valadares, Lisboa.
 - 66—Dr. Mário Lopes Gonçalves, Pôrto.
 - 67—Dr. Mário de Moraes Afonso, Pôrto.
 - 68—Dr. Mário de Vasconcelos e Sá, Pôrto.
 - 69—Ramiro Mourão, Granja.
 - 70—Eng. Ricardo Severo, S. Paulo (Brasil).
 - 71—D. Sebastião Pessanha, Lisboa.
 - 72—Dr. Simeão Pinto de Mesquita, Pôrto.
 - 73—Dr. Tomás Lobo, Leça de Palmeira.
 - 74—Dr. Tomás Lopes Cardoso, Pôrto.
 - 75—Prof. Urbano Canuto Soares, Pôrto.
 - 76—Dr. Vasco Nogueira de Oliveira, Pôrto.
 - 77—Prof. Vergilio Corrêa, Coimbra.
 - 78—Visconde de Guilhomil, Foz do Douro.
-

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

SÉDE:—RUA DE SANTA CATARINA, 261-1.º

PORTO

VOL. II—FASC. I

Prof. A. A. Mendes Corrêa — Novas discussões sobre a origem do homem.

Amandio Tavares — Agenesia do grande e pequeno peitorais.

Constancio Mascarenhas — A Pátria do Buda.

VOL. II—FASC. II

Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior — Estudo antropológico e etnográfico da população de S. Pedro (Mogadouro).

VOL. II — FASC. III

Artur de Magalhães Basto — Moralidade e costumes portueuses no século XVI.

Alberto de Sousa — Contribuição para o estudo das anomalias arteriais no vivo.

Prof. A. A. Mendes Corrêa — O significado genealógico do « Australopithecus » e do crânio de Tubgha e o arco antropofléptico indico.

Porto—Imp. Portuguesa—Rua Formosa, 116

